

# PAISAGEM AMBIENTE

Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo

37



## Universidade de São Paulo

Reitor: Prof. Dr. Marco Antonio Zago

Vice-Reitor: Prof. Dr. Vahan Agopyan

## Faculdade de Arquitetura e Urbanismo

Diretora: Profa. Dra. Maria Angela Faggin Pereira Leite

Vice-Diretor: Prof. Dr. Ricardo Marques de Azevedo

## Paisagem e Ambiente: ensaios

ISSN 0104-6098

N. 37 / 2016

Publicação semestral da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAUUSP), vinculada aos laboratórios Quadro do Paisagismo no Brasil (Quapá), Paisagem, Arte e Cultura (LabParc), ao Grupo de Disciplinas Paisagem e Ambiente (GDPA) do Departamento de Projeto e à Área de Concentração Paisagem e Ambiente do Curso de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo da FAUUSP.

### Editor / Editor

Silvio Soares Macedo, Universidade de São Paulo. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Brasil

### Comissão Editorial / Editorial Board

Andréia Maria Bezerra de Araújo, Universidade de São Paulo. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Brasil

Catharina Pinheiro Cordeiro dos Santos Lima, Universidade de São Paulo. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Brasil

Elaine Moraes Albuquerque, Universidade de São Paulo, Brasil

Eugenio Fernandes Queiroga, Universidade de São Paulo. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Brasil

Fany Galender, Quapá, Brasil

Francine Gramacho Sakata, Quapá, Brasil

Helena Napoleon Degreas, FIAMFAAM Centro Universitário. Coordenação Curso de Design de Interiores, Brasil

Paola De Marco Lopes dos Santos, Universidade de São Paulo, Brasil

### Comissão Científica / Scientific Consultants

Alina Gonçalves Santiago, Universidade Federal de Santa Catarina. Departamento de Arquitetura, Brasil

Ana Rita Sá Carneiro, Universidade Federal de Pernambuco. Departamento de Arquitetura e Urbanismo, Brasil

Ana Cecília de Arruda Campos, Quapá, Brasil

Andréia Maria Bezerra de Araújo, Universidade de São Paulo. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Brasil

Angelo Serpa, Universidade Federal da Bahia, Brasil

Camila Gomes Sant'Anna, Universidade de Goiás, Brasil

Carlos Eduardo Verzola Vaz, Universidade Federal de Santa Catarina. Departamento de Arquitetura e Urbanismo.

Catharina Pinheiro Cordeiro dos Santos Lima, Universidade de São Paulo. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Brasil

Eduardo Barra, Universidade Veiga de Almeida, Portugal

Elaine Moraes Albuquerque, Universidade de São Paulo, Brasil

Eneida Mendonça, Universidade Federal do Espírito Santo, Brasil

Eugenio Fernandes Queiroga, Universidade de São Paulo. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Brasil

Fábio Robba, Universidade Nove de Julho, Brasil

Fábio Mariz Gonçalves, Universidade de São Paulo. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Brasil

Fany Galender, Quapá, Brasil

Francine Gramacho Sakata, Quapá, Brasil

Glauco Cocozza, Universidade Federal de Uberlândia, Brasil

Gutenberg Weingartner, Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, Brasil

Heitor de Andrade Silva, Universidade Federal de Campina Grande. Unidade Acadêmica de Engenharia Civil, Brasil

Helena Napoleon Degreas, FIAMFAAM Centro Universitário. Coordenação Curso de Design de Interiores, Brasil

Henrique Pessoa Pereira Alves, Politecnico di Milano. Dipartimento di Architettura e Studi Urbani, Itália

Jonathas Magalhães Pereira da Silva, Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Brasil

Leonardo Loyolla Coelho, Universidade Anhembi Morumbi, Brasil

Lucimara Albieri de Oliveira, Universidade Federal do Tocantins, Brasil

Maria Angela Faggin Pereira Leite, Universidade de São Paulo. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Brasil

Maria de Assunção Ribeiro Franco, Universidade de São Paulo. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Brasil

Marieta Cardoso Maciel, Universidade Federal de Minas Gerais. Escola de Arquitetura, Brasil

Miranda M. E. Martinelli Magnoli, Universidade de São Paulo, Brasil

Mônica Bahia Schlee, Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, Brasil

Rogério Akamine, Universidade Nove de Julho, Brasil

Rogério Goldfeld Cardeman, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil

Rui Florentino, Escola Superior Gallaecia, Portugal

Sonia Afonso, Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Sonia Berjman, Universidad de Buenos Aires, Argentina

Stael de Alvarenga Pereira Costa, Universidade Federal de Minas Gerais. Escola de Arquitetura, Brasil

Vanderli Custódio, Universidade de São Paulo. Instituto de Estudos Brasileiros, Brasil

Vera Regina Tângari, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil

Vicente del Rio, California Polytechnic State University, USA

Vitor Oliveira, Universidade do Porto, Portugal

Vladimir Bartolini, Universidade de São Paulo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Departamento de Projeto, Brasil

Wilson Ribeiro dos Santos Junior, Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Brasil

Wilton Medeiros, Universidade Estadual de Goiás, Brasil

### Secretário

Sady Carlos de Souza Júnior

e-mail: paisagismo@usp.br

Tel.: (11) 3091-4544

Periódico indexado na base Índice de Arquitetura Brasileira / Qualis B2



CRENCIAMENTO E APOIO FINANCEIRO DO  
PROGRAMA DE APOIO ÀS PUBLICAÇÕES CIENTÍFICAS PERIÓDICAS DA USP  
COMISSÃO DE CRENCIAMENTO

## OBJETIVO / SUBJECT

**Paisagem e Ambiente:** ensaios. Periódico acadêmico dedicado à divulgação de pesquisas, projetos e estudos sobre o paisagismo nos seus diversos campos de atuação: do projeto de paisagismo aos planos de áreas livres, dos estudos históricos às experiências de ensino, das pesquisas acadêmicas – dos mais diversos portes – aos resultados de eventos científicos, trabalhos teóricos e resenhas de livros.

Possui, como focos especiais, os espaços livres urbanos, a questão ambiental, o ensino e o projeto de paisagismo, o desenho da paisagem e o da forma urbana, os fundamentos teóricos e a pesquisa em paisagismo.

Publicação semestral da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAUUSP), vinculada aos laboratórios Quadro do Paisagismo no Brasil (Quapá), Paisagem, Arte e Cultura (LabParc), ao Grupo de Disciplinas Paisagem e Ambiente (GDPA) do Departamento de Projeto e à Área de Concentração Paisagem e Ambiente do Curso de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo da FAUUSP.

**Paisagem e Ambiente:** *ensaios. Academic journal dedicated to the dissemination of researches, design and studies on landscape architecture in its several fields of activities, from garden design to plans of open spaces, from studies about history of landscape design to experiences of teaching, from academic researches of several bearings to results of scientific events, from theoretical works to book reviews.*

*It has special focus on the urban open spaces, the environmental issue, the teaching and the landscape design, and the urban form, the theoretical foundations and research on landscape design.*

*Biannual publication of FAUUSP – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo – and is linked to the laboratory Quapá – Quadro do Paisagismo no Brasil –, to the Laboratory LabParc – Paisagem, Arte e Cultura –, to GDPA – Grupo de Disciplinas Paisagem e Ambiente – of Department of Projeto and to the graduate course in Architecture and Urbanism of FAUUSP, Concentration Area of Landscape and Environment.*

2016

712

Paisagem e ambiente: ensaios / Universidade de São Paulo, Faculdade de  
Arquitetura e Urbanismo. – n.1 (1986) – São Paulo: FAU, 1986–

Semestral

n. 37 (2016)

ISSN 0104-6098 (Impresso) • ISSN 2359-5361 (Eletrônica)

1. Arquitetura Paisagística 2. Planejamento Ambiental. I. Universidade  
de São Paulo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. II. Título

Serviço de Biblioteca e Informação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP.

#### Linha Editorial

Publicação semestral da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAUUSP), vinculada aos laboratórios Quadro do Paisagismo no Brasil (Quapá), Paisagem, Arte e Cultura (LabParc), ao Grupo de Disciplinas Paisagem e Ambiente (GDPA) do Departamento de Projeto e à Área de Concentração Paisagem e Ambiente do Curso de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo da FAUUSP.

#### Projeto Gráfico

Sóstenes Costa

#### Capa

Francine Gramacho Sakata

Praça Salgado Filho, Rio de Janeiro, RJ.

Foto: Acervo Quapá.

Contracapa: Jardins Nininha Magalhães, Rio de Janeiro, RJ.

Foto Silvío Soares Macedo, 2006.

#### Diagramação

Sóstenes Costa

#### Revisão de Texto

Valéria Diniz

dinizvaleria70@gmail.com

Tiragem: 500 exemplares

#### Publicação

Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo

Grupo de Disciplinas Paisagem e Ambiente / Departamento de Projeto

Rua do Lago, 876, Cidade Universitária

05508-080 São Paulo SP Brasil

Fone: (11) 3091-4544 e-mail: paisagismo@usp.br

#### Projeto gráfico, diagramação e impressão

Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo

Seção Técnica de Produção Editorial

Rua do Lago, 876, Cidade Universitária

05508-080 São Paulo SP Brasil

Fone: (11) 3091-4528 e-mail: lpgfau@usp.br

#### Distribuição

Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo

Fundação para a Pesquisa Ambiental – Fupam

Rua do Lago, 876, Cidade Universitária

05508-080 São Paulo SP Brasil

Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo

Assessoria de Eventos Culturais

Rua do Lago, 876, Cidade Universitária

05508-080 São Paulo SP Brasil

Fone: (11) 3091-4801 e-mail: eventfau@usp.br



CRENCIAMENTO E APOIO FINANCEIRO:  
PROGRAMA DE APOIO ÀS PUBLICAÇÕES CIENTÍFICAS PERIÓDICAS DA USP  
COMISSÃO DE CRENCIAMENTO

# SUMÁRIO

EDITORIAL.....	5
----------------	---

## PAISAGEM URBANA

FORMA URBANA DE BELÉM E SEUS DESDOBRAMENTOS PARA A FORMAÇÃO DE UM SISTEMA DE ESPAÇOS LIVRES ACESSÍVEL À POPULAÇÃO .....	11
---	----

*BELÉM'S BUILT FORM AND ITS DEVELOPMENTS TO THE FORMATION OF A SYSTEM OF OPEN SPACES ACCESSIBLE TO POPULATION*

*Ana Claudia Duarte Cardoso, José Julio Ferreira Lima, Raul Ventura Neto, Roberta Menezes Rodrigues, Juliano Pamplona Ximenes, Taynara do Vale Gomes*

ENTRE A RUA E O MURO: A CONSTRUÇÃO DE UMA INTERFACE NOS CONDOMÍNIOS HORIZONTAIS FECHADOS .....	35
--	----

*BETWEEN THE STREET AND THE WALL: THE CONSTRUCTION OF AN INTERFACE IN GATED COMMUNITIES*

*Karin Schwabe Meneguetti e Gislaine Elizete Beloto*

## PROJETO

BURLE MARX NO RECIFE: RESTAURO DO JARDIM DO AEROPORTO DOS GUARARAPES COMO BEM PATRIMONIAL .....	53
---	----

*BURLE MARX IN RECIFE: THE RESTORATION OF THE GUARARAPES AIRPORT GARDEN AS CULTURAL HERITAGE*

*Ana Rita Sá Carneiro, Cristina Castel-Branco e Joelmir Marques da Silva*

PISTA MULTIUSO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA: DO PROJETO À MATERIALIZAÇÃO .....	73
--	----

*UFSM MULTIUSE TRAIL: FROM DESIGN TO MATERIALIZATION*

*Alice Rodrigues Lautert, Felipe Segala Gravina, Letícia de Fátima Durlo Coutinho, Maurício Picetti dos Santos, Paula Gabbi Polli, Josicler Orbem Alberton, Luis Guilherme Aita Pippi*

PARQUE ECOLÓGICO ALDEIA DE CARAPICUÍBA: PROJETO DE PAISAGISMO PARTICIPATIVO VALORIZANDO UM PATRIMÔNIO HISTÓRICO .....	101
---	-----

*ECOLOGICAL PARK IN CARAPICUÍBA VILLAGE: LANDSCAPE PARTICIPATIVE DESIGN ENRICHING A HISTORICAL HERITAGE*

*Sylvia Adriana Dobry-Pronsato, Caio Boucinhas, Antônio Busnardo Filho e Denise Falcão Pessoa*

## FUNDAMENTOS

ESPAÇOS ABERTOS E ESPAÇOS LIVRES: UM ESTUDO DE TIPOLOGIAS ..... 121

*URBAN OPEN SPACES: A TYPOLOGY STUDY*

*Evy Hannes*

## PESQUISA

PARQUE ECOLÓGICO MONSENHOR EMÍLIO JOSÉ SALIM, ..... 147  
CAMPINAS (SP): CONTRADIÇÕES NA IMPLEMENTAÇÃO DE UM  
PARQUE URBANO CONTEMPORÂNEO

*ECHOLOGIC PARK MONSENHOR EMÍLIO JOSÉ SALIM, CAMPINAS (SP): CONTRADICTIONS IN  
ESTABLISHING A CONTEMPORARY URBAN PARK*

*Daniela Andrade Lacreta e Renata Baesso Pereira*

## ENSINO

TEORIA DA PAISAGEM EM CADERNOS DE BORDO:  
UMA EXPERIÊNCIA NO ENSINO DE ARQUITETURA E URBANISMO ..... 181

*LANDSCAPE THEORY INTO LOGBOOKS: AN APPROACH IN ARCHITECTURE  
AND URBANISM LEARNING*

*Julieta Maria Vasconcelos Leite e Rafaela Rodrigues Alves Souza*

## PAISAGEM

“VERDE-AMARELO” EM PINDORAMA: A SOCIEDADE BRASILEIRA,  
A APROPRIAÇÃO DO TERRITÓRIO E O PATRIMÔNIO AMBIENTAL ..... 199

*“GREEN AND YELLOW” AT PINDORAMA – BRAZILIAN SOCIETY, APPROPRIATION OF  
TERRITORY AND ENVIRONMENTAL HERITAGE*

*Miranda Martinelli Magnoli*

NORMAS PARA PUBLICAÇÃO ..... 241

# EDITORIAL

A capa desta edição da *Paisagem e Ambiente: ensaios* mostra imagens do presente, mas também de restos intactos de um passado, de um tempo em que o Paisagismo era privilégio das elites econômicas do país. De um tempo em que as praças e os parques das principais cidades brasileiras eram objeto de projetos especiais. Roberto Burle Marx era o paisagista oficial do Brasil, com obras de alta visibilidade – parques, praças no Rio de Janeiro e em Brasília, jardins em palácios e mansões.

Não havia, nessa época, um paisagismo estruturado – nem como área de conhecimento, nem como projeto – pois somente atuavam uns poucos autores, muitos de qualidade, à sombra de Burle Marx, que com seu trabalho de qualidade excepcional se tornou um dos maiores paisagistas do século XX.

Em 2016, faz 34 anos que Miranda Magnoli escreveu sua tese de livre docência, “Espaços livres e urbanização: uma introdução a aspectos da paisagem metropolitana”, na qual define os espaços livres como elementos fundamentais do paisagismo, tornando-se referência para várias gerações de pesquisadores que atuam como coordenadores de equipes de pesquisa e professores pelo país afora.

Não existe mais o paisagista oficial do país, que desenha e cria os jardins e parques dos palácios, que se foi nos anos 1990, não tendo sucessores no seu posto.



Parque Sara Kubitscheck, em Brasília (DF). Com projeto original de Roberto Burle Marx, ainda guarda no desenho de suas águas e em parte de seus caminhos o traçado forte do paisagista, que elaborava formas curvilíneas com elegância, marca registrada de seus projetos. Foto: Silvio Soares Macedo, 2015.

O Paisagismo vira uma atividade cotidiana, feito por equipes técnicas de prefeituras – que criam centenas de praças e parques –, por empresas de projeto de paisagismo – que fazem milhares de jardins e áreas comuns de condomínios e loteamentos fechados. Torna-se um ofício de arquitetos, e milhares de jovens estudantes são iniciados em seus fundamentos nas mais de duzentas faculdades de arquitetura

que existem no país. Muitos se dedicam exclusivamente a tal atividade na vida profissional.

Ainda há, é claro, paisagistas de renome nacional, que fazem projetos de grife para magnatas e chefes de estado, alguns de qualidade excepcional.



Jardins e fonte do complexo corporativo Rochaverá, em São Paulo (SP). Projeto altamente elaborado, com predomínio de plantas tropicais, de Sérgio Santana e equipe, um dos paisagistas mais renomados do Brasil. Foto: Silvio Soares Macedo, 2015.

Paradoxalmente, apesar de todos esses avanços, o Paisagismo continua sendo confundido por muitos como atividade de fazer jardins – e os espaços livres, em geral, não são objeto de cuidados da população, das empresas e do poder público em geral.

Por outro lado, as pesquisas em Paisagismo têm se expandido de modo inegável por todo o país. Há produções diversificadas e consistentes, focos de diversos grupos e pesquisas de iniciação científica, mestrados, doutorados e até projetos temáticos.

A própria existência desta revista, 37 números após seu lançamento no final da década de 1980, é um fato importante, pois mostra um interesse constante pelo assunto, que se expressa nas dezenas de artigos que têm chegado até nós, nos milhares de acessos de interessados e na possibilidade de termos três edições anuais, todas bilíngues, em 2017.



Pesquisadores brasileiros são compelidos pelos padrões de avaliação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) a escrever para o exterior em revistas arbitradas, ao mesmo tempo em que se exige das nossas revistas uma inserção internacional nem sempre possível.

Todos (ou quase todos) acabarão acatando tais padrões, enquanto a finalidade básica da nossa pesquisa deveria ser, como sempre, criar referências conceituais e metodológicas para os processos urbanos, paisagísticos e ambientais do nosso país, um dos maiores do mundo em extensão territorial, em constante processo de expansão urbana, que tem produzido situações ambientais e paisagísticas que no mínimo merecem avaliações críticas, senão valorações qualitativas.

A pesquisa<sup>1</sup> tem nos levado a viajar pelo Brasil, propiciando novas parcerias com grupos locais na Amazônia, em Macapá, Belém, Manaus, na Região Centro-Oeste etc. Tem proporcionado a consolidação de velhas parcerias. Em cada viagem, a cada oficina de pesquisa, temos trazido novos colaboradores para a revista. Neste número, por exemplo, os artigos de Karen Meneguetti e Ana Claudia Cardoso são resultados dessas novas parcerias e trabalhos conjuntos.

Na seção **Paisagem Urbana** desta edição, apresentamos os artigos *Forma urbana de Belém e seus desdobramentos para a formação de um sistema de espaços livres acessível à população*, de Ana Claudia Duarte Cardoso, José Julio Ferreira Lima, Raul Ventura Neto, Roberta Menezes Rodrigues, Juliano Pamplona Ximenes e Taynara do Vale Gomes – resultado direto de uma oficina Quapá na Universidade Federal do Pará – e *Entre a rua e o muro: a construção de uma interface nos condomínios horizontais fechados*, de Karin Schwabe Meneguetti e Gislaine Elizete Beloto, que focaliza a desvalorização do papel público da rua com o advento dos loteamentos fechados na cidade de Maringá.

A seção **Projeto** expõe três artigos. O primeiro, de Ana Rita Sá Carneiro, Cristina Castel-Branco e Joelmir Marques da Silva, intitulado *Burle Marx no Recife: restauro do jardim do aeroporto dos Guararapes como bem patrimonial*, que apresenta a experiência do *workshop* “Restauro de Jardins Históricos”, ocorrida em 2012 na cidade do Recife, tendo como foco a praça Ministro Salgado Filho, projetada pelo paisagista Roberto Burle Marx – um dos espaços paisagisticamente mais emblemáticos da cidade. A professora Ana Rita é uma das especialistas em restauro e patrimônio paisagístico no país, tendo importante papel no estudo e restauro dos jardins de Burle Marx em Recife.

O segundo, *Pista multiuso da Universidade Federal de Santa Maria: do projeto à materialização*, de Alice Rodrigues Lautert, Felipe Segala Gravina, Letícia de Fátima Durlo Coutinho, Maurício Picetti dos Santos, Paula Gabbi Polli, Josicler Orbem Alber-

<sup>1</sup> Aqui me refiro ao projeto temático “Sistemas de Espaços Livres e a Constituição da Forma Urbana Contemporânea Brasileira”, em desenvolvimento desde 2011, com apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), no laboratório Quadro do Paisagismo no Brasil (Quapá) da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAUUSP).

ton e Luis Guilherme Aita Pippi, mostra um trabalho interessante realizado pelo professor Pippi, docente de Paisagismo da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), e sua equipe: uma pista multiuso projetada e construída no campus da universidade, no estado do Rio Grande do Sul.

O terceiro artigo, de Sylvia Adriana Dobry-Pronsato, Caio Boucinhas, Antônio Busnardo Filho e Denise Falcão Pessoa – *Parque Ecológico Aldeia de Carapicuíba: projeto de paisagismo participativo valorizando um patrimônio histórico* –, mostra o processo participativo na concepção de um parque localizado na área da antiga Aldeia de Carapicuíba (no município de mesmo nome) na região Oeste da metrópole paulistana.

A seção **Fundamentos** abrange uma compilação de conceitos em voga de espaços livres no artigo de Evy Hannes, *Espaços abertos e espaços livres: um estudo de tipologias*, que busca discuti-los a partir de suas diferentes funções urbanas.

Em *Parque Ecológico Monsenhor Emílio José Salim, Campinas (SP): contradições na implementação de um parque urbano contemporâneo*, na seção **Pesquisa**, Daniela Andrade Lacrete e Renata Baesso Pereira exibem uma boa análise sobre o projeto do parque – concebido por Roberto Burle Marx e sua equipe na década de 1990 – e a realidade construída, bem diferente da contida na intenção do projeto.

A seção **Ensino**, com o artigo *Teoria da paisagem em cadernos de bordo: uma experiência no ensino de arquitetura e urbanismo*, de Julieta Maria Vasconcelos Leite e Rafaela Rodrigues Alves Souza, apresenta uma experiência didática relativa ao ensino do Paisagismo, que mostra anotações realizadas em campo, de caráter gráfico, feitas por alunos da Universidade Federal de Pernambuco para a disciplina Teoria III, com o objetivo de ter um entendimento consistente da paisagem urbana local. Apesar de não ser uma disciplina exclusivamente dedicada ao Paisagismo, a experiência mostra bons resultados na compreensão da paisagem urbana e mostra como em outras disciplinas é possível ministrar, de modo eficaz, conteúdos de Paisagismo.

Nosso último texto, *“Verde-Amarelo” em Pindorama: a sociedade brasileira, a apropriação do território e o patrimônio ambiental*, na seção **Paisagem**, apresenta reflexões da professora Miranda Martinelli Magnoli sobre a paisagem brasileira, sua construção desde a descoberta do Brasil pelos europeus, buscando relacionar colonos e povos com a construção da identidade nacional e o respeito ou desrespeito ao meio ambiente que perpassa cinco séculos. Trata-se de um texto repleto de incisos e notas que nos levam a pensar sobre as conquistas e perdas ocorridas nesses séculos de evolução, permitindo ao leitor uma visão consistente do processo de construção da paisagem nacional contemporânea em 2016.

**Silvio Soares Macedo**

**Editor**

**Junho/2016**



Avenidas Marechal Hermes e Boulevard Castilhos França, áreas de aterro que viabilizaram áreas verdes e galpões do porto de Belém na virada do século XX. Estação das Docas e feira do Ver-o-Peso ao fundo.  
Foto: Silvio Soares Macedo, 2014.

# PAISAGEM URBANA



# FORMA URBANA DE BELÉM E SEUS DESDOBRAMENTOS PARA A FORMAÇÃO DE UM SISTEMA DE ESPAÇOS LIVRES ACESSÍVEL À POPULAÇÃO

*BELÉM'S BUILT FORM AND ITS DEVELOPMENTS TO THE FORMATION OF A SYSTEM OF OPEN SPACES ACCESSIBLE TO POPULATION*

**Ana Claudia Duarte Cardoso\***

**José Julio Ferreira Lima\*\***

**Raul Ventura Neto\*\*\***

**Roberta Menezes Rodrigues\*\*\*\***

**Juliano Pamplona Ximenes\*\*\*\*\***

**Taynara do Vale Gomes\*\*\*\*\***

---

\* Arquitecta urbanista pela Faculdade de Arquitectura e Urbanismo da Universidade Federal do Pará (FAU-UFGPA). Mestre em Planeamento Urbano pela Universidade de Brasília (UnB). PhD em Arquitectura pela Oxford Brookes University. Professora associada do Programa de Pós-Graduação em Arquitectura e Urbanismo na Faculdade de Arquitectura e Urbanismo da Universidade Federal do Pará (FAU/PPGAU/UFGPA). Laboratório Cidades na Amazônia, Instituto de Tecnologia. Avenida Augusto Corrêa, 01, 66075-110, Cidade Universitária, Setor Profissional, Belém, PA, Brasil. [aclaudiacardoso@gmail.com](mailto:aclaudiacardoso@gmail.com)

\*\* Arquitecto urbanista pela Faculdade de Arquitectura e Urbanismo da Universidade Federal do Pará (FAU-UFGPA). Mestre em Desenho Urbano pela Oxford Brookes University e PhD em Arquitectura pela mesma universidade. Professor do Programa de Pós-Graduação em Arquitectura e Urbanismo na FAU-UFGPA. Laboratório Cidades na Amazônia, Instituto de Tecnologia. Avenida Augusto Corrêa, 01, 66075-110, Cidade Universitária, Setor Profissional, Belém, PA, Brasil. [jjlimaufpa@gmail.com](mailto:jjlimaufpa@gmail.com)

\*\*\* Arquitecto e urbanista, mestre em Arquitectura e Urbanismo pela Faculdade de Arquitectura e Urbanismo da Universidade Federal do Pará (FAU-UFGPA). Doutorando em Desenvolvimento Económico pelo Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Laboratório Cidades na Amazônia, Instituto de Tecnologia. Avenida Augusto Corrêa, 01, 66075-110, Cidade Universitária, Setor Profissional, Belém, PA, Brasil. [netoventuraraul@gmail.com](mailto:netoventuraraul@gmail.com)

\*\*\*\* Arquitecta e urbanista pela Faculdade de Arquitectura e Urbanismo da Universidade Federal do Pará (FAU-UFGPA). Mestre em Planeamento do Desenvolvimento pela UFGPA – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA). Doutora em Integração da América Latina pelo Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina da Universidade de São Paulo (PROLAM/FAUUSP). Professora na FAU-UFGPA. Laboratório Cidades na Amazônia, Instituto de Tecnologia. Avenida Augusto Corrêa, 01, 66075-110, Cidade Universitária, Setor Profissional, Belém, PA, Brasil. [roberta.menezes@uol.com.br](mailto:roberta.menezes@uol.com.br)

\*\*\*\*\* Arquitecto e urbanista pelo Faculdade de Arquitectura e Urbanismo da Universidade Federal do Pará (FAU-UFGPA). Doutor em Planeamento Urbano e Regional pelo Instituto de Pesquisa e Planeamento Urbano da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IPPUR-UFRJ). Professor na Faculdade de Arquitectura e Urbanismo da UFGPA. Laboratório Cidades na Amazônia, Instituto de Tecnologia. Avenida Augusto Corrêa, 01, 66075-110, Cidade Universitária, Setor Profissional, Belém, PA, Brasil. [julianoximenes@gmail.com](mailto:julianoximenes@gmail.com)

\*\*\*\*\* Arquitecta e urbanista pela Faculdade de Arquitectura e Urbanismo da Universidade Federal do Pará (FAU-UFGPA). Mestranda em Arquitectura e Urbanismo no Programa de Pós-Graduação em Arquitectura e Urbanismo da UFGPA. Laboratório Cidades na Amazônia, Instituto de Tecnologia. Avenida Augusto Corrêa, 01, 66075-110, Cidade Universitária, Setor Profissional, Belém, PA, Brasil. [taynaragomes@gmail.com](mailto:taynaragomes@gmail.com)

## RESUMO

Este texto apresenta uma caracterização do espaço construído de Belém, destacando sua condição estuarina, fisiografia e evolução socioespacial, mas iluminando elementos de desarticulação nas estratégias de operação dos agentes envolvidos na produção da cidade e da gestão urbanística para a estruturação de um Sistema de Espaços Livres e a forma limitada como os mesmos são apropriados pela população. O artigo baseia-se nas conclusões da Oficina Quapá SEL realizada em Belém em maio de 2015, na qual professores e estudantes da Universidade Federal do Pará e a equipe de professores e bolsistas da Universidade de São Paulo realizaram a avaliação dos espaços públicos da cidade. Observou-se que há notável diferenciação da paisagem da área central em oposição/contraposição à área de expansão da cidade e comprometimento de Áreas de Preservação Permanente (APPs) nas margens dos rios internos e das ilhas, principais espaços verdes do município e elementos de conexão com o bioma amazônico que, embora possua potencial paisagístico, vem sendo apropriado de forma socialmente desigual.

Palavras-chave: Belém. Espaços livres. Produção do espaço construído. Gestão urbanística.

## ABSTRACT

*This paper presents a characterization of the built space of Belém highlighting, its estuarine condition, physical geography and its economic, social and spacial development. It is based on Quapá-SEL Workshop conclusions held in Belém, in May 2015, in which teachers and students from São Paulo and Pará Federal Universities assessed the conditions of urban open spaces of the city. The results highlight a disarticulation between real estate agents strategies and of urban management towards structuring an Open Spaces System (SEL in Portuguese), as well as its limited appropriation by the population. There is a remarkable differentiation between the landscapes of central area in opposition / contraposition to that at the city's expansion area. This debate showed how much permanent preservation areas on the banks of inland rivers and islands (the main green spaces of the city and main linkage with the Amazonian biome), with its landscape potentials, have been unevenly appropriated in the city, through gentrification.*

*Keywords: Belém. Open spaces. Built space production. Urban management.*

## 1 BELÉM: CARACTERIZAÇÃO DO SISTEMA DE ESPAÇOS LIVRES

A cidade de Belém é polo de uma região metropolitana que articula características regionais e atributos típicos das metrópoles brasileiras. A paisagem regional pode ser vista em elementos naturais específicos, devido à sua localização em uma das mais extensas regiões estuarinas do planeta, sob influência de grandes rios que circundam a cidade, mas também de inúmeras bacias de rios internos com forte influência sobre o sítio (composto por terras firmes e “baixadas” ou várzeas alagáveis) e sobre as formações de vegetação (tropical, de grande porte e de ocorrência em grandes massas) observadas em 2016, na sua forma original, nas cerca de quarenta ilhas que compõem a porção rural do município.

As peculiaridades desse sítio geraram uma estratégia de ocupação espacial que segue a margem do rio, em que pese a dependência histórica entre o modal fluvial e as atividades mercantis associadas às práticas extrativistas que caracterizavam os ciclos econômicos durante o período de isolamento da região. Mesmo já existindo, desde a década de 1930, algum tipo de articulação mercantil com o mercado interno, foi somente a partir do final da década de 1960 que a integração espacial e econômica da região ao mercado nacional se aprofundou, agudizando desigual-

dades socioeconômicas e produzindo transformações na rede urbana e no espaço intraurbano da região.

É desse marco em diante que a antiga cidade primaz (CORRÊA, 1987) foi transformada em região metropolitana<sup>1</sup> e assumiu processos de ocupação e expansão associados a eixos rodoviários, e não mais às margens dos rios, onde o protagonismo da ação dos agentes produtores do espaço urbano capitalista dificulta a articulação de processos fundiários e condições de legislação urbanística. Notavelmente, aprofundou-se uma lógica fundiária moderna, capitalista – nos moldes latino-americanos –, em que a propriedade privada do solo urbano convive com índices altos de precariedade da moradia e a administração pública se revela mais associada às elites econômicas regionais do que a qualquer modalidade de interesse público.

O processo de formação da porção continental de Belém, como em qualquer cidade, apresenta alguns condicionantes do sítio físico. No caso da cidade, etapas sucessivas de ocupação de cotas mais altas do solo foram seguidas por drenagem das áreas alagadas existentes nos interstícios entre as áreas inicialmente ocupadas. Assim foram articulados os bairros da Cidade Velha e Campina, no início do século XIX, através do aterro do Piri (CRUZ, 1973), ou os bairros do Reduto e Umarizal, após o aterro do igarapé das Almas, nos anos 1960.

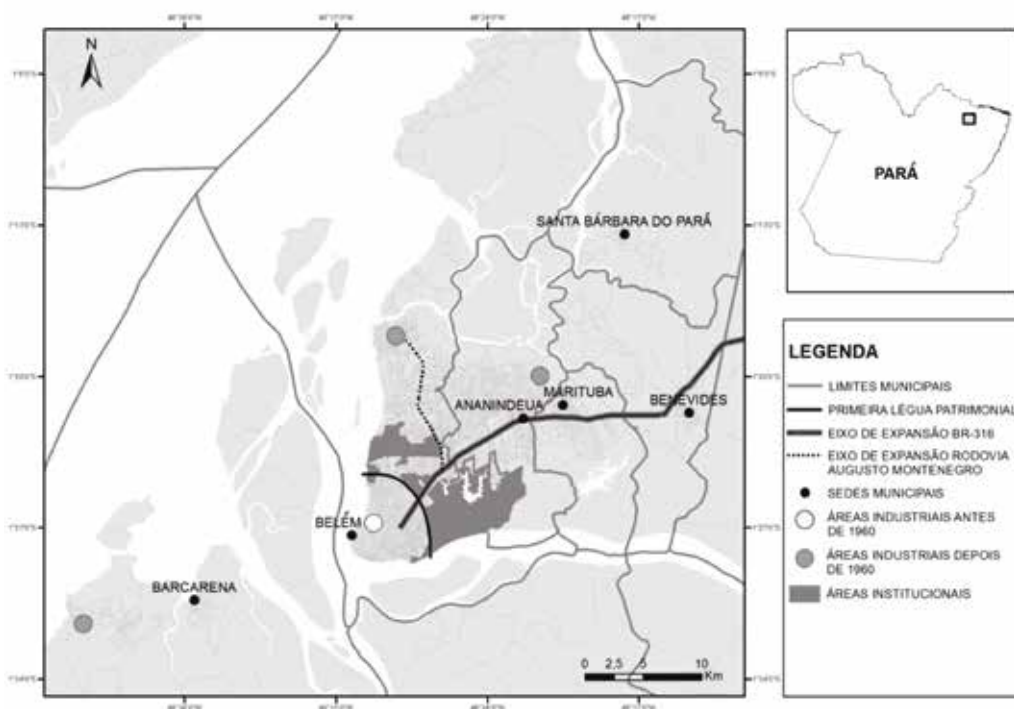
As áreas de baixada eram tidas como obstáculos à urbanização e limitaram a implantação do plano de alinhamento do início do século XX, que orientou a ocupação da Primeira Léguas Patrimonial da cidade às áreas altas. A ocupação da referida Léguas só foi concluída nos anos 1960, quando já iniciados o processo de ocupação informal das baixadas, a verticalização das áreas mais nobres da cidade e a substituição dos fartos quintais por vilas nas áreas consolidadas. Esse plano de alinhamento demonstra evidente tendência do urbanismo racionalista em ignorar aspectos do sítio físico e, ao mesmo tempo, a insalubridade da moradia – o que a partir dos anos 1960 passava a ser chamado de “vazio urbano”. (MARICATO, 2001). Um cinturão verde foi formado, desde os anos 1940, limitando a Primeira Léguas, estabelecido a partir de usos institucionais diversos – áreas militares, Universidade Federal do Pará (UFPA), Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), aeroportos, mananciais – que têm sido preservados até o presente, mas que já começam a sofrer ameaça de desaparecimento face à grande valorização da terra e à agressividade dos agentes imobiliários (mapa 1)<sup>2</sup>.

---

<sup>1</sup> Lei Complementar nº 14, de 8 de junho de 1973. Estabelece as regiões metropolitanas de São Paulo, Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Salvador, Curitiba, Belém e Fortaleza. Brasília: Presidência da República, 1973. **Diário Oficial**, 11 jun. 1973, p. 5.585. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/lcp/Lcp14.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/Lcp14.htm)>. Acesso em: 11 jun. 2015.

<sup>2</sup> O território do município de Belém formou-se, inicialmente, por meio da destinação de terras pela Coroa Portuguesa em 1627, com a doação de uma léguas de terra (cerca de 6.600 metros em linha reta do núcleo de origem da cidade) mediante Carta de Doação de Sesmarias em favor do antigo conselho da Câmara. A chamada “Primeira Léguas Patrimonial” de Belém corresponde, atualmente, à porção mais central e de ocupação mais antiga do município, onde anteriormente vigia o regime enfitêutico de gestão de tal patrimônio. Em 1899, foi doada pelo governo do estado uma “Segunda Léguas Patrimonial”, que nunca foi definitivamente demarcada, correspondendo à atual área de expansão de Belém, a principal frente de valorização imobiliária do município. (PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM – PMB, 2000).

A Primeira Léguas corresponde ao atual centro metropolitano e conta com uma quadrícula como sistema de ruas em áreas altas, em termos relativos para o sítio de Belém (em média entre 12 e 28 metros), e com prolongamentos dessas ruas em uma estrutura deformada nas áreas de baixada. A prática dos aterros de quintais, e até de leitos de igarapés, foi um dos fatores que levou ao desaparecimento ou tamponamento dos rios internos para a população, enquanto as práticas econômicas assumiram as margens dos grandes rios que limitam a cidade. A partir da década de 1990, essas margens tornaram-se lugares preferenciais para a instalação de equipamentos públicos e espaços livres, com adaptação de instalações portuárias (Estação das Docas), reforma e restauração de áreas históricas (Feira do Ver-o-Peso, Conjunto Feliz Lusitânia) e tratamento de áreas públicas (Espaço Ver-o-Rio, parque Mangal das Garças, aterro do Portal da Amazônia), somando novas tipologias de espaços livres a praças e parques herdados na época da Borracha (figura 1).



**Mapa 1** Belém e sua Região Metropolitana – Marcação da Primeira Léguas Patrimonial e dos Eixos de Expansão. Fontes: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 2010, e Companhia de Desenvolvimento e Administração da Área Metropolitana de Belém (CODEM), 2003.

Em termos de periodização das formas de tratamento técnico ou apropriação da água na região, pode-se associar às intervenções sob o padrão do Plano Nacional de Saneamento (Planasa) a parte significativa da impermeabilização de taludes de cursos d'água urbanos em Belém e municípios do entorno, com evidentes impactos sobre o padrão de drenagem dos municípios metropolitanos – o já célebre fenômeno de aceleração do pico de cheia a jusante, inevitável nesse tipo de concepção. (BUENO,





**Figura 1** Conjunto Feliz Lusitânia.  
Foto: Silvio Soares Macedo, 2014.



**Figura 2** Avenidas Marechal Hermes e Boulevard Castilhos França, áreas de aterro que viabilizaram áreas verdes e galpões do porto de Belém na virada do século XX. Estação das Docas e feira do Ver-o-Peso ao fundo.  
Foto: Silvio Soares Macedo, 2014.

2006). Esse problema, quando visto historicamente, em paralelo com a crescente favelização das cidades metropolitanas a partir da ditadura entre os anos de 1964-1985, demonstra uma paisagem em que as águas ora são objeto de retificação e acentuação do risco e do impacto do alagamento, ora são contaminadas devido à ausência de tratamento de esgotos e aos efeitos urbanísticos da moradia precária.

A diferenciação dessa área da cidade quanto a condições de mobilidade, de acesso a espaços públicos (ruas e praças) e maior grau de provisão de infraestrutura e condições físicas (dimensões de ruas, quadras e lotes) na sua porção formal – e de acessibilidade das baixadas – em que pesem a precariedade física e o processo gradual de consolidação e inserção à cidade – garantiu por décadas a avaliação de melhor qualidade da experiência urbana e motivou grande disputa pela exploração de seu solo, particularmente das áreas altas e ocupadas formalmente, pelo setor imobiliário. A partir de 2005, áreas que foram ocupadas informalmente na margem do rio Guamá estão sofrendo intervenções (aterros) para gerar solo e viabilizar novos empreendimentos de interesse do setor imobiliário e do setor de comércio e serviços (como é o caso do aterro do Portal da Amazônia, no bairro do Jurunas).

A ação do governo federal na macrodrenagem do igarapé das Almas e na produção de habitação popular, a partir da década de 1970, associou ações de remanejamento e produção de conjuntos habitacionais financiados pelo Banco Nacional de Habitação (BNH) para além do cinturão institucional, com a ocupação da Segunda Léguas Patrimonial, área de expansão da cidade. (LIMA; VENTURA NETO; LOPES, 2015; TRINDADE JR., 1998). A ocupação imobiliária desse vetor de expansão interno à Segunda Léguas de Belém é, por sua vez, orientada por um dos ramais da antiga ferrovia que conectava a capital ao nordeste do estado, posteriormente denominado rodovia Augusto Montenegro, quando do encerramento da ferrovia e da pavimentação do antigo ramal.

A definição fundiária das terras na época da abertura do ramal ferroviário, provavelmente para uso em atividades agrícolas, condicionou a ocupação urbana de boa parte da área de expansão e a consequente formação do sistema viário, resultando numa estrutura de “espinha de peixe”, que tem a avenida Augusto Montenegro como principal eixo de acesso a diversas tipologias/morfologias que emergiram nessa porção da cidade.

Nessa área constituem-se processos de fragmentação e segregação diferentes dos observados na Primeira Léguas, onde a ação do poder público e do setor privado na produção de conjuntos habitacionais alternou-se por décadas durante a produção de loteamentos informais e as ocupações nos vazios deixados nos interstícios dos primeiros. A partir da década de 1990, as maiores glebas de terra, lindeiras à avenida Augusto Montenegro, foram ocupadas por condomínios fechados de alto padrão, murados e arborizados por vegetação exógena. A partir da década de 2010, esses empreendimentos passaram a articular condomínios verticais e torres comerciais a *shopping centers*, constituindo novas subcentralidades – que esperam (ou, num discurso publicitário, afirmam produzir...) rivalizar com as condições de moradia estabelecidas na Primeira Léguas Patrimonial.

Grande transformação de uso ocorreu ao longo da avenida, sem haver mudança nos espaços públicos ou atenção à consolidação de um sistema de ruas e espaços livres compatível com a demanda por áreas públicas, ou sequer suficiente para atender as necessidades de mobilidade da população, cada vez mais dependente de modais individuais, em face da carência de sistema de transporte público. Nessa parte da cidade, quando existem espaços públicos equipados com mobiliário adequado para as diversas atividades humanas, estes são contidos em empreendimentos privados. A forma urbana que parece decorrer desse novo padrão de expansão, em torno da rodovia Augusto Montenegro, apresenta condomínios residenciais, verticais ou horizontais, com densidade moderada e empreendimentos em terrenos de porte relativo, sempre atendidos por desenhos viários favoráveis a automóveis de passeio e seu estacionamento. A alternância entre aglomerados de torres residenciais, casas, *shopping centers*, supermercados, postos de gasolina, lojas de material de construção e demais tipos de comércio, serviços e órgãos públicos, mostra paisagens urbanisticamente empobrecidas, com sintaxe simplória e alguma vulgaridade morfológica, própria de periferias urbanas em reconfiguração nos termos estritos do mercado imobiliário. O citado traçado “espinha-de-peixe”, não projetado, sinaliza deficiências objetivas de integração espacial no plano local (LIMA, 2001), isolando e segregando as numerosas ocupações precárias situadas por acessos indiretos, posteriores à rodovia e à ocupação formal, com crescente perfil de classe média no eixo da via.

## 2 ELEMENTOS DA DESARTICULAÇÃO DO SISTEMA DE ESPAÇOS LIVRES: MORFOLOGIA, AGENTES E LEGISLAÇÃO

A inserção de Belém em uma formação econômica periférica auxilia, em parte, a compreensão de sua urbanização precária, marcada pelo atendimento deficiente de direitos sociais e acesso à infraestrutura. Nesse sentido, são mais impactantes sobre seu espaço urbano os períodos de estagnação entre ciclos econômicos, até o ponto de reativação das fases de crescimento, que se aproveitam de possibilidades renovadas de concentração da renda produzidas pelos setores da economia urbana local que possuem alguma base imobiliária. (LIMA; VENTURA NETO, 2015). Em face dessa condição, espaços livres e edificados da cidade têm incorporado à sua gênese reprodutiva, de um modo ou de outro, os resultados dessa dinâmica cíclica, própria da formação econômica brasileira.

O estado, particularmente, o poder local – que a princípio poderia servir como mediador desse conflito – tem atuado de forma associada às coalizões urbanas locais, interessadas em transformar a cidade numa Máquina de Crescimento: “[...] organização de tipo empresarial voltada a aumentar o volume de renda agregada por meio da intensificação da utilização da terra [...]”. (FIX, 2007, p. 24). Especificamente em Belém, nota-se que a forma como a regulação urbanística é realizada apresenta, de certo modo, indicativos desse comprometimento, definindo o desenho de macroparcelas urbanas, explorando além do limite as condições oferecidas pelo sistema de ruas e o

suporte físico (condições de permeabilidade do solo, de recarga, estabilidade do solo).

Nesse campo de disputa, que é a cidade capitalista – ainda mais as de formação periférica –, o Sistema de Espaços Livres (SEL) fica dialeticamente condicionado pela interação entre agentes produtores do espaço urbano, legislação urbanística e morfologias existentes. A seguir, serão apresentadas observações recentes a respeito – iluminando elementos de desarticulação nas estratégias de operação dos agentes envolvidos na produção da cidade e da gestão urbanística para com a estruturação de um SEL e a forma limitada como são apropriados pela população.

### 3 MORFOLOGIAS

Neste artigo o termo morfologias é utilizado para designar o conjunto de elementos que compõe a paisagem urbana, tais como edificações, ruas, espaços livres, assim como os processos sociais que envolvem suas dinâmicas de modificações, incluindo a classificação do tecido urbano em função da concentração e dispersão da massa edificada e dos padrões socioeconômicos da ocupação (quadro 1 e mapa 2).

O Grupo de Trabalho Identificação de Morfologias em Belém considerou importante o processo de transformação que vem ocorrendo na área de expansão da cidade, marcado pela implantação de condomínios fechados, conjuntos habitacionais e ênfase no viário como forma de articulação da massa construída. Enquanto processo econômico, tal fenômeno teria interdependência com a realidade da Primeira Léguas em decorrência da pressão do mercado imobiliário por terras urbanizadas onde áreas livres da periferia se tornam locais propícios para atividades de incorporação imobiliária de larga escala.

**Quadro 1** Síntese do Grupo de Trabalho Identificação de Morfologias

Morfologia	Ocorrência	Características
Habitações Informais	1ª Léguas Patrimonial, na paisagem da baixada, nos terrenos com cotas abaixo de quatro metros.	Edificações de pequeno porte com pequeno ou sem recuo e acabamento precário; grande incidência do uso da madeira.
Habitações Informais (com comércio)	Eixos viários das áreas de baixada, em centralidades locais, adequadas para o uso misto.	Idem anterior.
Palafitas	Paisagem à beira-rio; orla da Baía do Guajará.	Edificações de pequeno porte construídas em madeira.
Habitações Formais	Tecido urbano vernacular da 1ª Léguas Patrimonial.	Edificações em alvenaria com frente de até 8 metros.
Habitações Formais (Icoaraci)	Distrito de Icoaraci	Edificações em alvenaria com recuos em todos os lados em grandes lotes.
Conjunto Habitacional de Iniciativa Pública	Área de expansão	Conjuntos habitacionais construídos nas décadas de 1970 e 1980 pelo BNH; há tipologias verticais e horizontais.

Loteamento Horizontal Fechado	Área de expansão, ocupação lindeira à avenida Augusto Montenegro (objeto da campanha publicitária Nova Belém).	Condomínios fechados de alto padrão. Casas soltas nos lotes, com sistema viário e áreas verdes e de lazer.
Tipos variados	Morfologia de transição na área de expansão, que pode ser vertical ou horizontal.	Edificações multifamiliares de pequeno e médio porte; usos industrial e misto.
Quadras Mistas	1ª Léguas Patrimoniais	Misto de edificações horizontais com até dois pavimentos e lotes verticalizados (com até quarenta pavimentos); quadras onde casas originais estão sob pressão do mercado imobiliário.
Quadra Condomínio Vertical	Área de expansão	Ocupação tipo “Barra da Tijuca”, próxima ao shopping center; grandes supermercados; altamente dependentes de automóvel até que seja implantado o Bus Rapid Transport (BRT) da avenida Augusto Montenegro.
Edificações de Médio Porte	Orla da baía do Guajará	Grandes galpões, em grandes lotes, destinados ao uso industrial; atualmente sob pressão do mercado imobiliário, que deseja liberar áreas na orla.
Área Institucional	Entre a 1ª Léguas e a área de expansão, avenida Perimetral (UFPA e outros).	Áreas com poucos volumes edificados, com uso institucional, muitos espaços livres/vegetação

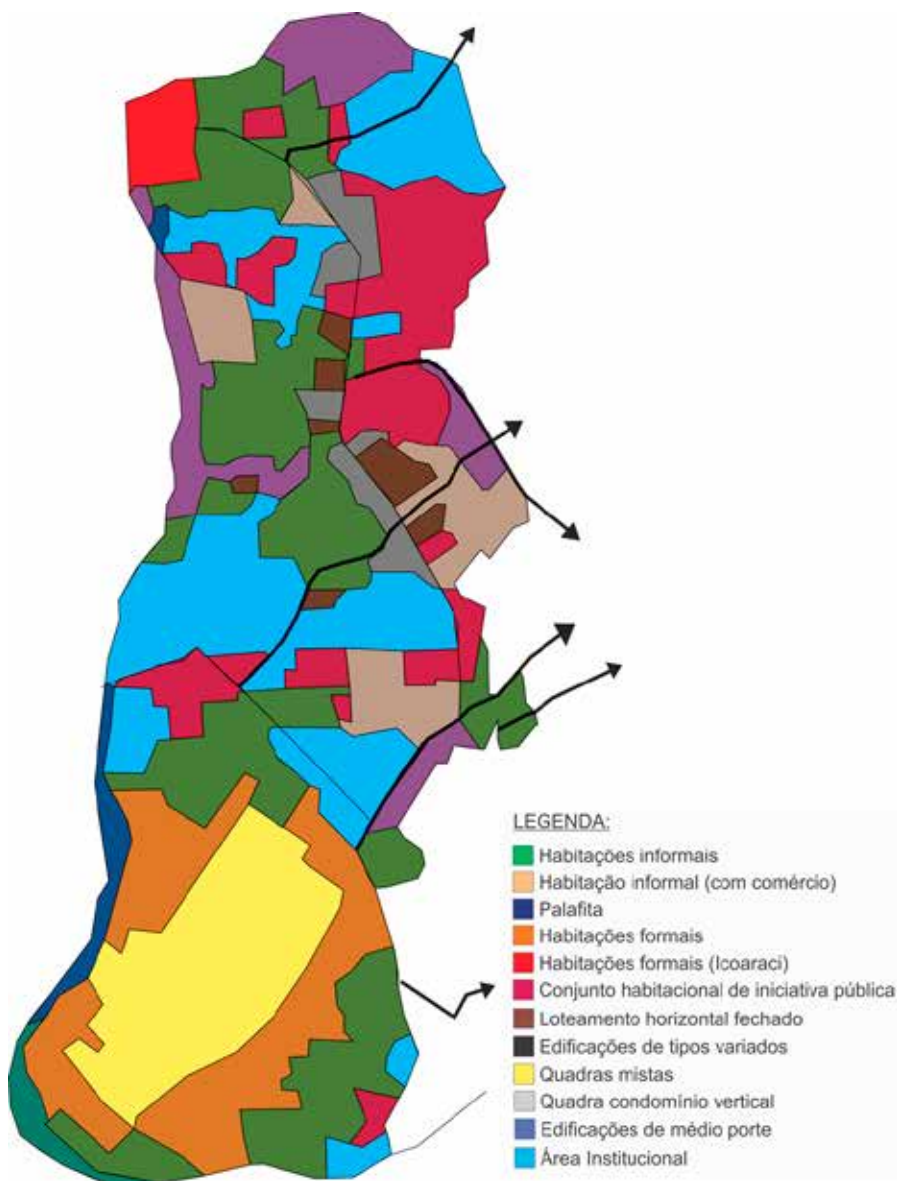
Fonte: Produzido por José Julio Lima a partir das análises da base cartográfica do projeto Quapá-SEL e de imagens do Google Earth elaboradas pelos participantes do Grupo de Trabalho durante a Oficina Quapá-SEL, Belém, 2015.

A existência de praças e ruas arborizadas na Primeira Léguas Patrimonial é indicador das desigualdades social e espacial da cidade, uma vez que se opõe à maior ocorrência de ocupações irregulares ou mesmo de empreendimentos privados na periferia, onde prevalece a precariedade das áreas livres. Há privatização acelerada do espaço por meio da construção de condomínios fechados e conjuntos habitacionais de altas densidades, ocasionando a saturação das áreas livres disponíveis. Por outro lado, caso se aborde o território do município de Belém, ou da Região Metropolitana, no recorte ambiental das bacias hidrográficas, serão notadas diferenças adicionais: bacias periféricas ainda relativamente próximo do centro têm permeabilidade de solo baixa, e outras, periféricas e distantes, costumam ter mais solo disponível para percolação natural. A disponibilidade espacial de locais públicos, entretanto, é favorável ao centro ou à Primeira Léguas, e não à periferia ou à Segunda Léguas (tabela 1 e mapa 3).

As quadras de ocupação mista no interior da Primeira Léguas Patrimonial, formadas pela implantação de edifícios de apartamentos com até quarenta pavimentos e edificações horizontais remanescentes, passam por transformações em função do ritmo de aquecimento do mercado imobiliário. Há tendência a remembramentos de lotes e aumento de densidade, causando retenção de tráfego e sobrecarga de infraestrutura.

As modificações observadas em extensões específicas das orlas são destaques na análise da paisagem. Ainda que a morfologia das quadras adjacentes não tenha sido alvo de gentrificação maciça, observa-se que os parques e equipamentos nas orlas vêm atraindo modificações na paisagem. Há um primeiro indício de mudança nas ruas

adjacentes ao Portal da Amazônia, diferente do que ocorreu nas imediações do Complexo Estação das Docas e Ver-o-Rio, onde a verticalização com gentrificação não se deu no território imediato, mas no bairro do Umarizal – inclusive devido às restrições espaciais no ambiente construído e na legislação de proteção do Centro Histórico de Belém. A imobilização de capital na forma de reserva de infraestrutura, melhorias de saneamento (construção da avenida Visconde de Souza Franco) e a implantação de supermercados e *shopping centers* têm se constituído em catalisadores para as transformações em curso na Primeira Léguas de Belém.



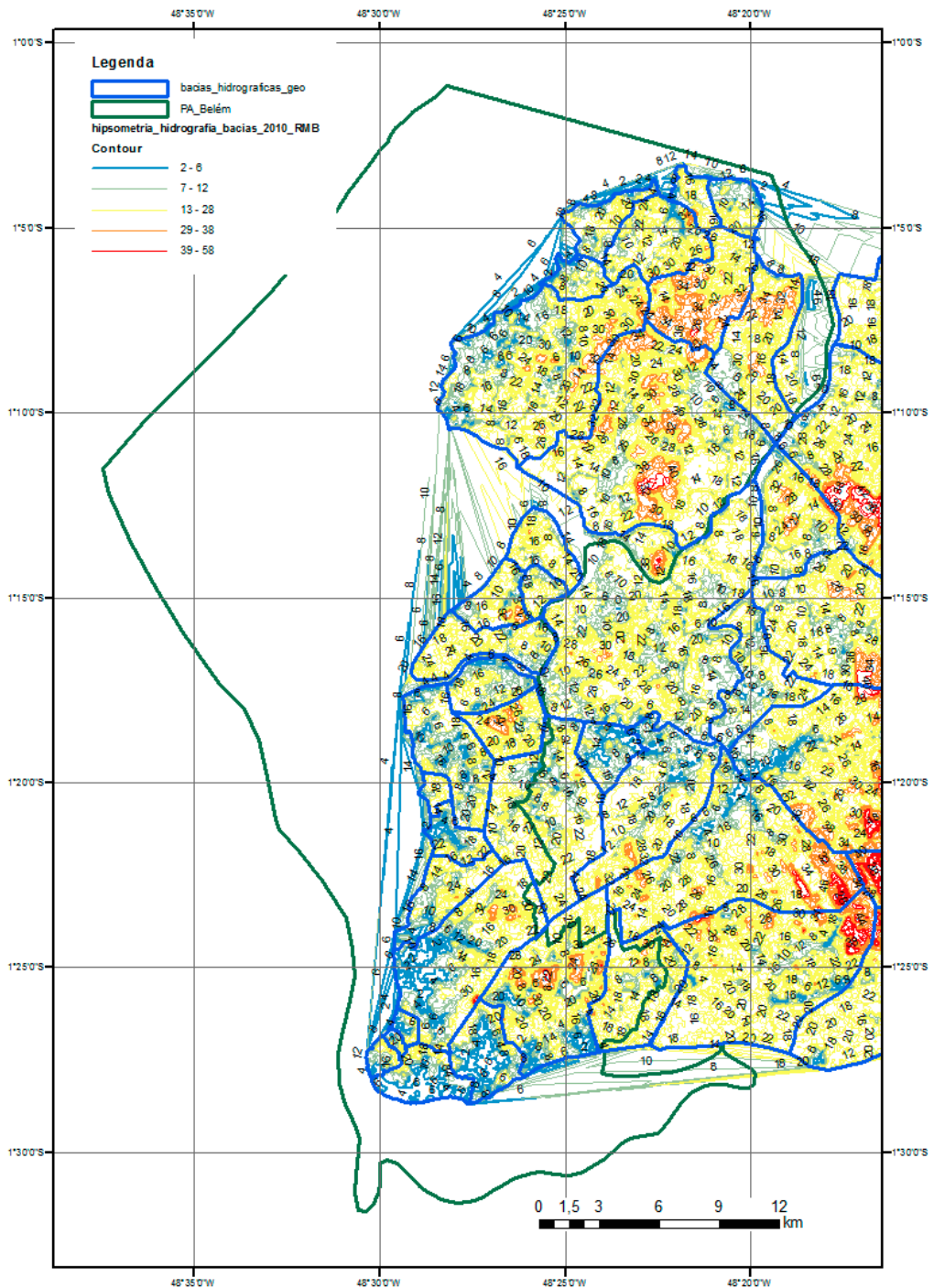
**Mapa 2** Esquema síntese gerado pelo Grupo de Trabalho Identificação de Morfologias, onde é possível perceber as manchas de predominância de tipologias de ocupação na cidade de Belém.

Fonte: Mapa produzido em 2015 por Taynara Gomes sobre imagens do Google Earth 2015 e croquis elaborados pelo grupo de trabalho durante a Oficina Quapá-SEL, Belém, 2015.

**Tabela 1** Declividade Média de Terreno, Taxa de Permeabilidade do Solo, População em Aglomerados Subnormais (2010) de Treze Bacias Hidrográficas que Compõem o Território mais Denso de Belém

Bacia hidrográfica	Declividade média (mancha de alagamento até a periferia) permeabilidade	Taxa de permeabilidade	População em Aglomerados Subnormais (2010)	Localização
1. Estrada Nova	2.40%	4%	118.219	Primeira légua patrimonial
2. Una	1.80%	5%	187.987	Primeira e Segunda léguas patrimoniais
3. Tucunduba	2.50%	7%	93.657	Primeira légua patrimonial
4. Mata Fome	2.90%	27%	38.708	Segunda légua patrimonial
5. Paracuri	2.30%	23%	62.221	Segunda légua patrimonial
6. Pau Grande	2.90%	93%	9.434	Marituba
7. Macajatuba	4.50%	65%	105.456	Marituba
8. Maguarizinho	3.00%	19%	32.610	Segunda légua patrimonial e Ananindeua
9. Maguari-Açu	1.40%	21%	101.133	Segunda légua patrimonial e Ananindeua
10. Tamandaré	4.50%	7%	221	Primeira légua patrimonial
11. Magalhães Barata	1.80%	15%	-	Primeira légua patrimonial
12. Val-de-Cães	0.62%	30%	6.057	Primeira e Segunda léguas patrimoniais
13. Reduto	1.89%	6%	-	Primeira légua patrimonial
MÉDIA	2.73%	26%	68.700	

Fonte: Produzida por Juliano Ximenes e Ana Júlia Brandão, 2015.



**Mapa 3** Mapa hipsométrico do município de Belém mostrando o relevo predominantemente plano, com baixa altitude, e a penetração de cursos d'água. Fonte: Idesp-PA (2009); IBGE (2010).



Morfologias da área de expansão revelam os processos de modificação acentuados, marcados pela supressão de vegetação e manutenção de espaços verdes por meio de dispositivos legais (parque do Utinga, parque do Conjunto Médici, Área da Marinha), ao mesmo tempo em que ocorre a ampliação do sistema viário estrutural. Essa ocupação é heterogênea: apresenta assentamentos precários, conjuntos habitacionais, condomínios residenciais horizontais, áreas institucionais, estabelecimentos do baixo terciário. (DURANS, 2013).

O acesso a um SEL é dificultado pela falta de capacidade de gerenciamento da prefeitura e do governo do estado. Apesar de existirem medidas legais para a manutenção das áreas, não há ações efetivas que garantam o acesso das pessoas às áreas protegidas. O tratamento paisagístico e urbanístico de espaços livres em Belém, na periferia, é frequentemente de qualidade inferior. Espaços livres constituídos no início do século XX seguem como importantes referências de sociabilidade, e áreas ainda verdes, mais extensas, são preservadas de modo precário, sem tratamento urbanístico (não constituindo, portanto, parques urbanos) ou monitoramento e recuperação ambiental (dificultando o desempenho das chamadas funções ambientais que tais espaços poderiam ter).

#### 4 AGENTES PRODUTORES DO ESPAÇO URBANO

O Grupo de Trabalho Ação dos Agentes Produtores do Espaço Urbano em Belém e a Paisagem procurou lançar hipóteses a respeito de transformações futuras sobre o tecido urbano de Belém. Foram selecionadas as principais intervenções urbanas recentes, capitaneadas por agentes que representam o estado (quadro 2), agentes cuja reprodução do próprio capital possui alguma base imobiliária (quadro 3), entre outros – cuja reprodução do capital ocorre sem prevalência de ativos imobiliários (quadro 4) – e, por último, agentes da produção do espaço dito informal.

Os agentes que representam o estado dividem-se de acordo com a esfera de atuação à qual pertencem: governo federal, governo estadual e prefeitura. Até 2016, predominam como forma de intervenção desses agentes as grandes obras de infraestrutura para melhoria da mobilidade urbana na Região Metropolitana de Belém (RMB), particularmente a construção do sistema de BRT. Nesse aspecto, nota-se que, enquanto as duas principais obras de mobilidade urbana capitaneadas pelo governo estadual (prolongamento das avenidas João Paulo II e Independência e duplicação da avenida Perimetral) possuem uma orientação que estimula o deslocamento urbano, privilegiando o automóvel, a principal intervenção urbana da prefeitura privilegia o transporte coletivo, com a construção de um sistema de BRT nas principais avenidas troncais da cidade. Inicialmente, haveria articulação entre esses tipos de transporte, contudo a expansão viária metropolitana teve o seu traçado geométrico revisto para “redução de custos”, o que fez o eixo da via atravessar, no novo projeto, o Parque Ambiental do Utinga, de modo a evitar a ocupação precária, horizontal e relativamente densa de suas imediações.

Vale ressaltar dois projetos com alto potencial de impacto para os espaços livres da cidade, pois estão relacionados à melhoria da qualidade urbana, especialmente na área central da cidade: a construção, pela Prefeitura de Belém, da área denominada Portal da Amazônia – sobre aterro na margem do rio Guamá – e a implantação de facilidades para uso público do Parque Ambiental do Utinga pelo Governo do Estado do Pará. O primeiro projeto corresponde à urbanização de um trecho da orla fluvial da cidade com extensão executada de 1,5 quilômetros até 2015, contando com diversos equipamentos urbanos; o segundo, anunciado como projeto, objetiva a requalificação do entorno dos mananciais de água no Utinga. Em ambos os casos, haverá uma possível valorização dos terrenos em torno das novas avenidas e do parque. A intervenção do Portal da Amazônia, mesmo carente de cobertura vegetal compatível com o contexto local, aponta para uma reconfiguração substancial do perfil residencial na área e intensa mudança de usos do solo. A localização do projeto na porção mais densa da RMB tende a direcionar os eventuais benefícios do novo espaço público para a população moradora recém-chegada, de maior renda, e para visitantes, como ciclistas.

Por outro lado, apesar de o governo federal ser o principal agente financiador da maior parte dessas intervenções, por meio do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), suas intervenções em Belém têm caráter diverso e menor impacto global sobre os espaços livres da cidade, como pode ser observado nas áreas dos projetos de urbanização de favelas do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e na construção de conjuntos habitacionais incluídos na faixa 1 do programa Minha Casa, Minha Vida (MCMV). Ademais, é significativa a ação da ampliação da UFPA, por meio da construção de um novo *campus* no município de Ananindeua, em área limítrofe ao município de Belém.

Em relação aos agentes com alguma base imobiliária, a segmentação se deu pelo tipo de produto imobiliário recentemente ofertado pelo mercado: condomínios horizontais de alto padrão, condomínios clube verticais de alto padrão, condomínios verticais de médio padrão, edifícios de escritório de alto padrão, edifícios de alto padrão com vista para a baía do Guajará, condomínios do MCMV das faixas 2 e 3 e *shopping centers*. Como pode ser visto, há certa variedade no perfil de empreendimentos imobiliários na cidade, o que condiciona vetores de expansão e diferentes impactos sobre as características de bairro.

Em termos de impacto para os espaços livres da cidade, destacam-se os efeitos provocados pelos condomínios horizontais de alto padrão – em especial o condomínio Alphaville, construído na ilha de Outeiro a 14 quilômetros da área central da cidade, em área de vegetação densa na orla do rio Maguari – e tendência de empreendimentos dirigidos para grupos de renda média ocuparem as margens do rio Ariri, que separa os municípios de Belém e Ananindeua, destruindo Áreas de Preservação Permanente (APPs) e contrariando a legislação ambiental brasileira. Também se destacam os condomínios de médio padrão que predominam na área central da cidade e que, na maioria dos casos, foram implantados em antigos terrenos mantidos pelos proprietários fundiários locais com fins de especulação imobiliária ou em áreas livres que correspondiam ao

**Quadro 2** Produtos Realizados, Características e Potencial para o SEL,  
Potencialidade de Transformação e Dinâmica de Produção dos  
Agentes Governamentais Identificados pelo Grupo de Trabalho Ação  
dos Agentes Produtores do Espaço Urbano em Belém e a Paisagem

Agente	Produtos Realizados	Características Ambientais e Potencial para o SEL	Potencialidade de Transformação e Dinâmica de Produção
GOVERNO FEDERAL	Conjuntos habitacionais do programa MCMV 1.	Evitar ocupação de áreas ambientalmente sensíveis.	Dinâmica de produção média que incentive loteamento no entorno.
	Novo campus da UFPA em Ananindeua.	Qualificação ambiental.	Criação de nova centralidade e possível gentrificação do entorno.
	Urbanização de favelas (PAC1).		Lento.
GOVERNO ESTADUAL	Prolongamento da av. João Paulo II.	Contorno do parque do Utinga; desafogar o trânsito.	Valorização em torno da rodovia e redução do trânsito na via do BRT.
	Prolongamento da av. Independência.	Desafogar o trânsito da BR-316.	
	Duplicação da perimetral.	Desafogar o trânsito de caminhões na área central.	
	Terminal hidroviário.	Alternativa de modal de transporte.	Valorização do entorno imediato caso o terminal tenha sucesso como modal de transporte; caso contrário, acentuará a segregação das áreas portuárias atuais.
	Requalificação do Utinga.	Acessibilidade para o Parque Ambiental existente em lei, mas que não possui atrativos para maior uso pela população.	Pouco impacto em função da existência de via periférica ao parque.
	Nova sede da Assembleia Legislativa do Pará.	Por ser em lote nas proximidades de equipamento urbano gerador de tráfego (Hangar Centro de Convenções), aumentará o trânsito.	Valorização do entorno imediato.
PREFEITURA	Orla Portal da Amazônia.	Qualificação ambiental.	Valorização imobiliária e gentrificação.
	Requalificação da av. Marquês de Herval.	Qualificação ambiental da via.	Reforço de vetor imobiliário de médio e alto padrão.
	Requalificação da av. Duque de Caxias.		
	Implantação do BRT: vias, faixas exclusivas, viadutos e estações.	Desafogar o trânsito.	Mudança radical nos espaços das vias.
	Novos portos articulados ao BRT.	Alternativa de modal de transporte.	Valorização do entorno imediato caso os terminais tenham sucesso como modal de transporte; caso contrário, maior segregação das áreas portuárias atuais.

Fonte: Elaborado por Raul Ventura Neto a partir do produto da discussão realizada durante a Oficina Quapá-SEL, Belém, 2015.

quintal das antigas edificações, tipo de espaço livre outrora predominante na área central de Belém. Ainda sobre os impactos na área central da cidade, destacam-se os edifícios de alto padrão com vista para a baía do Guajará, que, apesar de não representarem padrão hegemônico de lançamento imobiliário, tendem a influenciar negativamente os espaços livres da cidade que possuem acesso visual à orla, na medida em que estimulam a retenção especulativa dos terrenos remanescentes pelos seus proprietários. Esse tipo de empreendimento imobiliário representa um dado relevante nas formas de apropriação da paisagem urbana em Belém.

É possível supor que, apesar dos vetores imobiliários mais dinâmicos da cidade já terem se consolidado em alguns bairros da área central, as obras de infraestrutura urbana, capitaneadas pelo governo estadual e pela prefeitura em ruas e avenidas da cidade, tendem a contribuir para a segregação socioespacial à medida que suas faixas lindeiras são apropriadas por condomínios de alto padrão e estruturas de comércio e serviço de luxo.

Com menor grau de impacto sobre os espaços livres da área central, estão os condomínios verticais de médio padrão construídos na mais recente fronteira de expansão imobiliária na Segunda Léngua patrimonial de Belém, classificada por alguns agentes do mercado como “Nova Belém”. É nesse espaço da cidade que também predominam os condomínios verticais do MCMV para as faixas 2 e 3. Nesse caso, pelo porte dos empreendimentos, normalmente capitaneados por grandes incorporadoras nacionais em atuação no circuito imobiliário local, a transformação sobre a área é intensa e acelerada. Tais empreendimentos contam com relação entre densidade populacional e área de espaços livres insuficiente, agravada pela restrição de acesso às estruturas de lazer que oferecem.

Por último, com menor impacto direto, elencaram-se os dois *shopping centers* de grande porte recentemente empreendidos ou em vias de finalização em Belém. Nos dois casos, constatou-se que, apesar do impacto pela transformação das áreas livres ser, em termos absolutos, inferior à maior parte da produção imobiliária voltada para o uso residencial, a capacidade desses empreendimentos de consolidarem novas centralidades urbanas é significativa. Em função disso, pode-se dizer que esse tipo de empreendimento tende a gerar efeitos indiretos sobre os espaços livres da cidade, principalmente pelo estímulo à especulação fundiária de grandes proprietários locais em áreas afetadas pela nova centralidade criada, desestimulando, por exemplo, o adensamento ao longo das principais rodovias de acesso a esses equipamentos (Quadro 3 Produtos Realizados, Características e Potencial para os SELs, Potencialidade de Transformação e Dinâmica de Produção de Empresas de Base Imobiliária Identificados pelo Grupo Ação dos Agentes Produtores do Espaço Urbano em Belém e a Paisagem).

No que diz respeito aos agentes sem base imobiliária, os empreendimentos de maior vulto correspondem ao lançamento de hipermercados, em especial um edifício de grande porte do grupo Carrefour, previsto para ser lançado na nova orla da cidade (Portal da Amazônia) em um terreno de aproximadamente quatro hectares, que abrigava uma antiga indústria têxtil local. Nesse sentido, é possível lançar a hipótese da consolidação de uma

subcentralidade na área da Nova Orla, o que poderia atrair lançamentos imobiliários de alto e médio padrão pelo diferencial existente no valor da terra urbana no local e pela possibilidade de lançamentos imobiliários residenciais com vista para o rio Guamá.

**Quadro 3** Produtos Realizados, Características e Potencial para os SELs, Potencialidade de Transformação e Dinâmica de Produção de Empresas de Base Imobiliária Identificados pelo Grupo Ação dos Agentes Produtores do Espaço Urbano em Belém e a Paisagem

Produtos Realizados	Características Ambientais e Potencial para os SELs	Potencialidade de Transformação e Dinâmica de Produção
Condomínio Alphaville - Alto padrão	Incentivar degradação ambiental.	Baixa.
Condomínio Miriti - Alto padrão		
Condomínio Club - Alto padrão	Abrindo espaços livres privados.	Sem fruição pública.
Condomínios de Médio padrão	Verticalização com pouco espaço livre, afetando o microclima e o trânsito.	Intensa.
Edifícios de alto padrão (com escritórios)	Verticalização com bloqueio da vista para a baía.	Baixa.
Edifícios de alto padrão (com vista para baía)		Tendência média.
MCMV (faixa 02 e faixa 03)	Verticalização na área de expansão.	Forte, com nova frente imobiliária.
Parque Shopping e Bosque Belém	Consolidação de nova centralidade.	Consolidação da nova frente imobiliária (Nova Belém).

Fonte: Elaborado por Raul Ventura Neto a partir do produto da discussão realizada durante a Oficina Quapá-SEL, Belém, 2015.

Quanto aos agentes de produção da cidade dita informal, percebe-se que, apesar de não haver ocorrido aumento considerável na migração urbano rural para o município de Belém, foi possível mensurar o aumento do número de domicílios na cidade entre os Censos de 2000 e 2010, evidenciando aumento significativo em comparação ao período de 1991 a 2000, passando de quatro mil para sete mil novos domicílios a cada ano. Ao que tudo indica, parte considerável desse crescimento corresponde a áreas da cidade que não estão incluídas no mercado formal de moradias, em que

pese o fato de que o recorde de entrega de unidades novas de apartamentos em Belém pelos agentes do mercado imobiliário ocorre somente em 2011 e não ultrapassa 3.500 unidades. (VENTURA NETO, 2012).

**Quadro 4** Produtos Realizados, Características e Potencial para os SELs, Potencialidade de Transformação e Dinâmica de Produção de Empresas sem Base Imobiliária Identificados pelo Grupo Ação dos Agentes Produtores do Espaço Urbano em Belém e a Paisagem

Produtos Realizados	Características Ambientais e Potencial para os SELs	Potencialidade de Transformação e Dinâmica de Produção
Supermercado Carrefour	Ocupação de lotes na rodovia Augusto Montenegro, supressão vegetal e impermeabilização de solo.	Aumento de tráfego e manutenção de centralidade; impedimento de acesso viário direto na ocupação da região da rodovia Augusto Montenegro; valorização do solo urbano.
Supermercado Líder (Augusto Montenegro)		

Fonte: Elaborado por Raul Ventura Neto a partir do produto da discussão realizada durante a Oficina Quapá-SEL, Belém, 2015.

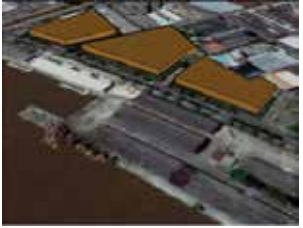


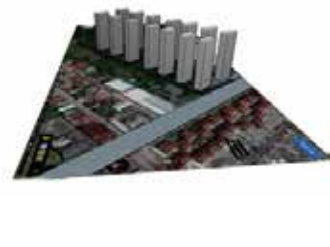

## 5 LEGISLAÇÃO URBANÍSTICA

Para mensurar o impacto da legislação urbanística sobre o SEL de Belém, o Grupo de Trabalho Análise da Legislação Urbanística realizou simulações de aproveitamento de lotes a partir da legislação urbanística vigente no município, abrangendo o Plano Diretor de Belém (Lei nº 8.655/2008), a Lei do Centro Histórico de Belém e seu entorno (Lei nº 7.709/1994) e a Lei Complementar de Controle Urbanístico – LCCU (Lei Complementar nº 2/1999), observando o Zoneamento vigente, os modelos e quadro de parâmetros de cada zona. As quadras/terrenos selecionados para simulação obedeceram aos seguintes critérios: quadras na área central de diferentes tipos; quadras livres ou com capacidade de adensamento; terrenos localizados nos vetores de verticalização: na área central e na área de expansão; terrenos grandes com capacidade de produção vertical. O quadro 5 apresenta uma síntese das simulações realizadas por zona e conforme critérios de enquadramento do lote.

O desenvolvimento de cada simulação foi discutido para verificar as possibilidades de adensamento a partir da elaboração dos cálculos dos parâmetros aplicados às áreas selecionadas. Observou-se que não existe um coeficiente básico para cada Zona, mas apenas o coeficiente mínimo e máximo – disso decorre o início da não regulamentação da cobrança do instrumento Outorga Onerosa tanto do Direito de Construir, quanto de mudança de uso do solo, caso estivesse prevista no Plano Diretor. É possível a utilização do potencial máximo sem cobrança de Outorga. Ainda assim, é considerada não computável grande quantidade de áreas, como estacionamentos, áreas de lazer,

varandas e áreas de circulação, o que faz com que o coeficiente de aproveitamento praticamente dobre em todas as zonas, sendo esse o parâmetro adotado. Deve-se notar que na elaboração do Plano Diretor do Município de Belém, aprovado em 2008,

**Quadro 5** Simulações Realizadas pelo Grupo de Trabalho Análise da Legislação Urbanística para Diferentes Situações de Inserção na Cidade

<p>ZAU 7 Setor 1 (Bairro do Reduto - Entorno Centro Histórico)</p>		<p>Área do lote (m<sup>2</sup>): 2000/- Testada mínima: 20m Recuo frontal: 5m Recuo lateral para HK&lt;13m: 2,5m Recuo dos fundos: 5m Coeficiente de aproveitamento: 3 Taxa de ocupação (H até 7m): 0.7 Permeabilização: 0.1</p>																																																															
<p>ZAU 6 Setor 1 (Bairro do Umarizal)</p>		<p>Área do terreno: <b>12.000m<sup>2</sup> (200x60)</b> Área construída: <b>1260m<sup>2</sup></b> Área permeável: <b>2.400m<sup>2</sup></b> Edificações multifamiliares – 33 pav. – 2 torres Área da unidade 315m<sup>2</sup> Área do pavimento-tipo 630m<sup>2</sup> 2 Uhs por pavimento -tipo 31 pavimentos</p>																																																															
<p>ZAU 6 Setor 2 (Bairro do Marco)</p>		<table border="1"> <thead> <tr> <th>CONTEXTO</th> <th>UR</th> <th>Pavimentos</th> <th>UR / andar</th> <th>Total UR</th> <th>Produtividade</th> <th>Velocidade</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>ENFO</td> <td>100m<sup>2</sup></td> <td>20</td> <td>10</td> <td>200</td> <td>1,170</td> <td>200</td> </tr> <tr> <td><b>Total = 6</b></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td><b>1.400</b></td> <td><b>4.770</b></td> <td><b>1.400</b></td> </tr> <tr> <td>ENFO</td> <td>100m<sup>2</sup></td> <td>20</td> <td>6</td> <td>600</td> <td>6,17</td> <td>200</td> </tr> <tr> <td><b>Total = 2</b></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td><b>1.170</b></td> <td><b>4.700</b></td> <td><b>1.170</b></td> </tr> <tr> <td>ENFO</td> <td>113m<sup>2</sup></td> <td>27</td> <td>10</td> <td>270</td> <td>1,060</td> <td>270</td> </tr> <tr> <td><b>Total = 2</b></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td><b>1.000</b></td> <td><b>2.000</b></td> <td><b>500</b></td> </tr> <tr> <td><b>CONTEXTO</b></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td><b>Total UR</b></td> <td><b>Produtividade</b></td> <td><b>Velocidade</b></td> </tr> <tr> <td><b>6 edifícios</b></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td><b>3.000</b></td> <td><b>13.000</b></td> <td><b>3.000</b></td> </tr> </tbody> </table>	CONTEXTO	UR	Pavimentos	UR / andar	Total UR	Produtividade	Velocidade	ENFO	100m <sup>2</sup>	20	10	200	1,170	200	<b>Total = 6</b>				<b>1.400</b>	<b>4.770</b>	<b>1.400</b>	ENFO	100m <sup>2</sup>	20	6	600	6,17	200	<b>Total = 2</b>				<b>1.170</b>	<b>4.700</b>	<b>1.170</b>	ENFO	113m <sup>2</sup>	27	10	270	1,060	270	<b>Total = 2</b>				<b>1.000</b>	<b>2.000</b>	<b>500</b>	<b>CONTEXTO</b>				<b>Total UR</b>	<b>Produtividade</b>	<b>Velocidade</b>	<b>6 edifícios</b>				<b>3.000</b>	<b>13.000</b>	<b>3.000</b>
CONTEXTO	UR	Pavimentos	UR / andar	Total UR	Produtividade	Velocidade																																																											
ENFO	100m <sup>2</sup>	20	10	200	1,170	200																																																											
<b>Total = 6</b>				<b>1.400</b>	<b>4.770</b>	<b>1.400</b>																																																											
ENFO	100m <sup>2</sup>	20	6	600	6,17	200																																																											
<b>Total = 2</b>				<b>1.170</b>	<b>4.700</b>	<b>1.170</b>																																																											
ENFO	113m <sup>2</sup>	27	10	270	1,060	270																																																											
<b>Total = 2</b>				<b>1.000</b>	<b>2.000</b>	<b>500</b>																																																											
<b>CONTEXTO</b>				<b>Total UR</b>	<b>Produtividade</b>	<b>Velocidade</b>																																																											
<b>6 edifícios</b>				<b>3.000</b>	<b>13.000</b>	<b>3.000</b>																																																											
<p>ZAU 6 Setor 4 (Bairro Parque Verde - Av. Augusto Montenegro)</p>		<p><b>M4 (Residencial)</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Aproveitamento:</b></li> <li>• <b>147.5000,00 m<sup>2</sup></b></li> <li>• <b>552m<sup>2</sup> (6 unidades por andar)</b></li> <li>• <b>14 edifícios</b></li> <li>• <b>32 pavimentos-tipo</b></li> <li>• <b>1 pavimento de estacionamento</b></li> <li>• <b>1 pavimento de salão de festas</b></li> <li>• <b>Altura: 108m</b></li> <li>• <b>2688 Unidades</b></li> </ul>																																																															
<p>ZAU 6 Setor 4 (Bairro Tenoné - Av. Augusto Montenegro)</p>		<p>Zona 6 SETOR 4. Modelo mA. Área do terreno: 38.976 m<sup>2</sup>. Área construída: 96.900 m<sup>2</sup>. Parâmetros: Cf. Aproveitamento: 2,5 - 97.440 m<sup>2</sup> Taxa de ocupação: 0,5 - 19.488 m<sup>2</sup>; Permeabilidade: 0,2 7.800 m<sup>2</sup>. Edificação proposta: 5 torres de 53 pavimentos: 51 pavimentos tipos: 380 m<sup>2</sup> cada com 4 unidades de 95 m<sup>2</sup>; 1 pavimento com salão pavimento de pilotis (obrigatoriedade).</p>																																																															

Fonte: Google Earth 2015, Belém (1999; 2008). Produzido por Taynara Gomes a partir dos resultados de grupos de trabalho da Oficina de Espaços Livres, Quapá-SEL, Belém, 2015.

diversas regulamentações de parâmetros urbanísticos foram deslocadas para legislações posteriores, incluindo as exigências de previsão de vagas de estacionamento em novos empreendimentos. Parâmetros existentes na LCCU nº 2/1999, que regulamentavam o Plano Diretor do Município de 1993, não mais válido, substituem, de modo juridicamente irregular e distorcido, a ausência de conteúdo do atual Plano Diretor do Município.

Observou-se que o potencial construtivo é bastante alto em todas as zonas, na medida em que não há limite intermediário estabelecido. Existe grande possibilidade de verticalização em toda as zonas, com exceção na área do entorno do Centro Histórico, que possui limite de gabarito máximo. Também não há conexão entre potencial construtivo e densidade construtiva ou populacional na quadra. Poucas referências são feitas ao controle direto da densidade demográfica em áreas urbanizadas de Belém. Por outro lado, os atuais índices urbanísticos permitem que zonas outrora de caráter de preservação ambiental sejam urbanizadas no coeficiente mínimo para áreas *urbanas* do município – ou seja, o novo Plano Diretor *cria* formalmente terra urbana. Essas permissões não foram acompanhadas de implantação de nova infraestrutura para qualificar o solo e torná-lo passível de ocupação urbana adequada.

Ao longo da avenida Augusto Montenegro, onde ainda há grandes lotes vazios ou subutilizados, esses coeficientes possibilitam a produção de grandes empreendimentos verticalizados com múltiplas torres. Ainda assim, observou-se que o potencial construtivo não é todo utilizado em alguns casos, em função das exigências do mercado relacionadas a certas tipologias para o segmento econômico, como o chamado condomínio-clubes. Há necessidade de destinação de área para estacionamento e lazer, limitados por questões de adequação do projeto ao perfil dos compradores, e não pela limitação de potencial construtivo. Ainda na área da chamada “Nova Belém”, regiões como o Jardim Sideral são indicadas como áreas de Operação Urbana Consorciada sem que haja sequer infraestrutura básica disponível.

A verticalização ocorre até o máximo permitido, sem que haja ponderação sobre a capacidade de suporte da infraestrutura existente, ou mesmo a cobrança de Outorga Onerosa como forma de arrecadar recursos para promover novos investimentos em infraestrutura urbana. Disso resulta prejuízo à qualidade urbanística e ambiental da cidade em praticamente toda as zonas estudadas, uma vez que a verticalização intensa tende a saturar estruturas já comprometidas pela baixa cobertura de redes de serviços e de infraestrutura urbana básica. Observou-se que as exigências quanto a áreas permeáveis também são insuficientes para garantir melhores condições ambientais para a cidade sem que haja maior distinção dos parâmetros de permeabilidade do solo nas zonas mais adensadas, ou que seja reconhecida a necessidade de manutenção de áreas permeáveis para garantia da capacidade de drenagem eficiente das ruas da cidade.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A diferenciação da paisagem da área central, em comparação com a área de expansão de Belém, é o principal aspecto observado neste trabalho. Apesar de a paisagem



urbana continental ainda ter resquícios do porte das massas vegetadas próprias da região, há pouco acesso e disponibilidade deficiente e restrita. Em que pese a herança de vias arborizadas no início do século XX e de espaços de beira-rio, a ocupação urbana limita, evidentemente, as possibilidades de usufruto.

Na área central há disponibilidade de espaços públicos e áreas verdes em praças e parques, com qualidade e distribuição espacial acessível, embora ainda deficiente, tecnicamente, em relação à mancha urbana e às suas densidades demográficas. Destaca-se a concentração de espaços livres que cresce na margem dos rios (novas urbanizações). Nas áreas de ocupação informal, há grande carência de espaços livres, uma vez que os espaços públicos disponíveis tendem a ser ocupados com pequenas edificações, com lixo acumulado, mato, contribuindo para avaliações negativas sobre tais espaços, onde a proximidade da centralidade principal de Belém, para as elites, representaria um contrassenso. A área central e suas imediações deveriam, sob essa ótica socialmente desigual, ter perfil elitizado. Um dos tipos de espaços livres e do verde apreciados pela população de baixa renda são os *balneários*, pequenas estruturas construídas nas margens de igarapés (pequenos rios), que permitem o banho e o lazer, assim como as praias de rio. Usualmente, estão localizados fora da área mais urbanizada da Região Metropolitana, ou nas ilhas.

Existe um cinturão institucional que define o ciclo de ocupação da Primeira Léguas, composto por áreas verdes majoritariamente de instituições públicas, como as Forças Armadas, instituições de ensino e pesquisa, autarquias federais. Eventualmente, a partir dos corredores de tráfego da cidade de Belém, sua visibilidade e identificação de extensão são comprometidas; tais espaços verdes preservados pelos usos institucionais não são frequentados pela população; neles não há parques implantados. Essa situação da porção continental mais densa contrasta com o entorno insular, onde o verde ainda está presente. Na área de expansão, predominam fragmentos de verde, que correspondem às áreas reservadas para equipamentos e praças nos conjuntos habitacionais e às áreas ainda sob o domínio do tipo de instituição listada anteriormente. Há grande potencial de aproveitamento do miolo de quadras, ainda vegetado nas de bairros como o Tapanã, com possibilidade de desmembramento de lotes e tratamento urbanístico. Costumam ser esquecidas as funções ambientais que antigos quintais e massas vegetais pulverizadas e menores têm cumprido historicamente, e o quanto sua supressão onerará novas redes de infraestrutura e comprometerá o desempenho ambiental da forma construída.

A atuação dos agentes consolida vetores imobiliários na porção mais dinâmica da cidade, com prédios de alto e médio padrão, auxiliada pelo conjunto de novas vias e alternativas de transporte público. Não se trata de novidade. A diferença é que, enquanto os vetores estavam dentro da Primeira Léguas Patrimonial, a paisagem de quadras de uso misto e as centralidades de clara definição foram apoiadas pelo desenho urbano do início do século XX. Já na concentração e interação dos agentes locais, que o mercado chama de Nova Belém (área de expansão), há carência de espaços livres. O mapa 4 ajuda na visualização desse problema, facilitando a compreensão da visualização da distribuição de praças na Primeira Léguas, onde há melhor infraestrutura, da localização

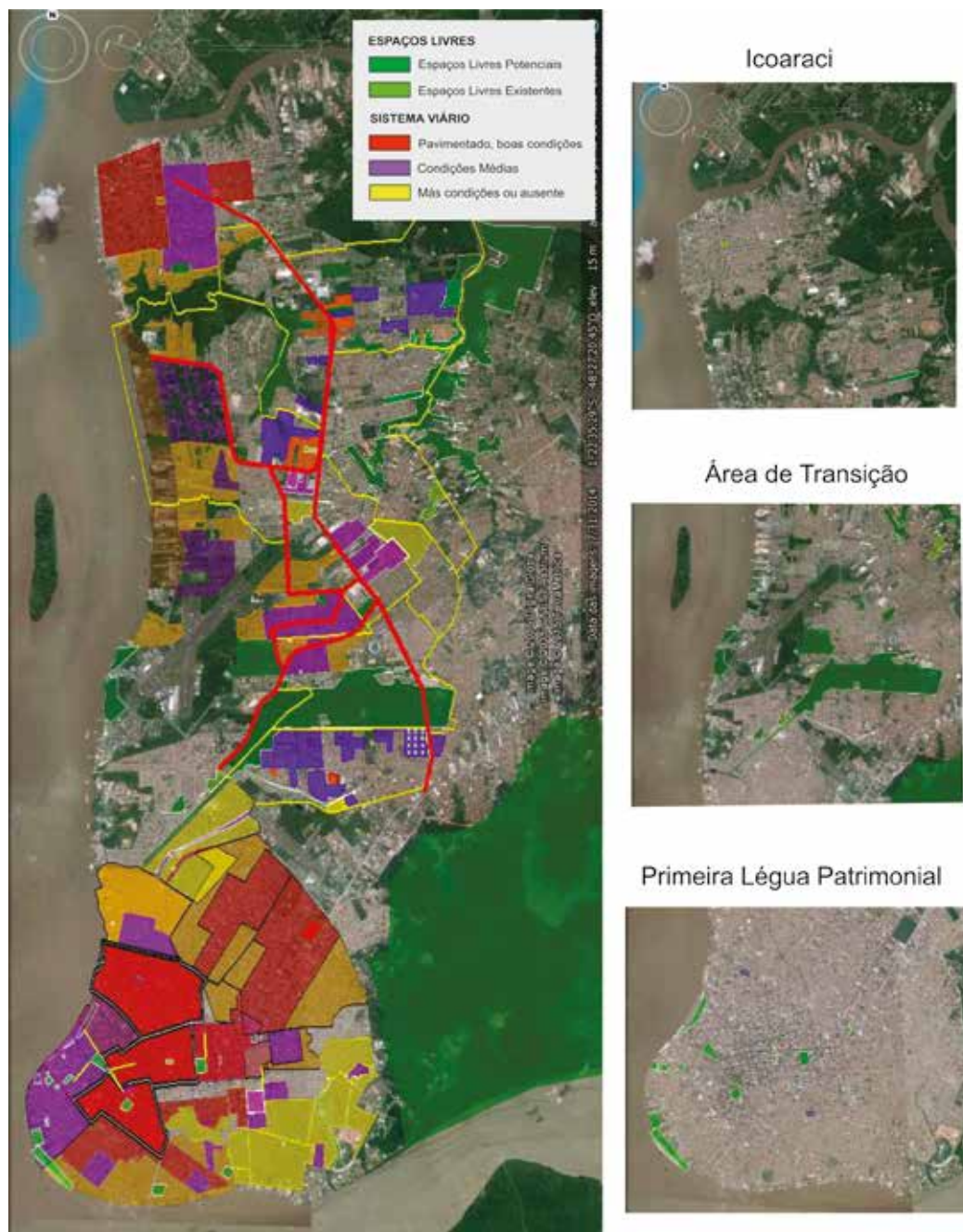
das áreas institucionais, das áreas verdes com grande potencial para apropriação (como parques) e do caráter residual das áreas verdes na área de expansão.

Na área de expansão, observa-se a concentração de lançamentos imobiliários em áreas previamente reservadas, envolvendo uso residencial, de comércio e serviços, que se constituem em novas centralidades, de acesso baseado no uso do automóvel em detrimento do pedestre – uma nova realidade, antes só observada no entorno de conjuntos habitacionais de grandes dimensões.

Isso deve influenciar decisivamente na sociabilidade dos novos moradores dessas áreas, isolados em condomínios, consumindo comércio e serviços também isolados, em esquemas arquitetônicos e acessos urbanísticos do tipo *mall*, com lazer dependente do automóvel individual, destacando a necessidade de reflexão sobre o padrão urbanístico criado na “Nova” Belém.

O confronto dos parâmetros urbanísticos do Plano Diretor com a situação em curso na cidade mostra que o potencial construtivo, em alguns casos, não é todo utilizado em função das exigências de mercado para tipologias do segmento econômico de área para estacionamento e lazer. A solução arquitetônica é determinada pela necessidade de adequação do projeto ao perfil dos compradores, e não pela restrição de potencial construtivo. Por outro lado, a possibilidade de verticalização até o limite máximo, sem ponderação sobre a capacidade de suporte da infraestrutura existente, ou mesmo a cobrança de Outorga Onerosa como forma de arrecadar recursos para promover novos investimentos em infraestrutura urbana, resultam em prejuízo para a qualidade urbana e ambiental de Belém. Destaca-se, nessa perspectiva, que as exigências quanto a áreas permeáveis são insuficientes para garantir melhores condições ambientais sem distinção adequada entre zonas com maior densidade construtiva, ou correlação entre manutenção de permeabilidade do solo ao desempenho efetivo da drenagem urbana, conforme características da bacia hidrográfica em questão.

Há de ter especial consideração quanto à ocorrência de APPs nas margens dos rios internos e nas ilhas, principais espaços verdes do município e elementos de conexão com o bioma amazônico. O potencial paisagístico do bioma circundante (floresta tropical e de várzea), ainda é invisível para a população, ou melhor, conta com significados de invisibilidade distintos entre os diversos grupos sociais. Enquanto para uns os equipamentos da orla descortinam o rio e trazem oportunidades de convívio, para outros, são novos obstáculos para moradia e acesso democrático à cidade.



**Mapa 4** Síntese da avaliação da qualidade das ruas e distribuição de espaços livres desenvolvida pelo Grupo de Trabalho Identificação de um Sistema de Espaços Livres na cidade.  
Fonte: Mapa produzido em 2015 por Taynara Gomes sobre imagens do Google Earth 2015 e croquis elaborados pelo grupo de trabalho durante a oficina de espaços livres. Quará-SEL, Belém, 2015.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BELÉM. Lei nº 7.709 de 18 de maio de 1994. Dispõe sobre a preservação do patrimônio histórico, artístico, cultural e paisagístico do município de Belém. **Diário Oficial do Município de Belém**, nº 7.768, 18 mai. 1994, 2º caderno.
- BELÉM. Plano Diretor do Município de Belém. Lei nº 8.655, de 30 de julho de 2008. Dispõe sobre o Plano Diretor do Município de Belém, e dá outras providências. **Diário Oficial do Município de Belém**, 27 dez. 2013, p. 445.
- BRASIL. Lei Complementar nº 14, de 8 de junho de 1973. Estabelece as regiões metropolitanas de São Paulo, Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Salvador, Curitiba, Belém e Fortaleza. Brasília: Presidência da República, 1973. **Diário Oficial da União**, 11 jun. 1973, p. 5.585. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/lcp/Lcp14.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/Lcp14.htm)>. Acesso em: 11 jun. 2015.
- BUENO, Laura Machado de Mello. **Qualidade de vida e ambiental**: avaliação e monitoramento de intervenções em assentamentos de interesse social. 81 f. Relatório de pesquisa – Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Centro de Ciências Exatas, Ambientais e Tecnologia, Campinas, 2006. Disponível em: <<http://ftp-acd.puc-campinas.edu.br/pub/professores/ceatec/laurab/RELATORIO%20PESQUISA%2007%20laura%20QUALIDADE%20DE%20VIDA%20E%20AMBIENTAL%20AVALIAÇÃO%20E%20MONITORAMENTO.pdf>>. Acesso em: 11 jun. 2015.
- COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO E ADMINISTRAÇÃO DA ÁREA METROPOLITANA DE BELÉM (CODEM). **Cadastro técnico multifinalitário**. Belém: Prefeitura Municipal de Belém (PMB), 2003. CD-ROM.
- CORRÊA, Roberto Lobato. A periodização da rede urbana da Amazônia. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 49, n. 3, jul. 1987, p. 39-68.
- CRUZ, Ernesto. **História de Belém**. Belém: UFPA, 1973. 2 v. (Coleção Amazônia, Série José Veríssimo).
- DURANS, Renata. **Tipologias de assentamento habitacional ao longo da rodovia Augusto Montenegro**: estudo de caso do bairro Parque Verde, Belém (PA). 2013. 117 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal do Pará, Instituto de Tecnologia, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Belém, 2013.
- FIX, Mariana de Azevedo Barretto. **São Paulo cidade global**: fundamentos financeiros de uma miragem. São Paulo: Boitempo, 2007.
- IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). **Censo demográfico 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em: <[www.censo2010.ibge.gov.br](http://www.censo2010.ibge.gov.br)>. Acesso em: 1 jun. 2015.
- LIMA, José Júlio Ferreira. Compensatory urban form. Configuration as means of expanding social equity in Belém, Brazil. 13 f. SPACE SYNTHAX SYMPOSIUM, 3rd, 2001, Atlanta, Georgia, USA. **Proceedings**. Atlanta, 2001. Disponível em: <[http://www.ucl.ac.uk/bartlett/3sss/papers\\_pdf/54\\_lima.pdf](http://www.ucl.ac.uk/bartlett/3sss/papers_pdf/54_lima.pdf)>. Acesso em: 28 jun. 2015.
- \_\_\_\_\_; VENTURA NETO, R. S.; LOPES, R. S. N. Empreendimentos da 'Nova Belém' na formação e consolidação da expansão urbana de Belém do Pará. In: NOBRE, Eduardo Alberto Cusce; BASSANI, Jorge (Org.). **Intervenções urbanas em áreas em transformação de cidades da América Latina**. São Paulo: FAUUSP, 2015, v. 1, p. 163-188.
- MARICATO, Ermínia. **Brasil, cidades**: alternativas para a crise urbana. Petrópolis: Vozes, 2001.
- PONTE, Juliano; BRANDÃO, Ana Júlia Domingues das Neves. Urban drainage in the Metropolitan Region of Belém, Brazil: an urbanistic study. In: SIO-LONG, Ao; ALAN HOI-SHOU, Chan; HIDEKI, Katagiri; XU, Li. (Org.). IAENG transactions on engineering sciences. Special issue for the International Association of Engineers Conferences 2014. Singapura; Londres; Hackensack: **World Scientific**, 2015, v. 1, p. 358-371.
- TRINDADE JR., Saint-Clair. **A cidade dispersa**: os novos espaços de assentamentos em Belém e a reestruturação metropolitana. 1998. 366 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.
- VENTURA NETO, Raul da Silva. **Circuito imobiliário e a cidade**: coalizões urbanas e dinâmicas de acumulação do capital no espaço intraurbano de Belém. 2012. 202 f. Belém. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Instituto de Tecnologia Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Pará, Belém, 2012.

### Nota do editor

Submissão: 30 jul. 2015

Aprovação: 26 out. 2015

# ENTRE A RUA E O MURO: A CONSTRUÇÃO DE UMA INTERFACE NOS CONDOMÍNIOS HORIZONTAIS FECHADOS

*BETWEEN THE STREET AND THE WALL: THE CONSTRUCTION OF AN INTERFACE IN GATED COMMUNITIES*

Karin Schwabe Meneguetti\*  
Gislaine Elizete Beloto\*\*

## RESUMO

As ruas são espaços livres fundamentais para a vida urbana, e sua paisagem é condicionada pela forma de ocupação e uso dos lotes que as delimitam. Contudo, o processo de urbanização recente tem demonstrado mudanças na relação entre os espaços públicos e privados, entre elas, as derivadas dos grandes condomínios horizontais fechados. Sua implantação resulta em altos e contínuos muros, os quais rejeitam a interface com as ruas adjacentes, afetando, de maneira negativa, a qualidade urbana. Este artigo objetiva apresentar uma possibilidade para construir a interface entre os condomínios fechados e as ruas externas a eles. Para tanto, será relatada a experiência, na cidade de Maringá, da implantação de condomínios cercados por lotes voltados às ruas externas e de usos diversos. A aplicação desse tipo morfológico em vários desses empreendimentos imobiliários tem demonstrado ganho considerável na qualidade da paisagem da via pública.

Palavras-chave: Paisagem urbana. Morfologia urbana. Condomínios horizontais. Maringá.

## ABSTRACT

*Streets are fundamental open spaces to urban life and their landscape is conditioned by the occupation form and use of lots along it. However, recent urbanization processes have shown changes in the relationship between public and private spaces. Among these changes are the large gated communities within the urban fabric. They result in high and continuous walls, which reject the interface with the neighboring streets, thus negatively affecting urban environment quality. This paper aims to present a possibility to construct the interface between gated communities and outside streets. An experience of gated communities surrounded by multi-purpose lots built in the city of Maringá, Brasil, will be reported. The application of this typomorphology in several of these real estate enterprise has demonstrated significant improvement in the quality of the street landscape.*

*Keywords: Urban landscape. Urban morphology. Gated communities. Maringá.*

---

\* Arquitecta pela Universidade Federal do Paraná (UFPR), doutora em Arquitetura e Urbanismo pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAUUSP) e professora associada da graduação e pós-graduação do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Estadual de Maringá (UEM). Avenida Colombo, 5.790, bloco 32, 87020-900, Maringá, PR, Brasil.  
ksmeneguetti@uem.br

\*\* Graduada em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Estadual de Londrina (UEL), doutora em Arquitetura e Urbanismo pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAUUSP) e professora adjunta da graduação do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Estadual de Maringá (UEM). Avenida Colombo, 5.790, bloco 32, 87020-900, Maringá, PR, Brasil.  
gebeloto@uem.br

## 1 DO PÚBLICO PARA O COLETIVO: NOVOS TECIDOS URBANOS

Jane Jacobs, no clássico *The death and life of great american cities*, publicado originalmente em 1961, estabelece que “as ruas são peças vitais para as cidades”. O livro foi definido pela autora como uma verdadeira ofensiva contra os fundamentos do urbanismo modernista, e sua grande repercussão equivale à simplicidade com que apresenta um novo entendimento sobre a cidade. Nele, a autora defende a diversidade de usos urbanos, a qual reflete a possibilidade de uma série de combinações rua-edifícios e a promoção na interação entre estas e os pedestres.

Elemento abstrato da cidade, a rua ganha significado ao ser tomada como o “local público por excelência”. A concretude desse elemento se faz na interface com os elementos edificados que a delimitam – os próprios edifícios e os muros. Essa interface é resultado da diversidade de usos, e, também, de uma diversidade arquitetônica e paisagística.

Entre outros itens, a qualidade de uma rua é tanto maior quanto maiores as possibilidades de combinações com os edifícios (CARMONA et al., 2010). Com ela, há tendência de aumento da utilização desse espaço público, da circulação de pessoas em períodos diferentes do dia, o que promove sensação de segurança tanto aos pedestres quanto aos moradores.

Paradoxalmente, desde as últimas décadas, a sensação de segurança vinculou-se ao “fechamento” ou “isolamento” das casas em relação às ruas. A descrença numa efetiva segurança pública fomentou a ideia de “proteção atrás dos muros” (TRAMONTANO; SANTOS, 1999). Enquanto isso, as ruas residenciais passaram a ser espaços marginalizados e lugares exclusivos para circulação, sobretudo a circulação do automóvel.

O processo de urbanização recente demonstra mudanças nas relações entre os espaços públicos e privados que se mesclam ao uso privativo de propriedades públicas e ao uso público, porém com acesso controlado, de propriedades privadas. Organizada quase sempre para atividades coletivas ou para viabilizar a adoção de equipamentos e serviços, também de uso coletivo, a apropriação de forma privativa dos espaços públicos ocorre de forma cada vez mais complexa. A organização condominial, seja ela residencial ou comercial, como os *shoppings*, enseja novas formas urbanas ao tecido tradicional. (REIS, 2006).

Nesse sentido, o modelo de expansão das grandes e médias cidades brasileiras, que se destaca a partir da década de 1980, reafirma, em analogia ao que escreve Francesco Indovina (2010), a organização de um território a partir da realização da “condição urbana”, fora da cidade tradicional e compacta, que se configura dispersa pelo território, mas com a presença inexorável dos condomínios horizontais fechados. Estes configuram novo tecido dentro da mancha urbana dispersa, ou com tendência a tal.

Trata-se de um mosaico de formas condominiais, isoladas entre si, em que tende a se transformar o tecido urbano contemporâneo, nas áreas de expansão urbana e periferias, ou mesmo entremeando a malha tradicional, como no caso apresentado neste artigo. Tais formas de “organização coletiva do tecido urbano” (REIS, 2006) são respostas à maior exigência em infraestrutura e qualidade de serviços, especialmente às

que se relacionam à segurança, e que, devido à organização coletiva nos condomínios, é possível que os usuários/proprietários tenham acesso.

No caso dos condomínios horizontais fechados, como o próprio nome diz, os muros são os delimitadores da área beneficiada pela organização coletiva. Entretanto, um dos maiores problemas urbanos causados por esses muros é o comprometimento da qualidade paisagística da rua, externa aos mesmos. O conjunto dessas áreas muradas oferece àqueles que transitam pelas ruas externas aos condomínios uma experiência estéril.

Conforme defende Manuel de Solà-Morales (2001, p. 106), “[...] a cidade é precisamente o lugar onde o particular pode ser – e amiúde é – social: tanto ou mais que o público, a boa cidade é aquela em que os edifícios particulares têm valores sociais que os extrapolam, e nisso está seu modo de ser urbanos”. A total separação, e especificamente a separação visual, nega o espaço público – este que, para Solà-Morales, é o principal responsável por dar condição para que o privado seja urbano. É essa perspectiva, que interpola o privado e o público na constituição do espaço urbano e, também, da paisagem da cidade, que será aqui abordada.

Apesar de o assunto abrir espaço para discussões como processo de urbanização, legislação urbanística, novas infraestruturas, modo de vida urbano, entre outros tantos, o principal objetivo deste artigo é apresentar a experiência da cidade de Maringá naquilo que se refere a novas possibilidades de implantação de condomínios horizontais fechados inseridos na malha urbana existente – de tal forma que permaneça a diversidade de uso e ocupação ao longo das ruas e que a interferência da implantação na paisagem urbana seja tanto menor quanto possível. Para isso, este artigo põe em evidência os tipos morfológicos dos condomínios fechados que compõem parte do tecido da cidade de Maringá e estabelece a narrativa histórica sobre a criação de um novo tipo.

## 2 A QUASE-LEGALIDADE

Os condomínios ou loteamentos fechados começaram a ser implantados nas grandes cidades brasileiras por volta dos anos 1980. Era a repercussão da implantação Alphaville Barueri, a partir de 1973. Outra fonte de influência para a criação de tais condomínios no Brasil foi a forma de constituição de condomínios norte-americana, conhecida como *Common Interest Development*, que, a partir dos anos de 1960, seria a nova fórmula encontrada para a viabilização do *sprawl*, por meio do sistema de copropriedade, o mesmo que, mais tarde, viabilizaria a produção das *gated communities*<sup>1</sup>, conforme Souza e Silva (2014).

Facilmente, houve a transposição dessa forma de expansão urbana para as cidades médias brasileiras, com a mesma e principal justificativa para sua implantação nas grandes cidades, ou seja, a segurança como qualidade de vida aliada à qualidade paisagística

---

<sup>1</sup> Sobre *gated community*, ver: LANG, Robert E.; LeFURGY, Jenifer B. **Boomburbs**: the rise of the America's accidental cities. Washington: The Brookings Institution, 2007.

prometida para o intramuros pelo mercado imobiliário. Assim, os condomínios fechados multiplicaram-se em todo o país, destinados às classes média e alta, como parte de um mesmo movimento em que se conjugava o esvaziamento dos centros tradicionais pelo uso residencial sob uma base paradigmática do zoneamento monofuncional.

Sob o ponto de vista normativo, a lei não pressupunha a figura do condomínio horizontal fechado. A lei que regia, e ainda rege, à condição condominial no Brasil – Lei nº 4591/1964 – faz inferências apenas aos condomínios formados por unidades autônomas de casas ou apartamentos com fração ideal do terreno, e cuja gleba, indivisível, não necessita de abertura de novas ruas. Trata-se tão simplesmente dos edifícios verticais ou de casas em série, paralelas ou transversais ao alinhamento predial, das quais as áreas de circulação são partes integrantes do condomínio.

Sendo assim, na prática, o que se vem fazendo é um “loteamento fechado”, que, por ser um instituto não regular na legislação brasileira e por ferir condições básicas dos loteamentos instituídos pela Lei nº 6766/1979, como propriedades públicas das ruas e praças implantadas, passa a ser nomeado “condomínio horizontal fechado” ou apenas “condomínio horizontal”.

Na descrição de Tramontano e Santos (1999, s/p), os condomínios horizontais fechados são:

[...] os conjuntos de habitações cercados por muros, com entrada única, geralmente controlada por dispositivos como guarita. São conjuntos, como sugere a denominação, não verticalizados, nos quais as unidades habitacionais possuem acessos independentes e geralmente estão dispostas em lotes definidos. Constituem uma modalidade de ocupação do solo na qual verificam-se vários tipos de agrupamentos das unidades habitacionais, desde unidades isoladas até blocos de unidades térreas, de dois pavimentos ou sobrepostas, passando por unidades geminadas por um só lado, podendo ser térreas ou de dois pavimentos.

Não obstante, na grande maioria das vezes, esses condomínios fechados são implantados sem as unidades habitacionais, o que os caracterizariam como loteamentos, no caso, loteamentos fechados. Dentro do Direito Urbanístico Brasileiro, segundo Silva (1995, p. 315), tais “loteamentos fechados” não figuram como modalidade específica de parcelamento do solo urbano, “[...] não há legislação que os ampare, constituem uma distorção e uma deformação de duas instituições jurídicas: do aproveitamento condominial do espaço e do loteamento ou do desmembramento”. Neles há uma forma dos loteadores se desvencilharem das obrigações e ônus impostos pelas leis federal e municipal. Uma vez que sua instituição não se faz em razão da incorporação imobiliária ao lote, as ruas internas, conforme afirma Grau (1986, p. 199), “[...] não podem ser cercadas ou bloqueadas[...]”, devendo ser de apropriação pública, e não apenas coletiva dos “condôminos”.

A legalidade dessa prática passa pela legislação municipal, que pode discipliná-la como uma modalidade de parcelamento do solo urbano ou, simplesmente, autorizar o uso privativo das vias internas do condomínio para os moradores. (SILVA, 2008).



Ademais, encontra-se em tramitação no Congresso Federal um substitutivo ao Projeto de Lei nº 3057/2000 que revoga a Lei nº 6766/1979, denominada Lei de Responsabilidade Territorial Urbana, a qual, entre outras providências, institui a modalidade *condomínio urbanístico* – denominado, neste trabalho, condomínio horizontal fechado. O projeto de lei que dá origem a esse substitutivo apenas busca regulamentar os condomínios fechados com a inclusão do §2º no Art. 41 da Lei de Parcelamento do Solo Urbano.

Com a possibilidade da legalização de uma nova modalidade de parcelamento do solo, o que ainda não foi posto em discussão é, mais uma vez, a qualidade do resto da cidade diante dos condomínios fechados. Com a formação desses enclaves no tecido urbano, como pensar o sistema de circulação, a expansão futura cada vez mais segmentada e a paisagem que, cada vez mais monótona, reduz a experiência visual ao *continuum* murado? Isso sem entrar no mérito das áreas destinadas a equipamentos públicos e comunitários que provêm de doações dos loteadores ao aprovarem novos empreendimentos.

### 3 CONJUGAÇÃO DA MALHA URBANA E CONDOMÍNIOS FECHADOS: A EXPERIÊNCIA DE MARINGÁ (PR)

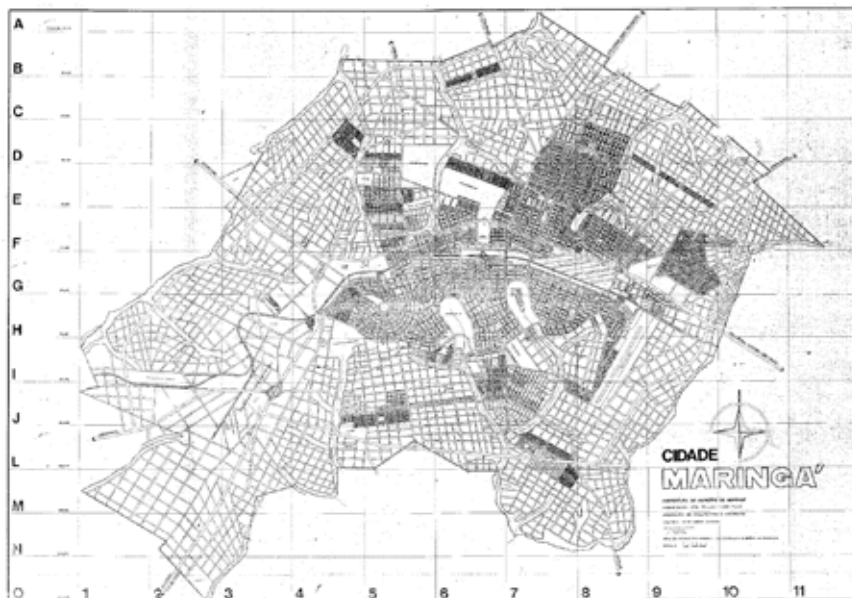
Na cidade de Maringá (PR), esse tipo de empreendimento foi coibido em grande parte pelo Plano de Diretrizes Viárias de 1979 (figura 1), que projetava vias configurando quadras de aproximadamente 200 metros de lado, as quais seriam reparceladas conforme o projeto do loteamento. Desse modo, o condomínio urbano ficava restrito às dimensões da quadra máxima, com exceção dos que ocuparam as chácaras em lotes de fundo de vale, de constituição estreita e alongada, o que ocorreu com os primeiros condomínios horizontais até 1995.

Na década de 1990, após o primeiro período de intensa verticalização visto na cidade, a expansão horizontal desta foi retomada e a figura do condomínio fechado apareceu como alternativa de “segurança” para que se pudesse voltar a morar em residências térreas<sup>2</sup>. Em 1995, foi aprovado o loteamento denominado Jardim Imperial, que parcelava boa parte dos lotes ainda rurais no norte da cidade. O interesse do empreendedor era constituir um condomínio horizontal no interior do loteamento, mas a previsão das diretrizes viárias emitidas pela prefeitura não possibilitava esse feito. Após ampla negociação, foi suprimida uma via das diretrizes inicialmente planejadas para que o condomínio fosse aprovado, condicionada a que se resolvesse o problema urbano recorrente desse tipo de ocupação – os muros cegos de frente para as ruas do entorno. A equipe técnica da prefeitura, liderada por Karin Schwabe Meneguetti, considerando a relação com a rua a principal questão a ser resolvida, projetou uma sequência de lotes “abertos” junto aos muros do condomínio, com as testadas voltadas

---

<sup>2</sup> Maiores detalhes sobre entrevista feita com moradores de condomínios fechados de Maringá em: GALVÃO, Altair. **Condomínios horizontais fechados: segregadores ou segregados?** Um estudo de caso no Município de Maringá-PR. 2004. 200 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2007.

para as vias urbanas. O condomínio figuraria, então, como uma ocupação de miolo de quadra. Imaginava-se que, com a ocupação desses lotes externos, o muro do condomínio ficaria escondido, e a vida da rua, preservada – o que de fato aconteceu, como pode ser observado nas figuras 2 e 3.



**Figura 1** Plano de Diretrizes Viárias, Maringá, 1979. Área escura: malha urbana existente. Área mais clara: diretrizes viárias propostas dentro do perímetro urbano.  
Fonte: Acervo da Prefeitura do Município de Maringá.



**Figura 2** Condomínio Jardim Imperial, Maringá, 2009. Polígono amarelo: muro do condomínio fechado. Externo ao polígono: faixa de lotes não pertencentes ao condomínio (lotes "abertos"), cujo objetivo é manter a mesma paisagem do entorno.  
Fonte: marcação sobre foto feita pelas autoras. Foto: Oficina Quapá-SEL Maringá, 2009.



**Figura 3** Interface entre o condomínio e a rua e ele externa: a paisagem da rua no limite do Condomínio Jardim Imperial.

Foto: Karin Schwabe Meneguetti, 2015.

A partir dessa experiência, as normas urbanísticas da cidade passaram a exigir dos empreendedores a provisão de faixas loteadas contínuas ao longo do perímetro do condomínio, visando à diminuição do impacto causado pelos muros na cidade. Assim, recolhendo-se os muros do condomínio para os fundos dos lotes abertos à rua, e criando uma faixa de edificações ao longo da via, percebe-se uma mudança drástica no impacto que era causado pelos altos muros. Se antes estes criavam uma divisão abrupta entre o privado e o público, agora, os lotes que circundam os muros dos condomínios restauram, além da imagem da cidade, a sensação de segurança da população que trafega pela via. Essa diferença fica clara na comparação entre as figuras 4 e 5: a primeira retratando o muro fechando a rua de um condomínio tradicional; a segunda, com a nova modalidade de condomínio, com a faixa de lotes abertos voltados à rua.



**Figura 4** Condomínio fechado tradicional, cujo muro contínuo desenha a interface público-privada.

Foto: Karin Schwabe Meneguetti, 2012.



**Figura 5** Condomínio Jardim Imperial, com a faixa de lotes “abertos” entre o muro e a rua.  
Foto: Karin Schwabe Meneguetti, 2015.

A regulação dos propósitos do mercado imobiliário é uma constante na história do planejamento de Maringá. (BELOTO, 2004). Diante da pressão pela aprovação dos condomínios fechados dentro e fora do perímetro urbano, a Lei Complementar 334, aprovada em 1999, considera esses empreendimentos imobiliários uma das modalidades possíveis de parcelamento do solo. Adota o termo “condomínio horizontal” definindo-o como “[...] área fechada por muros, com acesso único controlado, em que a cada unidade autônoma cabe, como parte inseparável, fração ideal de terreno correspondente às áreas comuns destinadas a vias de acesso e recreação”. Acrescenta que não será permitido interromper o prolongamento das diretrizes de arruamento previsto na Lei do Sistema Viário Básico do Município – aprovada por meio da Lei Complementar 333/99, em conjunto com a Lei de Loteamento – devendo os condomínios fechados serem encaixados nessa malha projetada.

#### **4 OS TIPOS MORFOLÓGICOS INSERIDOS NA MALHA URBANA DE MARINGÁ**

A história da implantação e aprovação dos condomínios fechados retrata uma articulação entre as normas urbanísticas e a disposição dos condomínios na malha

urbana de Maringá, a qual deu origem a tipos morfológicos com diferentes relações entre os muros de fechamento e a rua.

A abordagem tipomorfológica aqui adotada refere-se a uma maneira sistemática de classificar porções do tecido urbano quase como “modelos para o projeto” ou “ferramentas normativas” (MOUDON, 1989), e pouco tem a ver com a explicação do processo de construção da cidade. A tipificação a partir da estrutura de parcelamento dos condomínios contribui para a compreensão da paisagem gerada.

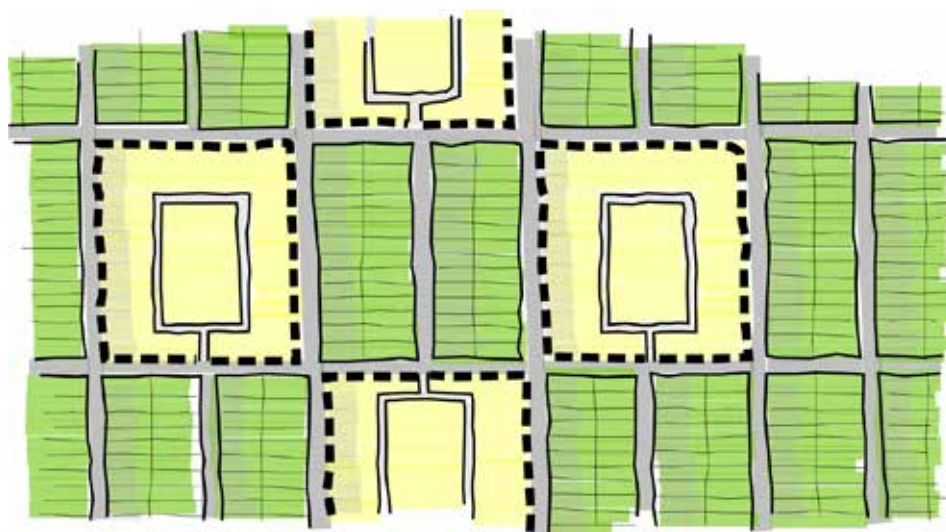


**Figura 6** Tecido urbano, Maringá, 2015. Primeiro plano: faixa de lotes “abertos” de uso comercial contígua ao condomínio fechado. Segundo plano: condomínio fechado. Terceiro plano: tecido habitacional resultante de loteamentos.

Fonte: Marcação sobre foto feita por Gislaíne Beloto, 2015. Foto: Gislaíne Beloto, 2015.

#### 4.1 TIPO 1

O primeiro tipo resulta da adaptação dos empreendimentos às diretrizes viárias básicas de 1979, cuja malha aproximada, de 200m x 200m, obrigou que os condomínios não ultrapasassem essa dimensão linear. Se por um lado tal diretriz desenhou, de forma rígida e ortogonal, toda a expansão da cidade, por outro lado colaborou com a implantação de uma série de pequenos condomínios intercalados por quadras de parcelamento “aberto”, em vez de um único empreendimento de grandes dimensões (figura 7). Assim, a experiência do pedestre, ao trafegar por essas ruas, ganha contornos de alguma qualidade urbana com a possibilidade de combinações de formas e espaços abertos e fechados que o lado oposto aos muros dos condomínios permite. Não obstante a garantia de acessibilidade pelo controle das dimensões, um muro contínuo – muitas vezes bastante alto e adornado por equipamentos de segurança – contribui para a sensação de aridez e isolamento do lado do passeio público (figuras 8 e 9).



**Figura 7** Inserção de condomínios fechados na malha urbana: Tipo 1 – condomínios com áreas reduzidas e dispersos na malha urbana. Em amarelo: condomínios horizontais fechados. Em verde: loteamento. Pontilhado: muro dos condomínios.  
Desenho de Gislane Beloto, 2015.



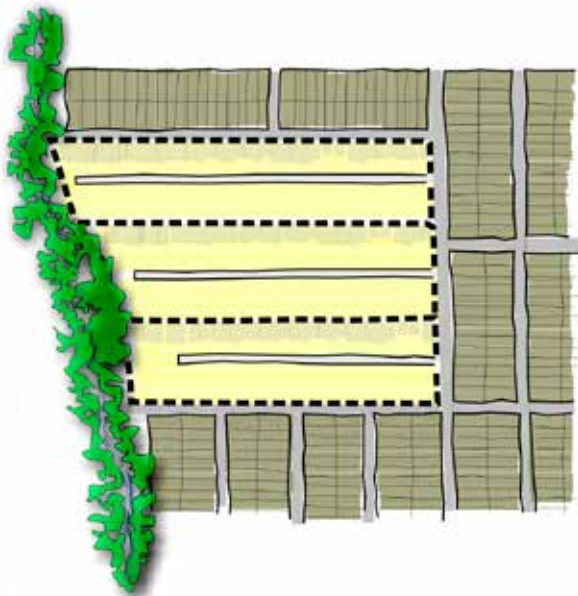
**Figura 8** Paisagem derivada da dispersão de condomínios fechados na malha urbana: permanência dos muros contínuos.  
Foto: Gislane Beloto, 2015.



**Figura 9** Paisagem derivada da dispersão de condomínios fechados na malha urbana.  
Foto: Gislaíne Beloto, 2015.

## 4.2 TIPO 2

O Tipo 2 se estabelece em áreas de fundo de vale e configura-se pela negação das áreas de proteção ambiental. Essa negação ocorre pela simples separação da área *non aedificandi* da área do condomínio propriamente dito por um muro (figura 10) ou pela construção de uma rua no limiar da mata ciliar, denominada, em Maringá, de “via paisagística”. No primeiro caso, a forma dos lotes rurais possibilitou uma sequência de condomínios sem lotes lindeiros à rua e sem acesso público à área de fundo de vale (figura 11); no segundo, a indiferença pela área de fundo de vale que, em geral, os habitantes



**Figura 10** Inserção de condomínios fechados na malha urbana: Tipo 2 – negação das áreas de proteção ambiental. Em amarelo: condomínios horizontais fechados. Em marrom: loteamento. Em verde: mata ciliar. Pontilhado: muro dos condomínios.  
Desenho de Gislaíne Beloto, 2015.

sentem, é reproduzida num cenário sem pessoas – onde de um lado está o muro do condomínio e, do outro, a mata ciliar (figura 12). Esta, mesmo com potencial para a constituição de parques lineares, é relegada ao acaso do poder público.



**Figura 11** Paisagem formada pelo contínuo murado e pela área de proteção ambiental.  
Foto: Gislaïne Beloto, 2015.

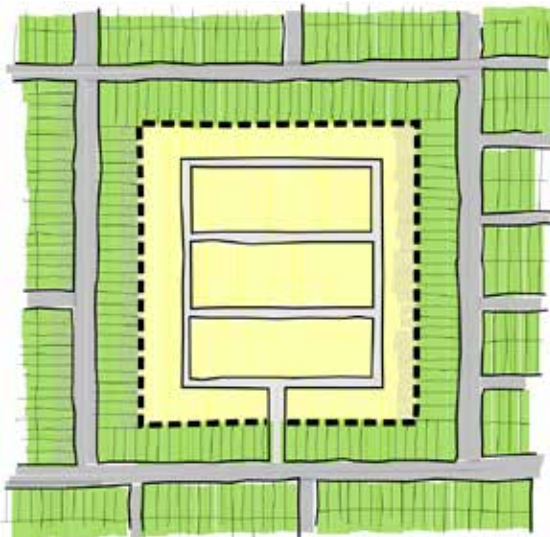


**Figura 12** Paisagem formada pelo contínuo murado, pela via paisagística e pela área de proteção ambiental.  
Foto: Gislaïne Beloto, 2015.

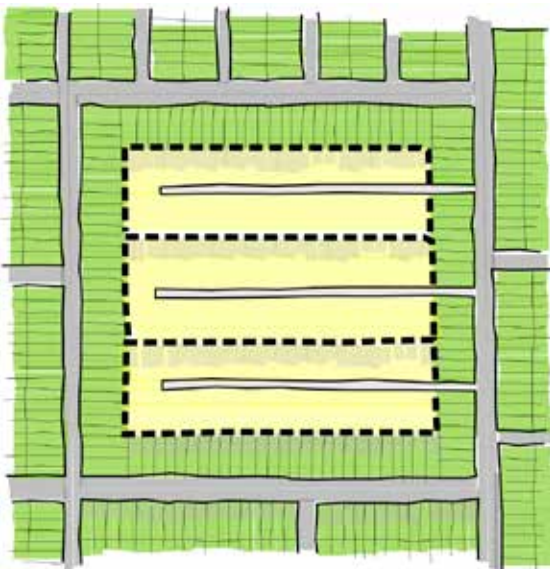


### 4.3 TIPO 3

O terceiro tipo não se encaixa perfeitamente nas diretrizes básicas projetadas no final da década de 1970. Com as dimensões lineares maiores, esses condomínios têm proporções que chegam ao dobro do Tipo 1. São derivados de um único empreendimento (figura 13) ou de um conjunto de condomínios contíguos (figura 14). Em compensação, os muros de fechamento não são totalmente visíveis a partir da rua. Ao longo desses, uma série de lotes de uso comercial e/ou residencial busca formar uma paisagem tal qual o entorno tradicional, como pode ser visto na figura 15. É o tipo descrito anteriormente, a partir da experiência de 1995. Nesses tipos de condomínios, quando da ocupação total dos lotes lindeiros, os muros são completamente escondidos – e a vida da rua, mantida.



**Figura 13** Inserção de condomínios fechados na malha urbana: Tipo 3 – condomínios implantados com uma faixa de lotes “abertos” entre os muros desses empreendimentos e as ruas a eles externas. Variação: um único condomínio. Em amarelo: condomínios horizontais fechados. Em verde: loteamento. Pontilhado: muro dos condomínios. Desenho de Gislaïne Beloto, 2015.



**Figura 14** Inserção de condomínios fechados na malha urbana: Tipo 3 – condomínios implantados com uma faixa de lotes “abertos” entre os muros desses empreendimentos e as ruas a eles externas. Variação: uma série de condomínios. Em amarelo: condomínios horizontais fechados. Em verde: loteamento. Pontilhado: muro dos condomínios. Desenho de Gislaïne Beloto, 2015.



**Figura 15** Paisagem formada pelos lotes externos e contíguos ao condomínio fechado. Em rosa, pode-se ver o muro do condomínio, com as residências em segundo plano. No primeiro plano, veem-se as edificações de uso comercial. Foto: Gislaïne Beloto, 2015.

As diferentes maneiras com que os condomínios se inserem na malha urbana e as diferentes configurações de seus parcelamentos em relação ao entorno dão forma à interface entre o público e o privado. Por sua vez, é essa interface que qualifica o espaço público, a rua. Há, no caso de Maringá, uma tentativa bem-sucedida de minimizar os impactos negativos desses empreendimentos fechados nas ruas a eles adjacentes. A proposta de “escondê-los” atrás de uma fileira de lotes “abertos” dá condição para formação de uma paisagem mais diversificada e resolve parcialmente a questão da inserção do empreendimento na malha urbana.

## 5 CONCLUSÃO: IDEIAS E AÇÕES DE PLANEJAMENTO

Os condomínios fechados introduzem uma relação dialética com a paisagem urbana do seu entorno. Não são apenas as intervenções negativas da malha urbana, as quais dificultam a circulação, são, também, as intervenções no desenho da paisagem, que contradizem a ideia de urbanidade conhecida e reconhecida. No entanto, há pressões constantes para a aprovação desse tipo de empreendimento, tanto dos empreendedores, quanto de seus futuros moradores, em busca do novo “modo de vida urbano”.

No intuito de reduzir os impactos dessas intervenções na cidade, e procurando projetar uma paisagem com maior qualidade urbana, buscam-se soluções morfológicas que se apresentem como alternativas viáveis para a produção desses empreendimentos. A qualidade visual, por meio de diversidade de formas, e a sensação de segurança que a complexidade de usos imprime ao espaço público são pontos relevantes que tais soluções devem vislumbrar. É nesse sentido que se apresenta aqui o caso da cidade de Maringá. Contudo, é por meio de diálogos constantes entre o setor público, o setor privado e a sociedade, bem como efetivas ações de planejamento, com estudos específicos para a aprovação de grandes empreendimentos imobiliários – que as boas ideias saem do imaginário para compor a paisagem da cidade.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BELOTO, Gislaine Elizete. **Legislação Urbanística**: instrumento de regulação e exclusão territorial. 2004. 200 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2004.
- BRASIL. Governo Federal. Lei Federal nº 4591, de 16 de dezembro de 1964. Dispõe sobre o condomínio em edificações e as incorporações imobiliárias. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L4595.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4595.htm)>. Acesso em: 13 jul. 2015.
- \_\_\_\_\_. Lei Federal nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979. Disciplina o parcelamento do solo urbano e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L6766.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6766.htm)>. Acesso em: 13 jul. 2015.
- \_\_\_\_\_. Projeto de Lei nº 3057/2000. Versa sobre a revisão da Lei de Parcelamento do Solo Urbano (Lei Federal nº 6766/79). Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/sileg/integras/516752.pdf>>. Acesso em: 13 jul. 2015.
- CARMONA, Matthew; HEATH, Tim; OC, Taner; TIESDELL, Steve. (2003) **Public places urban spaces**: the dimension of urban design. Oxford: Elsevier, 2010. 394 p.
- GRAU, Eros Roberto. Condomínio horizontal edificado. **Revista Digital de Direito Público – USP**, vol. 19, nº 79, São Paulo, 1986, p.198-200.
- INDOVINA, Francesco. Dispersão da urbanização no território: perspectivas e desafios. **Cidades Comunidades e Territórios**, nº 20/21, 2010, p. 15-25. Disponível em: <<http://www.nomads.usp.br/site/livraria/livraria.html>>. Acesso em: 13 jul. 2015.
- JACOBS, Jane. **Morte e vida de grandes cidades**. São Paulo: Martins Fontes, 2000. 528 p.
- LANG, Robert E.; LeFURGY, Jenifer B. **Boomburbs**: the rise of the America's accidental cities. Washington: The Brookings Institution, 2007. 212 p.
- MARINGÁ, Prefeitura do Município. Lei Complementar nº 333, de 23 dezembro de 1999. Dispõe sobre o sistema viário básico. Maringá: PMM, 1999. Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/a/pr/m/maringa/lei-complementar/1999/33/333/lei-complementar-n-333-1999-dispoe-sobre-o-sistema-viario-basico-do-municipio-de-maringa-e-da-outras-providencias>>. Acesso em: 13 jul. 2015.
- \_\_\_\_\_. Lei Complementar nº 334 de 23 dezembro de 1999. Dispõe sobre o parcelamento do solo. Maringá: PMM, 1999. Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/a/pr/m/maringa/lei-complementar/1999/33/334/lei-complementar-n-334-1999-dispoe-sobre-o-parcelamento-do-solo-no-municipio-de-maringa-revoga-as-leis-complementares-n-44-94-57-94-59-94-60-94-8-8-95-91-95-97-95-149-96-160-96-191-97-202-97-203-97-209-97-216-98-226-98-236-98-e-252-98-e-da-outras-providencias>>. Acesso em: 13 jul. 2015.
- MOUDON, Anne Vernez. The role of typomorphological studies in environmental design research. **Changing Paradigms**. Seattle: University of Washington: EDRA, 1989, p. 41-48.
- REIS, Nestor Goulart. **Notas sobre urbanização dispersa e novas formas de tecido urbano**. São Paulo: Via das Artes, 2006. 201 p.
- SILVA, Bruno Mattos. Legalidade ou ilegalidade dos loteamentos ou condomínios fechados. **Jus Navigandi**, ano 13, nº 1881, 2008. Disponível em: <<http://jus.com.br/artigos/11636>>. Acesso em: 23 jul. 2015.
- SILVA, José Afonso da. **Direito urbanístico brasileiro**. São Paulo: Malheiros, 1995. 421 p.
- SOLÀ-MORALES, Manuel de. Espaços públicos e espaços coletivos. **Os centros das metrópoles**: reflexões e propostas para a cidade democrática do século XXI. São Paulo: Terceiro Nome: Viva o Centro: Imprensa Oficial do Estado, 2001, p.101-107.
- SOUZA E SILVA, Maria Floresia Pessoa de. Antigos processos e novas tendências da urbanização norte-americana contemporânea. **Cadernos Metrópole**, v. 16, n. 32, 2014, EDUC, São Paulo, p. 365-390. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cm/v16n32/2236-9996-cm-16-32-0365.pdf>>. Acesso em: 19 jul. 2015. DOI <http://dx.doi.org/10.1590/2236-9996.2014-3204>.
- TRAMONTANO, Marcelo; SANTOS, Denise Mônaco dos. **Atrás dos muros**: unidades habitacionais em condomínios horizontais fechados. In: CONGRESSO INTERNACIONAL EL HABITAR, 2, Buenos Aires, 1999. Disponível em: <<http://www.nomads.usp.br/site/livraria/livraria.html>>. Acesso em 23 jun. 2015.

### Nota do editor

Submissão: 27 ago. 2015

Aprovação: 21 jan. 2016





Vista aérea da praça Salgado Filho, Recife (PE).  
Foto: Silvio Soares Macedo, 2015.

# PROJETO



# BURLE MARX NO RECIFE: RESTAURO DO JARDIM DO AEROPORTO DOS GUARARAPES COMO BEM PATRIMONIAL

*BURLE MARX IN RECIFE: THE RESTORATION OF THE GUARARAPES AIRPORT GARDEN AS CULTURAL HERITAGE*

Ana Rita Sá Carneiro\*

Cristina Castel-Branco\*\*

Joelmir Marques da Silva\*\*\*

## RESUMO

Este artigo apresenta a experiência do workshop “Restauro de Jardins Históricos”, ocorrida em 2012 na cidade do Recife, no Nordeste do Brasil, tendo como objeto o jardim do aeroporto dos Guararapes, denominado de praça Ministro Salgado Filho, projetado pelo paisagista Roberto Burle Marx em 1957 e que faz parte de um conjunto de jardins concebidos pelo paisagista em Recife entre 1935 e 1958. O estudo desse jardim, que obteve recentemente o título de patrimônio cultural nacional, pretende ser uma referência para futuras ações de restauro no âmbito da conservação urbana no Brasil.

Palavras-chave: Jardim histórico. Restauração. Conservação.

## ABSTRACT

*This paper reports a workshop on historic garden restoration that took place in the city of Recife, northeast Brazil in 2012 by focusing the Guararapes airport garden called Ministro Salgado Filho square which was*

---

\* Arquiteta pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Professora do curso de Arquitetura e Urbanismo, da pós-graduação em Desenvolvimento Urbano e coordenadora do Laboratório da Paisagem da UFPE. Membro do Centro de Estudos Avançados da Conservação Integrada (CECI). Conselheira da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) no Comitê Internacional de Paisagens Culturais. Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq nível 1C. Rua Jader de Andrade, 109, apt. 302, 52061-060, Casa Forte, Recife, PE, Brasil. [anaritacarneiro@hotmail.com](mailto:anaritacarneiro@hotmail.com)

\*\* Arquiteta paisagista pela Universidade de Lisboa (Ulisboa). Professora do curso de Arquitetura Paisagística do Instituto Superior de Agronomia (ISA), da Ulisboa e da pós-graduação em Arquitetura Paisagista e Ecologia Urbana, programa de doutorado entre as Universidades Técnicas de Lisboa, de Coimbra e do Porto. Responsável pelo ACB Arquitetura Paisagística. Conselheira da Unesco no Comitê Internacional de Paisagens Culturais. Rua da Correnteza, 1, 1400-077, Lisboa, PT. [acbpaisagem@acb-arqpaisagista.pt](mailto:acbpaisagem@acb-arqpaisagista.pt)

\*\*\* Biólogo pela Universidade de Pernambuco (UPE). Mestre em Desenvolvimento Urbano pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e em Diseño, Planificación y Conservación de Paisajes y Jardines pela Universidad Autónoma Metropolitana (UAM-Azcapotzalco), México. Doutorando em Desenvolvimento Urbano pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Pesquisador do Laboratório da Paisagem da UFPE. Bolsista CAPES e CNPq (Doutorado Sanduíche). Rua Ademar de Barros, 220, Timbi, 54774-395, Camaragibe, PE, Brasil. [joelmir\\_marques@hotmail.com](mailto:joelmir_marques@hotmail.com)

*designed by Roberto Burle Marx in 1957. It is part of the set of gardens he designed in Recife from 1935 to 1958. The study of this garden, which was, recently, protected as a Brazilian cultural heritage intends to be a reference on garden restoration proposals in the future concerning urban conservation in Brazil.*

*Keywords: Historic garden. Restoration. Conservation.*

## 1 INTRODUÇÃO

A obra de Roberto Burle Marx é considerada um expoente da arquitetura paisagística do período modernista. Michel Racine (1994), no artigo “Roberto Burle Marx: o elo que faltava”, afirma:

Roberto Burle Marx, com uma obra que começa nos anos 30 prosseguindo até os dias de hoje, acha-se em posição privilegiada para ajudar-nos, a nós, europeus, a retomar o fio da história dos jardins, a lançar pontes sobre a fratura de uma época em que jardim e paisagem só tinham sentido para um número restrito de amadores. Seu papel de intermediário cultural é constante. De um lado, ele leva para o Sul as mensagens da Bauhaus, dos CIAM – e posteriormente a mensagem ecológica –, do outro, enfatiza incansavelmente a especificidade da paisagem natural brasileira. [...] Na medida de sua evolução, de seu conhecimento das plantas e da evolução da ideia de natureza [...] aumenta ele sem cessar a paleta vegetal do jardineiro chegando mesmo a tornar-se portador, em seu país, de um olhar ecológico [...] Mas o mais surpreendente no modernismo brasileiro é que é um movimento-modernista-com-jardim. (RACINE, 1994, p. 114).

Racine ressalta o domínio do conhecimento de Burle Marx não só no campo da arquitetura como também no da botânica, fazendo com que o jardim moderno brasileiro seja entendido como composição arquitetônica. Burle Marx caminhou ao lado de Lucio Costa, referência maior da arquitetura moderna no Brasil, na concepção dos espaços arquitetônicos de Brasília, como uma cidade moderna em que os jardins são parte da criação arquitetônica e urbanística e representações da paisagem regional.

Sobre a afirmação de Racine aqui colocada, sobrepõe-se, ainda, a ideia de Burle Marx de jardim-pintura, como obra de arte, tão bem sintetizada por Jacques Leenhardt (1994, p. 9-13):

Na verdade, dos anos vinte aos dias de hoje, Burle Marx jamais deixou de pintar, e o conhecimento de seu trabalho pictórico ilumina de modo esclarecedor suas realizações paisagísticas [...] Burle Marx teria retransposto para a pintura a própria experiência do jardim, experiência marcada ao mesmo tempo pela imposição das caminhadas e a liberdade de evasão do olhar que dá ao corpo uma ubiquidade imaginativa e sensível.

Na visão de Leenhardt, a obra de Burle Marx se faz do diálogo entre a arte da pintura e a de fazer jardim (e vice-versa) como experiências que se cruzam e se engrandecem. Aprofundar esses estudos torna-se cada dia mais necessário para divulgar o conteúdo



artístico e cultural desse modo de fazer jardins, passando a ser entendidos como jardins históricos, ainda recentes, que precisam ser mantidos e protegidos dos males que o crescimento urbano costuma infligir aos espaços abertos. Em 2000, Charles Birnbaum coordenou as atas da Conferência *Preserving the Modern Landscape*, chamando atenção para o perigo de perder essa herança, pois as “[...] estratégias para a preservação e manutenção do patrimônio modernista criado durante o século XX não são uma prioridade para as instituições responsáveis”. (CASTEL-BRANCO, 2004, p. 100-117).

Essa preocupação levou o Laboratório de Paisagem da Universidade Federal de Pernambuco/UFPE a organizar jornadas de trabalho em torno do restauro dos jardins modernistas de Roberto Burle Marx construídos no Recife para serem conservados como jardins históricos. Referindo-se às questões que levaram ao aparecimento de uma peça legal internacional, a Carta de Florença de 1981, que consigna as regras básicas do restauro de jardins históricos, a especialista Carmen Añón Feliú afirma:

Sem dúvida que todas estas correntes estavam necessitadas de um apoio instrumental oficial. O jardim tinha que atravessar a fronteira entre a prática e uns poucos eleitos e a intervenção pública legislativa. [...] Em primeiro lugar o estabelecimento de leis precisas que incluíssem os jardins como bens a conservar. (ICOMOS, 2006, s/p).

A Carta de Florença, redigida pelo Comitê Internacional de Jardins e Paisagens Culturais, que funciona como assessor da *United Nations Organization for Education, Science and Culture* (UNESCO) para as paisagens culturais patrimônio mundial, foi instrumento seminal para a consolidação da teoria e prática do restauro de jardins patrimoniais, tendo papel fundamental na salvação de muitos jardins. Logo após a ratificação dessa Carta, em 1984, a recuperação de jardins e a sua gestão converteram-se, em muitos países, em uma disciplina universitária.<sup>1</sup>

No Brasil, a restauração e a conservação de jardins históricos começaram a ser discutidas em 2001, com base na Carta de Florença, pelo Laboratório da Paisagem/UFPE e pela Prefeitura da Cidade do Recife, tendo como objetivo a intervenção na praça Euclides da Cunha (1935), na praça do Derby (1937) e na praça Faria Neves (1958), todas projetadas pelo paisagista Roberto Burle Marx.

Para a Prefeitura do Recife, responsável pela manutenção dos jardins, a restauração de jardins era algo incomum e, portanto, novo no planejamento. A restauração da praça Euclides da Cunha foi concluída em 2004; a da praça Faria Neves em 2006; a da praça do Derby em 2008. (SÁ CARNEIRO; SILVA, A.; VERAS, 2013). Além desses jardins, também compõem a obra de Burle Marx no Recife, a praça de Casa Forte (1935), o conjunto Jardim do Palácio do Campo das Princesas e praça da República (1936) e o jardim do aeroporto dos Guararapes (1957), considerados os mais significativos pelo seu estado de conservação<sup>2</sup>.

<sup>1</sup> Em 1989 o curso de licenciatura em Arquitetura Paisagista do Instituto Superior de Agronomia (ISA) da Universidade de Lisboa iniciou a disciplina de Recuperação de Jardins Históricos.

<sup>2</sup> Pernambuco conta com 58 projetos de Burle Marx, entre públicos e privados (SÁ CARNEIRO; SILVA, A.; SILVA, J., 2013).

Desse conjunto de jardins, tombados pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) como patrimônio cultural, o jardim do Aeroporto foi escolhido como estudo de caso do workshop “Restauro de Jardins Históricos”<sup>3</sup>, organizado pelo Laboratório de Paisagem/UFPE em 2012, envolvendo alunos e profissionais das áreas de arquitetura e urbanismo, biologia, agronomia, engenharia florestal e engenharia civil, totalizando vinte e quatro pessoas e uma banca examinadora de quatro arquitetos da área de paisagismo e de patrimônio: Alexandre Campello, Luiz Vieira, Fabio Cavalcanti e Inês Mendonça de Oliveira.

A praça Ministro Salgado Filho está situada no bairro do Ibura, no Recife, em frente ao aeroporto Internacional dos Guararapes, com área de 1,6 hectares. No momento do *workshop*, encontrava-se em quase abandono.

O *workshop* teve como objetivo discutir as regras e metodologias de restauro em nível internacional, observando os problemas específicos do caso de estudo que serviriam de referência para as intervenções nos jardins de Burle Marx no Recife. Baseou-se na Carta de Florença, no Inventário dos jardins de Burle Marx no Recife<sup>4</sup>, na experiência do Laboratório da Paisagem/UFPE relacionada à restauração de jardins do paisagista, e considerou a conjuntura administrativa local a serviço desse patrimônio.

Os conceitos de restauração e conservação de jardins históricos foram abordados no *workshop* de forma científica, no âmbito da preocupação e discussão sobre restauro do patrimônio cultural que a UNESCO impulsionou ao ser instituída a categoria de paisagem cultural<sup>5</sup> como patrimônio da humanidade (1992), uma vez que nela se inserem os jardins históricos. O jardim é mencionado na categoria de “paisagens claramente definidas”, que são as desenhadas e criadas intencionalmente pelo homem por razões estéticas, sociais e recreativas. (FOWLER, 2003). Como exemplo, menciona-se o Jardim Botânico de Kew, na Inglaterra, e o Jardim de Versalhes, na França. Antes disso, a intervenção no jardim estava subjugada à edificação histórica/monumento, que, por ser o motivo principal, subordinava o jardim como entidade patrimonial menor.

A sistematização dessa experiência significa um momento de avaliação dos procedimentos adotados e dos resultados obtidos para galgar outro nível de conhecimento e rigor nas futuras solicitações. Isso implica em maior firmeza na consolidação de uma equipe interdisciplinar, com profissionais treinados para elaborar planos de conservação para os jardins tombados.

---

<sup>3</sup> Ministrado pela professora e arquiteta-paisagista Cristina Castel-Branco (Instituto Superior de Agronomia da Universidade de Lisboa), que vem coordenando o restauro de jardins históricos em Portugal desde 1989; o *workshop* aconteceu nos dias 3, 4 e 5 de dezembro de 2012.

<sup>4</sup> O Inventário dos Jardins de Burle Marx no Recife, elaborado pelo Laboratório da Paisagem da UFPE, teve início em 2008 e foi concluído em 2012. Trata dos seis jardins hoje tombados como Patrimônio Cultural Nacional pelo Iphan.

<sup>5</sup> “[...] associação entre os aspectos culturais e naturais [...] ilustrativas da evolução da sociedade humana e seus assentamentos ao longo do tempo, sobre a influência de contingências físicas e/ou oportunidades apresentadas pelo ambiente natural, bem como pelas sucessivas forças social, econômica e cultural, que nelas interferem”. (RIBEIRO, 2007, p. 41).

## 2 RESTAURAÇÃO DE JARDIM HISTÓRICO

A ideia moderna de restauração, construída no início do século XX, deve-se ao arquiteto restaurador Camillo Boito, que, conforme Kühl (2008), teve participação decisiva na elaboração de conteúdo para a historiografia da restauração, assumindo posição moderada e intermediária entre o pensamento de Viollet-le-Duc e o de John Ruskin. Em 1883, Boito participou do Congresso de Engenheiros e Arquitetos em Roma, mas iniciou seu trabalho como restaurador em 1858, fazendo o estudo documental da obra a partir de desenhos e fotografias, priorizando a forma e a técnica construtiva, fazendo uso da observação.

Enquanto a opinião de John Ruskin era de respeitar a matéria original e deixar seguir as transformações da obra ao longo do tempo, mas defendendo as precauções de conservação para evitar a degradação, a de Viollet-le-Duc defendia a necessidade de trazer de volta o aspecto inicial da obra sem basear-se em algo palpável, porém mantendo o caráter de herança viva. No texto “Os restauradores”<sup>6</sup>, Boito criticou as duas posições, observando que se deveria adotar a conservação do monumento na sua forma original para evitar a restauração, mas admitindo-a como mal necessário, enfatizando a necessidade de deixar distinta a expressão contemporânea de intervenção. (BOITO, 2008).

Contribui também, com grande repercussão no debate, o especialista italiano Cesare Brandi (2004), autor de **Teoria da restauração**, lançado em 1963, que atrela a condição de “obra de arte” ao objeto a ser restaurado. Como explica Giovanni Carbonara, responsável pela introdução desse livro, a obra de arte pode ser uma pintura, uma escultura, uma expressão arquitetônica, mas também um centro histórico ou uma paisagem, que seriam analisados segundo as instâncias histórica e estética. Ao considerar a paisagem, Brandi interpõe uma aproximação com o jardim histórico.

Em se tratando de jardins, Berjman (2011) afirma que já no século XVIII começaram a restaurar os primeiros jardins antigos e, no século XIX, com base nos estudos produzidos, o paisagista francês Edouard André propõe a criação da categoria “jardim histórico”. Ainda em 1895, é criada a *National Trust*, na Inglaterra, com especialistas em jardim e paisagem.

Em 1971, acontece o primeiro Congresso Internacional sobre jardins históricos, em Fontainebleau, França (AÑON FELIÚ, 2005), e em 1972, é reelaborada a Carta de Restauro Italiana, a partir do pensamento de Brandi, ampliando a noção de patrimônio para jardins e parques.

A preocupação com a natureza específica do jardim histórico e sua restauração, com o objetivo de protegê-la, é devidamente abordada na Carta de Florença, que determina no Art. 2:

---

<sup>6</sup> Resultado de uma conferência realizada na exposição de Turim, em 1884, direcionada à arquitetura, pintura e escultura.

O jardim histórico é uma composição de arquitetura cujo material é principalmente vegetal, portanto, vivo, e, como tal, perecível e renovável. Seu aspecto resulta, assim, de um perpétuo equilíbrio entre o movimento cíclico das estações, do desenvolvimento e do definhamento da natureza, e da vontade de arte e de artifício que tende a perenizar o seu estado.

Outro artigo da Carta enuncia a importância da fidelidade ao desenho original do jardim como valor de patrimônio, conteúdo devidamente tratado nas discussões do *workshop* realizado no Recife. Para a restauração do jardim “[...] é preciso aliar-se à marca de quem o concebeu, de quem o construiu, e de quem o manteve, e respeitá-la como um fator tão fundamental como os processos naturais, e certamente mais importantes que a própria intervenção de restauro”. (MONTEIRO; CASTEL-BRANCO; FONSECA, 1999, p. 143). Isso significa possibilitar o reconhecimento da ideia do paisagista a partir do resgate dos seus princípios projetuais e segundo os limites do material existente. Assim, a ideia do paisagista estará mantida e, por isso, os ajustes justificam-se.

A especialista Carmem Añón Feliú (1995), que participou da elaboração da Carta de Florença e que, conforme Berjman (2011, p. 34), “[...] estableció una metodología de estudio y restauración de los jardines históricos que se há convertido en modelo”, salienta o tempo como um elemento de composição do jardim, dada a sua efemeridade. Conforme a autora, o paisagista fornece a matéria, permitindo ao tempo agir sobre o jardim, o que não significa aceitar a sua descaracterização. Nesse sentido, ressalta o caráter ético da restauração de um jardim, que traz à discussão as questões da autenticidade e da integridade.

A autenticidade de um jardim avalia os componentes de origem, aspectos de comparação, dos materiais, das tecnologias, da simbologia e do entorno, no momento da criação, e os efeitos da ação do tempo, incluindo uso e valor social até o momento atual. (DELPHIM, 2005). No caso do jardim, é preciso lembrar sua condição de material perecível e renovável, como destaca a Carta de Florença. Já a integridade, refere-se à completude do bem, no sentido do equilíbrio entre os elementos componentes. (DELPHIM, 2005).

Para alcançar esse nível de complexidade do jardim, a Carta de Juiz de Fora (2010) salienta a formação de profissionais e a interdisciplinaridade da equipe responsável como necessidades primordiais para a elaboração do projeto de restauração, exigindo conhecimentos arquitetônicos, urbanísticos, biológicos, arqueológicos, artísticos e históricos, e conhecimentos técnicos do executor, que é o jardineiro.

No caso da conservação dos jardins históricos, Michel Conan (2003) expressa preocupação no que diz respeito aos ecossistemas e à componente histórica do jardim:

[...] o dilema que a conservação da história e da biodiversidade impõe às organizações internacionais nas definições legais de conservação dos jardins. Em nome da história, os jardins enquanto legado cultural devem ser protegidos da erosão e da invasão das forças destrutivas da natureza; em nome da biodiversidade, os jardins enquanto biótopos devem ser protegidos da interferência humana. (CONAN, 2003, p. 13).

É frequente colocar esse dilema durante o processo de restauro de jardins históricos – e ainda mais nos jardins de Burle Marx, com plantas tropicais e destaque para as águas, nos quais a diversidade vegetal se sobrepõe aos elementos construídos.

A metodologia escolhida por Cristina Castel-Branco para direcionar a discussão sobre as linhas gerais do projeto de restauração da praça Ministro Salgado Filho baseou-se nos fundamentos propostos por Carmen Añón Feliú referenciados no texto *El jardín histórico: notas para una metodología previa al proyecto de recuperación*, publicado no **Journal Scientific** de 1993, com apoio do ICOMOS, no qual estabelece quatro ideias fundamentais em toda restauração: i) *ser fiel à origem do jardim*, o que exige observação intensa e estudos para descobrir seu próprio encanto; ii) *respeitar o tempo*, entendendo-o como um elemento criador do jardim; iii) *valorar os aportes*, ou seja, avaliar os elementos introduzidos e que passaram a fazer parte da composição original; iv) *evitar dissonâncias*, para não interferir na composição estética e histórica.

Para a referida especialista, há quatro grandes fases para o desenvolvimento do trabalho: i) análise e documentação – estudo do passado e do presente; ii) critérios; iii) projetos; iv) atuações complementares, referindo-se a uma política de conservação para assegurar sua mensagem. Tais fases corroboram com as especificações do Art. 15º da Carta de Florença de 1981, que diz:

Qualquer restauro e, com mais forte razão, qualquer reconstituição de um jardim histórico só serão empreendidas após um estudo aprofundado, que vá desde as escavações até a coleta de todos os documentos referentes ao respectivo jardim e aos jardins análogos, suscetível de assegurar o caráter científico da intervenção.

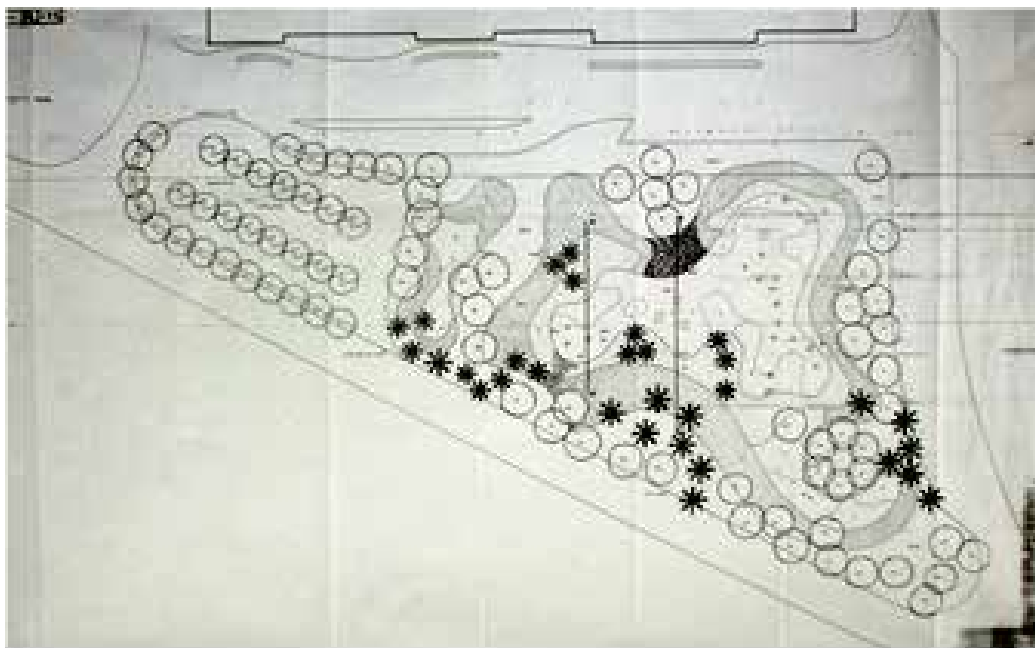
O cumprimento dessas quatro fases dará segurança e profundo conhecimento do jardim e de seus problemas, resultando em algo mais robusto quando chegar o momento de executar o projeto. As quatro fases foram aplicadas durante o restauro do Jardim Botânico da Ajuda (Portugal), obra na qual os princípios da Carta de Florença e os postulados de Carmen Añón Feliú foram experimentados por Cristina Castel-Branco entre 1994 e 1997. Essa nova abordagem científica para o restauro de jardins históricos foi apresentada durante o *workshop* e na discussão das linhas gerais do projeto de restauração da praça Ministro Salgado Filho, servindo de fio condutor.

### 3 O JARDIM HISTÓRICO ANALISADO: A PRAÇA MINISTRO SALGADO FILHO NO AEROPORTO DOS GUARARAPES

O projeto da praça Ministro Salgado Filho foi concebido pelo paisagista Roberto Burle Marx em 1957, como parte de um conjunto arquitetônico moderno juntamente ao edifício do aeroporto dos Guararapes, o que viria a ser ponto de atração para residentes e turistas. Naquele momento, Burle Marx formava um grupo com outros profissionais, inclusive estrangeiros, que também ficou responsável por dois projetos de grande impacto urbano: o do parque del Este, em Caracas, e o do parque do Flamen-

go, no Rio de Janeiro. O grupo reunia os arquitetos Fernando Tábora, John Sttodart, Júlio Cesar Pessolani e Maurício Pesavento. O projeto do edifício do aeroporto ficou sob a responsabilidade do arquiteto Arthur Mesquita, contendo, também, um painel do artista pernambucano Lula Cardoso Ayres. Esse notável empreendimento, inaugurado pelo prefeito Pelópidas Silveira em 1957, passou a ser uma das imagens identificadas como cartões-postais do Recife. Nesse jardim, assim chamado por Burle Marx, havia, segundo um dos depoimentos concedidos pelo prefeito, vários tipos de plantas regionais. (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 1957).

O projeto do conjunto compreendia uma unidade plástica de caráter modernista que tinha como ponto focal o espelho d'água com vegetação aquática. Desse lago, de formas curvas, configurou-se o traçado que inovava pela forma e surpreendia pelo movimento e reflexo favorecendo a contemplação e permitindo bom crescimento das espécies vegetais nos vários estratos e em diferentes pontos. Ao longo do tempo, a praça permaneceu como referência, como um cartão-postal para os recifenses, pela beleza artística de sua composição, tendo a vegetação e a água como elementos dominantes e exercendo a função de ambiente de recepção para os visitantes e de convívio para os residentes da cidade (figuras 1 e 2).



**Figura 1** Fotografia do projeto original de ajardinamento do aeroporto Ministro Salgado Filho, 1957.  
Foto: Acervo Burle Marx Escritório de Paisagismo.

A convergência para o lago valorizou a água e a vegetação e ofereceu abertura para o reflexo do entorno e da edificação, confirmando a integração plena entre os dois objetos urbanos como unidade. Distribuída em quatro estratos, a vegetação compõe espaços e, sobre o lago, cria manchas em diferentes cores, texturas e escala, insinuando uma pintura artística. Recantos que despertam as mais variadas sensações podem ser



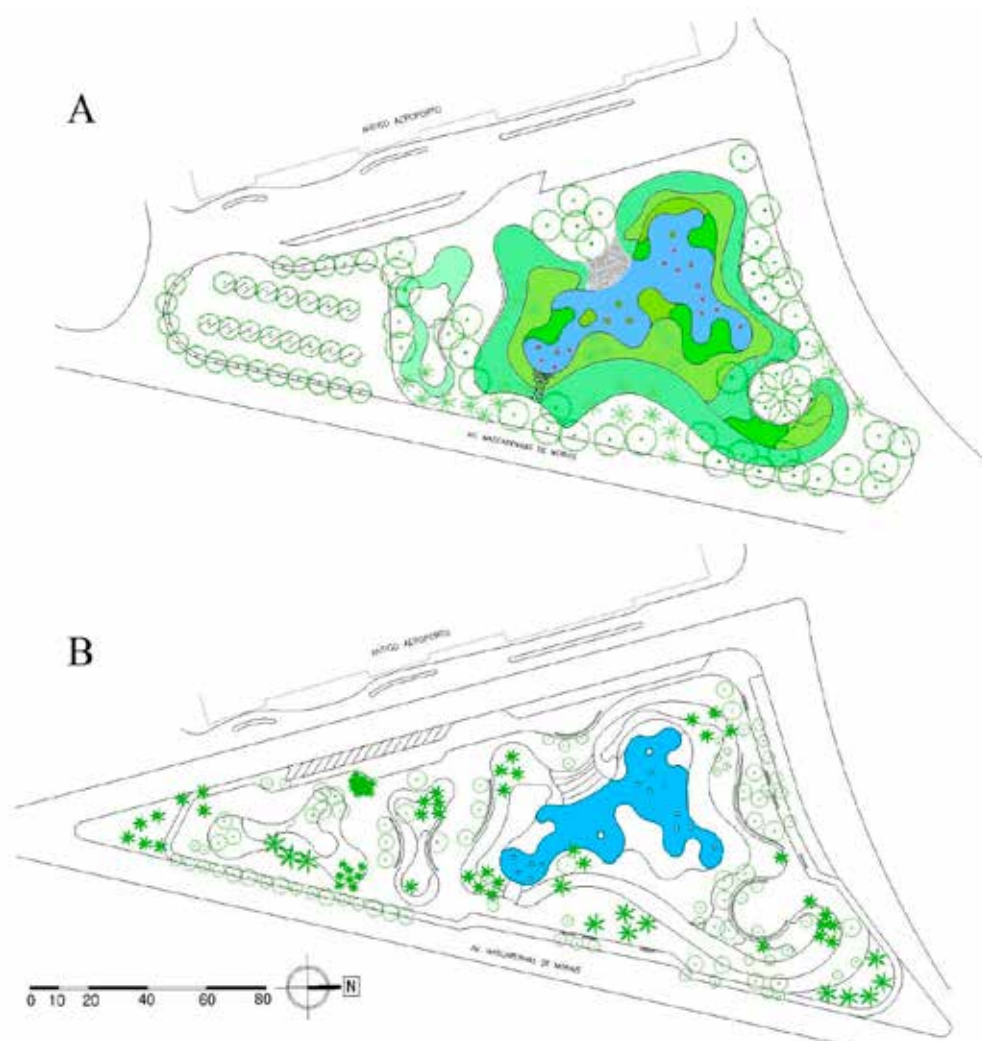
**Figura 2** Jardim do aeroporto, 1958.  
Foto: Acervo do Laboratório da Paisagem/UFPE.

desfrutados – seja quando degraus adentram o espelho d’água e permitem perceber o formato escultural do conjunto de aninga (*Montrichardia linifera*), complementado, mais ao fundo, pelas amplas copas dos abricós-de-macaco (*Couropita guianensis*) –, seja no ato de caminhar pelos caminhos ondulantes e perceber a diversidade de palmeiras, como a macaibeira (*Acrocomia intumescens*), o açáí (*Euterpe edulis*) e o aricuri (*Attalea butyracea*), que se entrelaçam por entre os ipês (*Tabebuia heptaphylla*), os paus-reis (*Basiloxylon brasiliensis*) e as sibipirunas (*Caesalpinia peltophoroides*). A área da praça complementava-se com um estacionamento bastante arborizado com indivíduos de oiti (*Licania tomentosa*).

Em 1974, segundo projeto da Prefeitura do Recife, o estacionamento do projeto original (figura 3) foi retirado e o espaço recreativo da praça foi ampliado com a implantação de canteiros, área gramada e bancos semelhantes àqueles indicados pelo paisagista no mesmo projeto (figura 3). Uma última intervenção, em 1993, manteve os princípios do projeto de Burle Marx, mas sem recuperar o estacionamento e com pequena substituição de algumas espécies vegetais. Desde a instituição da Lei N° 16.414 de 1998, a praça está situada na Zona Especial do Aeroporto (ZEA) e, devido ao tráfego aéreo, tem restrições de gabarito.

Em 2000, a ampliação do aeroporto resultou em obra de grande impacto pela extensão da área construída, o que exigiu adequação do traçado viário, implicando na construção de dois viadutos. O sistema viário do entorno do novo aeroporto Internacional dos Guararapes Gilberto Freyre transformou a praça numa ilha de tráfego quase inacessível ao convívio social e a relação com o antigo edifício do aeroporto

deixou de existir, pois o acesso principal foi mudado. Com isso, o jardim – outrora tão vivenciado pelo público – foi esquecido.



**Figura 3** Praça Ministro Salgado Filho. Comparação entre dois momentos. Em A, projeto original (1957); em B, projeto de remodelação elaborado pela Prefeitura do Recife (1974). Desenho de Wilson de Barros Feitosa Júnior, 2015.

A dificuldade de acesso e a falta de conservação restringiram seu uso às pessoas que aguardavam os ônibus nos pontos de parada e àquelas que circulavam de modo ocasional, muito provavelmente, apenas durante o dia. Por outro lado, esse uso pontual e específico favoreceu a instalação de comércio informal e a apropriação da área por moradores de rua que danificavam a vegetação arbórea por acender fogueiras junto às árvores e guardar, nos troncos “ocos”, materiais de uso pessoal. Há o agravante dos ruídos dos transportes nas vias de intenso tráfego interestadual e do aumento de poluição, que provocam sérias ameaças à cobertura vegetal já bastante escassa.



Mesmo tendo sido adotada pela Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (Infraero), de 2000 a 2008, o precário estado de conservação em que a praça se encontrava até 2008 fomentou a elaboração do projeto de restauração pela Prefeitura do Recife e pelo Laboratório da Paisagem/UFPE (figura 4).



**Figura 4** Projeto de restauração da praça Ministro Salgado Filho, 2009. Desenho de Wilson de Barros Feitosa Júnior, 2015.

Nesse mesmo ano, por conta da falta de conservação de outros jardins de Burle Marx, já restaurados, o Laboratório da Paisagem/UFPE decidiu solicitar ao Iphan o tombamento de seis jardins projetados pelo paisagista, incluindo a praça Ministro Salgado Filho, para se tornarem patrimônio cultural nacional.

O projeto de restauração concretizou-se somente em agosto de 2013, portanto, após o *workshop* (ocorrido em dezembro de 2012), e tomou como ponto de partida o projeto de 2009, no qual se priorizou a vegetação indicada no projeto original de Burle Marx com especial atenção para as plantas aquáticas. Recompôs-se o desenho do lago e dos canteiros no seu entorno e consolidou-se um caminho usado pelos que trabalham nas proximidades, do terminal de ônibus até a edificação nova do aeroporto.

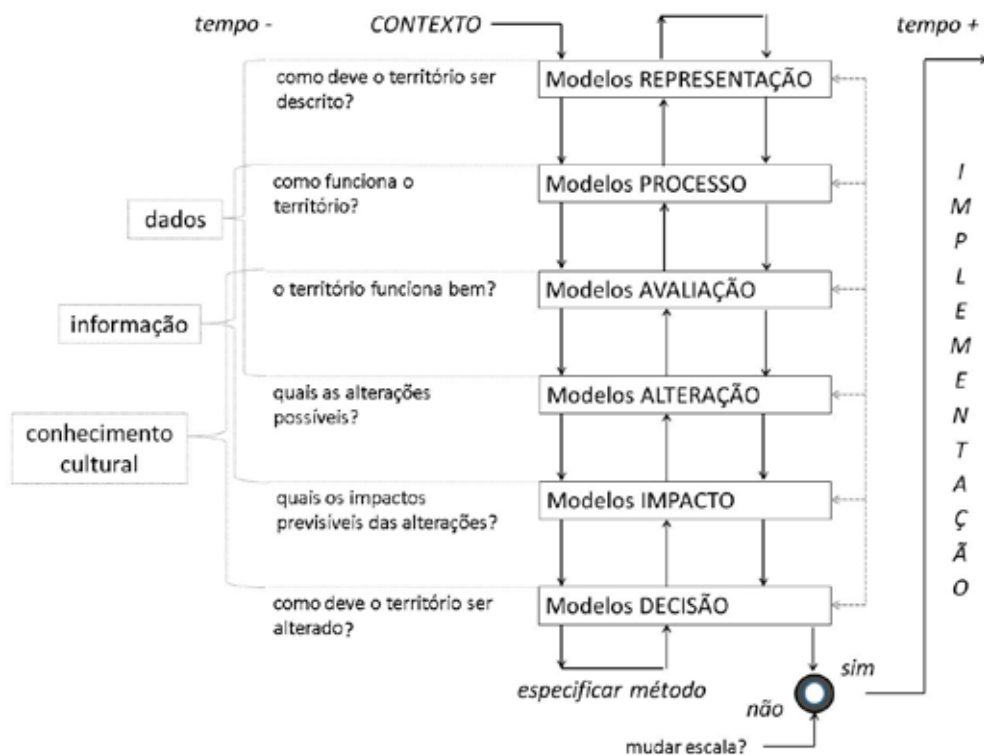
Em reuniões com técnicos da Prefeitura do Recife, foi ressaltada a necessidade de elaboração e implantação de um Plano de Gestão da Conservação que definisse as diretrizes e os procedimentos necessários.

#### 4 O DESENVOLVIMENTO DO WORKSHOP

Para atingir o objetivo proposto, a arquiteta paisagista Cristina Castel-Branco adaptou ao projeto de restauro o método que o professor Carl Steinitz aplica ao ensino do projeto em arquitetura paisagística na Universidade de Lisboa. O “6-step method” baseia-se em seis modelos distintos que orientam uma equipe bem organizada a decidir por várias

soluções, garantindo intensa participação. “É um método transdisciplinar que integra não só a participação de profissionais, mas também do público. Esta metodologia [...] consiste nas seis questões fundamentais que todo e qualquer projeto, independentemente da escala de aplicação, precisa responder.” (FREITAS, 2014, p. 41); (figura 5).

O método obriga a uma preparação prévia dos elementos cartográficos e da evolução histórica do jardim, o que foi garantido pela equipe do Laboratório de Paisagem/UFPE. A adaptação ao método incidiu sobre o fato de dividir o grupo em equipes, como se tratasse de um ateliê, onde cada equipe conhece um setor da área. As cinco equipes basearam-se nos itens que são essenciais ao jardim histórico, e as análises que apresentaram ao fim de dois dias de trabalho foram notáveis.



**Figura 5** 6-step method.  
Fonte: Freitas (2014, p. 41).

O *workshop* representou um momento oportuno para fomentar a reflexão e a discussão sobre o projeto de restauração da praça Salgado Filho elaborado em 2009, reforçou a importância da conservação dos jardins históricos de Burle Marx em vias de tombamento e intencionou contribuir com a capacitação necessária da equipe de profissionais envolvida na elaboração de um projeto de restauração de um jardim histórico e na sua conservação. Por essa razão, o Laboratório da Paisagem/UFPE convidou ao evento membros do Iphan, da Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco (Fundarpe), da UFPE e da Prefeitura do Recife, instituições envolvidas com o compromisso de salvaguardar esse patrimônio paisagístico. Foram intercaladas

atividades de exposição teórica sobre jardim histórico e métodos de restauração, de visita de campo para conhecimento do objeto de intervenção e de trabalho prático em ateliê para análise do jardim e elaboração de propostas de restauração.

O conhecimento do jardim marca o início do trabalho de restauração. A relevância dessa etapa inicial está no fato de que, nas palavras de Cristina Castel-Branco, “[...] as soluções para o restauro encontram-se dentro do jardim. É preciso estudá-lo antes de começar a inventar soluções<sup>7</sup>[...]”, argumento reforçado pelo Art. 15 da Carta de Florença de 1981 no que tange à necessidade de garantir o caráter científico da intervenção, o que exige estudo aprofundado, incluindo escavações e coleta de documentação.

O método de Steinitz exige análise cuidadosa, que permita representar o jardim nos seus múltiplos componentes – mobiliário, vegetação, água – e processos dinâmicos, para depois fazer um diagnóstico. Esses três passos foram iniciados durante a visita realizada pelas equipes, ensinando-as a “ver” com detalhe esses componentes, a relação com o todo, e a registrar o que acontecia no espaço público.

Para maior eficiência do procedimento de análise da praça Ministro Salgado Filho, os participantes foram divididos em cinco equipes, correspondendo às cinco dimensões essenciais para a compreensão do jardim em sua completude: 1. Dimensão histórica; 2. Dimensão construtiva; 3. Dimensão botânica; 4. Dimensão hidráulica; 5. Dimensão do entorno.

O conteúdo dessas dimensões aparece ao longo da Carta de Florença de 1981. O Art. 8 relembra que “Um sítio histórico é uma paisagem específica associada a um acontecimento memorável, como por exemplo: a celebração de um importante fato histórico, um mito famoso; um combate épico; ou o motivo de um quadro célebre”. Ou seja, o jardim tem uma dimensão histórica, que ficou a cargo da equipe A; o Art. 4 aborda a composição arquitetural do jardim histórico, com destaque para o plano e os diferentes perfis do terreno, as massas vegetais – essências, volumes, jogo de cores, espaçamento e alturas –, que ficaram a cargo da equipe B. Elementos construídos ou decorativos couberam ao grupo C, e as águas moventes ou dormentes à equipe D. A relação entre o jardim e o entorno imediato, mais precisamente a edificação, é abordada no Art. 7, que ressalta que o “[...] jardim histórico não pode ser separado de seu próprio meio ou ambiente urbano ou rural, artificial ou natural”. A equipe E encarregou-se de estudar o entorno e os seus processos.

Dessa forma, a praça Ministro Salgado Filho foi analisada pelas cinco equipes, contemplando as dimensões necessárias para a ampla compreensão do jardim. Munidas da planta do projeto original e da planta baixa atualizada para fins comparativos, as equipes foram a campo para realizar o levantamento de dados, observando também o uso e a apropriação dos usuários. Sabiam que teriam só um dia de análise dos elementos e dos processos para depois apresentarem o diagnóstico em dez minutos, de forma a garantir boa compreensão do problema a todo o grupo.

Na visita foram constatados problemas que ameaçavam a conservação da praça: ineficiência do sistema de drenagem, mobiliário deteriorado, vegetação com proble-

<sup>7</sup> Palavras proferidas durante a palestra de abertura do *workshop* 3 dez. 2012.

mas fitossanitários, alteração do traçado original e ausência de grande quantidade da vegetação originalmente proposta. Além disso, observou-se acentuado acúmulo de lixo no espelho d'água, introdução de elementos arquitetônicos que não dialogavam com a paisagem do jardim e implantação indiscriminada de cabeamentos na instalação de redes para o aeroporto, que, somados ao desconforto sonoro e à insegurança de quem permanece na praça, definem um quadro preocupante ligado a um bem cultural que compõe parte das referências da história da paisagem recifense (figuras 6 e 7).



**Figura 6** Visita técnica na praça Ministro Salgado Filho. Equipe do workshop.  
Foto: Joelmir Marques da Silva, 2012.



**Figura 7** Visita técnica na praça Ministro Salgado Filho. Aspecto da falta de conservação da praça.  
Foto: Joelmir Marques da Silva, 2012.

A análise dos elementos, dos processos e o seu diagnóstico tiveram continuidade nas atividades realizadas em ateliê no dia seguinte e foram encerradas com a apresentação das equipes, fazendo circular as informações referentes aos elementos do jardim histórico e à unidade de conjunto, como salienta o Art. 10 da Carta de Florença de 1981:

Qualquer operação de manutenção, conservação, restauro ou reabilitação de um jardim histórico, ou de uma das suas partes, deve tomar simultaneamente em consideração todos os seus elementos. Isolar as várias ações poderia alterar a unidade do conjunto.

Os diagnósticos apontaram, principalmente, para a fragmentação da relação entre o jardim e o edifício do antigo aeroporto e a sensação de desconforto sonoro procedente da circulação constante de veículos pesados e da interferência visual, que será provocada pela futura implantação de uma passarela suspensa, interligando o aeroporto à estação do metrô.

Após a exposição das análises e a discussão que se sucedeu, o método “6 step model” prevê que novas equipes sejam formadas e passem à fase de “mudança”, ou seja, desenvolvam livremente e separadamente as propostas. Sendo assim, foram criadas cinco novas equipes, tendo cada uma delas um dos especialistas nos temas da análise (A, B, C, D, E), formando equipes multidisciplinares. As equipes trabalharam mais um dia com vistas a desenvolver, cada uma, uma proposta de restauro baseada num conceito-chave, numa “ideia-força” para a alteração da praça Ministro Salgado Filho, visando a possíveis soluções para os problemas desta e do entorno (figuras 8 e 9).

Os conceitos guia mencionados direcionaram a intenção projetual de cada equipe, nomeando as propostas:

- um aeroporto com jardim: recompõe a relação entre o antigo aeroporto e o jardim mediante reativação da edificação com o novo uso e define fluxos e a requalificação nos usos das edificações adjacentes, como no caso das concessionárias de automóveis em frente à praça, restabelecendo suas conexões com o entorno;
- devolver o aeroporto ao jardim: teve como objetivo integrar o jardim com o entorno imediato, nivelando as cotas e tornando mais fluido o acesso ao antigo aeroporto; define como premissa oferecer espaços de permanência que protejam o usuário da intensidade do ruído existente no local, o qual deve servir como ponto de espera por ônibus;
- diálogo entre tempos: propõe o retorno do traçado original do projeto paisagístico de Burle Marx e a criação de jardins de transição na área que separa o jardim do novo aeroporto; a proposta de integração completa-se com a reabilitação do antigo aeroporto, composto por novo programa arquitetônico de usos, incluindo um restaurante-terraço com vista para o jardim;

- integrar a memória de Burle Marx: agrega um projeto de comunicação visual – para divulgação da obra do paisagista – ao projeto paisagístico de restauração, como exercício de educação patrimonial por meio da concepção de totens informativos, localizados estrategicamente nos locais de circulação;
- praça para ser olhada: objetiva liberar as visadas para o jardim, explorando a visibilidade; trata os novos elementos urbanos como aliados, visando à apropriação por parte da população; dessa forma, justapõe uma estrutura vertical à nova passarela, construída para dar acesso ao aeroporto, possibilitando ao pedestre sua utilização como um belvedere, de modo a valorizar o jardim.

Os resultados foram apresentados em *powerpoints* e plantas que esquematizavam a solução de cada equipe para um júri especializado. O júri e os docentes avaliaram e explicaram as vantagens e problemas que cada proposta lhes sugeria. O conceito que teve mais sucesso foi o “Integrar a memória de Burle Marx”, que incluía um projeto de comunicação visual, por despertar no grupo participante a possibilidade de realizar o restauro do jardim fazendo homenagem mais significativa ao autor, com a divulgação de sua obra para o grande público.



**Figura 8** Atividades em ateliê. Elaboração das propostas.  
Foto: Ana Rita Sá Carneiro, 2012.



**Figura 9** Atividades em ateliê. Apresentação e discussão das propostas.  
Foto: Joelmir Marques da Silva, 2012.

Apesar das especificidades de cada proposta, todas coincidiam na necessidade de retomar a relação com a edificação do antigo aeroporto, considerando que o projeto paisagístico de Burle Marx de 1957 tinha relação direta com a edificação; na necessidade de restaurar o lago, de repor as espécies botânicas especificadas no projeto original, compreendendo a vegetação como elemento principal do jardim que é um “Monumento Vivo” (CARTA DE FLORENÇA, 1981); na minimização dos impactos negativos causados pela circulação de veículos em alta velocidade, indicando a implantação de redutores de velocidade, e pela inserção da passarela. A criação de acessos diretos para o jardim a partir da passarela foi proposta com a finalidade de fortalecer o uso turístico. Também foi consensual a recomendação da criação de um bosque no lugar do estacionamento, presente no projeto original para proteger o espaço interior dos ruídos provocados pelos veículos, dada a ampliação do sistema viário.

Essa avaliação e a coincidência de elementos das várias propostas constituem um programa de trabalho que poderia servir de base para um projeto de restauro. De fato, um dos membros do júri, a arquiteta da Prefeitura do Recife, Inês Oliveira, durante o ano de 2013 incorporou sugestões da discussão do *workshop* ao projeto de restauro para a praça, elaborado em 2009, que permitiu recuperar o espelho de água e a vegetação aquática como atrativos mais significativos e melhorar os passeios e a arborização, criando ambiente mais acolhedor para os futuros usuários. Dessa forma, a restauração do jardim, realizada em 2013, recompôs a vegetação recomendada pelo paisagista para os canteiros e para o lago, mantendo a integridade desse jardim histórico.

## 5 CONCLUSÃO

A experiência do *workshop* contribuiu para aprofundar as reflexões, incluindo novos critérios de análise e métodos expeditos para alicerçar o projeto de restauração da praça Ministro Salgado Filho de 2009. Representou, também, um momento de pensar o restauro de jardins históricos fundamentando-o num método claro de restauração, permitindo o *input* equitativo de várias áreas disciplinares com vistas ao estímulo de ideias a serem discutidas, retidas ou eliminadas, mas todas debatidas para melhorar o tratamento do jardim histórico.

A desconstrução do jardim do ponto de vista da Dimensão história, da Dimensão construtiva, da Dimensão botânica, da Dimensão hidráulica e da Dimensão do entorno, para proporcionar o conhecimento da sua totalidade, possibilitou a compreensão de uma concepção de conjunto edifício/jardim como uma unidade. Cada dimensão foi devidamente explorada, em diferentes aspectos, e as informações repassadas para os demais grupos – o que desencadeava novas reflexões, buscando a articulação entre as partes. Por sua vez, a localização do conjunto edifício/jardim em meio à malha viária de tráfego pesado revelava duas partes isoladas, uma vez que o edifício estava ocioso, de portas fechadas, e, portanto, o diálogo não mais se fazia. Ficou evidente a necessidade de reativar o edifício para fazer renascer o uso social cotidiano a partir de uma continuidade espacial. A experiência em pauta também proporcionou comparações com as intervenções de restauração em outros jardins, realizadas entre 2004 e 2008. O *workshop* significou, de forma relevante, um avanço para a conservação dos jardins históricos no Recife e no Brasil.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AÑÓN FELIÚ, Carmen. El jardín histórico: notas para una metodología previa al proyecto de recuperación. In: **Jardins et sites historiques**. Comité International des Jardins et des Sites Historiques, ICOMOS-IFLA. Unesco, Fundación Cultural Banesto. Madrid: Ediciones Doce Calles, 1993, p. 312-325.

\_\_\_\_\_. **Authenticité jardin el paysage**. Conferência de Nara sobre autenticidade. Convenção do Patrimônio Mundial. Japão. Novembro de 1994. ICCROM/ICOMOS, 1995.

\_\_\_\_\_. La restauración de los jardines históricos. In: SEMINÁRIO LA DOCTRINA DE LA RESTAURACIÓN ATRAVÉS DE LAS CARTAS INTERNACIONAIS, Valencia, fev. 2005.

BERJMAN, Sonia. De los jardines históricos a los paisajes culturales: la labor de ICOMOS. In: TRINDADE, Jeanne; TERRA, Carlos. In: SIMPÓSIO ARQUEOLOGIA NA PAISAGEM/ ARQUEOLOGIA NA PAISAGEM: OLHARES SOBRE OS JARDINS HISTÓRICOS. Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro/Escola de Belas Artes: UFRJ, 2011.

BOITO, Camilo. **Os restauradores**. Tradução de Paulo Mugayar Kühl e Beatriz Mugayar Kühl. São Paulo: Ateliê Editorial, 2008.

BRANDI, Cesare. **Teoria da restauração**. Tradução de Beatriz Kühl. São Paulo: Ateliê Editorial, 2004.

CARTA DE FLORENÇA (1981). In: CURY, Isabelle (Org.). **Cartas Patrimoniais**. Rio de Janeiro: IPHAN, 2004.

CARTA DE JUIZ DE FORA. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), 2010.

CARTA DE VENEZA (1964). In: CURY, Isabelle (Org.). **Cartas Patrimoniais**. Rio de Janeiro: IPHAN, 2004.

CASTEL-BRANCO, Cristina (Org.). **Jardim Botânico da Ajuda**. Lisboa: Associação dos Amigos do Jardim Botânico da Ajuda e Livros Horizonte, 1999.



- \_\_\_\_\_. The origin of the profession of Landscape Architecture in Portugal during the Modern Movement. In: BIRNBAUM, Charles (Ed.). **Preserving modern landscape architecture II: making postwar landscapes visible**. Washington: Spacemaker Press, LLC, 2 v. 1, 2004, p. 110-117.
- \_\_\_\_\_. **Os Jardins dos Vice-Reis Fronteira**. Córdova: Oceanos, 2008.
- \_\_\_\_\_; FONSECA, Mónica. Entrevista a Carl Steinitz. **ArchiNews**, Lisboa, Edição especial, 2011, p. 100-115.
- CONAN, Michel et al. **Landscape design and the experience of motion**. Washington DC: Dunbarton Oaks Research Library and Collection, 2003.
- CONSEIL INTERNATIONAL DES MONUMENTS ET DES SITES (ICOMOS). **Worldwide basic inventory: register card for Cultural Landscapes**. Verbania: ICOMOS, 2006.
- DELPHIM, Carlos Fernando de Moura. **Intervenções em jardins históricos**. Brasília: Iphan (manual), 2005.
- Inauguração da Estação de Passageiros do Iburá até o mês de julho próximo, 20 mar. **Diário de Pernambuco**, 1957.
- FONSECA, Mónica e CASTEL-BRANCO, Cristina. Entrevista a Carl Steinitz. **ArchiNews**, Lisboa, Edição especial, 2011, p. 100-115.
- FOWLER, Peter. **World Heritage Cultural Landscapes 1992-2002**. Paris: Unesco, 2003.
- FREITAS, João. **Metodologias de planeamento: análise comparativa**. 2014. 82 f. (Dissertação em Arquitetura Paisagística), Licenciatura em Arquitetura Paisagista – Universidade de Lisboa, Lisboa, 2014.
- KÜHL, Beatriz Mugayar. Os restauradores e o pensamento de Camillo Boito sobre a restauração. In: BOITO, Camilo. **Os restauradores**. Tradução de Paulo Mugayar Kühl e Beatriz Mugayar Kühl. São Paulo: Ateliê Editorial, 2008, p. 9-28.
- LEENHARDT, Jacques (Org.). **Nos jardins de Burle Marx**. São Paulo: Perspectiva, 1994.
- Lei Nº 16.414 de 29 de julho de 1998. Dispõe sobre as condições de uso e ocupação do solo na zona especial do aeroporto – ZEA e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.recife.pe.gov.br/pr/secplanejamento/servicos/leis/lei16414.pdf>>. Acesso em: 3 dez. 2012.
- MONTEIRO, Antonio; CASTEL-BRANCO, Cristina; FONSECA, Luís. Restauro e manutenção: apogeu e declínio de um jardim. In: CASTEL-BRANCO, C (Coord.). **Jardim Botânico da Ajuda**. Lisboa: A.A.J.B.A. e Livros Horizonte, 1999, p. 143-169.
- RACINE, Michel. Roberto Burle Marx, o elo que faltava. In: LEENHARDT, Jacques (Org.). **Nos jardins de Burle Marx**. São Paulo: Perspectiva, 1994, p. 105-117.
- RIBEIRO, Rafael Winter. **Paisagem cultural e patrimônio**. Rio de Janeiro: Iphan/Copedoc, 2007.
- SÁ CARNEIRO, Ana Rita; SILVA, Aline de Figueirôa; SILVA, Joelmir Marques. **Jardins de Burle Marx no Nordeste do Brasil**. Recife: UFPE, 2013.
- \_\_\_\_\_; SILVA, Joelmir Marques; VERAS, Lucia Maria de Siqueira Cavalcanti. A paisagem como jardim: natureza da cultura urbana. In: VERRI, Gilda Maria Whitaker (Org.). **Memorat, tecnociência, memória e cultura urbana na formação brasileira**. Recife: UFPE, 2013, p. 49-65.
- VIOLLET-LE-DUC, Eugène Emmanuel. **Restauroação**. Tradução de Beatriz Mugayar Kühl. Cotia: Ateliê Editorial, 2006.

#### Nota do editor

Submissão: 6 out. 2015

Aprovação: 21 jan. 2016



# PISTA MULTIUSO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA: DO PROJETO À MATERIALIZAÇÃO

*UFSM MULTIUSE TRAIL: FROM DESIGN TO MATERIALIZATION*

**Alice Rodrigues Lautert\***

**Felipe Segala Gravina\*\***

**Letícia de Fátima Durlo Coutinho\*\*\***

**Maurício Picetti dos Santos\*\*\*\***

**Paula Gabbi Polli\*\*\*\*\***

**Josicler Orbem Alberton\*\*\*\*\***

**Luis Guilherme Aita Pippi\*\*\*\*\***

## RESUMO

Este artigo apresenta o projeto da Pista Multiuso para o campus da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) desde sua fundamentação teórica, conceituação, especialização

---

\* Aluna de Arquitetura e Urbanismo na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Bolsista no Laboratório de Paisagismo e Arquitetura (PARQ). Avenida Roraima, 1.000, prédio 30, 97105-900, Camobi, Santa Maria, RS, Brasil.  
alicelautert@gmail.com

\*\* Aluno de Arquitetura e Urbanismo na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Bolsista da Pró-Reitoria de Infraestrutura. Rua Marechal Floriano Peixoto, 1.109, apart. 55, 97015-371, Centro, Santa Maria, RS, Brasil.  
fgravina@gmail.com

\*\*\* Aluna de Arquitetura e Urbanismo na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Bolsista do Laboratório de Paisagismo e Arquitetura (PARQ). Avenida Roraima, 1.000, prédio 30, 97105-900, Camobi, Santa Maria, RS, Brasil.  
leticiaadurloc@gmail.com

\*\*\*\* Aluno de Arquitetura e Urbanismo na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Bolsista do Laboratório de Paisagismo e Arquitetura (PARQ). Avenida Roraima, 1.000, prédio 30, 97105-900, Camobi, Santa Maria, RS, Brasil.  
xmauriciops@gmail.com

\*\*\*\*\* Aluna de Arquitetura e Urbanismo na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Bolsista do Laboratório de Paisagismo e Arquitetura (PARQ). Avenida Roraima, 1.000, prédio 30, 97105-900, Camobi, Santa Maria, RS, Brasil.

\*\*\*\*\* Mestre em Arquitetura e Urbanismo, Professora Assistente do curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Santa Maria, Professora Coordenadora do Laboratório de Paisagismo e Arquitetura (PARQ). Avenida Roraima, 1.000, prédio 30, 97105-900, Camobi, Santa Maria, RS, Brasil.  
arqjosi@yahoo.com.br

\*\*\*\*\* Arquiteto e urbanista, mestre em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). PhD CAPES/Fulbright, Dep. Landscape Architecture, College of Design, NC State University (EUA). Doutor em Arquitetura e Urbanismo (Paisagem e Ambiente) pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAUUSP). Professor adjunto do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e coordenador do grupo de pesquisa nacional Quapá-SEL II, Núcleo Santa Maria. Rua Felix Mainardi, 65, 97110-633, Parque Fiori D'itália, Camobi, Santa Maria, RS, Brasil.  
guiamy@hotmail.com

num anteprojeto paisagístico e etapas futuras. O projeto da pista foi elaborado em 2014, mesmo ano em que as obras de execução começaram. Desde então, a equipe de pesquisa do Laboratório de Paisagismo e Arquitetura da Universidade Federal de Santa Maria (PARQ – UFSM) tem acompanhado os resultados, proposto metodologias de análise pós-ocupação e se concentrado no lançamento das próximas etapas da obra. O principal objetivo do projeto é promover mobilidade alternativa e valorização do campus universitário como um parque setorial em escala urbana. O presente artigo apresenta o desenvolvimento da proposta e visa à divulgação do conceito de espaço compartilhado, a fim de que tal modelo possa ser replicado em outros espaços livres para incentivar a mobilidade alternativa.

Palavras-chave: Mobilidade alternativa. Espaço compartilhado. Paisagismo. Espaços livres. Planejamento urbano.

### ABSTRACT

*This article presents the Multiuse Trail Project for the Campus of the Federal University of Santa Maria, including the theoretical basis, conceptualization, spatialization of the landscape architecture project and future steps. The multiuse project and construction was initiated in 2014 and since then the research group of the Landscape Architecture Lab (PARQ – UFSM) has been following the results, proposing methodologies of post occupation analysis and concentrating on planning the future expansion of the project. The main goal of this project is to promote alternative mobility and increase the value of the university campus by creating a sectorial urban park at an urban scale. The article presents the entire proposal process of development, offering a new concept for shared spaces which can be replicated in other open spaces in order to encourage alternative transportation.*

*Keywords: Alternative transportation. Shared space. Landscape architecture. Open spaces. Urban planning.*

## 1 INTRODUÇÃO

A construção do campus da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), na década de 1960, consolidou o crescimento do município de Santa Maria e do bairro Camobi, no estado do Rio Grande do Sul. Localizada na porção leste da cidade, a instituição é referência em produção de conhecimento e tecnologia para a região, configurando no tecido urbano a importante função de ser uma centralidade municipal. Devido à sua disposição, similar à de um parque urbano, supre parte das necessidades recreativas e de lazer da comunidade e abrange um complexo espaço de relações intersociais.

O município de Santa Maria, inserido na região central do estado, apresenta extensão de 1.781,757 km<sup>2</sup> e população de 261.031 habitantes, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (IBGE, 2010). Composta por dez distritos e cinquenta bairros, a cidade apresenta estrutura e economia voltadas para prestação de serviço e comércio, destacando-se os serviços públicos relacionados à universidade e os serviços militares.

Sendo polo atrativo de fluxo acadêmico e da comunidade, a infraestrutura urbana do campus apresenta, em alguns aspectos, limitada organização para atender ao crescimento da universidade. A configuração viária do local, especificamente, é insuficiente ou pouco deliberada, gerando graves conflitos de fluxos de diferentes transportes – veicular (veículos de passeio e ônibus), ciclista e pedestre –, agravados pelo traçado viário único, que valoriza e incentiva o transporte veicular.



**Figura 1** Vista aérea do campus da UFSM, abrangendo eixo principal da avenida Roraima.  
Foto: Lauro Alves / Agência RBS, 2011.



**Figura 2** Espaços livres próximos ao Centro de Ciências Rurais.  
Foto: Ronald Mendes / Agência RBS, 2014.

Diante dessa problemática, esta pesquisa apresenta o desenvolvimento de um plano piloto e anteprojeto paisagístico de uma Pista Multiuso que abrangerá toda a extensão

da universidade, direcionada exclusivamente para deslocamentos não motorizados, conectando diferentes áreas do campus e valorizando a interface entre edifícios e espaços livres (figuras 1 e 2). Buscou-se minimizar impactos e carências de mobilidade alternativa no parque universitário, atribuindo melhor funcionalidade por meio da implantação de um sistema interconectado e eficiente de caminhos e atividades com recantos de lazer e recreação.

Um dos objetivos da pista é suprir demandas encontradas na UFSM em função dos tipos de utilização: circulação de estudantes, professores e funcionários em dias úteis (caráter de *atividades necessárias*) e circulação de lazer e recreação, visto que a universidade adquire a função de Parque Setorial (caráter de *atividades opcionais e sociais*), conforme denominação de tipos de atividades realizadas em espaços públicos categorizados pelo arquiteto e urbanista dinamarquês Jan Gehl (2011). Segundo o autor, a apropriação do espaço e execução dessas atividades tornam-se convidativas quando há boas condições de clima e de infraestrutura do espaço público. (GEHL, 2011). Nesse sentido, o projeto de pesquisa e execução da Pista Multiuso da UFSM buscou fundamentar-se para oferecer a devida infraestrutura aos usuários e, em etapa posterior, poder analisar a ocupação e o impacto no ambiente universitário e no bairro Camobi.

## 2 REFERENCIAIS TEÓRICOS

### 2.1 Conceito de Espaço Livre

A fim de compreender o conceito de espaço livre aplicado à situação do campus universitário no contexto do município de Santa Maria, buscou-se a definição desse termo. Segundo Magnoli (2006, p. 179), espaços livres são aqueles não edificados: “[...] quintais, jardins, ruas, avenidas, praças, parques, rios, matas, mangues, praias urbanas ou simples vazios urbanos. Sua localização forma um complexo sistema de conexões, com múltiplos papéis urbanos”. A autora conclui: “[...] o espaço livre público é o espaço da vida comunitária por excelência”. (MAGNOLI, 2006, p. 182). Dessa forma, os espaços podem ser classificados como privados ou públicos.

#### 2.1.1 Espaços Livres Privados

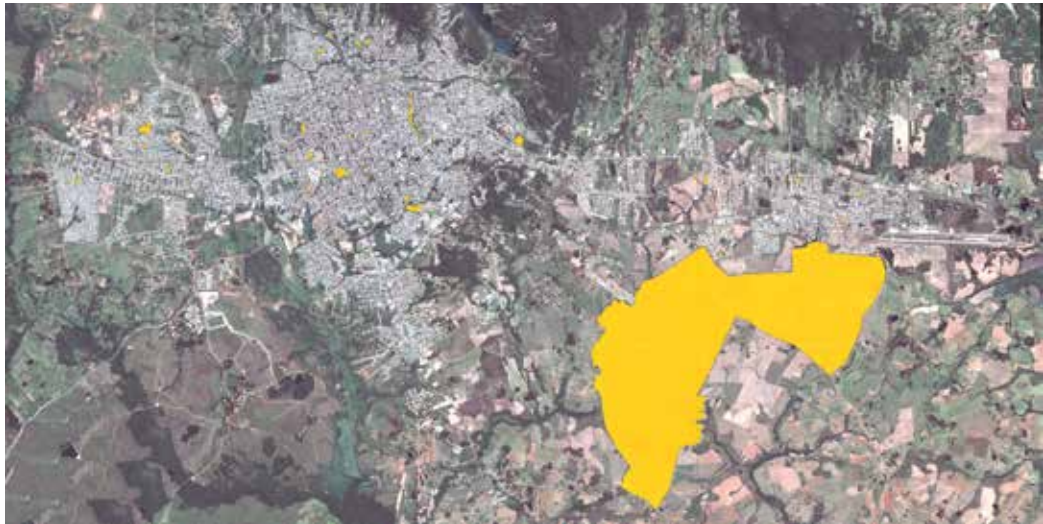
Segundo definição de Queiroga (2011, p. 29): “[...] os espaços livres privados são aqueles inseridos dentro das áreas particulares e cujo acesso não é, em geral, possibilitado ao público”. Percebe-se que exemplares desse tipo de espaços estão inseridos nos limites das propriedades privadas, como jardins, pátios e áreas de estacionamento. Seu uso e controle são restritos à parte da população.

#### 2.1.2 Espaços Livres Públicos

“Os espaços livres públicos constituem-se de todos aqueles de propriedade pública, com diferentes graus de acessibilidade e de apropriação.” (QUEIROGA, 2011, p. 28).

O autor identifica a rua como o “[...] principal espaço livre, fundamental para a conexão na cidade, por onde ocorre grande parte da vida cotidiana da sociedade urbana. Destaca-se os demais elementos como parques, praças, florestas urbanas, calçadas, *promenades*, lagoas, praias, etc., como constituintes desse sistema”. (QUEIROGA et al., 2011, p. 143). Os espaços livres públicos são os lugares mais prováveis onde pessoas que vivem separadamente em seus espaços privados vão se encontrar.

A partir da compreensão do significado de espaços públicos, conforme definição dos autores citados, é possível identificar a importância do campus universitário no cenário dos espaços públicos de Santa Maria, devido à carência de equipamentos adequados ao uso e apropriação pela população.



**Figura 3** Mapa dos espaços livres intraurbanos de Santa Maria. Intervenção sobre imagem Quickbird cedida pelo Laboratório de Análises Ambientais por Geoprocessamento (LAGEO-UFSM).  
Fonte: Adaptado por Pippi e Weiss, 2010.

Segundo o grupo de pesquisa de Metodologia de Análise e Inventário dos Espaços Livres Públicos na Paisagem Natural e Construída de Santa Maria (UFSM), foram identificados 81 espaços livres públicos na cidade. Entre eles, o campus da UFSM é o que possui maior área e representatividade para a população, capaz de abrigar diversas atividades simultaneamente (figura 3). Não apenas para o bairro Camobi, mas para toda a cidade, representa o parque referencial de área de lazer e recreação.

## 2.2 Conceito de Espaço Compartilhado

Desde 2003 o conceito de *shared space*, ou “espaço compartilhado”, vem se disseminando mundialmente. A primeira cidade a adotá-lo foi Drachten, na Holanda. O engenheiro holandês Hans Monderman elaborou o primeiro projeto nesse sentido em 2004 (PROJECT FOR PUBLIC SPACES), pois criticava a infraestrutura tradicional de trânsito, considerando-a perigosa ao invés de protetora. Em sua defesa, baseia-se na premissa de que a harmonia do trânsito consiste mais na percepção do meio ambiente

e sua dinâmica do que nas prescritas regras oficiais de circulação e conduta, e de que sinais de trânsito corroboram a promoção de acidentes.

Nas vias de Drachten, seja através de fotografia, seja circulando pela cidade, percebe-se que o inusitado sistema prima pela comunicação visual entre as pessoas que nelas passam – a pé, com bicicletas ou automóveis – e interagem no sistema viário, o que é visto pelas atitudes cautelosas tomadas tanto por motoristas, quanto por pedestres e ciclistas (figura 4). Monderman afirma: “[...] quando há separação, as pessoas pensam, ‘esse espaço é meu’. Sendo compartilhado, têm a consciência de dividir”. Cidades como Bohmte (Alemanha), Ejby (Dinamarca) e Ostende (Bélgica) adotaram o conceito e, sem restringir ou banir meios de locomoção, buscam integrar e equilibrar o trânsito atual.



**Figura 4** Interseção no centro de Drachten sem semáforos e sinalização.  
Fonte: Fietsberaad Crow, Holanda, 2012.

De forma adaptada ao contexto local, tais princípios são trazidos como inspiração para a proposição da Pista Multiuso no campus da UFSM. Com as mesmas diretrizes, porém em menor escala, a pista busca integrar, dinamizar e transformar diferentes usos, criando um espaço multiuso. Com funções de deslocamentos não motorizados, como caminhar, correr, andar de bicicleta, de cadeira de rodas, *roller* ou *skate*, a pista atende a demandas e necessidades apresentadas dentro do parque, mas não atendidas adequadamente – até como local onde se pode descansar e desfrutar da paisagem visual do entorno.

A cultura de compartilhamento de usos de vias não é comum no Brasil, contudo é necessária e primordial para que dinâmicas mais saudáveis e prazerosas se estabeleçam como alternativas de mobilidade no território nacional. Parte-se do princípio de que sua implementação ocasionará (resultados parciais apontam para tal) mudanças de hábitos dos usuários da universidade e do entorno. A execução do projeto da Pista Multiuso triplicou, por exemplo, o número de venda de bicicletas nas proximidades do local,



segundo relatos informais de comerciantes. Da mesma forma, percebe-se o aumento da prática de caminhadas, uso de *skates*, *roller* e bicicletas, principalmente nos fins de semana, no espaço em que se encontra a pista e em suas adjacências.

### 2.3 Conceito de Escala Humana

Para propor as diretrizes do projeto da Pista Multiuso, foram analisados referenciais teóricos relacionados ao estudo dos espaços públicos e de sua implantação nas cidades. Um dos autores que serviu de base para estabelecer relações entre a teoria e as formas de concretizá-la foi Jan Gehl, que analisa espaços públicos desde a década de 1960. Gehl defende o conceito de que a cidade é feita para as pessoas, sendo essencial pensar em espaços adaptados à escala humana.

O campus da UFSM constitui um espaço democrático, com potencial para tornar-se um ambiente mais humanizado. Para isso, a fundamentação teórica teve relevância para orientar formas de explorar possibilidades. Segundo Gehl (2013, p. 17), “[...] o fato de as pessoas serem atraídas para caminhar e permanecer no espaço da cidade é muito mais uma questão de se trabalhar cuidadosamente com a dimensão humana e lançar um convite tentador”. Em muitos momentos, simples instruções ajudam a atingir a aceitação satisfatória desse convite. A tabela 1 expõe ideias de Gehl sobre as relações entre espaços públicos qualificados e seus usuários, as quais foram aplicadas nas diretrizes do projeto paisagístico da Pista Multiuso da UFSM.

**Tabela 1** Relação entre Conteúdo Teórico e Diretrizes do Projeto Paisagístico

Autor	Conteúdo	Relações	Diretriz
Jan Gehl	“A boa qualidade ao nível dos olhos deve ser considerada como direito humano básico. As cidades devem propiciar boas condições para que as pessoas caminhem, parem, sentem-se, olhem, ouçam e falem. De todas as ferramentas de planejamento urbano disponíveis, a mais importante é a escala menor.” (2013, p. 118).	O planejamento urbano deve preocupar-se com o todo, porém deve também dar atenção especial aos detalhes, aos elementos próximo do usuário. As necessidades mais simples de interação social devem ser consideradas, por isso os detalhes dos locais de estar, descanso ou passagem precisam ter qualidade.	Aliar áreas de estar qualificadas ao longo do percurso da Pista Multiuso para oferecer um leque completo de possibilidades ao usuário – caminhar, parar, sentar-se, olhar, ouvir e falar – a fim de facilitar a socialização.

	<p>“Convidar requer vistas desobstruídas, curtas distâncias, baixa velocidade, permanência no mesmo nível e orientação em direção ao que deve ser visto e experienciado.” (2013, p. 236).</p>	<p>Na tentativa de criar espaços convidativos, é preciso oferecer oportunidades pelas quais a paisagem desperte a curiosidade do usuário, instigando-o a permanecer e voltar.</p>	<p>Propor trajetos sinuosos nas áreas livres do campus, pois são mais interessantes do que longos trechos, evitam a monotonia e diminuem, principalmente, a velocidade das bicicletas.</p> <hr/> <p>Tirar partido de visuais não explorados, contemplados a partir das áreas de estar ou durante o percurso.</p>
	<p>“Assentos secundários, como escadas, caixas, muros, dão suporte à demanda dos assentos convencionais e aproveitam as perspectivas, no caso de degraus.” (2011, p. 161).</p>	<p>Para não exagerar no número de assentos convencionais (bancos), pois, quando vazios, transmitem aspecto de local abandonado. Pode-se pensar em assentos diferenciados e funcionais, como degraus, plataformas e caixas.</p>	<p>Visto que o campus tem caráter de parque, a grama já é usada para sentar. Propor novas estruturas de apoio, como caixas de madeira e decks nos estares, enriquece as alternativas de assento.</p>
	<p>“Combinações novas e atraentes são possíveis quando o espaço urbano pode ser ligado diretamente a superfícies aquáticas e beiras de cais, quando o contato com parques, flores e paisagismo fica garantido, quando os espaços podem ser orientados perfeitamente em termos de clima local.” (2013, p. 177).</p>	<p>Um espaço urbano de qualidade deve levar em consideração aspectos funcionais, porém sem desconsiderar os aspectos estéticos. As condições básicas de segurança, clima, conforto, aliadas à qualidade visual, resultam em espaços de qualidade e <i>design</i> urbano que instiga os sentidos.</p>	<p>Propor manchas de vegetação ao longo da Pista e nas áreas de permanência, aguçando os sentidos e a qualidade visual do espaço. Usar a vegetação como ferramenta para drenagem de áreas alagáveis.</p> <hr/> <p>Desenvolver estares em áreas sombreadas, para proteção contra o calor intenso no verão, porém sob vegetações caducifólias, que permitem a passagem da luz solar no inverno.</p>

	<p>“Métodos de observação e questionários providenciam dados em vez de suposições sobre o que realmente está acontecendo.” (GEHL; SVARRE, 2013, p. 24).</p>	<p>Conversar com os usuários e observar seu comportamento após a implantação do projeto revelam efeitos positivos/negativos da obra e auxiliam no lançamento de etapas futuras por meio da consideração das críticas.</p>	<p>Desenvolver métodos de análise por meio de interação direta e indireta com os usuários e observação do suporte físico-ambiental para obter dados concretos sobre o uso, a apropriação do espaço e os seus efeitos no ambiente do campus.</p>
--	---	---	---

Fonte: Alice Rodrigues Lautert, 2015.

A partir dessa análise, estabeleceram-se conexões entre o conteúdo defendido por Gehl (2011) e por Gehl e Svarre (2013) e a concretização das ideias em diretrizes. Essa ferramenta facilitou o lançamento do partido, fundamentado no conceito de espaços compartilhados e da valorização da escala humana em espaços livres públicos. Foi realizado levantamento dos condicionantes gerais da área e locação das espécies arbóreas próximo ao trajeto da pista a fim de integrá-las ao circuito, não as retirando de seu local original. Desenhos, croquis e estudos de referência de projetos com temática semelhante auxiliaram na concepção do projeto, iniciado no primeiro semestre de 2014, que teve a colaboração de três docentes e quatro acadêmicos do curso de arquitetura e urbanismo da UFSM.

### 3 MATERIALIZAÇÃO DO PROJETO

#### 3.1 Estrutura da Pista

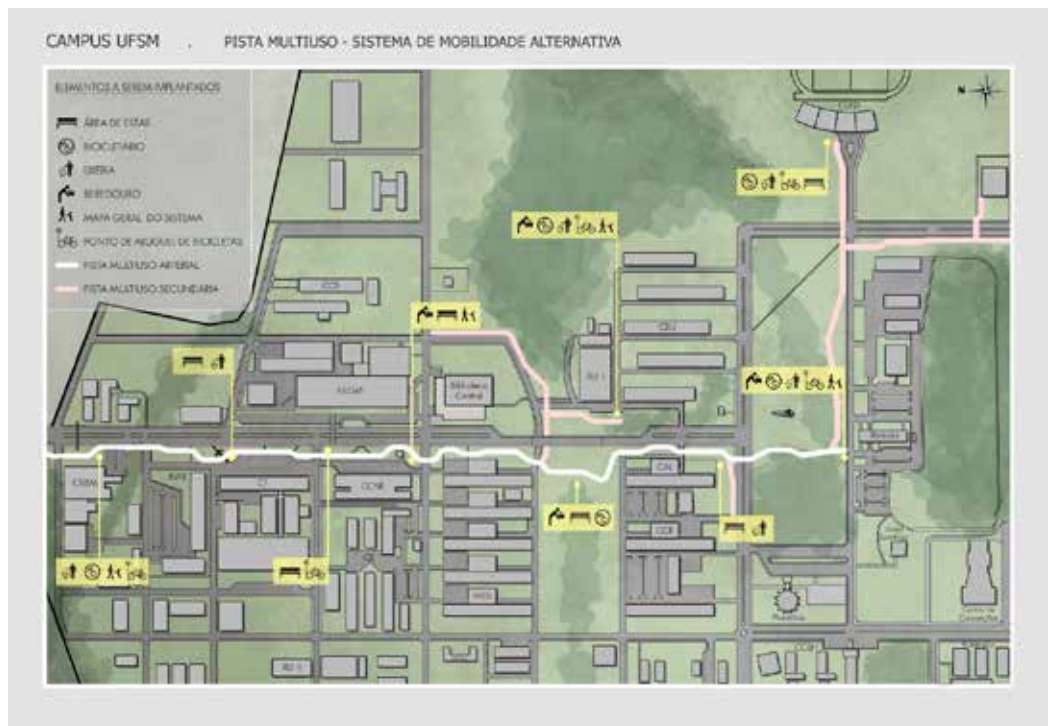
A Pista Multiuso apresenta, numa primeira etapa, extensão de aproximadamente três quilômetros, configurada hierarquicamente em função do seu dimensionamento e da sua disposição no espaço. A pista multiuso arterial apresenta três metros de largura, disposta adjacente ao eixo principal norte-sul, que organiza o eixo de distribuição das edificações por áreas de ensino no campus. O trajeto inicia-se nas proximidades do Arco (no acesso ao campus), percorre centros educacionais e atinge o prédio da reitoria na extremidade oposta, compondo a estrutura primária.

A pista multiuso secundária compreende ramificações do sistema e compõe a estrutura secundária. Apresentando 2,5 metros de largura, estabelece ligações específicas no interior da cidade universitária, conectando-se à Biblioteca Central, ao Centro de Educação Física e Desportos, ao Restaurante Universitário I (setor leste), estendendo-se ao Restaurante Universitário II, à Casa do Estudante Universitário (CEU), ao Jardim Botânico e edifícios de educação que não se aproximam da estrutura arterial (setor oeste).

A distinção na organização e no dimensionamento das pistas surge a partir da análise do fluxo no campus. O traçado principal (eixo norte-sul), de forma predominantemente

linear, favorece fluxo rápido e distribuição eficiente dos usuários nas áreas de ensino (figura 5). O percurso se estabelece em torno do mesmo eixo – conforme a organização “espinha de peixe”, consequente do plano diretor da universidade. A ramificação, que compreende o traçado secundário possibilita, de forma complementar, o acesso a edifícios específicos no interior de cada área de ensino, recriando fluxos amenos, conformados pela proximidade das edificações.

O início do circuito próximo ao acesso do campus favorece a conexão com vias apropriadas e externas à cidade universitária, permitindo mobilidade direta e eficiente. Na avenida Roraima – via de acesso ao campus da UFSM – foi construída a partir de 2011 uma ciclovia até então fragmentada (desvinculada da área da instituição), que hoje se associa à Pista Multiuso, permitindo o desenvolvimento da mobilidade urbana alternativa desde áreas próximas ao campus.



**Figura 5** Mapa do sistema completo de mobilidade alternativa no campus da UFSM com traçado da Pista Multiuso já executado e elementos complementares a serem implantados.

Fonte: Produzido por Alice Rodrigues Lautert, Paula Gabbi Polli e Luis Guilherme Aita Pippi, 2015.

### 3.2 Estares

As áreas de estar são partes importantes do projeto e seguem hierarquia de estares primários e secundários. Foram previstas para serem dispostas ao longo da pista, vinculadas a cada centro educacional (estares primários), e, em outros pontos, distribuídas pelo campus (estares secundários), complementando a eficiência do sistema.

Conformados na forma de decks, mirantes e bancos, essas áreas ou equipamentos objetivam atender tanto às demandas de passagem, ao contribuírem para a não



**Figura 6** Proposta de estar primário para o Centro de Tecnologia. Vista 1.  
Fonte: Felipe Segala Gravina, 2014.



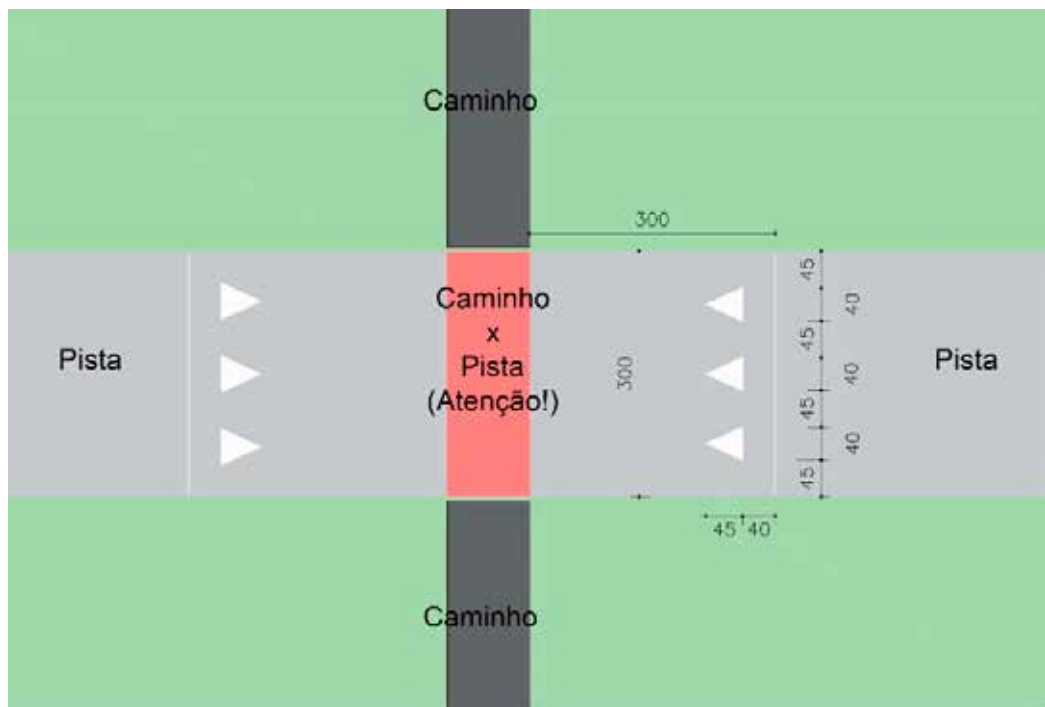
**Figura 7** Proposta de estar primário para o Centro de Tecnologia. Vista 2.  
Fonte: Felipe Segala Gravina, 2014.

obstrução da pista por parte dos usuários que querem descansar, como as de permanência, ofertando locais de estar, repouso e contemplação.

Os estares serão construídos com madeira tratada de reflorestamento (eucalipto), pois, além de reforçar os princípios de sustentabilidade intrínsecos à proposta, é material durável e orgânico, que contribui e mimetiza o mobiliário com o ambiente natural. As figuras 6 e 7 demonstram o mobiliário a ser inserido em área de estar primário.

### 3.3 Sinalização Vertical e Horizontal

Entendida como um subsistema, a sinalização é composta de linhas, marcações, legendas e símbolos pintados sobre o pavimento. Com objetivo de aumentar a fluidez, a sinalização orienta os usuários da pista e indica atenção aos condutores dos automóveis nos momentos em que a pista intercepta ruas. Também informa os pedestres para que tenham percepção e, principalmente, o entendimento das sinalizações, sem desviar a atenção do movimento do entorno. A sinalização horizontal foi projetada para ser clara e simples, podendo ser compreendida pelos usuários independente da frequência com que utilizam a pista. Esse tipo de sinalização foi utilizado como auxiliar em relação à sinalização vertical, empregada para contribuir com o esclarecimento do projeto. Áreas de interseção com calçadas e caminhos devem ser pintadas em vermelho. Há triângulos brancos antes dessas áreas, que requerem mais atenção (figura 8).



**Figura 8** Sinalização de alerta antes das interseções para avisar aos usuários da pista que precisam dar preferência para os pedestres nas travessias.

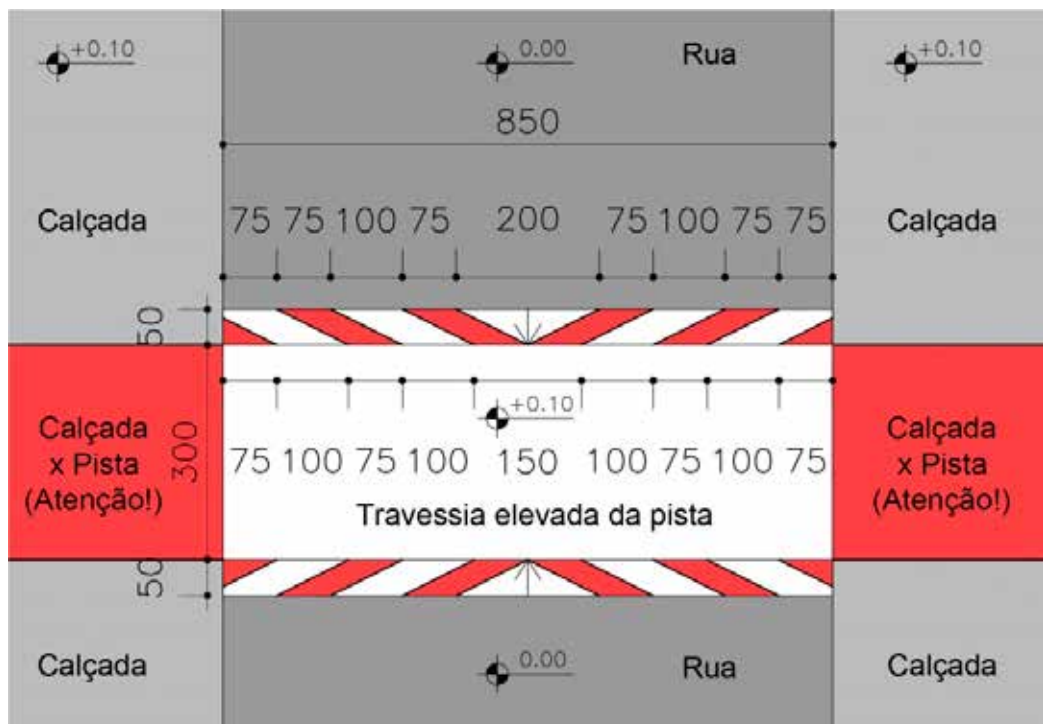
Fonte: Maurício Picetti dos Santos, Felipe Segala Gravina, Alice Rodrigues Lautert e Luis Guilherme Aita Pippi, 2015.

### 3.4 Acessibilidade

Com objetivo de aumentar a segurança e chamar atenção dos motoristas, o projeto da Pista Multiuso previu faixas elevadas para travessias dos usuários em ruas e avenidas da universidade. Tais elementos foram baseados no conceito de *traffic calming*, que possui o objetivo de reduzir a velocidade dos veículos, aumentar a segurança dos pedestres e melhorar a qualidade de vida nas áreas urbanas (PROJECT FOR PUBLIC SPACES, 2013). Todas as faixas dessa primeira etapa já foram executadas e sinalizadas, e vêm se mostrando como importantes instrumentos de acessibilidade, pois contribuem de maneira expressiva no deslocamento dos pedestres, ciclistas e, principalmente, cadeirantes. Suas configurações estão representadas graficamente na figura 9.

Além de garantir a travessia segura, as faixas elevadas têm como função fazer com que os motoristas diminuam a velocidade de seus veículos, já que o obstáculo colocado à sua frente funciona como uma lombada. A preferência, anteriormente consolidada dos motoristas, é revertida para as pessoas que atravessam sem veículo motorizado.

O maior benefício da faixa elevada reside no fato de que o usuário da pista, ao atravessá-la, não precisa mudar de nível em relação à rua. Isso facilita a mobilidade, principalmente, de pessoas com dificuldades físicas, crianças, idosos e cadeirantes. Com a faixa, mantém-se o trajeto contínuo sem necessidade de descer e retornar à calçada em seguida.

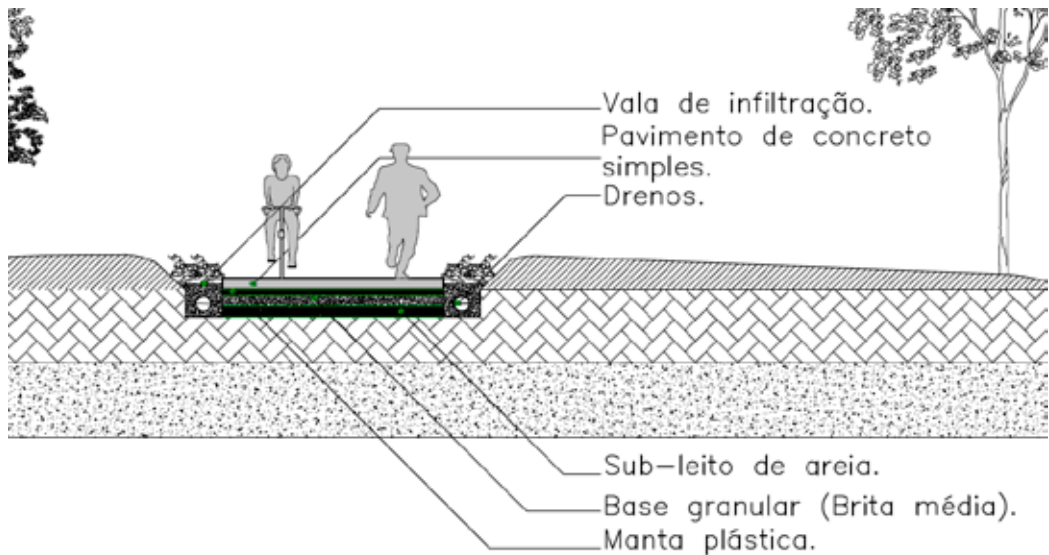


**Figura 9** Detalhamento da faixa elevada na travessia da rua.

Fonte: Maurício Picetti dos Santos, Felipe Segala Gravina, Alice Rodrigues Lautert e Luis Guilherme Aita Pippi, 2015.

### 3.5 Paisagismo e Infraestrutura Verde

Entende-se que espaços urbanizados como a área do campus da UFSM são ecossistemas abertos e vulneráveis que priorizam a implantação de infraestruturas cinzas (estacionamentos, vias para automóveis e superfícies impermeáveis), provocando impactos negativos, como aumento de poluentes, maior consumo de energia, acúmulo de água, alagamentos e elevação da temperatura. Propõe-se uma intervenção paisagística – aliada à infraestrutura verde – para mitigar os efeitos negativos dessa urbanização, contribuindo com a implantação do sistema de mobilidade alternativa na Pista Multiuso (figura 10).



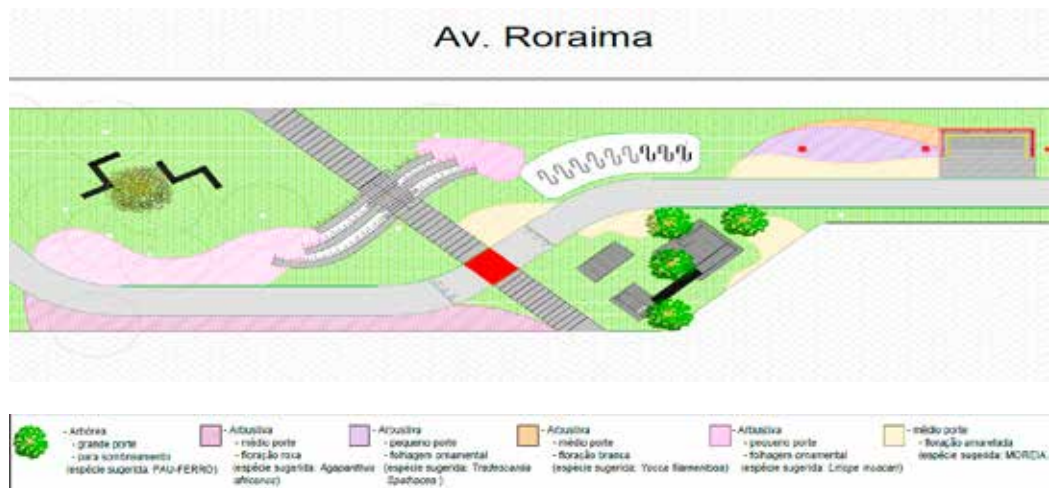
**Figura 10** Proposta de infraestrutura verde para a Pista Multiuso. Trincheiras de infiltração para drenagem em áreas sujeitas a acúmulo de água.  
Fonte: Felipe Segala Gravina, 2015.

Para esta etapa do projeto, foi prevista uma intervenção paisagística abrangente por toda a extensão da pista. Essa ação almeja obter resultados em médio prazo, com o plantio de espécies ornamentais que instiguem os sentidos e ajudem na absorção pluvial, e em longo prazo, mediante o sombreamento de áreas de estar e a recuperação de áreas de preservação dentro do campus. Uma rede de drenagem natural seria consolidada, apoiada em técnicas de infraestrutura verde que, por meio de vegetações específicas para locais com problemas de infiltração e alagamento, criam uma transição gradual entre espaço urbanizado e sistema natural. A infraestrutura verde possibilita que as cidades diminuam esse ritmo ao proporcionar alternativas que consomem menos energia, não emitem gases de efeito estufa, capturam carbono, evitam a sedimentação dos corpos d'água, protegem e aumentam a biodiversidade, fornecem serviços ecossistêmicos no local, previnem ou diminuem a poluição das águas, do ar e do solo. (ELMQVIST, 2010).

No planejamento da Pista Multiuso, um projeto paisagístico adequado, aliado à infraestrutura verde, tende a trazer uma série de benefícios ao público universitário,



qualificando as áreas de estar e lazer e promovendo melhoramento microclimático do campus, conforme exemplo de trecho de paisagismo proposto na figura 11. Tal planejamento propicia a integração da natureza à cidade, incentiva a sustentabilidade, favorece a mitigação de impactos ambientais e a adaptação para enfrentar problemas causados pelas alterações climáticas, como chuvas intensas e frequentes, aumento de temperatura, desertificação e perda de biodiversidade. (AHERN, 2009; HERZOG, 2010).



**Figura 11** Proposta de paisagismo e espécies sugeridas para trecho em frente ao Centro de Tecnologia.  
Fonte: Maurício Picetti dos Santos, Felipe Segala Gravina, Alice Rodrigues Lautert e Luis Guilherme Aita Pippi, 2015.



**Figura 12** Acúmulo de água proveniente da chuva sobre o passeio em um local onde seria implantada uma trincheira de infiltração com vegetação adequada.  
Foto: Luis Guilherme Aita Pippi, 2014.



**Figura 13** Acúmulo de água sobre o gramado em um local onde foi prevista intervenção de paisagismo com vegetação adequada para áreas alagadas. Foto: Luis Guilherme Aita Pippi, 2014.

Até o momento, o projeto de paisagismo, bem como as trincheiras de infiltração, não foi executado e sua necessidade já se faz presente em períodos de chuva. É possível observar em locais onde a topografia é mais baixa, configurando áreas naturais de drenagem, o acúmulo de água sobre o gramado e sobre o passeio ao lado da Pista Multiuso (figuras 12 e 13).

A infraestrutura verde e o paisagismo têm sido um dos temas complementares ao projeto, adaptando a área do campus para enfrentar eventos climáticos, mimetizando o espaço edificado com sistema natural, trazendo benefícios aos universitários e transformando a paisagem urbana monocromática em um espaço vivo. Essas são diretrizes que privilegiam os transportes alternativos não motorizados, colaborando para a sustentabilidade do ambiente.

#### 4 RESULTADOS

Em julho de 2014, foram iniciadas as etapas de construção da Pista Multiuso (figuras 14 e 15). Inicialmente, foi construído o trajeto primário da proposta, implantado a partir da entrada da UFSM, onde se localiza o arco de acesso, terminando junto ao prédio da reitoria do campus. Com extensão de três quilômetros e largura de três metros na pista multiuso arterial, e de 2,50 metros na pista multiuso secundária, o percurso referente à primeira etapa do projeto foi executado em concreto e percorre os prédios de alguns dos principais centros da universidade, como o Centro de Ciências Naturais e Exatas (CCNE), o Centro de Tecnologia (CT) e o Centro de Artes e Letras (CAL). Destaca-se a proximidade da Pista Multiuso ao Hospital Universitário de Santa Maria (HUSM).

Dessa primeira fase concluída, aproximadamente dois quilômetros correspondem à pista arterial, e um quilômetro à pista secundária.



**Figura 14** Execução da Pista Multiuso iniciada em julho. Vista 1.  
Foto: Felipe Gravina, 2014.



**Figura 15** Execução da Pista Multiuso iniciada em julho. Vista 2.  
Foto: Felipe Gravina, 2014.

Além do circuito, foram executadas as faixas elevadas, contínuas à pista e nas interseções com as ruas, para garantir segurança aos usuários e demonstrar a prioridade destes em relação aos veículos. Juntamente à execução da pista, foi realizada a ampliação de uma ponte presente na entrada do campus, garantindo espaço ao passeio público e à pista.

Após a conclusão do corpo das pistas arterial e secundárias, foram iniciados os trabalhos de sinalização no percurso, começando pelas sinalizações horizontais no eixo da pista (figuras 16, 17 e 18). Foram reforçados os locais de interseção entre diferentes usos, como o encontro da pista com calçadas de uso exclusivo para pedestres e a marcação da prioridade de usuário conforme meios de locomoção e atividades realizadas no trajeto.

Como última intervenção realizada, em agosto de 2015, foram implantadas placas de sinalização vertical a fim de esclarecer os usos prioritários da pista, visando ao convívio agradável entre os usuários no decorrer do trajeto. Entre os elementos destacados na sinalização vertical, é possível citar o encontro da pista com os eixos viários presentes no campus, onde placas “dê a preferência” à pedestres e ciclistas foram implantadas nas extremidades de cada interseção. No entanto, a implantação desses elementos



**Figura 16** Sinalização de alerta em travessia.  
Foto: Luis Guilherme Aita Pippi, 2015.

de sinalização ocorreu independente do projeto inicial, de forma que a intenção de proporcionar clareza de informação e uso acabou prejudicada por não dialogar com a intenção inicial da proposta. Foram locados inúmeros postes com sinalização, resultando em poluição visual e surgimento de barreiras físicas nas proximidades da pista, levando a resultados insatisfatórios (figura 19). Dessa forma, está sendo trabalhada a criação de um totem informativo – que surgirá como elemento único de sinalização nas interseções do percurso – no qual serão concentradas as informações de usuários e preferências de uso (figuras 20 e 21).

Desde o início das obras, a apropriação dos usuários da Pista Multiuso tem crescido significativamente. Após a finalização de cada trecho, estudantes, funcionários e professores passaram a usufruir da nova opção de percurso para satisfazer necessidades de deslocamento, lazer e recreação. Assim, a partir de prévia observação comportamental dos usuários, foi possível verificar que nos dias de semana o trajeto é utilizado prioritariamente com a finalidade de conduzir a comunidade acadêmica a seus locais de interesse.

A implantação da Pista Multiuso contribui para a utilização do campus como área de lazer de abrangência municipal. Existe grande diversidade de usuários e atividades ocorrendo na pista nos finais de semana, praticando atividades físicas e recreativas ao longo do traçado da pista e em espaços a ela adjacentes, como ilustram as figuras 22 e 23.



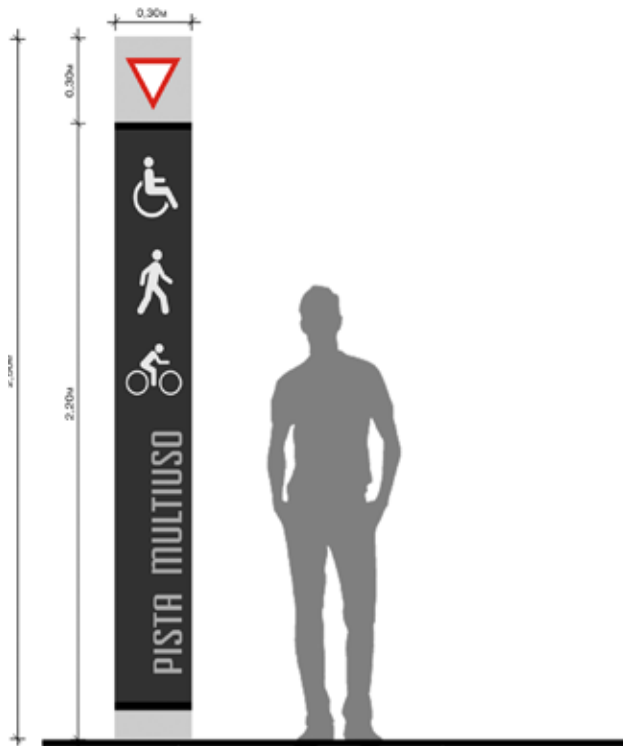
**Figura 17** Sinalizações horizontais de fluxos e usuários.  
Foto: Luis Guilherme Aita Pippi, 2015.



**Figura 18** Faixa elevada na rua – prioridade aos usuários da pista.  
Foto: Luis Guilherme Aita Pippi, 2015.



**Figura 19** Sinalização vertical na pista.  
Foto: Paula Gabbi Polli, 2015.



**Figura 20** Proposta de totem para sinalização vertical.  
Fonte: Paula Gabbi Polli, 2015.



**Figura 21** Proposta de totem para sinalização vertical e simulação na pista.  
Fonte: Luis Guilherme Aita Pippi e Paula Gabbi Polli, 2015.



**Figura 22** Apropriação da pista pelos usuários.  
Foto: Luis Guilherme Aita Pippi, 2015.



**Figura 23** Apropriação da pista pelos usuários.  
Foto: Luis Guilherme Aita Pippi, 2015.

A partir de depoimentos estabelecidos em abril de 2015, pode-se verificar a influência da Pista Multiuso na apropriação do público do campus da UFSM – como polo atraente de atividades – e a impressão dos usuários sobre o local. Segundo um



dos entrevistados, a pista é caracterizada como “fluída, movimentada e estável”, sendo o seu afastamento em relação à calçada e à rua o principal aspecto positivo. Para outro usuário, a pista é utilizada para atividades de corrida e ciclismo nos finais de semana, pois sua configuração e materialidade permitem tal atividade, impossível em outros parques da cidade. A pista ainda representa “facilidade e rapidez de deslocamento, integração entre espaços, melhoria do fluxo e segurança aos usuários”, que permitem melhor apropriação do espaço.

Considerando que a Pista Multiuso surgiu como um espaço livre de mobilidade alternativa, é possível verificar o surgimento de alguns conflitos de uso em sua extensão. Alguns usuários ainda apresentam dificuldade em utilizar o percurso, compreendendo o espaço como compartilhado entre meios de locomoção variáveis, e não apenas uma ciclovia. Verificou-se o conflito entre alguns pedestres e ciclistas e a necessidade de maior atenção de todos os usuários, incluindo veículos que trafegam pelas ruas do campus nas interseções entre a pista e o sistema viário da universidade. Entende-se que é uma questão de tempo para que os usuários se habituem, estando num momento de adaptação a uma ideia ainda não popularizada. A mídia universitária também tem contribuído para divulgar o projeto e seu conceito multimodal.

Em geral, a repercussão do projeto na comunidade acadêmica tem sido positiva. A questão da acessibilidade também está sendo abrangida – e só vem reforçar o direito universal que todo cidadão tem de ir e vir. Usuários da universidade e visitantes têm experimentado novos trajetos e valorizado os visuais que proporcionam. Com a continuidade do projeto, a tendência é que o conjunto de pista e áreas livres do campus qualifique ainda mais o parque universitário e incentive a mobilidade alternativa.

#### **4.1 Orientações para Reduzir Conflitos**

Alinhada com a implementação da Pista Multiuso, é visível a necessidade de divulgar o uso adequado a fim de que não ocorram conflitos ou dúvidas quanto à sua função. Dessa maneira, propôs-se, adicionalmente, a elaboração e distribuição de um fôlder educativo com esclarecimentos sobre o que é a Pista Multiuso e seu conceito de compartilhamento, sobre usuários, funções, dicas de sinalização (figura 24).

Alertas como manter-se à direita, atenção com os cruzamentos, respeito aos usuários da pista – principalmente crianças, idosos e iniciantes –, sinalizar nas ultrapassagens, buscar não obstruir locais de travessia, são algumas das recomendações presentes no fôlder distribuído à comunidade presente no raio de atendimento universitário. Além disso, pretende-se conscientizar, principalmente os usuários, a priorizar e ter cautela com o próximo mais vulnerável em termos de segurança, de forma que o ciclista ou *skatista* sempre procure atentar ao pedestre. Assim, acredita-se que os usuários do espaço sejam capazes de utilizá-lo de maneira adequada ao que ele se destina e prudente com questões de segurança. Medidas como essas são importantes para o aproveitamento da Pista Multiuso e para a compreensão do conceito de espaços compartilhados.

Com a proposição de projetos como o da Pista Multiuso da UFSM, pretende-se que a implementação de espaços compartilhados se torne recorrente e possa servir

como exemplo de bom uso e funcionamento desse tipo de sistema. Dessa forma, a desconexão do pedestre em relação aos carros, em virtude do traçado independente e afastado do leito viário, estimula os espaços de circulação a não serem apenas vias monótonas, mas que se proponham ao convívio social, contemplação e exercício físico.

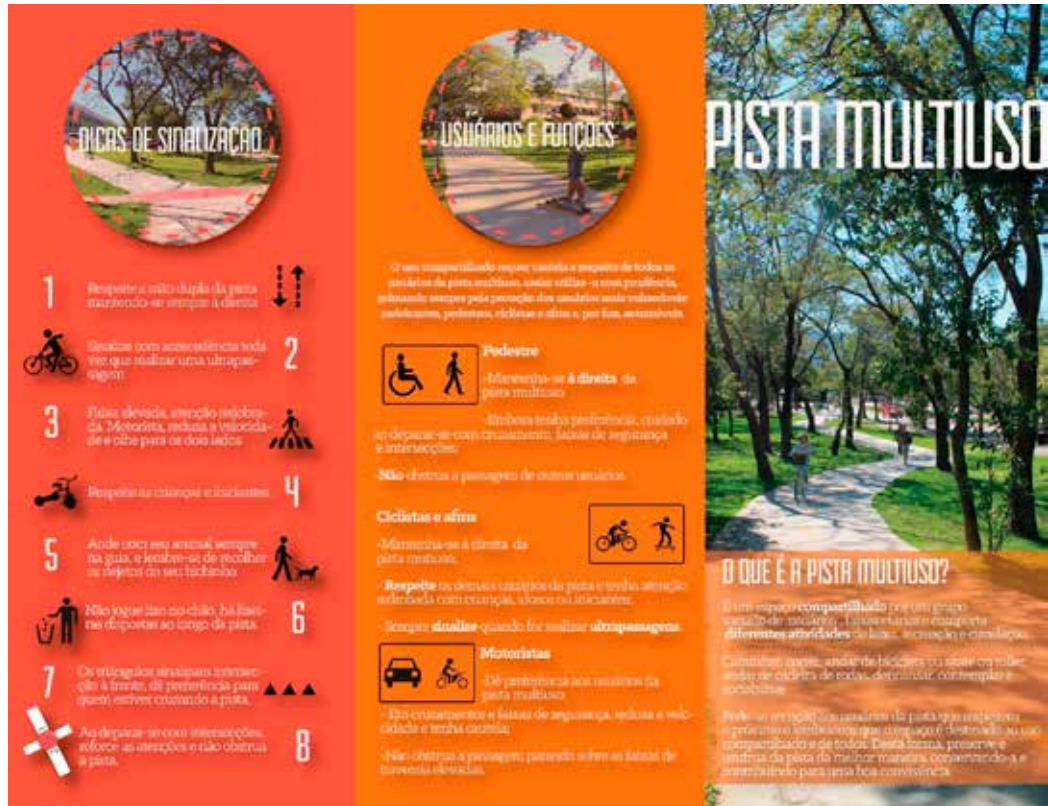


Figura 24 Fôlder educativo proposto com orientações em relação ao comportamento na pista. Fonte: Letícia de Fátima Durlo Coutinho, Alice Rodrigues Lautert, Luis Guilherme Aita Pippi e Paula Gabbi Polli, 2015.

## 5 ETAPAS FUTURAS

### 5.1 Metodologia de Análise Pós-Ocupação

Paralelamente ao projeto da Pista Multiuso, o grupo do projeto de pesquisa Metodologia de Análise e Inventário dos Espaços Livres Públicos na Paisagem Natural e Construída de Santa Maria, também da UFSM, vem desenvolvendo multimétodos para análises pós-ocupação de espaços públicos. Esse grupo, pertencente ao Quapá-SEL II do Núcleo de Santa Maria, vem buscando informações sobre a esfera pública dos Espaços Livres Urbanos (ELIUs) públicos da cidade quanto aos aspectos de caracterização dos mesmos (ambientes naturais e construídos) e suas redes sociais. Serão levantados dados contendo características físicas, ambientais, paisagísticas e sociais dos espaços. Um dos espaços públicos analisados é o da Pista Multiuso no campus da UFSM.

A equipe de pesquisadores do Quapá-SEL Núcleo de Santa Maria reformulou os métodos de análise e apreensões dos ELIUs públicos, optando pela utilização de quatro métodos (dois quantitativos e dois qualitativos) para análise. Foram elaboradas planilhas para a caracterização dos ELIUs públicos (encontrando-se a Pista Multiuso na categoria de Espaços Livres Urbanos de Circulação – ELIUC) e planilhas para caracterização dos usuários e interação com os mesmos por meio de questionários.

Segundo Zeisel (2006), Sommer e Sommer (2002) e Pippi (2014), quando a aplicação sistemática de diferentes métodos de abordagem para captar a essência e o dinamismo da esfera pública dos espaços livres de lazer, recreação e circulação é conduzida, pode-se registrar diversas informações para traçar o perfil da área e de seus usuários. Percebe-se quem são eles, quais atividades realizam, quais as relações espaciais e sociais ali estabelecidas. Tais respostas auxiliam na compreensão do uso e da dinâmica do espaço analisado. Os multimétodos estão configurados em quatro modos, conforme a tabela 2.

A metodologia, em sua íntegra, seguirá um protocolo de pesquisa estabelecido especificamente para análise dos ELIUs públicos (variáveis temporais, climáticas, sociais e de caracterização dos espaços livres públicos de lazer, recreação e circulação). O grupo Quapá-SEL Núcleo de Santa Maria iniciou a aplicação de seus métodos nos espaços públicos da cidade em abril de 2015. Seus integrantes, junto com a equipe da Pista Multiuso, já tiveram contato com usuários da cidade universitária por meio dos métodos 1 e 2 para obter opiniões a respeito do projeto. Os dados foram coletados no decorrer do ano de 2015 e analisados para gerar vários cenários e um panorama estruturado da apropriação do espaço pelos usuários. Essas informações irão auxiliar na elaboração de etapas futuras do projeto da Pista Multiuso.

**Tabela 2** Categorização dos Multimétodos

	<b>Método 1</b>	<b>Método 2</b>	<b>Método 3</b>	<b>Método 4</b>
Forma de interação com os usuários	Direta	Direta	Sem interação	Sem interação
Tipo de análise	Qualitativa	Quantitativa	Quantitativa	Qualitativa
Metodologia	Questionário com perguntas abertas	Survey com perguntas fechadas	Caracterização dos aspectos sociais	Caracterização físico-ambiental da área
Exemplo de dados levantados	Aspectos positivos e negativos da área	Frequência com que o espaço é utilizado pelos usuários	Tipos de atividades realizadas pelos usuários	Tipos de mobiliário urbano existentes na área

Fonte: Fátima Durlo Coutinho, 2015.

## 5.2 Infraestruturas Complementares

Em razão da primeira etapa de implantação da Pista Multiuso ter se mostrado bem-sucedida, os gestores da UFSM já confirmaram que as etapas futuras serão realizadas na sequência. A próxima fase prevê a execução do mobiliário constituinte das áreas de estar primário e secundário, seguida pelos demais elementos necessários para completar a infraestrutura do conjunto: lixeiras personalizadas, bicicletários, bebedouros, mapas do sistema, pontos de aluguel de bicicleta, iluminação e paisagismo. Certos componentes já foram devidamente detalhados pela equipe de projeto, outros encontram-se em fase de tratativas para definições finais, como o caso dos pontos de aluguel de bicicleta e o projeto de iluminação.

Posteriormente, o circuito da pista será ampliado. Sua estrutura secundária se estenderá pelo campus, alcançando o Restaurante Universitário – Unidade II, a Casa do Estudante Universitário (CEU), o Jardim Botânico e demais prédios de educação que não se localizam propriamente junto à estrutura primária. Aliada às novas ramificações da pista, será implantada a infraestrutura complementar, como áreas de estar, lixeiras, bicicletários e paisagismo adequado.

Outros itens foram conjuntamente analisados para as etapas futuras, mas ainda necessitam de refinamento e novas discussões a respeito. Na busca de tornar o campus um espaço cada vez mais abrangente e multicultural, prevê-se a implantação de uma pista de skate e área de estar complementar para os praticantes dessa atividade. São vistos como necessidades um *playground* para atender ao público infantil e áreas de alongamento para os que realizam práticas esportivas. Outro elemento citado foi uma concha acústica, visando a sediar eventos e atividades da comunidade acadêmica, pensando nas diversas formas de manifestação cultural que ocorrem no campus. Tais pontos precisam ser novamente discutidos para serem incluídos nas etapas seguintes de projeto e analisadas as áreas mais viáveis para suas implantações e formas de conexão com o circuito já existente.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O projeto da Pista Multiuso do campus da UFSM segue em andamento, atento aos resultados positivos já alcançados, porém buscando diálogo com os usuários e analisando os problemas *in loco* a fim de obter as soluções adequadas. Acadêmicos e professores membros da equipe de projeto têm se reunido para elaborar as etapas futuras de ampliação desse sistema, somando forças com outros grupos de pesquisa da UFSM. Desse modo, é possível chegar a uma linguagem padrão entre os projetos desenvolvidos para a cidade universitária.

Um dos objetivos do projeto da Pista Multiuso era viabilizar uma nova forma de mobilidade alternativa, e acredita-se que esse propósito está sendo atingido. Diariamente, são vistas pessoas utilizando a pista de várias maneiras – caminhando, correndo, passeando, de bicicleta e skate. Ela tornou-se parte do trajeto até as salas de aula,

local de prática de esportes e caminho para os estudantes que moram na universidade. Verificou-se o aumento do número de ciclistas e pedestres no campus, indicando que a Pista Multiuso tem incentivado deslocamentos não motorizados.

A boa utilização dessas áreas de passagem tem refletido na valorização das áreas de permanência, mesmo que esse ponto ainda seja deficitário no campus. Este possui um potencial como parque, que vem sendo explorado, pois além da área verde e dos espaços naturais internos, é possível também aproveitar o visual do ambiente natural externo ao campus, os morros a norte de Santa Maria. Essa combinação tem resultado na apropriação do espaço, principalmente nos fins de semana e feriados, quando a comunidade vem em grande número usufruir a área para piqueniques, atividades físicas, tomar chimarrão, passear e encontrar amigos. Com a implantação da pista, esse momento de lazer e recreação tem sido impulsionado a partir da possibilidade de desfrutar novos caminhos e as áreas adjacentes. O conceito da escala humana posto em prática tem aumentado as relações sociais diretas entre os usuários do parque universitário, algo relevante para o bom convívio em sociedade. Sendo assim, percebe-se que a humanização dos espaços tem dado bons frutos e que mais resultados positivos podem surgir do progressivo aperfeiçoamento do projeto da Pista Multiuso no campus da UFSM.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AHERN, Jack. **Sustainability, Urbanism and Resilience**. Palestra na Primeira Conferência de Humanidades e Indústria Criativa, Universidade de Tecnologia Nacional Chyn-Yi, Taichung, Taiwan, 4 de junho de 2009, p. 4-22.
- ALVES, Lauro. Vestibular da UFSM começa nesta quarta com provas em 22 cidades da Região Sul do país. **clivestibular**, Santa Maria, 4 jan. 2011. Disponível em: <<http://wp.clicrbs.com.br/clivestibular/2011/01/04/vestibular-da-ufsm-comeca-amanha-com-provas-em-22-cidades-da-regiao-sul-do-pais>>. Acesso em: 1 mai. 2015.
- ELMQVIST, Thomas. Natural capital and indicators of ecosystem services and biodiversity in urban landscapes. In: INTERNATIONAL CONFERENCE OF URBAN BIODIVERSITY AND DESIGN, 2nd, 2010, Nagoya, **Proceedings...** Nagoya, 2010, p. 38-39.
- FIETSBERAAD. Examples bank. Design. Amsterdam, 2012. Disponível em: <<http://www.fietsberaad.nl/?section=Voorbeeldenbank&lang=en&ontwerpvoorbeeldPage=Diversen2&mode=detail&repository=Shared-space-intersection+De+Kaden>>. Acesso em: 28 abr. 2015
- GEHL, Jan. **Life between buildings: using public space**. Washington D.C.: Island Press, 2011. 207 p.
- \_\_\_\_\_. **Cidades para pessoas**. São Paulo: Perspectiva, 2013. 262 p.
- \_\_\_\_\_; SVARRE, Birgitte. **How to study public life**. Washington D. C.: Island Press, 2013. 200 p.
- HERZOG, Cecilia P. Green infrastructure as a strategy to reinstate resilience to an urban watershed in Rio de Janeiro, Brazil. In: WORLD CONGRESS ON CITIES AND ADAPTATION TO CLIMATE CHANGE. Resilient Cities 2010. Bonn, 28-30 de maio de 2010. Disponível em: <<http://resilientcities.iclei.org/bonn2010/program/sunday-30-may/parallel-sessions-g/#c194>>. Acesso em: 16 out. 2015. Sessão paralela - Intelligent Urban Fabric.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE) – Rio Grande do Sul. Cidades. Censo Demográfico. Santa Maria, 2010. Disponível em: <[http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmu\\_n=431690&search=rio-grande-do-sul|santa-maria](http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmu_n=431690&search=rio-grande-do-sul|santa-maria)>. Acesso em: 18 out. 2015.
- MAGNOLI, Miranda. Espaço livre – objeto de trabalho. **Paisagem e Ambiente: ensaios**, n. 21, 2006, São Paulo: FAUUSP, p. 175-198.
- PIPPI, Luis Guilherme Aita. **Social network interaction and behaviors on recreational greenways and their role in enhancing greenway potential**. Tese (Doutorado em Filosofia) – College of Design, Landscape Architecture, North Carolina State University (NCSU), EUA, 2014.

\_\_\_\_\_; WEISS, Raquel. Leisure and Recreational Intra-Open Space of the City of Santa Maria – RS: Characteristics, Dynamics, Appropriation and Management. In: INTERNATIONAL FEDERATION FOR HOUSING AND PLANNING – IFHP WORLD CONGRESS, 54<sup>th</sup>, 2010, Porto Alegre. Dados Eletrônicos. EDIPUC, 2010. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), Porto Alegre, Rio Grande do Sul, 2010, p. 1-10.

PROJECT FOR PUBLIC SPACES. Hans Mondermann. Disponível em: <<http://www.pps.org/reference/hans-monderman>>. Acesso em: 18 out. 2015.

\_\_\_\_\_. Traffic Calming. Disponível em: <<http://www.pps.org/reference/livememtraffic>>. Acesso em: 18 out. 2015.

QUEIROGA, Eugênio Fernandes. Sistemas de espaços livres e esfera pública em metrópoles brasileiras. **Resgate**, vol. XIX, n. 21, São Paulo, jan/jun 2011, p. 25-35. Disponível em: <<http://www.cmu.unicamp.br/seer/index.php/resgate/article/view/264/264>>. Acesso em: 18 out. 2015.

\_\_\_\_\_; MACEDO, Silvio Soares, CAMPOS, Ana Cecília; GONÇALVES, Fábio; GALENDER, Fany; DEGREAS, Helena; AKAMINE, Rogério; CUSTÓDIO, Vanderli. Notas gerais sobre os Sistemas de Espaços Livres da Cidade Brasileira. **Sistemas de Espaços Livres, conceitos, conflitos e paisagens**. São Paulo: FAUUSP, 2011, p. 11-32.

SOMMER, Robert; SOMMER, Barbara. **A practical guide to behavior research: tools and techniques**. 5 ed. New York: Oxford University Press, 2002. 400 p.

VANDERBILT, Tom. Entrevista disponibilizada em 27 de abril de 2010, a Clarence Eckerson Jr. 2010. Disponível em: <<http://www.streetfilms.org/tom-vanderbilt-talks-traffic>>. Acesso em: 21 abr. 2015.

VASCONCELLOS, Manuela. UFSM oferta 640 vagas remanescentes. **Diário de Santa Maria**, Santa Maria, 27 jan. 2015. Disponível em: <<http://diariodesantamaria.clicrbs.com.br/rs/geral-policial/noticia/2015/01/ufsm-oferta-640-vagas-remanescentes-4688770.html>>. Acesso em: 1 mai. 2015.

ZEISEL, John. **Inquiry by design: environment/behavior/neuroscience in architecture, interiors, landscape and planning**. New York: W.W. Norton & Company, 2006. 406 p.

#### Nota do editor

Submissão: 1 mai. 2015

Aprovação: 23 out. 2015

# PARQUE ECOLÓGICO ALDEIA DE CARAPICUÍBA: PROJETO DE PAISAGISMO PARTICIPATIVO VALORIZANDO UM PATRIMÔNIO HISTÓRICO<sup>1</sup>

*ECOLOGICAL PARK IN CARAPICUÍBA VILLAGE: LANDSCAPE PARTICIPATIVE  
DESIGN ENRICHING A HISTORICAL HERITAGE*

**Sylvia Adriana Dobry-Pronsato\***

**Caio Boucinhas\*\***

**Antônio Busnardo Filho\*\*\***

**Denise Falcão Pessoa\*\*\*\***

---

<sup>1</sup> Parte deste trabalho foi apresentado no XII Congresso Internacional de Reabilitação do Patrimônio Arquitetônico e Edificado – A dimensão cotidiana do patrimônio e desafios para sua preservação: DOBRY-PRONSATO, Sylvia Adriana; BOUCINHAS, Caio; PESSOA, Denise Falcão.

Patrimônio histórico e paisagismo participativo: Aldeia de Carapicuíba e seu entorno – tantos olhares. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE REABILITAÇÃO DO PATRIMÔNIO ARQUITETÔNICO E EDIFICADO, 12, 2014, Bauru, **Anais...** ISSN/ISBN: 978-85-99679, p. 374-382.

---

\* Arquiteta e urbanista pela Universidad Nacional de Córdoba (FAU-UNC), Argentina. Mestre e doutora em Arquitetura e Urbanismo pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAUUSP). Professora e pesquisadora no Curso de Arquitetura e Urbanismo FIAM-FAAM Centro Universitário do Mestrado Profissional *Stricto Sensu* na área de Arquitetura e Urbanismo: Projeto, Produção e Gestão do Espaço Urbano. Avenida da Liberdade, 749, 7º andar, 01502-001, Liberdade, São Paulo, SP, Brasil.

sydobry@gmail.com

\*\* Arquiteto e urbanista pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Mestre e doutor em Arquitetura e Urbanismo pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAUUSP). Professor e pesquisador no Curso de Arquitetura e Urbanismo FIAM-FAAM Centro Universitário do Mestrado Profissional *Stricto Sensu* na área de Arquitetura e Urbanismo: Projeto, Produção e Gestão do Espaço Urbano. Avenida da Liberdade, 749, 7º andar, 01502-001, Liberdade, São Paulo, SP, Brasil.

cboucinhas@uol.com.br

\*\*\* Arquiteto e urbanista pela Faculdade Farias Brito – Universidade de Guarulhos (UnG). Mestre e doutor pela Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (FEUSP). Professor e pesquisador no Curso de Arquitetura e Urbanismo FIAM FAAM, no Mestrado Profissional *Stricto Sensu* na área de Arquitetura e Urbanismo: Projeto, Produção e Gestão do Espaço Urbano. Rua Kari, 44, 07047-041, Jardim São João, Guarulhos, SP, Brasil.

antbusnardo@gmail.com

\*\*\*\* Arquiteta e urbanista pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Presbiteriana Mackenzie. Mestre em Arquitetura e Urbanismo, concentração em Desenho Urbano, pelo College of Architecture and Urban Planning – The University of Michigan, USA. Doutora em Arquitetura e Urbanismo pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAUUSP). Professora e pesquisadora no Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Nove de Julho (Uninove) e Centro Universitário Belas Artes. Rua doutor Louis Couty, 35, ap. 71, 05436-030, Jardim das Bandeiras, São Paulo, SP, Brasil.

denisefpessoa@hotmail.com

## RESUMO

Neste artigo discute-se o projeto do Parque Ecológico Aldeia de Carapicuíba, iniciado em 1994 e implantado em 2004. O processo entrelaçou diferentes temas quanto à recuperação e consolidação de sentimentos de pertencimento a um lugar considerado patrimônio histórico e ambiental, e sua valorização. Reflete-se, também, sobre a noção de participação da comunidade, que possibilitou a implantação do parque e facilitou a preservação desse patrimônio histórico e ambiental. O método participativo de projetá-lo possibilitou a articulação de diversos níveis de ensino, resultado do trabalho conjunto entre arquiteto contratado pela prefeitura, alunos da pós-graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, professores, funcionários e alunos da Escola Estadual de Primeiro Grau Professora Esmeralda Becker Freire de Carvalho, localizada no patrimônio histórico Aldeia de Carapicuíba. Nesse processo, a execução, ainda que parcial em relação ao projeto original, só foi possível pelo envolvimento direto da comunidade, evidenciando que a relação arte-percepção, ao transcender o simples observar, pode contribuir em ações que valorizem o sentimento de pertencimento aos lugares de vida, nesse caso, o patrimônio histórico ambiental. Ao estimular a escola a ocupar os espaços da arte, no desenvolvimento da percepção, abriu-se a probabilidade de maior valorização do patrimônio histórico ambiental e cultural.

Palavras-chave: Parque. Arquitetura e urbanismo. Arte. Percepção e participação. Patrimônio histórico.

## ABSTRACT

*This article discusses the design project "Ecological Park in Carapicuíba Village", which was started in 1994 and was implemented in 2004. The process put together different themes such as the recuperation and consolidation of the feeling of belonging to a place considered a historical and environmental patrimony. The study points out the community concept of participation in the design process, considering that, in this case enabled the implementation of the park and strengthened the preservation of the historical and environmental patrimony. The participative method for designing the park enabled the articulation of various levels of teaching, and was accomplished by a team work involving an architect hired by the municipality, graduate students of the FAUUSP (College of Architecture and Urbanism – University of São Paulo) and the staff and high school students of the Esmeralda Becker Freire de Carvalho School, situated in the Carapicuíba historical village. In this process the execution of the original project, even being partial, was only possible because of the community involvement. The participative process also highlights that the relation between art and perception, when goes beyond the simple observation, may contribute to the sense of belonging to a place, and in this case, the preservation of the historical and environmental patrimony. By stimulating the school to occupy the art spaces when developing its perception, it enabled a possibility of a greater valuation of the historical, environmental and cultural patrimony.*

*Keywords: Park. Architecture and urbanism. Art. Perception and participation. Historical heritage.*

## 1 INTRODUÇÃO

A proposta do Parque Ecológico Aldeia de Carapicuíba faz parte de um processo iniciado em 1994 pelo arquiteto Caio Boucinhas, contratado pela prefeitura de Carapicuíba para o desenvolvimento do projeto de um parque que incluísse o quadrilátero da Aldeia e seu entorno. Considera-se que um projeto participativo contém a necessidade de assegurar a relação de pertencimento ao lugar, a identidade do usuário e sua inclusão enquanto ser ativo e consciente na cidade. Para isso, é pertinente encontrar metodologias e caminhos. Considerando que um projeto participativo paisagístico pode ser produto de criação coletiva ou individual, dependendo das circunstâncias,



ambos os casos se relacionam com o fato de que “[...] o problema da arte [...] não é o surgimento do indivíduo, mas o da comunicação”. (MERLEAU-PONTY, 1991, p. 85). Assim, ao pensar o projeto de um parque também como processo de arte e tendo a comunicação como dado prioritário, naquela ocasião o arquiteto optou por estabelecer seu escritório na própria Aldeia, entendendo que dessa maneira conseguiria maior inter-relação com a população do lugar, o que lhe permitiu acessar informações além das que estão nos mapas:

Os meninos utilizam o pátio e seus arredores empinando pipas, jogando pião e bola de gude; os moradores só aos poucos vão confiando, [...] desvendando lugares esquecidos: “aqui tinha uma bica aonde todo mundo vinha buscar água, da boa”; “lá embaixo um lago onde a gente nadava: foram aterrando aos poucos e depois fizeram barracos por cima”. [...] íamos descobrindo e catalogando caminhos e trilhas já existentes [...]; o Pico do Jaraguá aparece inteiro a noroeste a partir dos fundos da Igreja, área mal-assombrada, onde existia o cemitério; lá embaixo corre o Anhembi rumo ao Ribeirão Carapicuíba, na divisa com Osasco, afluente do Tietê. Os afluentes do Anhembi têm matas ciliares sombreando águas que parecem limpas e que surgem através dos altos muros e gradis de condomínios fechados. (BOUCINHAS, 2005, p. 50).

Os moradores da região também se interessaram, debatendo o tema e expressando diferentes opiniões. No decorrer do processo, realizaram-se reuniões, oficinas, visitas, e foi criada a Fundação Aldeia de Carapicuíba, com a participação diversificada de residentes da Aldeia e seu entorno: comerciantes, donas de casa, arquitetos, pedagogos, biólogos.

Durante o processo de desenvolvimento desse projeto, desde 1994 Boucinhas atendeu às diretrizes e orientações do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan). No entanto, verificou que os profissionais desse órgão se restringiam a fazer apreciações e orientações concernentes ao Quadrilátero com suas edificações tombadas, sem considerar o entorno próximo, mobilidade, nascentes, córregos e questões relativas à preservação ambiental da microbacia do córrego Anhembi, onde se localiza o Quadrilátero da Aldeia. Desvendava-se, assim, um problema recorrente, existente, muitas vezes, nos órgãos estaduais e municipais: a falta de conexão entre as diversas secretarias em decorrência de uma forma de construção do conhecimento que isola disciplinas e não abrange a necessária interdisciplinaridade para perceber o mundo.

Nas adjacências da Aldeia de Carapicuíba, na década de 1960, surgiram condomínios fechados com lotes grandes e loteamentos ocupados por moradores procurando melhores condições de vida: verde, sossego e paz, somente a vinte quilômetros da cidade de São Paulo. Perto da Aldeia, o antigo Sanatório Anhembi, atual Faculdade da Aldeia de Carapicuíba (FALC), permanecia, na época:

[...] abandonado com seus 120.000 m<sup>2</sup>, [...] lugar de aventuras; pelo buraco do muro temos acesso a um mundo mágico de águas puras, nascentes, vegetação exuberante,

escadarias, caminhos, monumentos, capela e edifícios em ruínas. E, também, de tráfico de drogas. (BOUCINHAS, 2005, p. 50).

No final da década de 1990, a Aldeia atravessava rápido processo de degradação, e vislumbrava-se que seria comprometida por intensos impactos provocados pela construção do rodovial Metropolitano, cuja implantação estava em discussão em diversas instâncias. Existia a expectativa sobre a ação dos poderes públicos para a restauração das casas da Aldeia e a valorização das suas tradições culturais – danças, cantos, violeiros, festas, ações que fazem parte do patrimônio histórico cultural – e a realização de um parque em seu entorno. Mudanças político-administrativas, muitas vezes, são impedimentos para o prosseguimento desses projetos.

## 2 O LUGAR E SUA HISTÓRIA

Com o intuito de melhor compreensão do tema, será feito, de modo resumido, o histórico desse patrimônio. A Aldeia de Carapicuíba, fundada em 1580, é um dos doze aldeamentos jesuítas remanescentes do processo de urbanização de São Paulo, criados para proteger a cidade e domesticar os índios guaianases<sup>2</sup>. Segundo Francisco de Assis Carvalho Franco, citado por Lemos, Mori e Alambert (2008), Carapicuíba não foi uma aldeia criada pelos jesuítas, alocada para confinar indígenas convertidos; surgiu como um depósito de índios caçados por Afonso Sardinha. Os autores aludem, também, a Manoel da Fonseca, asseverando que Sardinha realizou uma doação “testamentária” de parte de sua sesmaria para ali serem “aldeados” somente índios libertos, e que aos escravizados, recém-chegados do sertão, dava-se outro destino, atualmente ignorado<sup>3</sup>. Estava presente nesses aldeamentos, a conexão entre duas culturas, o que se manifestava na comunicação oral desde os inícios da colonização, já que em:

[...] São Paulo, uma área de grande densidade populacional indígena, falava-se a língua geral, ou tupi. Com o Diretório (1758), a língua portuguesa foi implantada em São Paulo [...] A língua geral era falada nos arredores da Vila, área em que se concentravam os aldeamentos indígenas. (OLIVEIRA, 2005, p. 1).

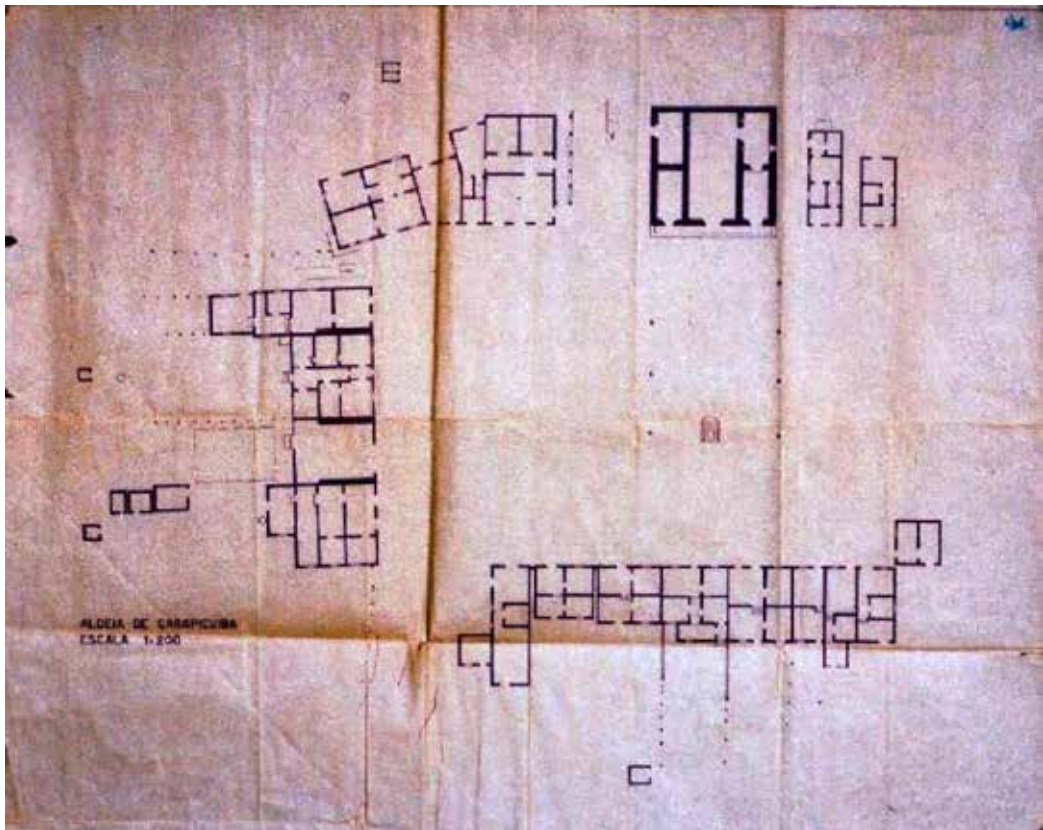
A Aldeia de Carapicuíba é um marco arquitetônico e histórico da Região Metropolitana de São Paulo (RMSP). Permanecem, em 2016, edificações remanescentes do século XVIII, que a marcam. É patrimônio histórico<sup>4</sup> declarado pela Secretaria do

<sup>2</sup> Segundo Barcellos, (2007, s/p.), “[...] guaianazes são guaranis”.

<sup>3</sup> As várias opiniões a respeito da função dessa Aldeia demonstram que não há acordos, mas discutir essa questão foge ao escopo deste artigo.

<sup>4</sup> Segundo Faccio (2010, p. 62), faz parte do Livro Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico da Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, folhas 3, com número de inscrição sete, que o Conjunto Arquitetônico e Urbanismo da Aldeia de Carapicuíba, situada no Município de Cotia, Estado de São Paulo, propriedade da Prefeitura Municipal e outros, processo número 218/39, o registro do tombamento *ex-officio* de 13 de maio de 1940.

Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), conceituado como exemplo especial de aldeamento paulista jesuítico. Seu valor permanece, sobretudo, na disposição espacial original, definida por construções que sustentam sua volumetria em relação com o patrimônio jesuítico. Ainda hoje (2016), é um marco nacional de importância, que representa a memória do processo da colonização europeia no Brasil (ZAHN; FEITOSA; SAWAYA, 2008). Apenas a capela de São João Batista<sup>5</sup> foi tombada pelo Condephaat, porém trata-se de um tombamento *ex-officio*, já que todo o conjunto foi tombado em 1940 pelo Iphan, considerando os critérios que determinam um Núcleo Histórico ao restituir-lhe os traços de 1736. (FACCIO, 2010, p. 64). O valor desses núcleos existe no conjunto e não nos edifícios isolados, considerando-se que precisa ser conservada a importância do todo. Na ocasião do tombamento da Aldeia pelo Iphan, foram desenhadas uma planta e uma perspectiva aérea realizada por Luis Saia<sup>6</sup> (figuras 1 e 2):



**Figura 1** Planta da Aldeia de Carapicuíba. (FACCIO, 2019, p. 60).  
Fonte: Secretaria Regional do Iphan do Rio de Janeiro.

<sup>5</sup> Segundo Faccio (2010, p. 64), consta no Processo Condephaat nº 339/1973, fls. 9.

<sup>6</sup> Luis Saia é um renomado arquiteto, engenheiro, colaborador do Departamento de Cultura e do então Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, onde substituiu Mario de Andrade na Chefia do 4º Distrito, cargo que exerceu por quarenta anos.



**Figura 2** Perspectiva da Aldeia de Carapicuíba realizada por Luís Saia (1938), que fez o primeiro estudo sobre a Aldeia durante a gestão de Mario de Andrade.

Fonte: Andrade (2006, p. 24, apud FACCIO, 2019, p. 60).

Em 1698, os jesuítas destruíram a Aldeia de Carapicuíba, porém foi reconstruída no mesmo lugar, em 1736, com base em três paredes de taipa que restavam do século XVI, e que sobreviveram, da antiga capela de São João Batista – que, a partir de então, chamou-se capela de Nossa Senhora da Graça. (FACCIO, 2010, p. 67). A destruição pelos jesuítas teve a justificativa de que as terras de plantio estavam cansadas, para que os índios as abandonassem e mudassem para a Aldeia de Itapeperica<sup>7</sup>. Condicionada a esses remanescentes, a Aldeia de Carapicuíba evoluiu para uma arquitetura caiçira e desenvolveu-se em volta de uma praça retangular demarcada por casas de taipa de mão (LEMOS; MORI; ALAMBERT, 2008, p. 93). Como diz Boucinhas, as construções ainda são de:

[...] taipa de sopapo, com exceção da igreja e algumas paredes das casas, que são de taipa de pilão; o pátio, retangular, de chão batido e inclinado como o terreno natural [...]. Em frente à igreja, um plano horizontal com arrimos de pedra, dez palmeiras jerivá [...] alinhadas em duas filas, da igreja até o cruzeiro; ao redor do pátio, as casas onde funcionam o posto policial, dois bares, mercearia, frutaria, farmácia, correio, a casa de cultura da Prefeitura, residências e vestibulo de um restaurante. No entorno, mais residências, alguns sítios de fim de semana, três indústrias; à jusante do pátio passa o córrego Anhembi, poluído; à montante, atrás de muros altos, a área do antigo Sanatório Anhembi, com muita vegetação e águas límpidas. Todas as paredes das casas da Aldeia são caiadas de branco com barra azul-clara e portas e janelas com seus batentes azul-escuros; no pátio, postes, fio elétrico, ônibus, caminhões, carros, bicicletas [...] (BOUCINHAS, 2005, p. 48-49).

Consta que a atual avenida Inocência Seráfico é remanescente do caminho trilhado pelos guaianases que habitavam Carapicuíba anteriormente à chegada dos colonizadores portugueses. Esses índios, afastando-se do caminho de Cotia, desciam até o rio

<sup>7</sup> O que consta, segundo Faccio, (2010, p. 65) no Processo Condephaat nº 339/1973, fls. 4.

Tietê para pescar e banhar-se. Em suas andanças, aí se estabeleceram, construindo uma taba, suas ocas, gérmen da atual Aldeia.

Ainda que tombada pelos órgãos de preservação, que definem que qualquer obra, modificação ou reforma no local e no entorno, num raio de 300 metros, só pode ser realizada com a aprovação desses órgãos, em 1997, com limitações, não tinham condições de fiscalizar e manter os espaços e as edificações sob controle. (BOUCINHAS, 2005, p. 49).

### 3 O PROJETO PARTICIPATIVO COM BASE NO ESTUDO DO MEIO INTERDISCIPLINAR

No decorrer de 1997, realizou-se uma experiência com caráter interdisciplinar, da qual a maioria dos autores deste artigo participou, de maneira conjunta entre um grupo formado majoritariamente por arquitetos, alunos da pós-graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAUUSP) e um grupo de professores, funcionários e alunos da Escola Estadual de Primeiro Grau (EEPG) Professora Esmeralda Becker Freire de Carvalho,<sup>8</sup> na Aldeia de Carapicuíba e seu entorno. Essa ação entrelaçou diferentes níveis de ensino na recuperação e construção de sentimentos de valorização e pertencimento a um lugar considerado patrimônio histórico e ambiental, relacionando-se com a noção de participação da comunidade, o que possibilitou e facilitou a preservação de um patrimônio histórico e ambiental, abrindo um espaço importante na articulação de níveis de ensino.

A experiência confirmou a importância da relação arte-percepção, que transcende o mero observar ao transformar-se em um instrumento contra a alienação, da qual faz parte o sentimento de não pertencimento aos lugares de vida, nesse caso, um patrimônio histórico ambiental. Ao incentivar a escola a ocupar os espaços da arte como desenvolvimento da percepção, também se abriu a possibilidade de maior valorização do patrimônio histórico ambiental e cultural. Uma das ações efetivadas com esse processo foi a execução, ainda que parcialmente em relação ao projeto original, do hoje chamado Parque Ecológico Aldeia de Carapicuíba, que só foi possível pelo envolvimento direto da comunidade.

Na primeira visita a campo, realizada na disciplina de pós-graduação, a Aldeia foi apresentada, primeiramente, como perdida no tempo, sonolenta e em silêncio: que segredos estariam escondidos naquele lugar histórico de São Paulo? Após andar pelas encostas adjacentes à Aldeia à procura de informações, o grupo de estudantes de

---

<sup>8</sup> O trabalho fazia parte da disciplina de pós-graduação Projeto sensível, projeto tecnológico, suas relações, ministrada pelo professor Sylvio Sawaya, com a consultoria do arquiteto Caio Boucinhas, uma equipe de arquitetos (alunos de pós-graduação), formada por Denise Falcão Pessoa, Ely Ana de Oliveira Araujo, Paulo Chiesa, Regina Cardarelli e Sylvia Adriana Dobry-Pronsato. Estes (exceto Paulo Chiesa) também participaram da pesquisa sobre a Aldeia de Carapicuíba, realizada no Centro Universitário Nove de Julho (Uninove), coordenada pela profa. dra. Maria José Feitosa, com consultoria do prof. dr. Sylvio Sawaya (FAUUSP) e a participação do prof. dr. Carlos Eduardo Zahn (Uninove/FAUUSP), dos profs. Eliana Quartim Barbosa, Luiz Otavio de Faria e Silva, Sergio Torres Moraes e dos arquitetos Maria de Lourdes Nogueira, Roberto Mello e Roberto Dantas Araujo. Essa experiência realizou-se sob a coordenação pedagógica da profa. dra. Nidia Nacib Pontuschka, da Faculdade de Educação da USP (FEUSP), sendo diretora da escola, na época, Maria Helena Scabelo.

pós-graduação deparou-se com a Biblioteca e a Casa de Cultura, cujos funcionários sugeriram conhecer a escola. A diretora narrou histórias do dia a dia, da vergonha que muitos sentem por serem descendentes de índios, dos migrantes, das ruas de barro, das crianças, da vontade de crescer, dos jerivás (palmeiras nativas muito presentes em São Paulo). Foi a partir desse contato que se originou a ideia de um Estudo do Meio, inicialmente acadêmico, que se estendeu para fora dessa fronteira, compreendendo um estudo para a implantação de um projeto participativo de revitalização urbana e paisagística da área, denominado “Parque Ambiental Aldeia de Carapicuíba”. Durante o processo de elaboração desse projeto, buscou-se entender o significado de uma interferência urbano-paisagística, respeitando as contradições encontradas, em especial, as problemáticas com relação à população do lugar<sup>9</sup>. Esteve sempre presente a fragilidade e delicadeza evocadas pela Aldeia e a premissa de resgatar seu valor como patrimônio histórico, por ser testemunha dos primeiros contatos que a colonização portuguesa teve com a população indígena que residia na região. Entre os objetivos a serem atingidos nesse trabalho interdisciplinar, os mais relevantes foram:

- desenvolver um estudo do meio interdisciplinar, tendo como eixo principal a arte; recuperar e preservar a história, a cultura e os recursos naturais da Aldeia de Carapicuíba;
- conhecer o lugar, o que poderia revelar seus moradores, seus sonhos, suas ações no cotidiano;
- saber como a população de uma Aldeia remanescente da colonização jesuítica, de origem indígena, apropriava-se de seus lugares;
- desenvolver um processo participativo com alunos, professores e moradores da aldeia.

O partido proposto para o parque em 1997, como parte do trabalho desenvolvido durante a disciplina de pós-graduação “Projeto sensível, projeto tecnológico, suas relações”, ministrada pelo professor Sylvio Sawaya, com a consultoria do arquiteto Caio Boucinhas, contemplou que a bacia do Ribeirão Carapicuíba e seus afluentes, que compõem a bacia de Carapicuíba, se inclui no Quadrilátero da Aldeia de Carapicuíba. As figuras 3 e 4 ilustram essa ideia.

As questões desse lugar e seu significado como patrimônio histórico foram surgindo e definiram-se, entre outras, as marcas e lendas da cultura tupi:

Há um elo muito forte dos moradores e da vizinhança com a Aldeia; suas relações vão surgindo, há mistérios, estórias sobrenaturais, milagres e há também conflitos quanto ao destino da Aldeia: uns desejam que permaneça intocável, outros que seja um centro turístico nacional, [...]; e outros, ainda, não se incomodariam se ela fosse demolida e a malha urbana vizinha passasse por cima de tudo. Há também os que a veem como área de valor histórico importante que precisa ser recuperada com sensibilidade e respeito: nela não cabe sofisticação, nem lampiões, nem vegetação

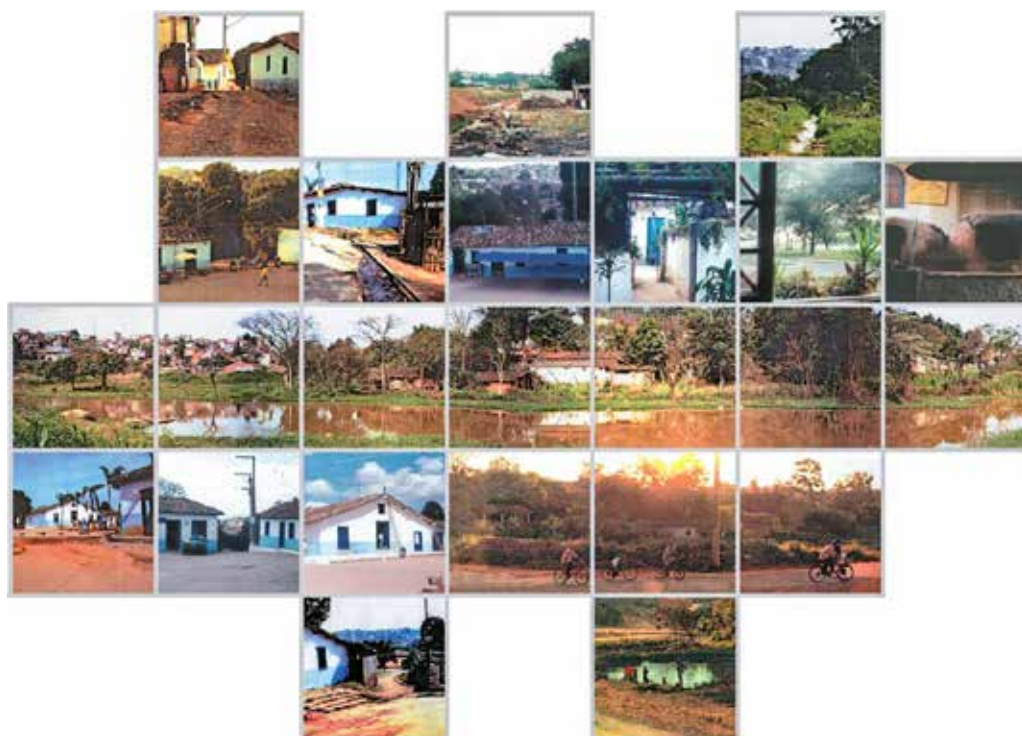
---

<sup>9</sup> Esta experiência de projeto participativo foi descrita com maior detalhamento em Dobry-Pronsato (2005).

é um testemunho de um espaço jesuítico surgido neste lugar, naquele tempo, com funções claras e hoje precisa que se criem condições para novos usos que a mantenham viva. [...]. (BOUCINHAS, 2005, p. 50)



Figura 3 Partido proposto em 1997, na época com o nome de Parque Ambiental Aldeia de Carapicuíba. Fonte: Dobry-Pronsato (2005, p. 44).



**Figura 4** Aldeia de Carapicuíba e entorno, fotos realizadas durante o Estudo do Meio.  
Fotos: Denise Pessoa, Ely Ana Araújo e Regina Cardarelli, 1997.  
Fonte: Dobry-Pronsato (2005, p. 41).

O Estudo do Meio<sup>10</sup> foi uma experiência realizada na Aldeia de Carapicuíba por alunos da pós-graduação da FAUUSP, professores, funcionários e alunos da EEPG Professora Esmeralda Becker Freire de Carvalho, com a participação do arquiteto Caio Boucinhas<sup>11</sup>. Nesse estudo, o processo da arte teve papel fundamental para o desenvolvimento da percepção ambiental, integrando o projeto de intervenção paisagística com a educação ambiental e a conscientização da importância de morar em um lugar considerado patrimônio histórico e ambiental.

É necessário esclarecer que está se conceituando aqui o sentido ampliado da arte cunhado por Joseph Beuys, para o qual todo ser humano é considerado artista, sem querer dizer que todos fossem artistas profissionais. A ideia de arte ampliada, na visão de Beuys, resgata a condição de criatividade inerente aos homens e a importância de desenvolvê-la:

<sup>10</sup> A profa. dra. Nidia Nacib Pontushka, na primeira reunião, discorreu brevemente sobre o Estudo do Meio, que priorizava a observação direta da realidade, substituindo o aprendizado entre as paredes da sala de aula. Adotando esse método, a escola não pode ser entendida de modo isolado: organiza uma forma de ensino que inclui a participação de muitos: alunos, diretores, professores, funcionários, moradores, pais. O Estudo do Meio, como método interativo, pode criar expectativas que nos obrigam a pensar sobre o retorno do projeto à comunidade. Ao longo de um ano realizaram-se reuniões mensais entre os arquitetos participantes e professores e funcionários da escola. Os professores da escola, por sua vez, praticavam estudos do meio com seus alunos, transpondo os conhecimentos interdisciplinares nascidos nas reuniões à sala de aula.

<sup>11</sup> Como dito anteriormente, o arquiteto Caio Boucinhas cumpria função de assessor na disciplina de Pós-Graduação e também era contratado pela prefeitura para desenvolver o projeto.



Beuys enfatiza a relação antropológica da arte, não a considerando apenas como peça de museu. Para ele a criatividade é a ciência da liberdade. Enfatiza que todo saber humano provém da arte e que a ciência se desenvolveu a partir do criativo... Assim a história pode ser vista de forma plástica. Assim a história é vista como escultura. (DOBRY-PRONSATO, 2005, p. 132).

Da mesma maneira, pode-se entender a paisagem como arte, sendo ação dos homens. Ao questionar a obra de arte singular, Beuys entende que, [...] o que mais interessa é a educação artística do ser humano. (DOBRY-PRONSATO, 2005, p. 132).

Foi possível resgatar, por meio de relatos de avós e pais de alunos, memórias de lendas indígenas mantidas por transmissão oral e a vivência da dança de Santa Cruz, que inspiraram o desenvolvimento de poesias, desenhos, maquetes, que foram apresentados em exposições em diversos lugares da Aldeia. No contexto da experiência descrita, Valdomiro Rolim da Costa, um dos professores de português, realizou um belo trabalho de poesia com alunos da 6ª série. Um deles escreveu:

*Aldeia que se originou das cinzas dos índios.  
Quase ninguém liga, que desespero!  
Uma paisagem onde não se vê quase nada.  
Uma aldeia perdida no ar da ignorância humana*

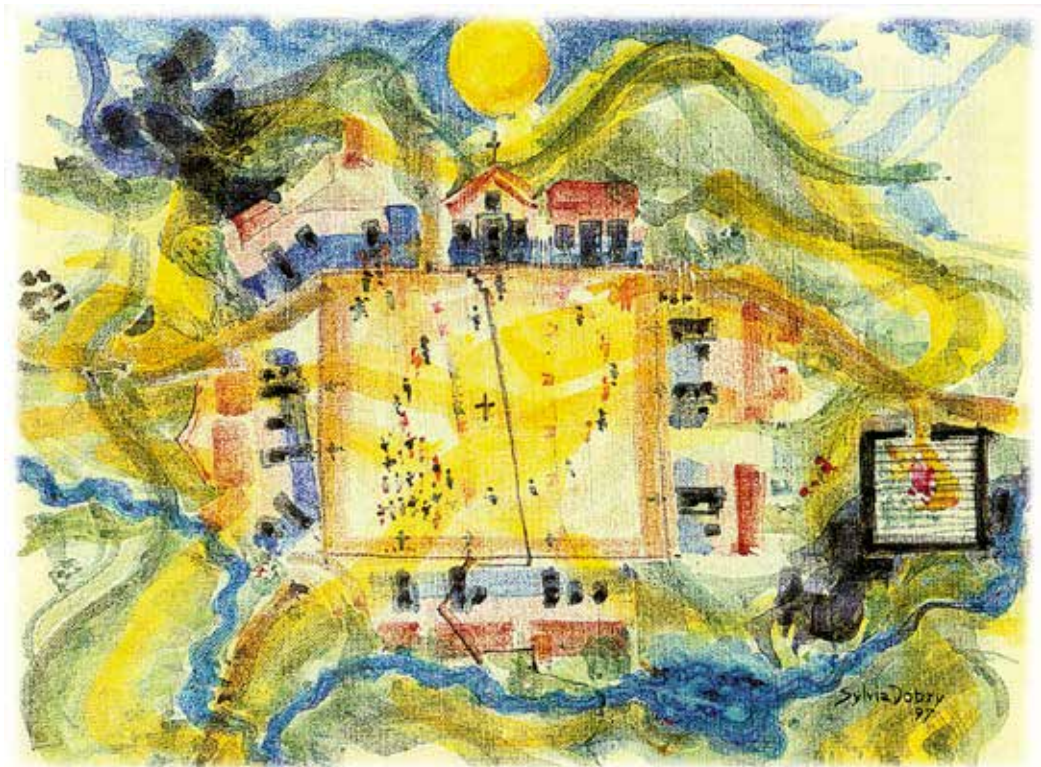
Como já dito anteriormente, o processo de desenvolvimento da arte teve papel central no desenvolvimento da percepção histórico-ambiental. Isso pode ser avaliado considerando-se que muitos dos professores da escola que participaram dessa experiência interdisciplinar declararam que nela trabalhavam há muitos anos (entre sete e dezessete) e não sabiam da história da Aldeia de Carapicuíba e nem da importância da sua preservação. Disseram que todos os dias iam em seus carros ou em ônibus, davam suas aulas e voltavam às suas casas sem olhar para esse lugar em volta da escola.

Essas atividades foram modos de restituição da Aldeia à comunidade, da efetivação de outras ações de divulgação, como conferências a estudantes das unidades de ensino abrangidas e universitários de arquitetura visitantes, oriundos da Holanda, e da participação de pessoas que integravam o Movimento Ambientalista pelo Patrimônio da Aldeia de Carapicuíba (Mapac). Assim, o processo de restituição da memória desvenda o sentido de enraizar no passado o presente de uma comunidade que, ao mesmo tempo, se reconstrói nas festas tradicionais da Aldeia de Carapicuíba, miscigenando subsídios das culturas religiosas católica, negra e indígena (figuras 5 e 6):

Aí, todos os anos, em maio e outubro, se realizam as festas tradicionais da Aldeia e aí, também, saem e chegam as romarias a cavalo para Santana do Parnaíba e Aparecida. As festas são feitas de cantorias, danças e comilança – a feijoadada do sábado e a canja para os violeiros e seus acompanhantes na última madrugada. (BOUCINHAS, 2005, p. 49).

Cooperando com a conservação da tradição das festas, a Associação dos Moradores da Aldeia de Carapicuíba, fundada em 1996:

[...] se anima nas proximidades das festas; as músicas, as cantorias, as danças são aprendidas nos ensaios para as festas, enquanto são montados o pau-de-sebo e o mastro de São João. No começo da noite o movimento de caminhões, carros, ônibus vai rareando, a iluminação elétrica é deficiente; o pátio vai entrando num clima mágico, de mistério e calma. Parece um lugar muito longe da agitação metropolitana. (BOUCINHAS, 2005, p. 50).



**Figura 5** A festa na Aldeia de Carapicuíba. Aquarela sobre tela, de Sylvia A. Dobry, 1997. Tamanho original, 0,40 m x 0,30 m.

Fonte: Dobry-Pronsato (2005, p. 135).

Com a urbanização, a palavra cultura abraçou também o sentido de qualidade de vida mais humana, assumindo que: “[...] cultura é o conjunto das práticas, das técnicas, dos símbolos e dos valores que se devem transmitir às novas gerações para garantir a reprodução de um estado de coexistência social.” (BOSI, 1992, p. 16). Esse conceito convive com outra ideia de cultura, entendida como consciência de um presente com fortes desequilíbrios, que norteia desígnios para um futuro melhor – porém a urbanização compreende também deslocamento das pessoas, o que, na Aldeia, colaborou para o desaparecimento da memória. Revigorar essa memória é, então, tarefa cultural relevante para cunhar o elo entre passado, presente e futuro, essencial para a valorização do patrimônio histórico e paisagístico.



**Figura 6** Reunião do Estudo do Meio na EEPG Professora Esmeralda Becker, com o historiador convidado, Miguel Costa Jr., morador da região. Fonte: Dobry-Pronsato (2005, p. 42).  
Fotos: Denise Pessoa, Ely Ana Araújo e Regina Cardarelli, 1997.

Na leitura contextualizada dos espaços urbano-paisagísticos estudados, considerando-se a convergência entre o poder administrativo e a afetividade dos moradores, é possível compreender a complexidade, a variabilidade e a diversidade de ações abertas à participação da sociedade, permitindo aflorar o imaginário dos moradores como base de fortalecimento do sentido de pertencimento ao lugar. Isso possibilitou perceber a cidade como espaço de todos e direito de todos os seus cidadãos. Como tal, demonstrou o dever de todos para a concepção e preservação dos espaços públicos enquanto lugares de convivência e de construção do conhecimento – entendido não somente como apropriação intelectual, mas como relação entre objeto conhecido e sujeito cognoscente, como uma gnoseologia do lugar, que, em sentido amplo, permite o estudo de todas as formas de conhecimento, inclusive o estudo do espaço urbano. Nesse sentido, espaço urbano, imaginário social e conhecimento constroem e revelam o *genius loci*, que dá autenticidade ao lugar.

#### 4 O PROJETO DO PARQUE ECOLÓGICO ALDEIA DE CARAPICUÍBA

O projeto do parque procurou harmonizar os recursos naturais e a ocupação humana desde a Aldeia Jesuítica de 1580 até as residências nas áreas das nascentes. As premissas que orientaram o projeto foram:

- destacar a importância de um parque no entorno da Aldeia de Carapicuíba como cinturão protetor do patrimônio histórico e sua valorização, uma vez que preserva a eleição original do sítio;
- recuperar as edificações tombadas da Aldeia;
- conectar o parque público com a área rica em recursos naturais – flora, fauna, recursos hídricos – da grande chácara murada, onde estava sendo implantado, com apoio da prefeitura, um centro universitário;
- acolher atividades de turismo gastronômico, histórico, cultural (*ateliers* de arte, educação artística, capoeira, maracatu, esporte);
- valorizar e incentivar a percepção do pedestre, projetando caminhos que conectem o ambiente histórico cultural e o ambiente natural.

Contemplou-se a necessidade de estacionamento para carros sem impactar a estabilidade da Aldeia e de resolver as questões de drenagem de águas pluviais que esburacavam o pátio.

Nos levantamentos e diagnósticos, vistorias e passeios com moradores, surgiram histórias de um antigo lago, nascentes de onde tiravam água para beber. Combinou-se, com moradores e técnicos, que as casas próximas às nascentes deveriam ser retiradas, e o projeto contemplou a realização de dois lagos. Foi executado, até 2016, apenas o da nascente, e não o que aproveitava a água do córrego e acolhia um deque, palco de um teatrinho/cinema ao ar livre. O projeto desse lago levou em consideração a topografia: a arquibancada/plateia do palco/deque sobre o lago desenvolvia-se no suave talude existente (figura 7).

Em relação ao projeto de plantio, predominaram árvores nativas, levando em consideração árvores existentes, de origem portuguesa, que foram reconhecidas na etapa de diagnóstico, como os pés de castanha portuguesa (*Castanea sativa*), testemunhas do período de colonização.

Do projeto proposto, foram executados: o piso do pátio central da Aldeia, com a drenagem de águas pluviais, o trecho sul do parque, a casa das atividades educativas e culturais – anexada a uma edificação tombada –, algumas trilhas, parte da vegetação prevista (figura 8).

Hoje (2016) ainda que seu projeto original tenha sido executado parcialmente, o parque, considerado imenso por seus frequentadores, possui capacidade para 80 mil pessoas, sendo o principal local de diversão e recreação da população. Contém ciclovias, *playground*, praça de eventos e pistas para caminhadas, que passam dentro de bosques ao redor do lago, mesas, bancos, churrasqueiras em lugares agradáveis para acomodar da melhor maneira os frequentadores. O espaço é aberto para o comércio de vendedores ambulantes e para os artesãos da região exporem seus trabalhos. Também são armadas barracas de lanches, frutas, caldo de cana e outros alimentos.



**Figura 7** Anteprojeto para o Parque Ecológico Aldeia de Carapicuíba. Desenho de Caio Boucinhas, 1994.  
Fonte: Dobry-Pronsato (2005, p. 20).



**Figura 8** Trecho do parque implantado.  
Foto: Caio Boucinhas, fev. 2005.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A metodologia de projeto participativo evidenciou a possibilidade de articulação entre a ação pedagógica e a do arquiteto urbanista quando ambas entretecem um modo interativo, dinâmico e dialógico. Confirmou-se que as escolas podem permitir uma vinculação mais intensa entre os moradores e seus lugares de vida e, no caso da Aldeia de Carapicuíba, toma maior importância ao se tratar de um lugar que é patrimônio histórico e ambiental. Isso ocorre porque as escolas são lugares ricos em energias, encontros, disposições a pensar e ver novas formas de perceber. Porém, as escolas também são campos de conflitos e desvendam as contradições da sociedade. Não obstante as falhas pedagógicas e físicas, devido muitas vezes ao desamparo a que é relegado o ensino público no Brasil, as escolas têm probabilidades de se converterem em ambientes de intercâmbio de conhecimentos, de focos que irradiam ações coletivas e de mudanças, tais como a construção de sentimentos de pertencimento ao lugar e valorização da identidade.

O processo vivenciado na Aldeia de Carapicuíba permitiu a participação da comunidade, o que possibilitou e facilitou a preservação de um patrimônio histórico e ambiental, revelando o lugar, muitas vezes oculto, a cada um dos participantes. Significou descortinar o lugar cotidiano, descobrir sentidos mais profundos e valores culturais, o que possibilitou contribuir para a sua inserção na comunidade, e por sua vez, ampliar horizontes de esperança na preservação histórica e ambiental e criação desses lugares, confirmados pela implantação do projeto do parque – hoje com o nome de Parque Ecológico da Aldeia de Carapicuíba –, ainda que parcialmente em relação ao projeto original, pela Prefeitura, o que só foi possível pelo envolvimento direto da comunidade.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARCELLOS, João. Os jesuítas na terra dos Brazis. **A Página da Educação**, nº 173, ano 16, dezembro, 2007. Disponível em: <<http://www.apagina.pt/?aba=7&cat=173&doc=13084&mid=2>>. Acesso em: 24 jun. 2013.

BOSI, Alfredo. **Dialética da colonização**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. 422 p.

BOUCINHAS, Caio. **Projeto participativo na produção do espaço público**. 2005. 230 f. Tese (Doutorado em Estruturas Ambientais Urbanas) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

DOBRY-PRONSATO, Sylvia Adriana. **Arquitetura e paisagem**: projeto participativo e criação coletiva. São Paulo: Annablume/ Fapesp/Fupam, 2005. 148 p.

\_\_\_\_\_; BOUCINHAS, Caio; PESSOA, Denise Falcão. Patrimônio histórico e paisagismo participativo: Aldeia de Carapicuíba e seu entorno – tantos olhares. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE REABILITAÇÃO DO PATRIMÔNIO ARQUITETÔNICO E EDIFICADO, 12, 2014, Bauru, **Anais...** ISSN/ISBN: 978-85-99679, p. 374-382.

FACCIO, Neide Barrocá. A Aldeia Carapicuíba e sua resolução de tombamento. **Topos**, vol. 4, nº 2, 2010, p. 60-108. Disponível em: <<http://revista.fct.unesp.br/index.php/topos/article/viewFile/2255/2064>>. Acesso em: 26 jun. 2014.

LEMONS, Carlos Alberto Cerqueira; MORI, Victor Hugo; ALAMBERT, Clara Correia d'. Antiga Aldeia de Carapicuíba. In: SOUZA, Marisa Campos de; BASTOS, Rossano Lopes (Orgs.). **Patrimônio 70 Anos**. São Paulo: 90SR/Iphan, 2008. 352 p.

MERLEAU-PONTY, M. **Signos**. São Paulo: Martins Fontes, 1991, p. 39-88.

OLIVEIRA, Marilza de. **Para a história social da língua portuguesa em São Paulo**: séculos XVI-XVIII. Disponível em: <<http://dlcv.fflch.usp.br/sites/dlcv.fflch.usp.br/files/maril011.pdf>>. Acesso em: 20 mai. 2016.

ZAHN, Carlos Eduardo; FEITOSA, Maria José; SAWAYA, Sylvio Barros. Aldeia de Carapicuíba: estudo histórico, arquitetônico e urbanístico do único aldeamento jesuítico paulista remanescente. **ECCOS**, n° 1, vol. 2. São Paulo: Centro Universitário Nove de Julho, 2000, p.135-141.

**Nota do editor**

Submissão: 8 ago. 2015

Aprovação: 29 fev. 2016







Piazza Navona, Roma, Itália.  
Foto: Evy Hannes, jul. 2014.

# FUNDAMENTOS



# ESPAÇOS ABERTOS E ESPAÇOS LIVRES: UM ESTUDO DE TIPOLOGIAS

URBAN OPEN SPACES: A TYPOLOGY STUDY

Evy Hannes\*

## RESUMO

Este artigo apresenta uma discussão referente às tipologias de espaços abertos e de espaços livres, conceituando-os brevemente e colocando questões relativas às esferas pública e privada. Discute suas diferentes funções nas áreas urbanas, ressaltando as de caráter urbanístico, social, recreativas, estético e ecológico. Tem como objetivo elencar os principais espaços livres de uso público na escala urbana da cidade existentes no Brasil, definindo-os, fazendo referência ao seu surgimento na história, evolução no contexto urbano, usos e desenho. Serão analisados autores que percorrem as diversas facetas do urbano, como a morfologia urbana, a história, percepção, memória e apropriação do espaço.

Palavras-chave: Espaços livres. Espaços abertos. Espaço público. Tipologia de espaços abertos. Esfera pública.

## ABSTRACT

*This article presents a discussion related to urban open space typology, briefly conceptualizing it and reviewing the issues related to public and private spheres. It discusses their different functions in urban areas, highlighting the urbanistic, social, recreation, aesthetic and ecological character. It aims to list and describe the various types of open spaces in Brasil, at the city scale, referring to its appearance in the history, evolution in the urban context, uses and design. An analysis of the authors, dealing with various facets of urban contents as urban morphology, history, perception, memory and appropriation of space, will be made.*

*Keywords: Open spaces. Public space. Open spaces typology. Public space realm.*

## 1 INTRODUÇÃO

Este trabalho pretende discutir questões relacionadas aos espaços livres urbanos, elencando as tipologias mais presentes ou que mais se adequam à utilização nas escalas do bairro e da cidade. Serão abordadas as tipologias da rua, principal espaço livre presente nas cidades, estruturador e articulador do espaço urbano, canal primeiro de circulação e trocas; o calçadão, que se apresenta como rua exclusiva para pedestres,

---

\* Arquiteta e urbanista, especialista em Arquitetura da Paisagem e Desenho Ambiental pela Universidade Presbiteriana Mackenzie (UPM). Mestranda da área de concentração Paisagem e Ambiente do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAUUSP). Docente de Projeto Urbano e Paisagismo na Universidade Paulista (UNIP).  
evyhannes@yahoo.com

sendo uma tipologia bastante presente e aceita no Brasil; o *woonerf*, apresentado como um tipo relativamente novo de espaço livre, ainda não tão presente no país – mas com grande potencial de aplicação –, que vem sendo muito trabalhado nas faculdades de arquitetura; o pátio também apresenta interessante característica de espaço, muitas vezes privado, mas com forte potencial de apropriação pública e articulação entre público e privado; a praça, espaço público de encontro por excelência, presente em cidades dos mais variados tamanhos, apresentando modelos tão diversos e, muitas vezes, distantes de seu conceito principal; o *pocket* parque, o segundo elemento ainda não muito presente nas cidades brasileiras, mas que vem ganhando força como intervenção pontual na cidade de São Paulo, que demonstra o enriquecimento do espaço aberto e grande aceitação e apropriação por parte do público; por último, coloca-se o parque urbano como elemento de caráter natural, com grande potencial de usos ligados a lazer e esportes.

Os temas e elenco de tipologias analisados foram escolhidos devido à ausência de trabalhos acadêmicos que os coloquem conjuntamente. Grande parte dos trabalhos disponíveis percorre apenas modelos mais tradicionais, como a rua, a praça e o parque. Outros apontam os elementos separadamente, em trabalhos de conteúdo rico e detalhado, mas muito extensos. Essa lacuna foi percebida diante da dificuldade de indicar aos alunos ingressantes nos estudos de projeto urbano e paisagismo apontamentos bibliográficos que funcionem como base teórica introdutória ao tema, sem que fosse necessário recorrer a um número extenso de publicações que o abordam sob diferentes focos, dificultando o entendimento do assunto. Este trabalho faz parte de um projeto de pesquisa que vinha sendo idealizado desde 2013 e que se inicia com o desenvolvimento deste artigo.

Para o desenvolvimento da análise pretendida, serão abordados diferentes aspectos relativos aos espaços livres e os autores mais conceituados em relação ao tema. Na conceituação deste, das esferas pública e privada e da apropriação dos espaços livres, serão utilizados estudos de Queiroga (2012), Magnoli (1982), Arendt (1991) e Habermas (1984). A análise morfológica será orientada pela obra de Lamas (1993). Para as questões ligadas à imagem e leitura dos espaços, serão utilizados conceitos de Lynch (1997) e Cullen (1983); para entendimento da apropriação dos espaços, Gehl (2013) e Jacobs (2000); para estudo do desenho dos espaços, Santos (1988); para entendimento de áreas ligadas a questões naturais, como praças e parques, Macedo (1999, 2003, 2011) e Kliass (1993).

## 2 ESPAÇOS LIVRES, ESFERA PÚBLICA E ESFERA PRIVADA

A conceituação de espaços livres é relativamente simples, mas ampla e consideravelmente congruente no meio acadêmico quando aborda questões relativas ao espaço público e ao privado. Magnoli (1982) define espaço livre como qualquer espaço livre de edificação ou de urbanização e como espaços destinados ao trabalho dos arquitetos paisagistas. Podem, também, ser chamados de espaços abertos, e representam os

espaços livres de um volume edificado, sendo estes públicos ou privados, como ruas e calçadas, parques e praças, quintais residenciais, áreas livres de lazer em condomínios, recuos de construções, pátios internos, estacionamentos descobertos, terrenos baldios, rios, áreas verdes e outros.

Toda cidade tem um sistema de espaços livres, e esses espaços são fruto do processo de urbanização e formação. (MACEDO, 2011). O parcelamento do solo, as construções e o arruamento dão origem a inúmeras tipologias de espaços e diversas formas de apropriação das mesmas. Tendo ou não sido criados para uso específico – como os calçadões, que permitem melhor circulação de pedestres por vias densas de comércio – o espaço livre, ou aberto, torna-se palco para diversas formas de expressão da sociedade. São espaços de encontro, lazer, práticas esportivas e manifestações. Como colocado por Leite:

[...] é a possibilidade de entrar em contato com uma extensa diversidade de situações e pessoas o que define a urbanidade, sugerindo, para que tal espaço possa operar uma atividade pública, que ele permita, em primeiro lugar, a copresença de indivíduos, fato intrinsecamente relacionado às condições de sua formação. (SORRE apud LEITE, 1984, p. 2).

O termo espaço livre, muitas vezes, é confundido ou usado erroneamente para denominar espaços públicos. O mesmo também acontece quando um espaço de propriedade particular é tido como público devido à sua apropriação. Queiroga (2012), em sua tese de livre docência, utilizada como embasamento teórico para o desenvolvimento deste capítulo, coloca a necessidade de conceituar e diferenciar os termos espaço público e esfera pública, desenvolvendo ampla discussão sobre o assunto e apontando a fragilidade do termo espaço público. Neste artigo, serão sintetizados, brevemente, os conceitos de propriedade pública e privada do espaço, esfera da vida pública e esfera da vida privada, sem prolongar a discussão acerca da definição dos termos espaço e esferas da vida, para que a diferenciação entre as expressões seja esclarecida sinteticamente ao leitor ou pesquisador iniciante.

Queiroga (2012) credits à Arendt (1991) a primeira construção dos conceitos de esfera de vida pública e privada. A autora entende a esfera pública como a esfera de vida correspondente às ações humanas (políticas). Habermas (1984) relaciona a esfera pública às relações da sociedade, à comunicação e às discussões políticas. Segundo Queiroga (2012, p. 46): “[...] para Habermas, a esfera pública é o espaço do trato comunicativo de uns com os outros”. Dessa forma, pode-se entender como esfera pública todo espaço onde se dão as relações da sociedade, o convívio público; todo espaço onde as pessoas se encontram, onde acontecem as manifestações coletivas humanas. Tais acontecimentos independem do tipo de propriedade do espaço em que ocorrem, podendo acontecer em espaços públicos ou privados.

Sobre a esfera privada, Arendt (1991) enfatiza sua ligação com a família, enquanto Habermas acredita que ela corresponde “[...] ao reino das necessidades e das transi-

toriedades [...]”, visando a interesses privados. (HABERMAS, 1984 apud QUEIROGA, 2012, p. 41). Fica clara, então, a relação entre a esfera privada e os interesses privados dos cidadãos, e não da coletividade.

Espaço de propriedade privada é aquele que pertence a uma pessoa física ou instituição, podendo ser aberto ou não ao uso do público. Como exemplos de espaços abertos privados podemos citar: quintais residenciais, pátios escolares, campos de futebol particulares, áreas de lazer de condomínios, jôquei clubes e outros. São espaços fragmentados, de tamanho e composição muito diversificados. Os quintais residenciais são espaços de grande valor ambiental e paisagístico para a cidade, mas sofrem constante transformação, perdendo esse potencial, já que frequentemente são transformados em áreas cimentadas e cobertas, dando lugar a vagas de garagem e edículas. (MACEDO, 1999, 2011).

Espaço público é aquele de uso comum, de propriedade pública. Eles podem ser abertos e de livre acesso ao público, como as vias de circulação e áreas de lazer – praças, parques e praias. Também podem ter acesso restrito ao público em geral, como prefeituras, fóruns, instituições de ensino e hospitais. Queiroga denomina como espaço público:

Todo aquele de propriedade pública, podendo se prestar ou não à esfera pública [...]. Não se abre mão em designar como espaço público uma série de espaços de propriedade pública que interessa assim serem caracterizados e chamados – espaços públicos – salvaguardando sua natureza pública (de todos), ainda que não sejam necessariamente espaços da esfera pública. (QUEIROGA, 2012, p. 58).

É importante ressaltar que espaços de propriedade privada podem ser de grande interesse e apropriação pública e correspondentes à esfera pública da vida, como é o caso dos estádios de futebol, universidades, parques temáticos e espaços livres de edificações privados, como a praça do Brascan Century Plaza, no bairro do Itaim, São Paulo, que possibilita a apropriação do espaço em determinados horários e com certas restrições de uso. O quintal da Casa das Rosas, localizado na avenida Paulista em São Paulo, que oferece, além da passagem entre a alameda Santos e a avenida Paulista, espaços para descanso e até para café ou almoço nas mesas do restaurante que se localiza em seu interior, também se enquadra nessa categoria, bem como a praça sob o vão do Museu de Arte de São Paulo (MASP), com sua tradicional feira de antiguidades. Todos esses espaços servem de exemplo para o que Queiroga denomina *espacialidades da esfera pública* (QUEIROGA, 2012), que caracterizam os espaços onde se praticam atividades em sociedade.

### 3 FUNÇÕES DOS ESPAÇOS LIVRES

Os espaços livres desempenham outros papéis, independentes de suas funções características, principalmente no que diz respeito à melhoria do ambiente excessivamente

impactado pela urbanização das cidades. Entre essas funções, ressalta-se neste trabalho as consideradas de maior relevância, como as funções ecológicas, estéticas e sociais.

A função ecológica caracteriza-se pela presença de vegetação e solo não impermeabilizado, ou que permita algum grau de drenagem e percolação das águas de chuva. O solo drenante ajuda a prevenir enchentes e contribui com a recarga do lençol freático. A vegetação também ajuda a combater enchentes – na medida em que as copas das árvores diminuem a velocidade com que a água atinge o solo – a filtragem do ar, a equilibrar a temperatura e umidade do ar, combatendo ilhas de calor e exercendo importante papel como suporte de movimento da avifauna.

A função social está intimamente relacionada às características ligadas ao convívio em comunidade e ao lazer. São espaços onde acontecem os encontros e trocas da vida cotidiana, desde os mais simples, como conversas entre amigos, até expressões culturais diversas – manifestações e apresentações ao ar livre. São espaços utilizados para lazer, descanso, leitura, meditação, orações, para o brincar das crianças e esportes das mais variadas modalidades. Possuem, também, importante função estética, encarregando-se da diversificação da paisagem construída e do embelezamento da cidade. Atuam como integradores entre espaço construído e aberto, muitas vezes tendo a função primeira de criar áreas para observação de obras arquitetônicas e permitir que estas sejam observadas e admiradas por melhores ângulos e nas devidas proporções. Os espaços vegetados têm papel especial na questão estética, já que o colorido das árvores e sua mudança conforme as estações do ano acrescentam um toque especial à composição da paisagem.

## 4 TIPOS DE ESPAÇOS LIVRES

Existem dezenas (se não centenas) de tipos de espaços livres: alguns desenhados pelo homem; outros, pela natureza. Considerando os espaços livres como os que não são construídos, abertos, de livre acesso ou não à população, pode-se qualificar nessa categoria todo o espaço natural constituído por rios, praias, mares, matas e florestas. Como espaços desenhados pelo homem pode-se citar desde os campos de futebol desenhados com cal em terrenos baldios até os parques mais elaborados por equipes de arquitetos e ecólogos – mirantes, jardins, conjuntos esportivos, cemitérios, campi universitários, unidades de conservação ambiental, parques, praças, ruas, calçadas.

Neste trabalho serão abordados apenas os espaços livres urbanos mais comuns e presentes no Brasil e outros, ainda não tão difundidos aqui, mas que apresentam grande potencial para tal, criando espaços inovadores e ricos. São eles: ruas, calçadas, *woonerfs*, pátios, praças, *pocket parks* e parques.

### 4.1 A RUA

A rua é o elemento de estruturação mais importante do tecido urbano, pois, como via de circulação principal de pedestres, ciclistas e veículos, promove a articulação entre

os demais componentes da malha urbana. Muitos autores estudaram e trabalharam em diferentes definições desse elemento, cada um na sua área de estudo, desde a morfologia até a paisagem urbana. Entre eles, destaca-se Lynch (1997), que a coloca como um dos diversos tipos de vias existentes na cidade, classificando-a como “[...] canais de circulação ao longo dos quais o observador se locomove de modo habitual, ocasional ou potencial”. O autor também destaca o valor atribuído às que apresentam caráter individualizado, devido à concentração de certos tipos de atividades, como nos casos, em São Paulo, das ruas 25 de Março, José Paulino e Augusta.

Quando abordada do ponto de vista morfológico, por Lamas (1993), é vista como o elemento mais claramente identificável na forma da cidade, funcionando como reguladora entre edifícios e quadras e de suma importância na orientação dos pedestres. Santos (1988) aborda outros valores relativos à rua e destaca:

[...] ruas e elementos urbanos assemelhados (avenidas, travessas, ladeiras) são os espaços públicos, abertos, que servem à circulação entre dois renques de edificações. [...] Servem para ligar os diversos pontos de interesse particular ou semipúblico, conformando uma rede de canais livres e de propriedade coletiva. Se não existissem, não haveria troca de espécie alguma [...] são o palco onde se desenvolvem os dramas e representações da sociedade. Aí acontecem desde a agitação de todos os dias até as celebrações especiais: as procissões, a parada de Sete de Setembro, o carnaval [...] (SANTOS, 1988, p. 91).

Jacobs (2000) entende que as ruas e calçadas têm funções que vão muito além da circulação: são os órgãos vitais das cidades e conformam seu principal espaço público. Consagra a conhecida expressão *os olhos da rua*, referindo-se ao fator de segurança existente nas ruas onde o comércio está presente, onde os proprietários desses estabelecimentos e os pedestres que circulam entre eles, ao ocuparem as calçadas, agregam a estas movimento e segurança.

Gehl (2013, p. 19) prega a ideologia das cidades mais humanas, vivas, seguras, sustentáveis e saudáveis, e coloca como “[...] pré-requisito para a existência da vida urbana a oferta de boas oportunidades para se caminhar [...]”, abordando, novamente, a rua como foco primário de configuração do urbano.

Entende-se, então, que a rua é o elemento estruturador do espaço urbano, com papel primário de circulação e orientação, que garante a ligação entre os demais espaços abertos da cidade, funcionando como articuladora de um sistema de espaços livres. É o principal palco da vida cotidiana, permitindo encontro, troca e diversas manifestações populares (figuras 1 e 2). É lugar carregado de simbolismo, espaço de permanência, de brincar, socializar, de aprendizado para crianças e jovens. Estabelece a conexão entre o público e o privado, sendo de vital importância para o desenho da cidade. Seu desenho deve ser cuidadoso e atento, apresentando dimensões adequadas aos usos a que se propõe, garantindo conforto, segurança e acessibilidade a pedestres, ciclistas e veículos, com fluxos organizados, respeitando normas técnicas, utilizando materiais corretos e eficazes, com arborização e iluminação corretamente especificadas e dimensionadas.





**Figura 1** Parada Gay na avenida Paulista, São Paulo, SP.

Fonte: Fashion Bubbles. Disponível em: <<http://www.fashionbubbles.com/bubbles/parada-lgbt-de-sao-paulo-realiza-concurso-cultural-para-escolha-do-tema-da-proxima-edicao/>>. Acesso em: 26 set. 2015.



**Figura 2** Jogo de taco na rua em Ribeirão Preto, SP.

Fonte: **Folha de S. Paulo**. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/ribeiraopreto/2014/06/1463244-torneio-resgata-brincadeira-de-rua-no-centro-de-ribeirao-preto.shtml>>. Acesso em: 26 set. 2015.

## 4.2 A RUA DE PEDESTRES – CALÇADÃO

O termo calçadão tem sido usado no Brasil para definir as ruas exclusivas de pedestres. Os primeiros registros de que se possui notícia sobre o tema datam do período entre guerras, quando algumas ruas alemãs são fechadas para o tráfego de veículos. Em 1951, são projetadas as ruas *Holstenstrasse* e *Kortumstrasse*, ambas na Alemanha, e desde então a prática foi crescendo e consolidando-se, principalmente após a década de 1970, com a explosão da frota automotiva mundial e a necessidade de reorganização entre o fluxo de automóveis e pedestres. No Brasil, o primeiro calçadão construído foi o da rua XV de Novembro, ou calçadão das flores, em Curitiba (PR), como mostra a figura 3. (JANUZZI, 2006). São Paulo (SP) apresenta a maior rede de calçadões do país. Localizados na área central da cidade, fazem a ligação entre importantes equipamentos urbanos e são servidos por estações de metrô.

Os projetos de implantação de ruas de pedestres têm início, em sua maioria, com o fechamento do tráfego para veículos na via. Na sequência, são feitas reformas de nivelamento de piso, troca de pavimentação, paisagismo e adequação de mobiliário urbano. Segundo Januzzi (2006, p. 108), “[...] o modelo mais comum é o que se assemelha a um shopping center, com a adição de equipamentos para dar mais conforto ao usuário e tornar o espaço mais agradável, buscando renovação do centro urbano.”

O uso dessa tipologia de espaço está comumente associado aos núcleos de comércio dos centros urbanos, onde o fluxo de pessoas e as atividades comerciais são intensas e apresentam conflitos de fluxos entre automóveis e pedestres. Tornam-se, geralmente, importantes centros de compras e pontos turísticos – como a *Stiklal Street* (Istambul), que, devido à sua grande extensão (3 quilômetros), implantou um bonde que facilita a locomoção dos pedestres (figura 4). Muitos projetos de calçadões fazem parte de operações de revitalização urbana que incluem renovação de fachadas, eliminação da poluição visual e melhoria na qualidade do espaço. São espaços que permitem a implantação de feiras de artesanato, a expressão de artistas de rua, o favorecimento de interação social, incentivando, também, o consumo e a diversificação de uso local. Devem prever o acesso de veículos de segurança e carga e descarga – como carros de polícia, ambulância e bombeiros.

Gehl (2013) ressalta a transformação na qualidade urbana da cidade de Copenhague (Dinamarca) quando algumas ruas se tornaram exclusivas para pedestres “[...] era mais confortável para caminhar e havia espaço para mais gente” e coloca a “[...] melhoria sistemática da vida urbana e a movimentação de pedestres” como pontos positivos associados ao projeto.

Algumas variações do modelo padrão de ruas de pedestres permitem o tráfego controlado de veículos, como é o caso da *Third Street Promenade*, em Los Angeles, Califórnia. Outras apresentam cobertura, propiciando o uso independente de condições meteorológicas. Calçadões de praia e orlas marítimas são considerados tipologias diferenciadas, que mais se encaixam no conceito de *mall* e *promenade*, já que apre-

sentam função e vocação diferenciadas, prestando-se ao passeio descompromissado, à observação da paisagem e às práticas esportivas.



**Figura 3** Rua XV de Novembro, a rua das flores, em Curitiba, PR.

Fonte: **Guia geográfico da cidade de Curitiba**. Disponível em: <<http://curitiba.paises-america.com/bairros.htm#concurso-cultural-para-escolha-do-tema-da-proxima-edicao/>>. Acesso em: 26 set. 2015.



**Figura 4** Rua Istiklal, em Istambul, Turquia.

Foto: Evy Hannes, jul. 2013.

### 4.3 O WOONERF

Woonerf é um conceito holandês surgido na década de 1970 e significa rua viva ou quintal vivo. Muito popular na Europa e nos Estados Unidos, vem sendo utilizado com o nome de ruas completas, e, no Brasil, tem sido abordado com o nome de ruas compartilhadas. Trata-se de uma rua, ou quadra, onde pedestres, ciclistas e automóveis convivem em harmonia sem a necessidade do desenho normal que separa leito carroçável e passeio por meio de guias em desnível. É aplicado em ruas locais, sem semáforos e sem sinalização de trânsito, uma vez que sua ideia imprime cautela e cooperação por parte dos usuários. Apresenta medidas relativas a *traffic calming*, ou atenuantes de tráfego, como desenho curvilíneo do espaço, onde carros e bicicletas podem transitar, ou a colocação de canteiros e vasos no percurso, forçando os veículos a diminuir sua velocidade. É utilizado como quintal comunitário, contando com áreas para mobiliário fixo e móvel, áreas para as crianças brincarem e para o convívio social, como se vê na figura 5. Seu principal objetivo é promover segurança e qualidade de vida aos moradores, criando locais humanos e agradáveis onde os usuários convivem sem separação e em igualdade de direitos.

Desde seu surgimento, o conceito evoluiu e passou a ser adotado em áreas centrais como alternativa aos calçadões, criando áreas prioritárias para pedestres – onde veículos são permitidos apenas com controle da velocidade –, estacionamento e cuidados especiais onde há travessia de pedestres. A figura 6 mostra um exemplo dessa tipologia na rua Avanhandava, na cidade de São Paulo. O Vale do Anhangabaú também configura um exemplo de espaço onde pedestres e veículos convivem em harmonia, eliminando o uso do meio fio, já que foi projetado como espaço para uso prioritário de pedestres.

### 4.4 O PÁTIO

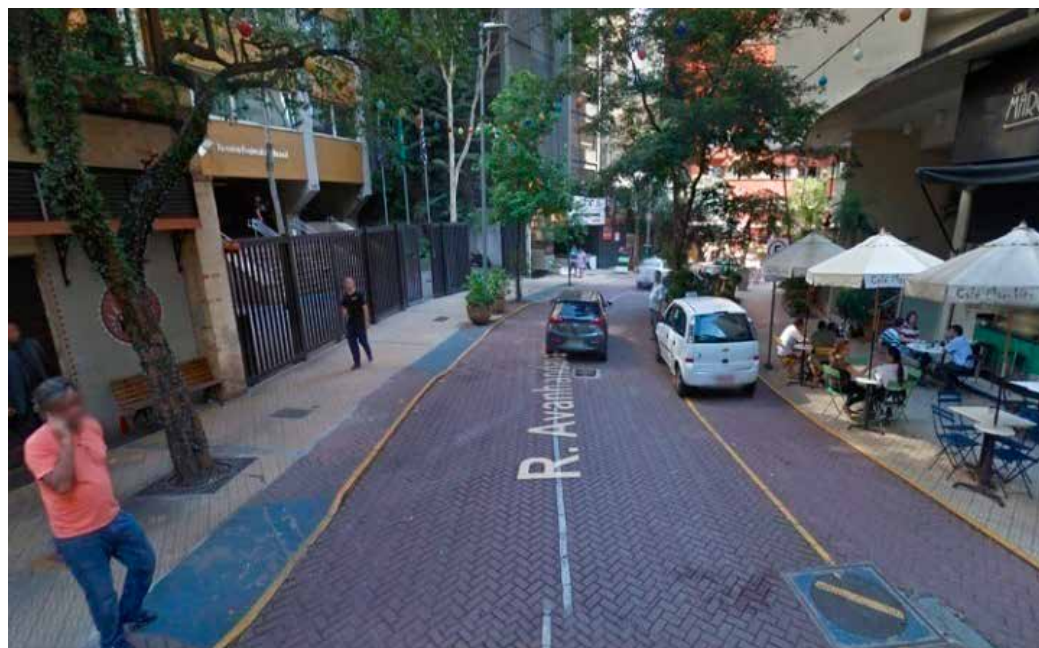
O conceito de pátio surgiu devido à necessidade do homem de estar em contato com o exterior e, ao mesmo tempo, proteger-se do mesmo, que era considerado hostil. Trata-se de uma abertura no seu espaço de proteção, de onde podem ser capturados trechos de paisagem. São encontrados pátios na arquitetura de diversas civilizações ao longo da história da humanidade. Nas construções do Império Assírio, desde o ano 540 a.C., como grandes espaços internos aos templos. Nas edificações residenciais greco-romanas aparecem como reservados espaços internos, com uso voltado para serviços diversos e desenvolvendo, posteriormente, usos referentes ao estar, onde eram cultivadas flores e frutos. Na arquitetura do Oriente Médio, assumem papel importante, relativo a questões bioclimáticas, apresentando-se como espaços abertos necessários à ventilação e onde foram acrescentados, com o passar dos anos, espelhos d'água e fontes que refrigeravam os ambientes. Adquirem, nesse momento, importante valor estético e paisagístico. Na cultura asiática, aparecem como espaços para meditação, elevação espiritual e contato com a natureza em residências e grandes templos (figura 7). Nas construções religiosas da Idade Média, criadas sob influência da arquite-

tura moura, representam espaços de quietude, oração e contemplação. (JELLICOE; JELLICOE, 1995).



**Figura 5** Woonerf, Londres, Inglaterra.

Fonte: Archinect.com. Disponível em: <<http://la2b.org/2013/08/02/enforcement-engineering-action-plan-program-series/>>. Acesso em: 26 set. 2015.



**Figura 6** Rua Avanhandava, São Paulo, SP.

Fonte: Google Street View. Disponível em: <<https://www.google.com.br/maps/@-23.54994,-46.645192,3a,75y,154.74h,74.2t/data=!3m6!1e1!3m4!1s!Tg58s6hYh3ZK2opo1WuWw!2e0!7i13312!8i6656>>. Acesso em: 26 set. 2015.



**Figura 7** Pátio interno da Mesquita Azul, em Istambul, Turquia.  
Foto: Evy Hannes, jul. 2013.



**Figura 8** Pátio interno em quadra da cidade de Barcelona, Espanha.  
Foto: Evy Hannes, jul. 2014.

No contexto urbano, os pátios, ou miolos de quadra, são muito usados e característicos da Europa, principalmente da cidade de Barcelona (Espanha). Foram previstos no Plano de Cerdá para a expansão da cidade, em 1859, por meio do qual todas as quadras deveriam apresentar centros livres que permitissem a travessia de pedestres (figura 8). A ideia de manter o miolo das quadras livres para o público não aconteceu como previsto devido aos interesses particulares dos moradores, e outros planos e incentivos do governo foram criados visando à abertura desses espaços para uso coletivo. Cullen, em análise sobre a paisagem urbana, entende o espaço do pátio como:

Síntese da polaridade entre pés e pneus, entre a circulação de pessoas e veículos. [...] Fora dele, o ruído e o ritmo apressado da comunicação impessoal [...] no interior, o sossego e a tranquilidade de sentir que o largo, a praça, ou o pátio tem escala humana. Lugar onde a luminosidade é atenuada, onde se fica apartado do burburinho da rua e se desfruta, simultaneamente, o exterior, de um ponto de observação bem situado e seguro". (CULLEN, 1983, p. 27).

A forma do pátio é fruto das paredes que o conformam e sua forma está estreitamente ligada à forma das quadras. Santos (1988) coloca-o como área *non aedificandi*, respiradouros onde os donos mantêm seus direitos de propriedade e como áreas utilizadas pela comunidade como bem de uso coletivo com funções diversificadas, garantindo vida, segurança e animação ao local.

Percebe-se que, de forma geral, os pátios apresentam três funções principais: nas edificações de caráter religioso, configuram-se como espaços de oração e meditação, apresentando forte caráter simbólico ligado ao jardim do Éden (paraíso), onde é possível estar em contato com o céu. Outra função importante liga-se ao conforto térmico: são locais que permitem ventilação dentro do bloco construído. A última delas, a que mais interessa para este trabalho, é a de lugares de encontro, espaços com caráter coletivo, onde acontecem trocas e tramas da vida cotidiana. Locais tranquilos, onde é possível parar, tomar café com amigos ou apenas sentar para descansar e observar o entorno. São espaços privados que transitam entre a esfera pública e a privada, portanto, de interesse coletivo e com grande diversidade de usos, sendo que estes determinarão o grau de constituição da esfera pública. Pátios ladeados por comércio e serviços possibilitam a constituição de uma esfera pública, enquanto pátios em meio a edifícios residenciais podem, no máximo, facilitar o acesso de pedestres entre quadras. Em ambos os casos, são espaços com grande potencial de enriquecimento para o ambiente urbano e a vida em sociedade.

#### 4.5 A PRAÇA

A praça é o espaço público de encontro por excelência. Espaço urbano de convivência, permanência e lazer, acessível ao pedestre – e não aos veículos –, cercado pelos edifícios, os quais dão forma à mesma, compondo a estrutura e a identidade das cidades. Expressa os valores de uma civilização, sua história e seus ideais. Segundo

Lamas (1993), a praça é um elemento das cidades ocidentais que se traduz na intencionalidade do desenho desses espaços: “[...] esta intencionalidade repousa na situação da praça na estrutura urbana, no seu desenho e nos elementos morfológicos (edifícios) que a caracterizam”. O autor também fala sobre as seguintes implicações:

[...] estreita relação do vazio (espaço de permanência) com os edifícios, seus planos marginais e as fachadas. Estas definem os limites da praça e caracterizam-na, organizando o cenário urbano. A praça reúne a ênfase do desenho urbano como espaço coletivo de significação importante. Este é um dos seus atributos principais e que a distingue dos outros vazios da estrutura das cidades. (LAMAS, 1993, p. 102).

A praça originou-se da ágora grega, primeiro espaço de convívio público e cívico da sociedade – cercada por mercados, feiras livres, pelos edifícios públicos e governamentais mais importantes da época – onde se praticavam a democracia, os debates entre os cidadãos. (MACEDO; ROBBA, 2003). Na idade média, representa o principal espaço público, estando presente junto aos mercados, às prefeituras e igrejas, num momento em que seu desenho apresenta centro livre e conformado pelos edifícios do entorno. No renascimento, surgem as praças cívicas, rodeadas pelos principais edifícios públicos, adquirindo valores políticos e sociais (como na ágora grega), sendo adornadas com monumentos, obeliscos e estátuas. Nesse momento, têm-se as *Piazas Italianas* como expoentes da expressão estética do espaço urbano; espaços secos, sem nenhuma vegetação e de intenso uso até hoje pelo público (figura 9). Em Londres, no século XVIII, surgem os *Squares*, jardins pequenos delimitados por edifícios residenciais que, com o passar do tempo, dão lugar a pequenas praças vegetadas e cercadas, de uso exclusivo da população local. No século XIX, algumas praças surgem como espaços decorrentes (residuais) de grandes intervenções no sistema viário, como as praças rotatórias de Paris, no Plano Haussmann, e as praças residuais das avenidas diagonais do Plano Cerdá em Barcelona. (LAMAS, 1993).

O urbanismo moderno propõe novas configurações de estruturação do território e das quadras, e a praça passa a ter papel secundário na criação do espaço. Nos séculos XX e XXI, a praça aparece dissociada dos edifícios e isolada no tecido urbano, trazendo caráter muito parecido com o das *squares* londrinas, assumindo no Brasil forte caráter de espaço vegetado de lazer e práticas esportivas.

Lugar de permanência e encontro, apropriado por artistas de rua, músicos, vendedores ambulantes, mesas e guarda-sóis de cafés e restaurantes, a praça representa o espaço de onde se pode observar a vida na cidade e perceber todo o encantamento (ou o oposto) dos acontecimentos sociais. Palco livre das manifestações humanas, também é frequentemente utilizada como local de embate e festividades.

As praças brasileiras apresentam papel de lugar de encontro com a natureza, já que assumem caráter voltado ao lazer, às práticas esportivas e à contemplação. Desde a pequena praça de bairro até as praças centrais, percebe-se o forte ecletismo e as influências francesas e americanas nas mais imponentes, ligadas aos grandes equipa-



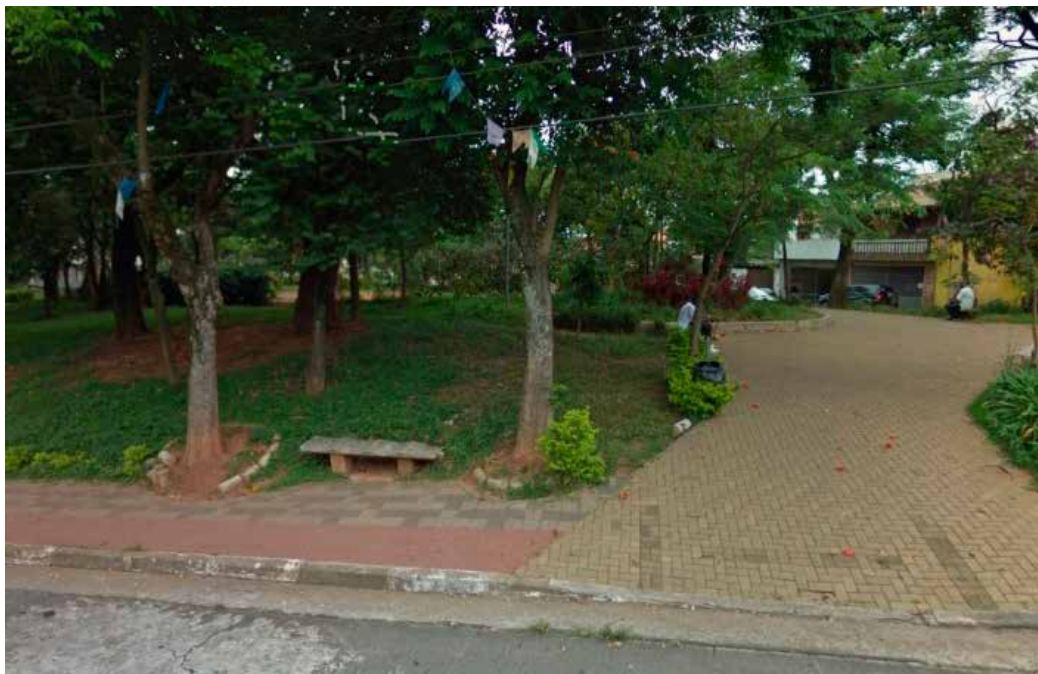
mentos públicos e áreas centrais, e influências inglesas nas praças voltadas às áreas residenciais, como se vê na figura 10. (MACEDO; ROBBA, 2003). A praça moderna, originada após a década de 1940, é fruto da escassez de espaços de lazer nas próprias residências, já que estas cederam lugar às garagens para automóveis. (MACEDO, 1999).



**Figura 9** Piazza Navona, Roma, Itália.  
Foto: Evy Hannes, jul. 2014.

Hoje muitas praças são originadas devido às normas de parcelamento do solo urbano, que ditam a necessidade de porcentagens específicas de áreas verdes e de lazer para novos loteamentos. Nesse caso, assumem caráter semelhante ao colocado por Macedo e Robba (2003), ficando sua produção a cargo de empresas de loteamento e incorporadores privados.

Dois tipos de espaços comumente associados às praças, mas que apresentam funções diferenciadas, são os adros e os largos. Os adros podem ser considerados os primeiros espaços livres públicos e constituem as áreas externas a edificações religiosas, com finalidade de reunir as pessoas antes das práticas religiosas e criar espaço livre, em frente à construção, que lhes confira caráter nobre e de grandeza arquitetônica. O largo é definido como um alargamento dos sistemas viários, com estreita relação com o traçado e a forma destes. Geralmente situados próximo a edifícios importantes, têm, também, função de abrir espaço à visualização do mesmo.



**Figura 10** Praça Maurício Goulart, bairro Butantã, São Paulo, SP.  
Foto: Evy Hannes, ago. 2015.

#### 4.6 O *POCKET PARK*

O conceito de *pocket park* (na tradução literal, parque de bolso) surgiu em 1967, em Nova Iorque, com a criação do *Paley Park* (figura 11). A área onde havia uma casa noturna, com terreno de 13m x 30m, próximo à Quinta Avenida e no centro de Manhattan – onde o valor do metro quadrado está entre os mais caros do mundo –, deu lugar a um espaço verde, ao ar livre, de livre acesso à população, criando um tipo de espaço de interesse público inédito na história da arquitetura. (COOPER; FRANCIS, 1988).

Esse tipo de parque são pequenas áreas de lazer, ou miniparques, inseridas na malha urbana e que funcionam como pequenos oásis urbanos, onde é possível alcançar a tranquilidade mesmo em locais densos e de trânsito congestionado. O conceito previa a existência de cascatas que remetessem a questões da natureza e afastassem a poluição sonora da cidade, mobiliário leve, de fácil movimentação pelo público, máquinas de sanduíche e bebidas e fechamento noturno. Em relação ao desenho, podem apresentar desníveis desde que não configurem separação física e visual do espaço público e do passeio. Alguns possuem pergolados e coberturas que amenizam a insolação e protegem de ventos e chuvas.

Muitos espaços como esses foram criados pelo mundo: alguns alterando as características conceituais e dando origem a uma nova variedade de espaços de interesse público; outros, privados. Servem como áreas para pequenos eventos, parques infantis, áreas de encontro, áreas para lanches e cafés, sempre em pequenos lotes e com alcance apenas da escala local. São frutos de parcerias público-privadas, mantidos

por organizações de bairro ou por comerciantes próximo ao local, que se beneficiam do seu uso (figura 12).



**Figura 11** Palley Park, New York, USA.  
Foto: Tatiana Daher Rocha, out. 2011.



**Figura 12** Pocket Park na rua Amauri, bairro do Itaim, São Paulo, SP.  
Foto: Evy Hannes, out. 2015.

A importância do *pocket park* no contexto urbano se dá pela apropriação pública dos espaços livres, pela criação de áreas de descanso em meio a ambientes densamente urbanizados, como áreas de estar, pela oportunidade de permanência, por serem lugares protegidos, em que é possível ficar, fazer uma pausa, atender o telefone, checar um endereço, olhar um mapa ou cumprimentar um conhecido. Como bem apontado por Gehl:

Sempre que as pessoas param um pouco, elas procuram lugares no limite do espaço, um fenômeno que pode ser chamado de efeito dos espaços de transição. [...] esses espaços têm vários benefícios importantes: espaço à frente para ver tudo, as costas protegidas de modo que não surja nenhuma surpresa [...] e bom apoio físico e psicológico. (GEHL, 2013, p. 137).

#### 4.7 O PARQUE URBANO

Existem variados tipos de parques e, na contemporaneidade, diversos complexos voltados ao lazer ganharam esse nome: parques de diversão, parques aquáticos, parque zoológico, parque ecológico e parque botânico, podendo ser públicos ou privados. De forma geral, pode-se dizer que parques são grandes áreas criadas para proteger áreas de interesse paisagístico e cultural, funcionando como espaço de recreação, esportes, turismo e contemplação da natureza. Este trabalho vai abordar o contexto do parque urbano, por ser o que mais se adequa ao recorte estudado, da escala do bairro à da cidade.

Segundo Kliass (1993), os parques urbanos são: “[...] espaços públicos com dimensões significativas e predominância de elementos naturais, principalmente cobertura vegetal, destinados à recreação.” Macedo e Sakata o definem como:

Todo espaço de uso público destinado à recreação de massa, qualquer que seja o seu tipo, capaz de incorporar intenções de conservação e cuja estrutura morfológica é autossuficiente, isto é, não é diretamente influenciada em sua configuração por nenhuma estrutura construída em seu entorno. (MACEDO; SAKATA, 2003, p. 14).

Os mesmos autores o colocam como produto da era da cidade industrial. De fato, os parques surgiram na época da Revolução Industrial devido à necessidade de criar locais de lazer, recreação e contato com a natureza para a população, que vivia em condições insalubres e trabalhava em horários que muito excediam o comum nas fábricas inglesas. Para isso, a Coroa Inglesa abriu alguns dos jardins privados dos palácios para uso do público, criando o embrião do que se tornariam os parques urbanos. O *Birkenhead Park* foi o primeiro parque público projetado. Quem o projetou foi Joseph Paxton, em 1843. Na sequência, muitos parques foram criados em Londres, nos Estados Unidos e na Europa (figura 13). Nos Estados Unidos, surge uma figura de destaque na arquitetura paisagística, Frederick Law Olmsted, que cria parques e outros espaços

únicos com inspiração na Escola Inglesa. O *Central Park* é um de seus projetos de maior visibilidade, criado com seu sócio, Calvert Vaux, em 1857. Olmsted introduz um novo conceito de paisagismo urbano, criando um espaço em larga escala, mas rico em pequenos detalhes. Dividido em áreas temáticas, foi pensado para ser visto de dentro para fora. (JELLICOE; JELLICOE, 1995).



**Figura 13** Hyde Park, Londres, Inglaterra.  
Foto: Evy Hannes, jul. 2014.

Os parques são estruturas independentes do entorno, possuindo, muitas vezes, acesso controlado e horários de abertura e fechamento determinados pelo seu mantenedor. Eles permitem o desenvolvimento de atividades diversas, desde a contemplação da paisagem até as mais variadas práticas esportivas, sendo estas livres, como uso de bicicletas, corridas e até as que se apoiam em equipamentos oferecidos pelo espaço, como pista de *skate* e quadras esportivas; possuem infraestrutura de apoio – administração, banheiros, depósitos e, às vezes, lanchonetes e lojas de *souvenirs*. Têm sido muito procurados e valorizados na contemporaneidade, especialmente nas grandes cidades –, nas quais se trabalha muito e os deslocamentos são longos –, onde as pessoas buscam qualidade de vida e espaços para relaxamento e práticas esportivas.

As cidades brasileiras apresentam grande número de belos projetos de parques urbanos, com grande variedade de estilos, notando-se predileção pelo estilo inglês. A cidade de Curitiba (PR) tem destaque nesse cenário, pois apresenta um sistema de parques bastante amplo, que compreende parques maiores e temáticos nas bordas da cidade e parques menores, de bairro; ao longo dos largos canteiros centrais das avenidas, há parques que fazem ligação com outros. Em São Paulo, o parque Ibirapuera ainda é o mais procurado pela população, devido à sua grande área e à oferta de atividades – mas outros parques têm surgido e chamado atenção pelo seu uso ou desenho. O

parque do Povo, espaço em escala menor, tem sido muito usado por equipes de corrida que treinam no local, principalmente em horários diferenciados, como manhã e noite, antes e após o horário comercial. Já o parque da Juventude, desenvolvido no antigo espaço do complexo penitenciário do Carandiru, chama atenção devido ao belíssimo projeto paisagístico, desenvolvido pela arquiteta Rosa Kliass (figura 14).



**Figura 14** Trecho do “passeio da muralha” no parque da Juventude, São Paulo, SP.  
Foto: Evy Hannes, dez. 2010.

#### 4.8 ESPAÇOS INFORMAIS DE APROPRIAÇÃO PÚBLICA

Por meio da observação do comportamento das pessoas, é possível perceber as mais interessantes formas de apropriação do espaço. Canteiros e muretas fazem papel de bancos; escadarias comportam-se como grandes salas de estar; espreguiçadeiras e sombrinhas ocupam áreas de caminhar, montando praias urbanas e áreas de piquenique (figuras 15, 16 e 17). O espaço livre é um grande palco para o desenrolar da vida e dos encontros da sociedade.

Nesse sentido, Queiroga (2001, p. 238) desenvolve o conceito de *pracialidade*, que categoriza espaços onde acontecem as funções que caracterizam o espaço da praça, como encontro e convívio social. O autor integra nessa categoria usos como manifestações em ruas e avenidas, jogos de futebol em espaços improvisados, praias urbanas.

É muito comum, nos últimos anos, com o aumento das questões ligadas a cuidados com a saúde e à qualidade de vida, ver canteiros centrais de avenidas sendo usados como pistas de *cooper* e corrida. Pracetas e espaços residuais do sistema viário tornam-se verdadeiras academias ao ar livre, onde *personal trainers* e esportistas estendem

seus colchonetes e fazem alongamentos. Por ser fato intenso e presente no cotidiano, prefeituras implantaram, nos últimos cinco anos, equipamentos de ginástica ao ar livre em muitas praças e áreas residuais das cidades em todo o país. A mesma apropriação informal acontece nas calçadas mais lisas e corrimãos de escadas quando invadidos por *skatistas* (figuras 15 e 18) em busca de espaços que configurem obstáculos e pistas que propiciem manobras. Tais exemplos mostram a gama de possibilidades existente para apropriação dos espaços livres das cidades, seja em espaços desenhados para tais funções, ou naqueles que se apresentam como fruto das apropriações espontâneas da sociedade.



**Figura 15** Skatista faz manobra sobre bancos da praça Roosevelt em São Paulo, SP, 2013.  
Fonte: **Folha de S. Paulo**. Foto: Lucas Lima. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/saopaulo/2013/09/1348192-um-ano-apos-reforma-praca-roosevelt-segue-na-preferencia-dos-skatistas.shtml>>. Acesso em: 26 set. 2015.



**Figura 16** Piquenique em frente ao rio Sena, em Paris, França.  
Foto: Evy Hannes, jul. 2014.



**Figura 17** Praia urbana no bairro La Defense, em Paris, França.  
Foto: Evy Hannes, jul. 2014.



**Figura 18** Moradores improvisam mesa de carteados sob sombra de árvore no bairro do Jaconã, São Paulo, SP.  
Foto: Evy Hannes, abr. 2015.



## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho pretende criar corpo teórico referencial que funcione como base introdutória aos estudos sobre espaços livres, elencando e descrevendo as principais tipologias de espaço que podem ser utilizadas em intervenções na escala urbana da cidade. Não pretende desenvolver análise que simplifique ou resuma a complexidade e riqueza teórica relativa ao tema, mas que aborde, de forma clara, a variedade de interpretações e abordagens possíveis de desenvolvimento.

Os espaços livres estão presentes nas cidades desde os mais antigos assentamentos humanos, onde configuravam espaço de trocas comerciais. Com o passar do tempo, vêm se desenvolvendo conforme a evolução das cidades e os hábitos da sociedade, configurando novas tipologias de espaços abertos, como *pocket parks* e *woonerfs*, mais condizentes com as necessidades da sociedade e da cidade contemporânea. A apropriação dos espaços também apresenta mudanças, o que fica evidente quando canteiros centrais de avenidas passam a ser tomados por equipes de corrida.

Os elementos e tipos de espaço apresentados possuem caráter híbrido e exercem diferentes funções no contexto da cidade – urbanas, arquitetônicas, paisagísticas, estéticas, sociais – e são apropriados pelas pessoas das mais diversas formas. Mediante a utilização da rua como elemento articulador, compõem sistemas de espaços livres que estão presentes em todas as cidades, independentemente de seus tamanhos, apresentando características distintas de acordo com localização, clima e cultura específicos.

Cada tipologia discutida no texto desempenha um papel diferenciado no sistema de espaços livres da cidade, com inúmeras possibilidades de utilização e apropriação pelos pedestres, configurando a riqueza de experiências e as diferentes formas de expressão que podem ser realizadas nesses espaços fundamentais para o desenvolvimento da vida cotidiana, das relações sociais e da vida em comunidade. Espaços que ajudam a construir a cidadania e a memória afetiva dos habitantes com suas cidades.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARENDDT, Hannah. **A condição humana**. Tradução de Roberto Raposo. 5 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1991. (Publicação original: 1958).

COOPER, Marcus; FRANCIS, Carolyn. **People places: design guidelines for urban open space**. 2 ed. New York: John Wiley & Sons, 1988. 367 p.

CULLEN, Gordon. **Paisagem urbana**. 2 ed. Lisboa: Edições 70, 1983. 202 p.

Enforcement + Engineering | action plan program series. **LA/2B Staff**, August 2, 2013. Disponível em: <<https://la2b.org/2013/08/02/enforcement-engineering-action-plan-program-series/>>. Acesso em: 26 set. 2015.

GEHL, Jan. **Cidades para pessoas**. 2 ed. São Paulo: Perspectiva, 2013. 262 p.

Guia Geográfico da Cidade de Curitiba. Disponível em: <<http://curitiba.paises-america.com/bairros.htmcurso-cultural-para-escolha-do-tema-da-proxima-edicao/>>. Acesso em: 26 set. 2015.

Google Street View. Disponível em: <<https://www.google.com.br/maps/@-23.5501051,-46.645108,3a,75y,154.74h,74.2t/data=!3m6!1e1!3m4!1s!Tg58s6hYh3ZK2opo1WuWw!2e0!7i13312!8i6656>>. Acesso em: 26 set. 2015.

HABERMAS, Jürgen. **Mudança estrutural da esfera pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

- JACOBS, Jane. **Morte e vida das grandes cidades**. São Paulo: Martins Fontes, 2000. 585 p.
- JANUZZI, Denise de Cássia Rossetto. **Calçadas: a revitalização urbana e a valorização das estruturas comerciais em áreas centrais**. 2006. 318 f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.
- JELICOE, Geoffrey; JELICOE, Susan. 2 ed. **The landscape of man**. New York: Thames and Hudson Inc., 1995. 408 p.
- KLIASS, Rosa Grena. **Parques urbanos de São Paulo**. São Paulo: Pini, 1993. 211 p.
- LAMAS, José M. **Morfologia urbana e desenho da cidade**. Lisboa: Fundação Calouste Gulberan, 1993. 590 p.
- LEITE, Maria Angela Faggin Pereira. Um sistema de espaços livres para São Paulo. São Paulo: IEA-USP. **Estudos Avançados**, vol. 25, nº 71, abr. 2011, p.159-17.
- LYNCH, Kevin. **A imagem da cidade**. São Paulo, Martins Fontes, 1997. 227 p.
- MACEDO, Silvio Soares. **Quadro do paisagismo no Brasil**. São Paulo: Edusp, 1999. 144 p.
- \_\_\_\_\_; ROBBIA, Fábio. **Praças brasileiras**. 2 ed. São Paulo: Edusp, 2003. 312 p.
- \_\_\_\_\_; SAKATA, Francine. **Parques urbanos no Brasil**. São Paulo: Edusp, 2003. 207 p.
- \_\_\_\_\_. et al. Sistemas de espaços livres privados – o outro lado do sistema de espaços livres urbanos: reflexões preliminares. In: MACEDO, Silvio Soares et al (Org.). **Sistemas de espaços livres: conceitos, conflitos e paisagens**. São Paulo: FAUUSP, 2011, p. 33-53.
- MAGNOLI, Miranda Martinelli. **Projetos de Espaços Livres Urbanos**. 1982. Tese (Pós-Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1982.
- Parada LGBT de São Paulo realiza concurso cultural para escolha do tema da próxima edição. **Fashion Bubbles**. Disponível em: <<http://www.fashionbubbles.com/bubbles/parada-lgbt-de-sao-paulo-realiza-concurso-cultural-para-escolha-do-tema-da-proxima-edicao/>>. Acesso em: 26 set. 2015.
- QUEIROGA, Eugenio Fernandes. **A megalópole e a praça: o espaço entre a razão de dominação e a ação comunicativa**. São Paulo, 2001. 351 p. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, 2001.
- \_\_\_\_\_. **Dimensões públicas do espaço contemporâneo: resistências e transformações de territórios, paisagens e lugares urbanos brasileiros**. 2012. 284 f. Tese (Livre Docência em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.
- \_\_\_\_\_. et al. Notas gerais sobre o Sistema de Espaços Livres da cidade brasileira. In: CAMPOS, A. et al (Org.). **Sistemas de espaços livres: conceitos, conflitos e paisagens**. São Paulo: FAUUSP, 2011, p. 11-21.
- SANTOS, Carlos Nelson Ferreira. **A cidade como um jogo de cartas**. Niterói: EDUFF, 1988. 192 p.
- TURTELLI, Camila. Torneio resgata brincadeira de rua no centro de Ribeirão Preto. **Folha de S. Paulo**, 1 jun. 2014, Cotidiano. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/ribeiraopreto/2014/06/1463244-torneio-resgata-brincadeira-de-rua-no-centro-de-ribeirao-preto.shtml>>. Acesso em: 26 set. 2015.

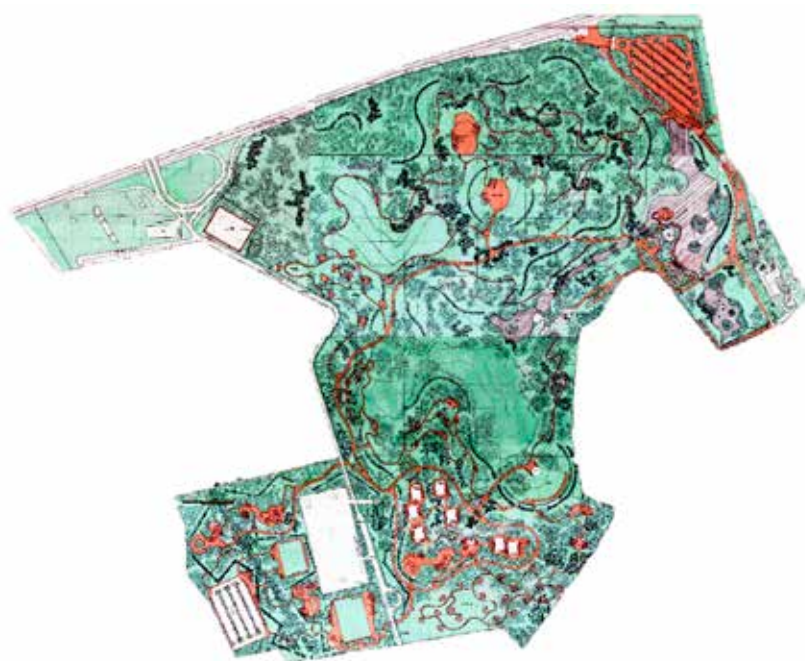
## AGRADECIMENTOS

Agradeço aos professores Eugênio Fernandes Queiroga e Catharina Pinheiro Cordeiro dos Santos Lima por despertarem o interesse e estimularem o estudo sobre os espaços livres, acrescentando importante contribuição ao meu desenvolvimento profissional como docente e pesquisadora.

### Nota do editor

Submissão: 13 jul. 2015

Aprovação: 19 out. 2015



Projeto para o Parque Ecológico Monsenhor Emílio José Salim, 1989.  
Arquivos do Burle Marx Escritório de Paisagismo e de Daniela Laçreta.

# PESQUISA



# PARQUE ECOLÓGICO MONSENHOR EMÍLIO JOSÉ SALIM, CAMPINAS (SP): CONTRADIÇÕES NA IMPLEMENTAÇÃO DE UM PARQUE URBANO CONTEMPORÂNEO

*ECHOLOGIC PARK MONSENHOR EMÍLIO JOSÉ SALIM, CAMPINAS (SP):  
CONTRADICTIONS IN ESTABLISHING A CONTEMPORARY URBAN PARK*

**Daniela Andrade Lacrete\***

**Renata Baesso Pereira\*\***

## RESUMO

O presente artigo é resultado de uma pesquisa que buscou compreender os propósitos da administração pública, nas instâncias estadual e municipal, ao implantar, no final da década de 1980, o Parque Ecológico Monsenhor Emílio José Salim, na cidade de Campinas (SP). Projetado pelo escritório Burlle Marx, sua implantação tinha por objetivo a revitalização de uma antiga fazenda, a recomposição da mata nativa em áreas ocupadas pelos cafezais e a restauração do casarão, exemplar relevante da arquitetura do período do café. Quadras esportivas, lanchonetes, mirante, restaurante, campos de futebol e áreas de passeio também estavam no escopo do projeto. Embora o parque já tenha passado por dois processos de tombamento – no nível estadual, pelo valor do seu conjunto arquitetônico, representativo da arquitetura cafeeira e, no nível municipal, por seu valor como parque urbano de concepção inovadora –, encontra-se atualmente sendo utilizado muito aquém do seu potencial como espaço público. Esta pesquisa também teve por objetivo traçar um diagnóstico que apresentasse os potenciais e as fragilidades desse equipamento urbano e diretrizes que pudessem auxiliar num possível processo de recuperação do parque.

Palavras-chave: Parques. Paisagem urbana. Espaços verdes. Arquitetura paisagística.

---

\* Arquiteta e urbanista pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC-Campinas). Especialista em Gerenciamento Ambiental pela Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz da Universidade de São Paulo (ESALQ). Mestre em Urbanismo pelo Programa de Pós-Graduação em Urbanismo, Centro de Ciências Exatas, Ambientais e de Tecnologias (POSURB, CEATEC) da PUC-Campinas. Arquiteta paisagista, diretora da Nossa Flora Jardins (Projeto, manutenção e execução de jardins). Rua Dr. Miguel Penteadado, 909, 13070-118, Jardim Chapadão, Campinas, SP, Brasil.  
daniela.lacrete@gmail.com

\*\* Arquiteta e urbanista pela Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais (EA/UFMG). Mestre em Urbanismo pelo Programa de Pós-Graduação em Urbanismo, Centro de Ciências Exatas, Ambientais e de Tecnologias (POSURB, CEATEC) da PUC-Campinas. Doutora em História e Fundamentos da Arquitetura e do Urbanismo pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAUUSP). Professora do POSURB/CEATEC, PUC-Campinas. Rodovia D. Pedro I, km 136, 13086-900, Parque das Universidades, Campinas, SP, Brasil.  
renata.baesso@puc-campinas.edu.br

## ABSTRACT

*This article is the result of a study that sought to understand the purposes of public administration on the state and municipal levels to deploy implant in the late 1980s, the Ecological Park Monsignor Emilio José Salim in the city of Campinas (SP). Designed by Burtle Marx office, the implementation of the Ecological Park aimed to revitalize an old farm, restore native forests in areas occupied by coffee plantations and restore the main house, relevant example of the Coffee period architecture. Sports courts, coffee shops, gazebo, restaurant, soccer fields and walking areas were also in the project scope. Although the park is considered a heritage to be preserved – at the state level due to its architectural value (representative set of coffee architecture) and at the municipal level for its value as an innovative urban park design - its current use does not match its potential as a public space. The survey also aimed to outline a diagnosis that could show the potential and the weaknesses of this urban space, and could provide guidelines that can help in a possible recovery process of the park.*

*Keywords: Parks. Urban landscape. Green spaces. Landscape architecture (spaces).*

## 1 INTRODUÇÃO

Observa-se hoje, no Brasil, diversos casos de parques públicos implantados de modo inadequado ou com problemas de gestão. A conscientização de que os parques devem ser valorizados, promovidos pelo poder público, respeitados e aproveitados pela população, está longe de ser ideal. Casos de depredação, invasão e descaso são observados em diversos parques urbanos pelo país. (MACEDO; SAKATA, 2003, p. 54). Seja por problemas relacionados ao projeto e programa, à localização e acessibilidade e principalmente à gestão, a verdade é que, embora tenha havido aumento quantitativo desses equipamentos, não se pode dizer o mesmo sobre a qualidade dos parques instalados.

À luz da literatura que investiga a produção de parques urbanos no Brasil, novos estudos de caso podem contribuir para avançar na discussão do tema. Este artigo apresenta, portanto, um estudo de caso do Parque Ecológico Monsenhor Emílio José Salim, localizado na região leste de Campinas (SP), às margens da rodovia Heitor Penteado, composto por 110 hectares de área. O parque foi inaugurado em 1991, em parte das terras da fazenda Mato Dentro, estabelecida como engenho de açúcar em 1806 pelo tenente-coronel Joaquim Aranha Barreto de Camargo. Na segunda metade do século XIX, o engenho é convertido em fazenda de café, destacando-se como uma das principais unidades produtoras da cidade. Com a crise do café, na década de 1930, parte da fazenda é vendida ao estado de São Paulo para a implantação do Instituto Biológico – IB (unidade de Campinas)<sup>1</sup>. A partir de então, os parcelamentos das áreas remanescentes da antiga fazenda Mato Dentro deram origem a diversos bairros na região leste de Campinas. No final da década de 1980, a Secretaria de Meio Ambiente do Estado de São Paulo (SMASP) promove a criação do Parque Ecológico Monsenhor

---

<sup>1</sup> A fazenda Mato Dentro foi adquirida pelo Instituto Biológico do Estado de São Paulo em 1937, com o objetivo de desenvolver pesquisas de sanidade animal e vegetal por meio de criação de suínos, equinos e bovinos e campos experimentais de diversas culturas. Na mais recente reforma, a antiga Estação Experimental de Campinas passou a ser denominada Centro Experimental Central do Instituto Biológico (CEIB), localizado estrategicamente num polo de alta tecnologia, a cidade de Campinas. Disponível em: <[http://www.biologico.sp.gov.br/centro\\_experimental.php](http://www.biologico.sp.gov.br/centro_experimental.php)>. Acesso em: 16 jul. 2015.

Emílio José Salim em parte da área anteriormente adquirida para o Instituto Biológico. Projetado pelo escritório Burle Marx, sua implantação tinha por objetivo a revitalização da antiga fazenda, a recuperação de lagos e cascatas, a recomposição da mata nativa em áreas ocupadas pelos cafezais e a instalação de um programa de cultura nos edifícios remanescentes do complexo cafeeiro.

A pesquisa sobre a instalação do Parque Ecológico Monsenhor Emílio José Salim e sua relação com os processos fundiários envolvidos na conversão da antiga fazenda em loteamentos privados e área pública foi baseada em documentação primária, como cartografia histórica, inventários, escrituras e registros de venda de terras. Os processos de tombamento do parque pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Cultural de Campinas (Condepacc) e da sede da antiga fazenda pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico (Condephaat) foram documentos auxiliares da pesquisa. Para a análise do projeto paisagístico do parque, utilizou-se o projeto original, disponibilizado pelo Escritório Burle Marx.

## 2 CAMPINAS E SEUS ESPAÇOS LIVRES PÚBLICOS

Campinas nasceu de um pouso às margens do caminho aberto pelos paulistas em direção às “minas dos Goiasés” na segunda metade do século XVIII. A região logo desenvolveu-se a partir da produção de açúcar, e após ser um bairro rural, pertencente à Vila de Jundiáí, em 1774 torna-se Freguesia de Nossa Senhora da Conceição das Campinas do Mato Dentro e, em 1797, Vila de São Carlos. A produção açucareira e, posteriormente, cafeeira da cidade logo enriqueceu algumas famílias donas de grandes fazendas, como a família Souza Aranha, dona da fazenda Mato Dentro, local onde foi instalado o Parque Ecológico Monsenhor Emílio José Salim na década de 1990

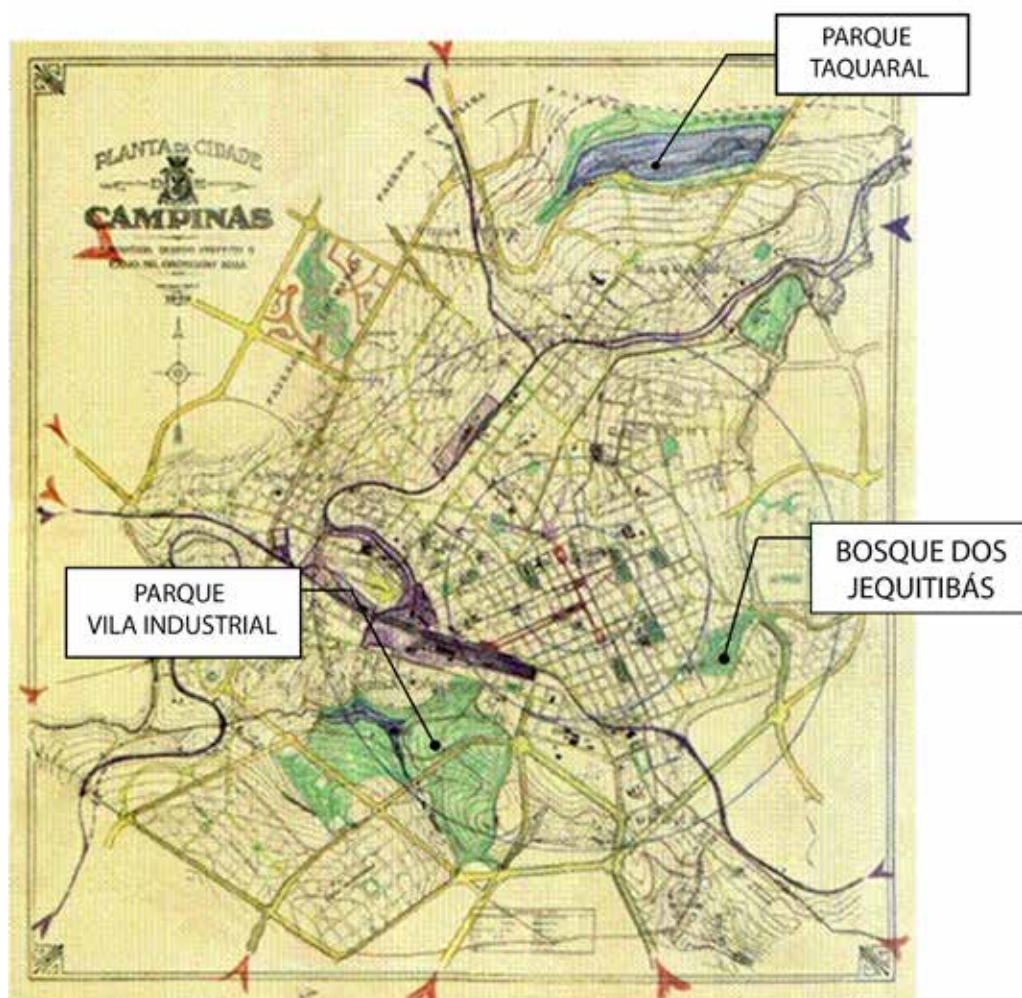
Graças ao prestígio do café, diversos melhoramentos urbanos foram implementados na cidade, que, embora tenham auxiliado o seu desenvolvimento, atendiam prioritariamente os interesses das famílias aristocráticas. Essa elite, portadora de diversos títulos imperiais, direcionou os investimentos para a valorização dos terrenos pertencentes às antigas sesmarias (SANTOS, 2002, p. 162) e para o “aformoseamento” da cidade, criando praças e jardins públicos. (LIMA, 2000, p. 31). Os jardins implantados na cidade modificaram sua dinâmica, mudando os costumes da população e impulsionando a “cultura” de jardins, que levou Campinas à notoriedade. (LIMA, 2000, p. 37).

Ao longo dos anos, intervenções com caráter saneador, como a de Saturnino de Brito no fim do século XIX, e alterações modernizadoras da cidade, durante os mandatos dos prefeitos Orozimbo Maia (1908-1910, 1926-1930, 1931-1932) e Heitor Penteado (1911-1920), trazem modificações importantes na tipologia de praças, jardins e avenidas. São instalados bulevares arborizados, os jardins públicos se abrem à cidade e as praças conectam-se às ruas, completamente arborizadas. (LIMA, 2000, p. 102).

Com a crise do café, a cidade até então agrária busca assumir uma fisionomia ligada à indústria e aos serviços. O crescimento intenso, gerado principalmente pela migração, tornou indispensável um plano urbanístico que direcionasse o desenvolvi-

mento da cidade, e, em 1938, o urbanista Prestes Maia propõe um amplo conjunto de ações voltado a reordenar as vocações urbanas, a circulação e o crescimento de Campinas.

No plano, as antigas praças e jardins públicos tornam-se pontos importantes no processo de reestruturação e embelezamento da cidade. Prestes Maia traz para a cidade novo modelo paisagístico, similar ao proposto anteriormente para São Paulo e à luz dos preceitos do Movimento *City Beautiful*. Direcionando suas propostas principalmente para os problemas de circulação que a cidade já enfrentava, define espaços públicos – integrados ao que denomina sistema de áreas verdes – como pontos focais da reestruturação da cidade. Praças, jardins e parques integram-se como um sistema,



**Figura 1** Sistema de parques no Plano de Remodelação da Cidade, de Prestes Maia, de 1829. Indicados os três principais parques da cidade, o parque da Vila Industrial nunca chegou a ser implantado. A planta apresenta anotações manuais assinadas por Prestes Maia. Documento apresentado por Luiz Cláudio Bittencourt, pertencente ao Arquivo da Câmara Municipal de Campinas. Fonte: Bittencourt, 2002, p. 135.



sendo os parques elementos fundamentais do modelo de Prestes Maia. O prefeito propõe, baseado nesses preceitos, a instalação de três parques. Com caráter regional, Prestes Maia cria o parque da Vila Industrial e o parque Portugal (Taquaral). O bosque dos Jequitibás, antiga área de lazer da cidade, seria reestruturado e transformado em parque para atender o centro da cidade. A proposta de Prestes Maia para Campinas pode ser avaliada na figura 1.

Embora Prestes Maia não tenha acompanhado a instalação de seu plano, suas propostas, parcialmente implantadas, nortearam as mudanças promovidas pela prefeitura municipal nas décadas de 1930 e 1940, influenciando modificações na cidade nas décadas seguintes. (LIMA, 2000, p. 124). Novas avenidas foram criadas, assim como as perimetrais, o parque Taquaral foi instalado e o bosque dos Jequitibás reformado. Já o parque da Vila Industrial, justamente o que atenderia a uma região mais necessitada, nunca saiu do papel. Ao ser instalado, o parque Taquaral valorizou essa região da cidade, onde foram lançados loteamentos de alto padrão. Tal área tornou-se, na década de 1970, nova centralidade para a cidade, e o parque, de proporções modestas para a quantidade de indivíduos que o frequentam, é o mais utilizado da cidade atualmente.

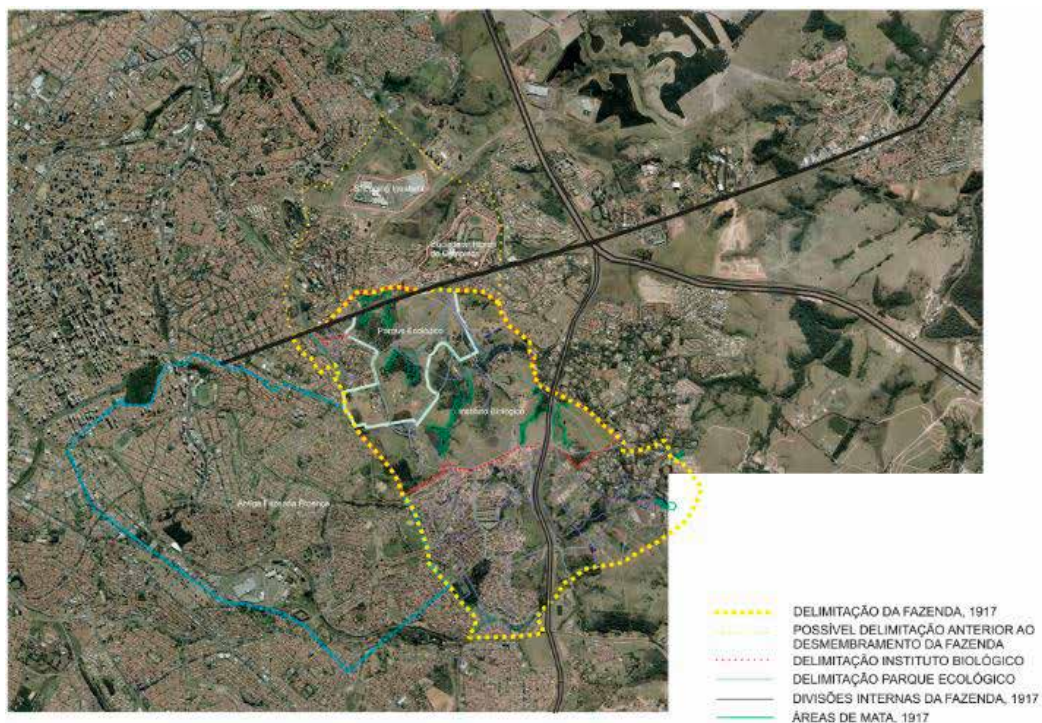
A grande expansão industrial e populacional ocorrida na década de 1970 dá início a um grande parcelamento do solo, seguido pela criação de novos loteamentos em regiões cada vez mais dispersas e distantes do centro da cidade. A cidade, que na década de 1960 ocupava área de aproximadamente 76 mil quilômetros quadrados, passa a ocupar, em 1978, mais de 150 mil quilômetros quadrados. (PREFEITURA DE CAMPINAS, 1991).

Parte da região leste de Campinas, onde se encontra o Parque Ecológico Monsenhor Emílio José Salim, desenvolve-se a partir do parcelamento da antiga fazenda Mato Dentro<sup>2</sup>, como pode ser verificado na figura 2. Embora pouco urbanizada até a década de 1990, a região leste possui, atualmente, a maior concentração de condomínios horizontais e loteamentos fechados de alto padrão da cidade.

Na tabela 1, é possível verificar (em negrito) dados de 1991, referentes à renda média mensal nominal dos chefes de família moradores da região leste de Campinas, onde se localiza o Parque Ecológico Monsenhor Emílio José Salim. Pode-se observar como a renda média mensal (em salários mínimos) da região é muito maior do que as relacionadas a demais áreas da cidade.

---

<sup>2</sup> Conforme documentação levantada, a fazenda, inicialmente formada como engenho e plantação de cana-de-açúcar, data de 1806, originada a partir de uma gleba de terra desdobrada de uma sesmaria pelo tenente-coronel Joaquim Aranha Barreto de Camargo. Segundo Silva (2006), um dos primeiros bairros registrados em Campinas foi Mato Dentro, citado em documento de 14/7/1774 como a área onde se localizava o engenho de mesmo nome. Era um exemplar da ocupação fundiária e da produção agrícola da região no final do século XVIII. A fazenda passa por desmembramentos que geram duas novas fazendas, a Mato Dentro de Baixo e a Brandina. Essas novas fazendas foram posteriormente parceladas e transformadas em bairros: a Mato Dentro de Baixo no bairro Vila Brandina, a fazenda Lapa no bairro das Palmeiras e o Clube Sociedade Hípica de Campinas. Com a crise de 1930 e a queda da comercialização do café nos mercados internacionais, a fazenda foi vendida, em 1937, para o Governo do Estado de São Paulo, que a transformou na Estação Experimental do Instituto Biológico de Campinas, abrigando laboratórios, residências de pesquisadores e trabalhadores e pesquisas de novas culturas.



**Figura 2** Parcelamentos da antiga fazenda Mato Dentro, localização do Parque Ecológico Monsenhor Emílio José Salim, do Instituto Biológico e principais rodovias.

Fonte: Imagem elaborada pela autora a partir de foto aérea do Google.

**Tabela 1** Renda Média Mensal Nominal do Chefe da Família

Renda Média Mensal Nominal do Chefe da Família Município de Campinas – 1991	
D.R.O. Diretório Regional de Operações	Renda Média Mensal (em salários mínimos)
Norte	7,32
Sul	5,99
<b>Leste</b>	<b>11,02</b>
Sudoeste	4,21
Noroeste	3,76

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Censo Demográfico de 1991. Sistematização dos dados: Secretaria de Planejamento, Departamento de Planejamento e Desenvolvimento Urbano de Campinas (p. 36). Sumário de Dados – População Campinas e Região, 1998.

Na tabela 2, observa-se que a taxa de crescimento da região leste, onde se encontra o Parque Ecológico, teve o maior crescimento da cidade na década de 1980, o que comprova as informações apresentadas na figura 1.

**Tabela 2** Taxa de Crescimento da População – Anos 1970, 1980, 1991 e 1996

D.R.O.	População						Grau de Urbanização %		Taxas de Crescimento (% aa..)		
	Total		Urbana		Rural		Total		1991-1996		
	1991	1996	1991	1996	1991	1996	1991	1996	Total	Urbana	Rural
Leste	207.047	209.229	201.746	204.500	5.301	4.729	97,44	97,74	0,21	0,27	-2,26
Sul	223.480	228.434	218.812	223.446	4.668	4.988	97,91	97,82	0,44	0,42	1,33
Norte	163.293	163.848	158.026	158.731	5.267	5.117	96,77	96,88	0,07	0,09	-0,58
Sudoeste	180.339	217.696	177.331	206.291	3.008	11.405	98,33	94,76	3,84	3,07	30,55
Noroeste	73.128	88.547	68.701	85.975	4.427	2.572	93,95	97,10	3,90	4,59	-10,29
Total	847.287	907.754	824.616	878.943	22.671	28.811	97,32	96,83	1,39	1,28	4,91

Fonte: IBGE, Censo Demográfico de 1991. Sistematização dos dados: Secretaria de Planejamento – Departamento de Planejamento e Desenvolvimento Urbano. Disponível em: <<http://www.campinas.sp.gov.br/governo/seplama/publicacoes/sumario-dados-demograficos.php>>. Acesso em: 23 jun. 2015.

Na figura 3, o mapa de crescimento urbano apresentado pela Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento Urbano (Seplan) da Prefeitura de Campinas no Plano Diretor de 2006, demonstra que o crescimento urbano no seu entorno imediato se deu, basicamente, na década de 1980; nota-se crescimento também na década de 1990, (mesma década da instalação do Parque Ecológico).

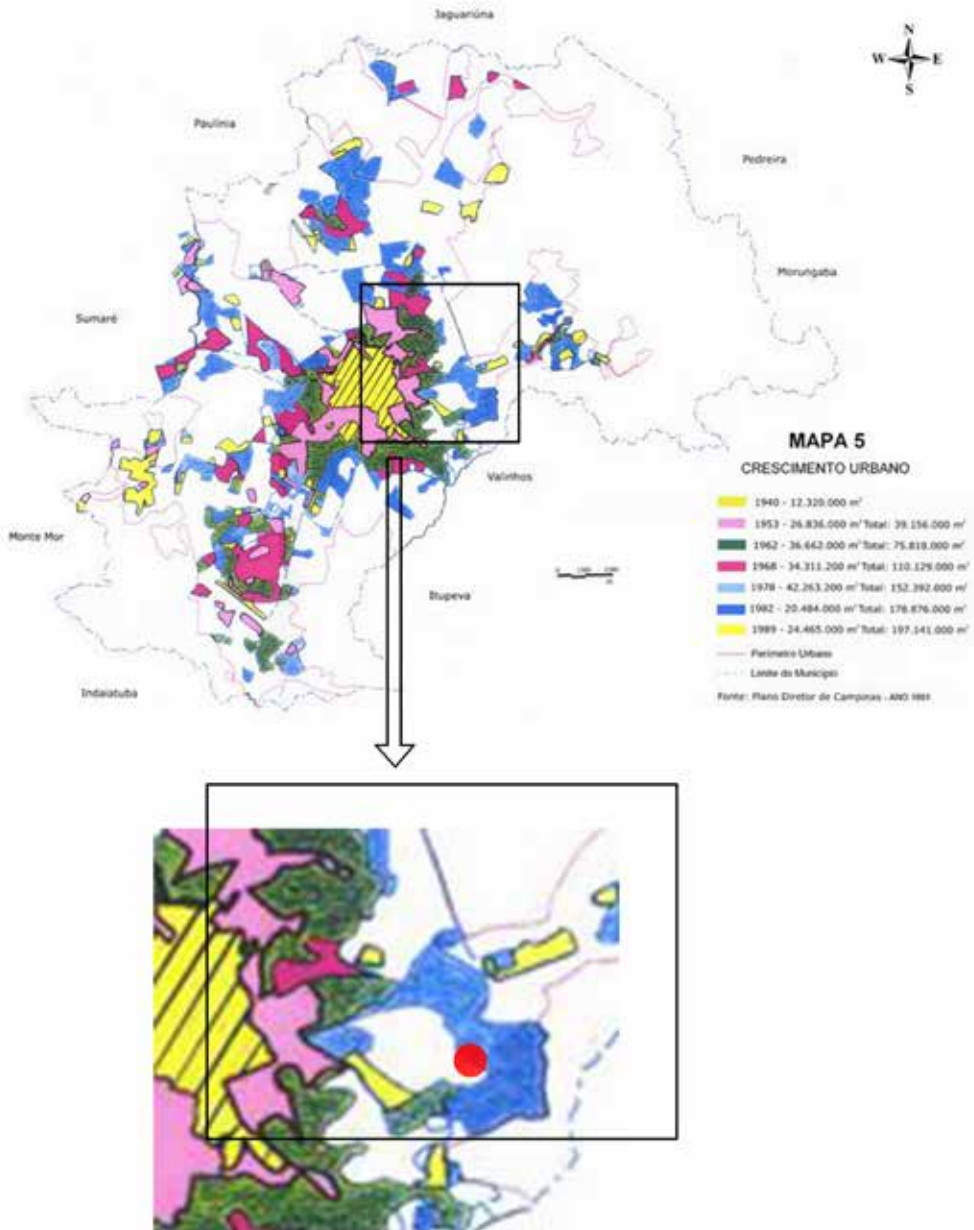
Já o mapa da figura 4, desenvolvido juntamente com o mapa da figura 3 mostra que, embora os lotes no entorno do parque tenham sido aprovados décadas antes – com uma área aprovada na década de 1950 e outra na década de 1970 –, somente a partir da década de 1980 essa região começa a abrigar novas residências.

Por fim, na figura 5, também parte do Plano Diretor de 2006, o entorno do Parque Ecológico Monsenhor Emílio José Salim encontra-se circulado em verde. Pode-se observar a maior concentração de alta renda da cidade (vinte salários mínimos ou mais). Ao sul do parque, onde se encontra a segunda portaria, são identificados focos de habitação com rendas médias abaixo de cinco salários mínimos. A única barreira entre essas duas regiões é o parque.

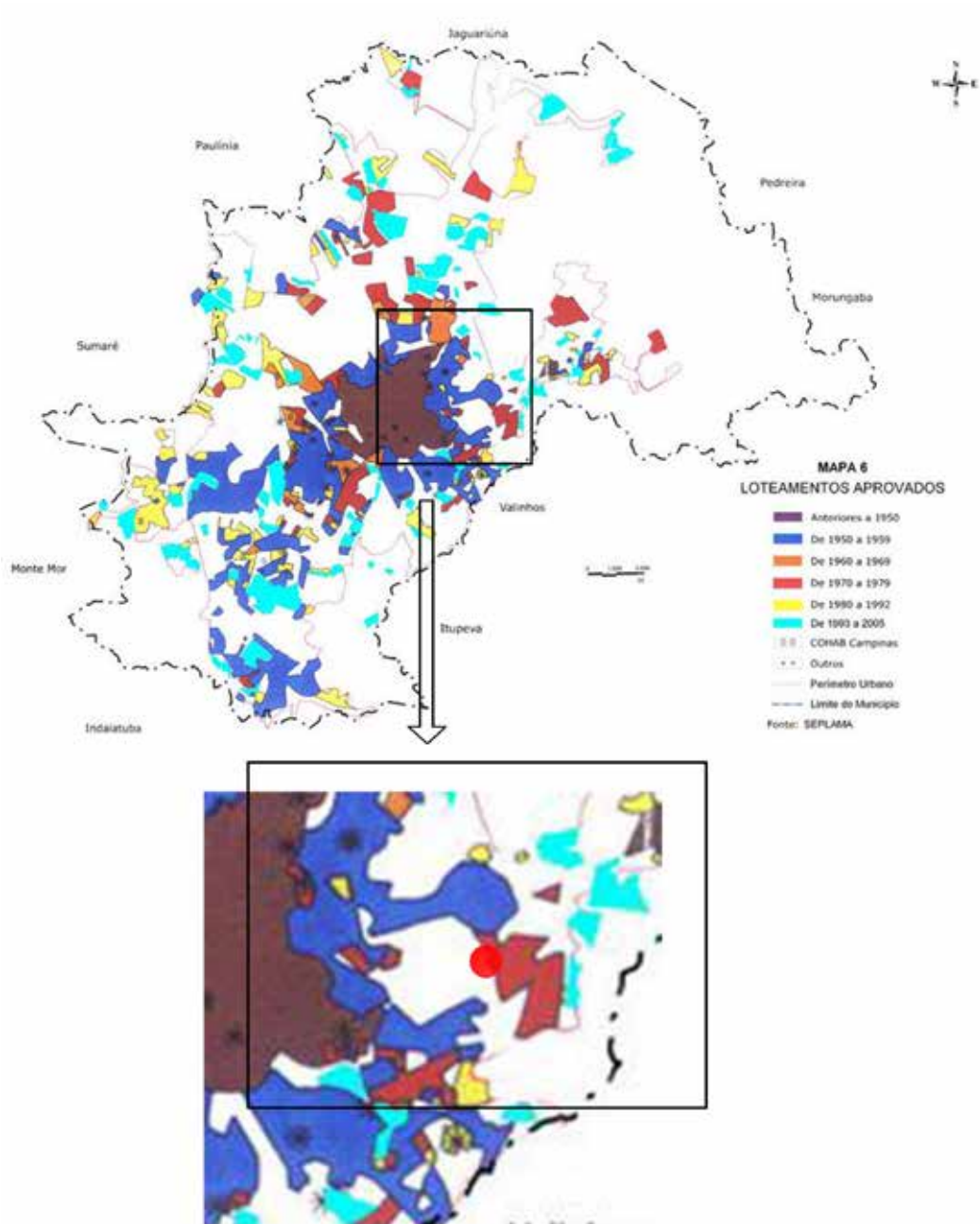
Em 1990, Campinas contava com área urbanizada de aproximadamente 200 quilômetros quadrados. Segundo o Plano Diretor (2006) do município, 460 hectares eram de áreas verdes urbanizadas, incluindo jardins, parques e praças, porém, nas regiões mais periféricas e carentes da cidade, não foi identificada nenhuma área verde.

As propostas do Plano de Prestes Maia para a instalação de parques de caráter regional ficaram pendentes nas administrações públicas seguintes. Somente com a instalação do Parque Ecológico Monsenhor Emílio José Salim – quase quarenta anos depois –, é que um novo parque, nas proporções pretendidas no Plano de Prestes Maia, propõe-se a cumprir esse papel. No final da década de 1990, Campinas contava com poucos parques capazes de atender a demanda da cidade, e os existentes encontravam-se na área mais central nesse período. Os principais parques utilizados eram os seguintes:

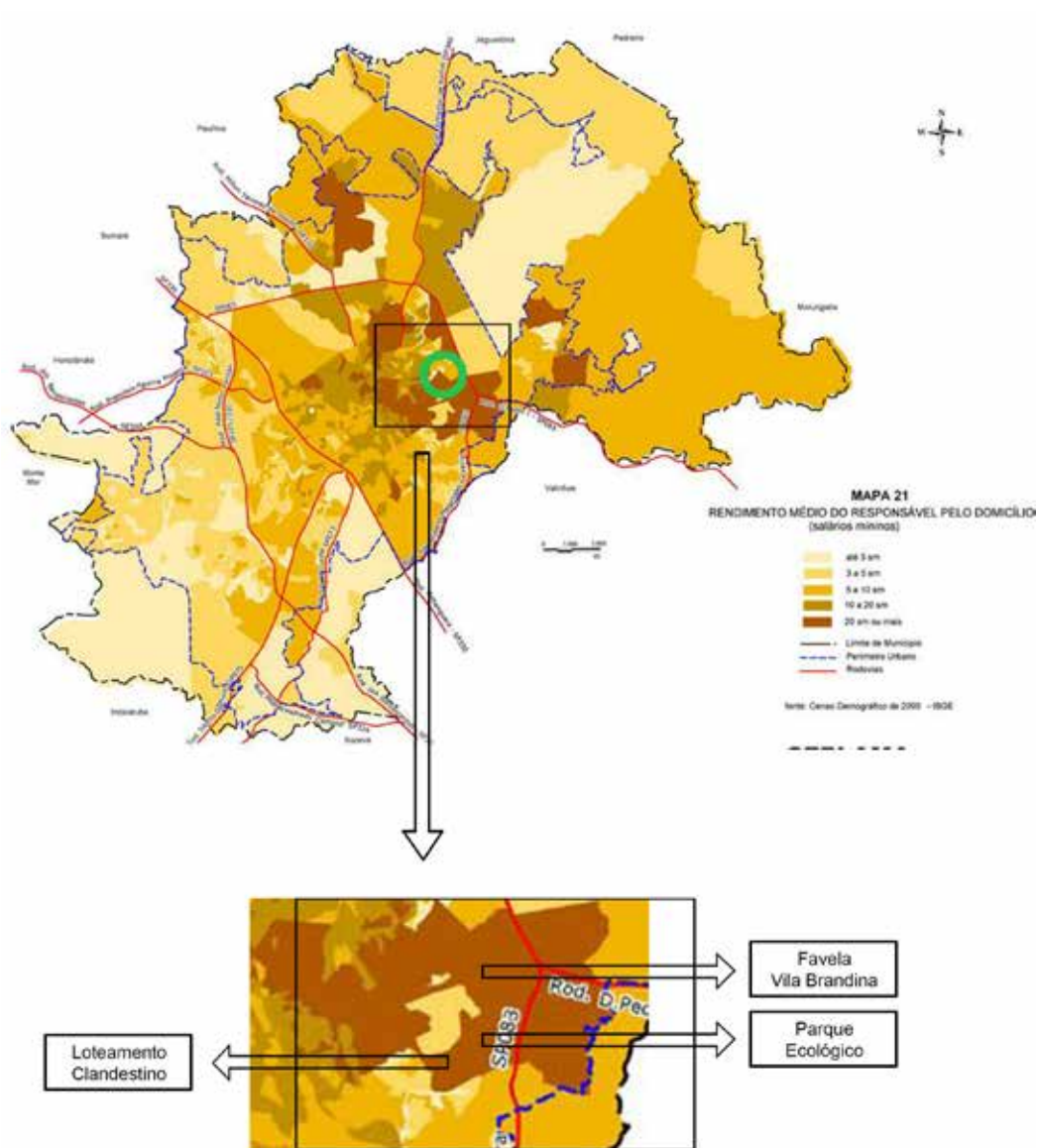
- Bosque dos Jequitibás – 101.000 m<sup>2</sup> (1915);
- Parque Portugal (Taquaral) – 638.000 m<sup>2</sup> (1972);
- Bosque dos Guaratãs – 100.000 m<sup>2</sup> – sem data indicada;
- Parque Valença – 88.471 m<sup>2</sup> – sem data indicada;
- Parque Ecológico (estadual) – 1.100.000 m<sup>2</sup> (1987).



**Figura 3** Mapa do crescimento urbano. Em vermelho, a área aproximada do Parque Ecológico. Fonte: Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento Urbano (Seplan) da Prefeitura Municipal de Campinas. Disponível em: <<http://www.campinas.sp.gov.br/governo/seplama/publicacoes/planodiretor2006/mapas/mapa5.jpg>>. Acesso em: 23 jun. 2015.



**Figura 4** Mapa com os loteamentos aprovados por décadas. Em vermelho, a área aproximada do Parque Ecológico. Fonte: Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento Urbano (Seplan) da Prefeitura Municipal de Campinas. Disponível em: <<http://www.campinas.sp.gov.br/governo/seplama/publicacoes/planodiretor2006/mapas/mapa6.jpg>>. Acesso em: 23 jun. 2015.



**Figura 5** Mapa representando a renda média do responsável pelo domicílio em 1991. Fonte: Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento Urbano (Seplan) da Prefeitura Municipal de Campinas, a partir de dados do censo de 1991 do IBGE. Disponível em: <<http://www.campinas.sp.gov.br/governo/seplama/publicacoes/planodiretor2006/mapas/mapa21.jpg>>. Acesso em: 23 jun. 2015.

A partir dessa lista, pode-se observar como a área do Parque Ecológico Monsenhor Emílio José Salim é maior do que a soma das áreas de todos os outros parques juntos. Foi implantado num momento em que, principalmente o parque Portugal e o bosque dos Jequitibás, estavam no limite de saturação, por atenderem toda a cidade.

A figura 6 mostra em sua legenda, entre outros, os três principais parques da cidade: o Parque Ecológico Monsenhor Emílio José Salim (nº 17), o Parque Portugal (nº 16) e o Bosque dos Jequitibás (nº 8). Fica visível a diferença de tamanho destes em relação ao Parque Ecológico.

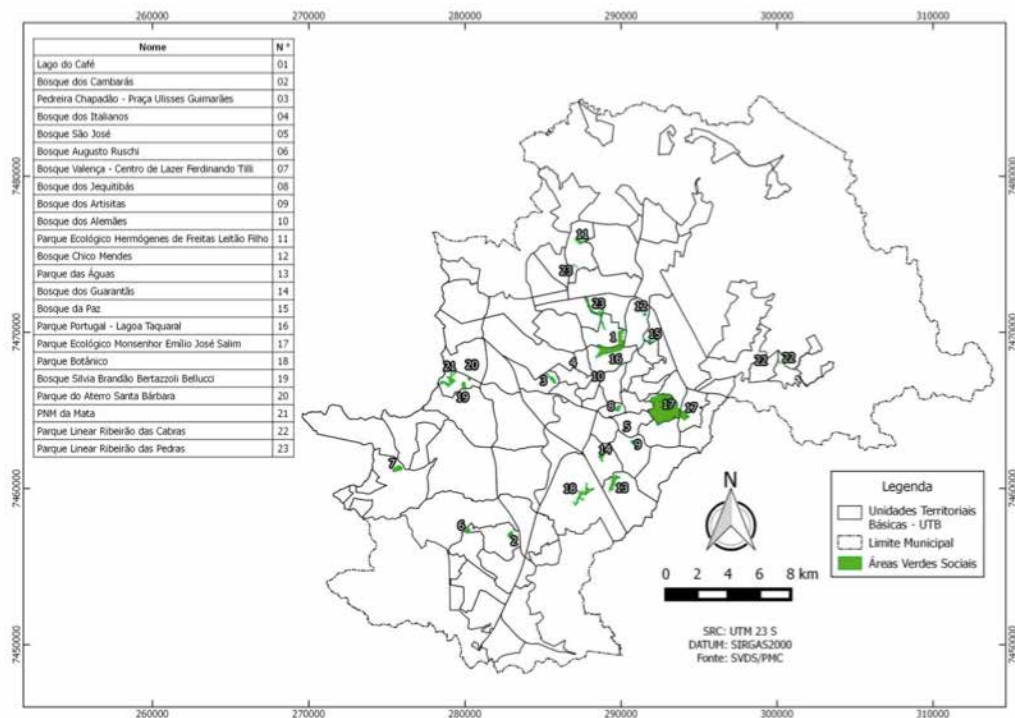


Figura 6 Principais áreas verdes de Campinas segundo diagnóstico feito pela Prefeitura Municipal de Campinas em 2015. Fonte: Diagnóstico Preliminar SDVS/PMC, 2015. Disponível em: <[http://campinas.sp.gov.br/arquivos/meio-ambiente/diagnostico\\_preliminar.pdf](http://campinas.sp.gov.br/arquivos/meio-ambiente/diagnostico_preliminar.pdf)>. Acesso em: 23 jun. 2015.

### 3 O PROCESSO DE PROMOÇÃO E INSTALAÇÃO DO PARQUE ECOLÓGICO MONSENHOR EMÍLIO JOSÉ SALIM

O Governo do Estado de São Paulo foi quem propôs o Parque Ecológico Monsenhor Emílio José Salim para atender às demandas da cidade por um novo equipamento de lazer e área verde. Ocupando 110 hectares de parte da área total de 285 hectares do Instituto Biológico, foi implantado na área da antiga fazenda Mato Dentro, abrangendo o conjunto histórico composto pela casa sede e tulha, tombados pelo Condephaat<sup>3</sup>. O projeto foi desenvolvido pelo Escritório Burle Marx, e entre seus principais atrativos estavam a implantação de um *Arboretum* com espécies nativas, a revitalização de um lago, a transformação do estábulo em restaurante e da tulha em “café-concerto”. Seriam também instaladas quadras poliesportivas, um mirante, campos de futebol, áreas de estar, área para piquenique, churrasco e um teatro de arena.

Na antiga casa sede, completamente restaurada, foi instalado o Centro Integrado de Percepção Ambiental (CIPAM), que tinha como propósito “[...] estimular de maneira inovadora e atraente a percepção do meio ambiente e das intervenções socioeconômicas e culturais na qualidade de vida [...]”. (Cetesp,1990). Para tanto, dividia-se em quatro eixos: cultura e meio ambiente, cosmos, biodiversidade e poluição.

<sup>3</sup> Processo de tombamento número 00309/73 de 1982.

A obra foi dividida em três etapas, sendo a principal o projeto de restauro do casarão sede da fazenda Mato Dentro, de 1810. A ideia não era somente restaurar o casarão com detalhes da época, mas também transformá-lo num museu capaz de resgatar a história de Campinas ligada ao ciclo do café<sup>4</sup>. Para o projeto de recuperação da paisagem da antiga fazenda, foram revitalizados os cursos d'água existentes para formação de lagos e cascatas. Havia, também, a proposta de recuperação da mata nativa, anterior ao plantio do café, mediante a instalação de trezentas espécies características da região de Campinas.

O acesso à portaria principal do parque se dá pela rodovia Heitor Penteado – importante ligação entre o centro da cidade e os distritos de Sousas e Joaquim Egídio, acesso à rodovia Dom Pedro I e ao anel viário Magalhães Teixeira. Um estacionamento para aproximadamente quatrocentos carros fica logo à direita assim que se adentra o parque, e a poucos passos encontra-se o lago – rodeado por palmeiras enfileiradas –, o antigo estábulo, transformado em restaurante, o novo edifício do ripado, um espaço para exercícios e a administração. Num plano mais alto, à esquerda, uma longa ladeira arborizada chega ao portão de entrada do antigo casarão, sede do CIPAM. No tempo em que a fazenda era produtiva, observava-se todo o território da varanda da casa sede. Ao lado desta há uma pequena capela – e logo atrás, a tulha, entre árvores antigas e um jardim.

Voltando ao lago, seguindo em direção oposta, um extenso caminho sinuoso e íngreme leva o visitante à área de lazer ativo, onde estão localizadas as quadras poliesportivas. Ao longo desse caminho, trilhas secundárias formam-se, terminando em pátios projetados para festas, piqueniques e churrascos. Das quadras poliesportivas, pode-se ver todo o parque abaixo; bem próximo, encontra-se o mirante. Nessa área também ficam um teatro de arena, alguns sanitários e lanchonetes, instalados em edifícios simples e rústicos.

Cortando toda a porção oeste do parque – onde estão os dois campos de futebol, o edifício da bocha, outra portaria e outro estacionamento, bem no coração de um bairro residencial – uma avenida dá acesso a um edifício da Sociedade de Abastecimento de Água e Saneamento S/A de Campinas (Sanasa)<sup>5</sup>. O acesso para a outra parte do parque é feito sob dois pontilhões. A característica mais marcante do paisagismo são os maciços de árvores e, principalmente, as palmeiras de diversas espécies, distribuídas em linhas sinuosas e imponentes, ou em maciços desenhados. Os caminhos e pátios, também sinuosos, são característicos do traço de Roberto Burle Marx. A vegetação utilizada é uma seleção de plantas nativas com plantas comuns da região e espécies exóticas. As plantas de grande porte e o verde tomam conta da paisagem; não existem muitos canteiros de forrações, nem variedades de cores comuns nos projetos do paisagista.

---

<sup>4</sup> Antigo casarão da “Mato Dentro” será restaurado. **Correio Popular**, Campinas, 24 de setembro de 1988.

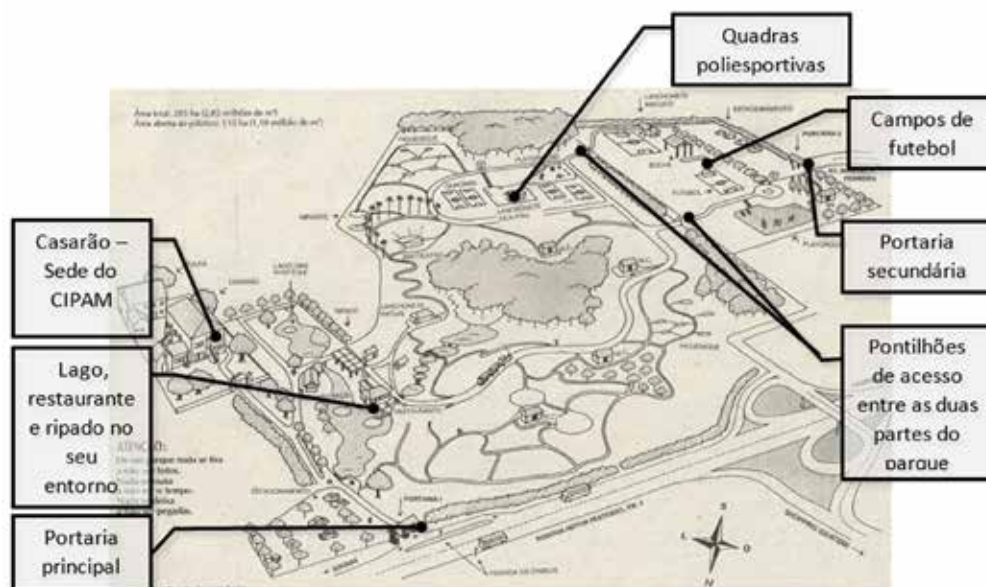
<sup>5</sup> Empresa responsável pelo abastecimento de água (captação, adução, tratamento, reserva e distribuição de água potável), coleta, afastamento e tratamento dos esgotos domésticos no município de Campinas.



A figura 7 exibe a perspectiva em desenho do Parque Ecológico (apresentado em prospecto distribuído na época da inauguração do mesmo). O desenho mostra a abundância vegetal e a sinuosidade características dos projetos de Burle Marx. O lago sinuoso, com linhas marcadas por palmeiras imponentes, torna-se o objeto central desse projeto.



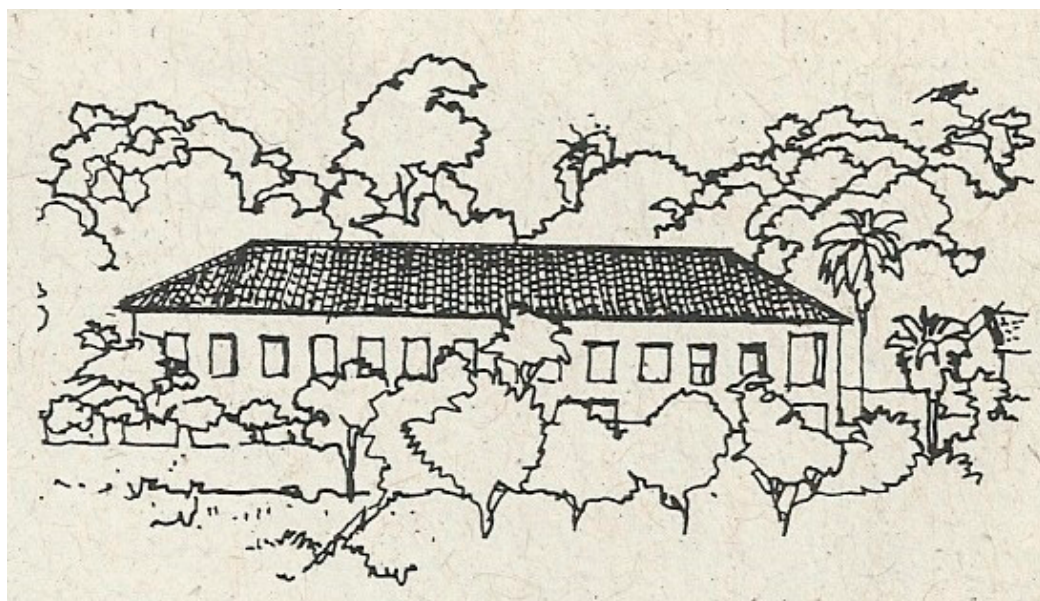
**Figura 7** Croqui do projeto paisagístico. Fonte: Prospecto distribuído pela Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (Cetesb) na inauguração do Parque Ecológico. Projeto gráfico e desenho: Vallandro Keating, 1990.



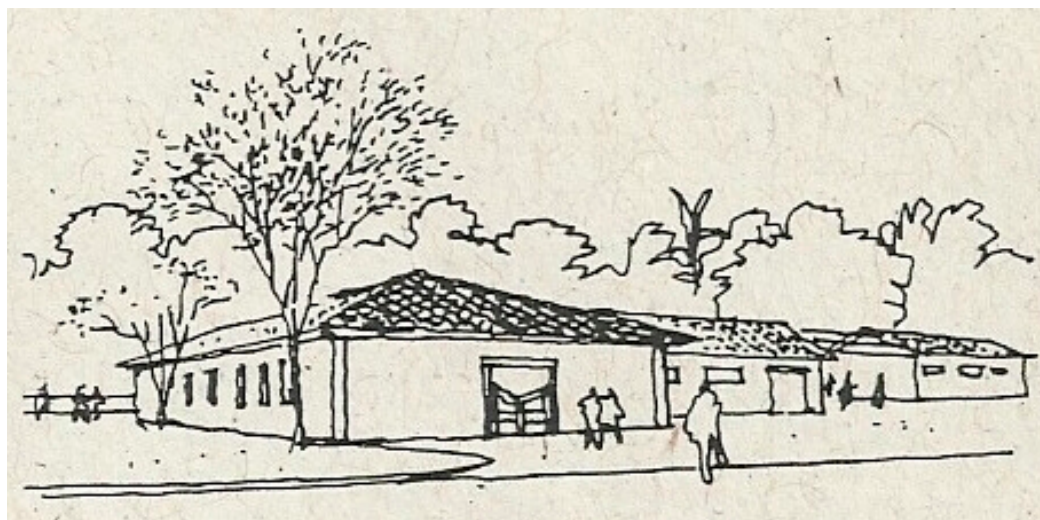
**Figura 8** Perspectiva do parque com seus principais equipamentos em fôlder promocional fornecido pelo Governo do Estado de São Paulo (gestão Orestes Quércia). Fonte: Prospecto distribuído pela Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (Cetesb) na inauguração do Parque Ecológico. Projeto gráfico e desenho: Fernando Barreto, 1990.

Também partes do prospecto, as figuras 8 a 12 apresentam os diversos atrativos do Parque Ecológico. Na figura 9, a antiga casa sede, completamente restaurada, abrigou o CIPAM durante um período, onde eram proporcionadas ações educativas visando à manutenção do meio ambiente. A figura 10 apresenta o antigo estábulo, reformado e transformado em restaurante para duzentas pessoas, e a figura 12 apresenta o Ripado

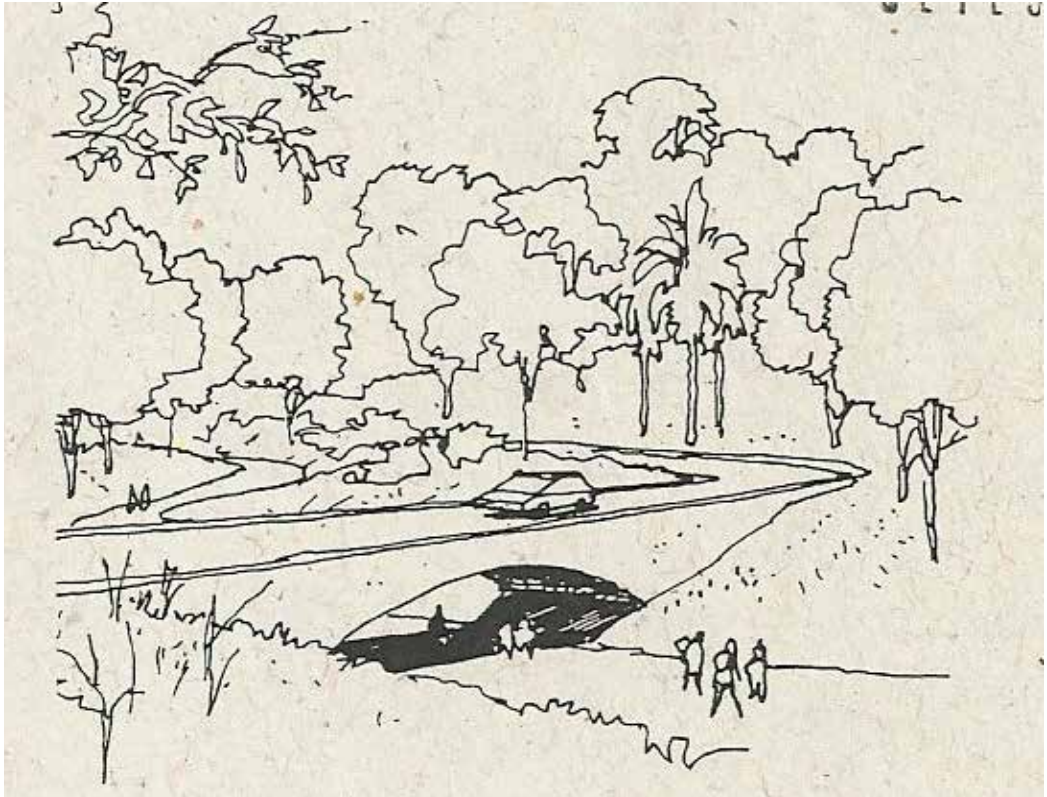
– estrutura aberta em aço e vigas de eucalipto tratado, para exposições de plantas e venda de produtos ecológicos. Esse espaço foi o único novo edifício proposto para o parque e seria responsável por abrigar feiras e exposições.



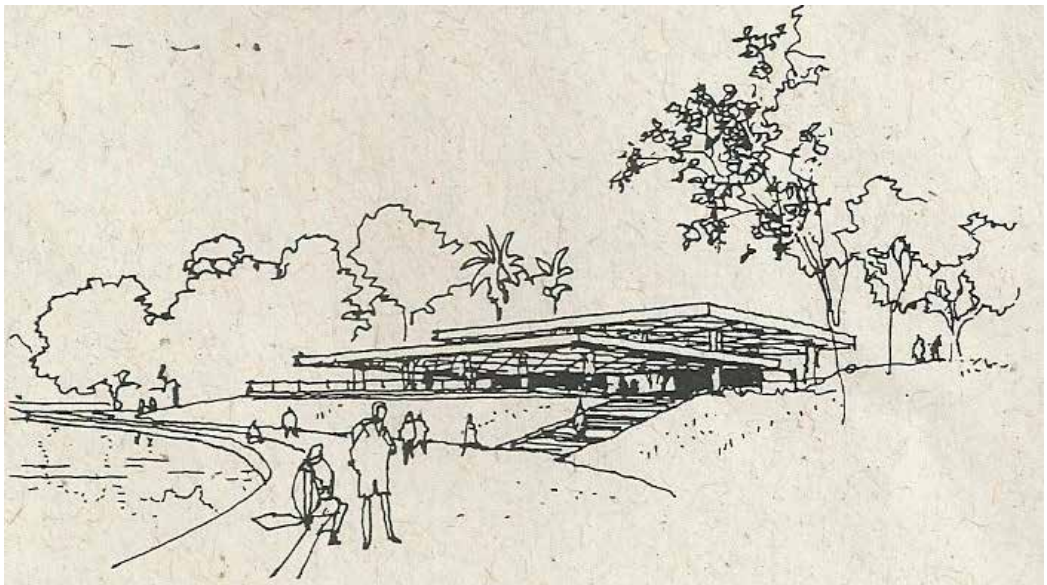
**Figura 9** Casarão, sede do Centro de Percepção Ambiental (CIPAM).  
Fonte: Cetesb. Desenho: Vallandro Keating, 1990.



**Figura 10** Antigo estábulo da fazenda.  
Fonte: Cetesb. Desenho: Vallandro Keating, 1990.



**Figura 11** Pontilhão de ligação entre as duas partes do parque.  
Fonte: Cetesb. Desenho: Vallandro Keating, 1990.

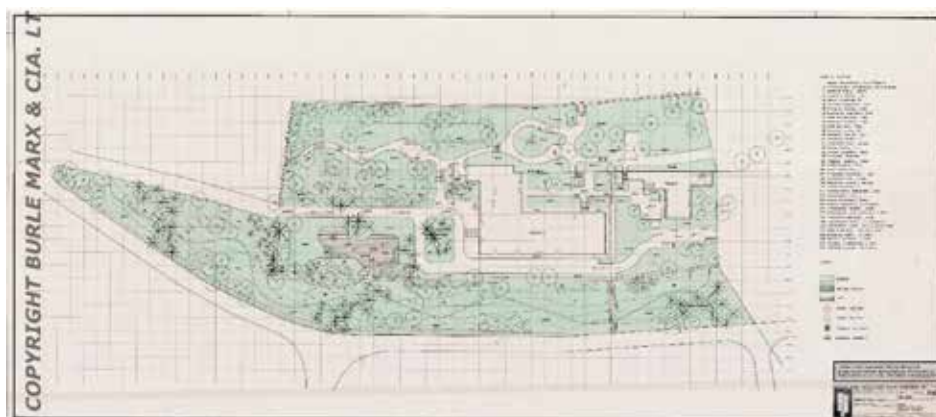


**Figura 12** Ripado.  
Fonte: Cetesb. Desenho de Vallandro Keating, 1990.

Na montagem (figura 13) feita com o projeto paisagístico original sobre foto aérea de 2015 da cidade de Campinas, podemos ver a leste do parque sua divisa com o Instituto Biológico, e a oeste os diversos condomínios de alto padrão. A figura 14 apresenta o projeto paisagístico original fornecido pelo Escritório Burle Marx em uma prancha com detalhe do paisagismo do complexo arquitetônico tombado (casa sede, tulha e capela).



**Figura 13** Projeto original fornecido pelo Escritório Burle Marx e montado sobre foto aérea Google Maps, 2015. Fonte: Escritório Burle Marx. Projeto de Roberto Burle Marx e Haruyoshi Ono. Desenho de Sônia, 1989. Projeto gráfico: Daniela Andrade Lacreta, setembro de 2015.



**Figura 14** Projeto de Roberto Burle Marx e Haruyoshi Ono. Desenho de Sônia, 1989.

## 4 CONSIDERAÇÕES SOBRE O FUNCIONAMENTO E A GESTÃO DO PARQUE AO LONGO DOS ANOS

O Parque Ecológico Monsenhor Emílio José Salim permaneceu sob a administração do Governo Estadual de 1991, ano da sua inauguração, até 1995, quando passou a ser administrado por uma gestão compartilhada entre a Prefeitura Municipal de Campinas e a Secretaria Estadual do Meio Ambiente, convênio que durou até 2001. No período em que funcionou o convênio, o parque sofreu com a degradação, a falta de recursos e a gestão precária. O CIPAM foi extinto e a vigilância diminuída, ocasionando a depredação da infraestrutura e a destruição do sistema de energia elétrica. A extinção do projeto de educação ambiental acarretou a falta de manutenção do viveiro de plantas existente que, por sua vez, não forneceu mais as mudas para a reposição do paisagismo do parque, comprometendo o projeto. A paisagem, nesse ínterim, caracterizava-se pela invasão de gramíneas e o excesso de áreas áridas, causadas pela morte e não reposição das mudas.

Após alguns anos de funcionamento e com o declínio de suas atividades, em 2001, a Secretaria Estadual do Meio Ambiente anunciou a retomada total da administração do parque. De acordo com o órgão, uma verba emergencial para obras de manutenção do parque foi disponibilizada<sup>6</sup>, já que a prefeitura teria deixado de executar a manutenção do parque no período de sua gestão. O objetivo da secretaria, a partir desse momento, seria estabelecer parcerias com empresas privadas interessadas na recuperação e manutenção do parque, como já havia sido feito no Projeto Pomar em São Paulo. Esse projeto de recuperação foi orçado na época em R\$4,9 milhões<sup>7</sup> e tinha o intuito de recuperar, restaurar e manter o complexo arquitetônico (casarão, capela, anexo e tulha) tombado pelo Condephaat, como se pode observar na figura 15.

Em 2004, um Conselho de Orientação do Parque Ecológico é empossado com o intuito de acompanhar a implantação e a execução do novo Sistema de Gestão Compartilhada (estado e município), analisar o Plano de Trabalho e os Relatórios de Gestão de Controle, referendar o Regulamento Interno do Parque e suas possíveis alterações e sugerir projetos que não haviam sido contemplados no convênio. O projeto, então chamado “Projeto de Revitalização”, contou com a participação das empresas parceiras Petróleo Brasileiro S.A (Petrobras), Companhia Paulista de Força e Luz (CPFL) e Shell do Brasil, responsáveis pela execução dos serviços e obras previstas – como cercamento da área do parque, reforma de lanchonetes, sanitários, portarias, ambulatório, equipamentos esportivos e de lazer, pavimentação e drenagem, equipamentos para a escola técnica de jardinagem e obras de paisagismo – dado que o projeto original de

<sup>6</sup> Secretaria do Meio Ambiente lança livro com as pesquisas desenvolvidas em intervalos. **São Paulo Acontece:** Secretaria do Meio Ambiente, 1 de abril de 2001. Disponível em: <<http://www.ambiente.sp.gov.br/acontece/noticias/secretaria-do-meio-ambiente-lanca-livro-com-as-pesquisas-desenvolvidas-em-intervalos/>>. Acesso em: 20 mar. 2014.

<sup>7</sup> SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE DO ESTADO DE SÃO PAULO, 21 de julho de 2003. Disponível em: <<http://www.ambiente.sp.gov.br/acontece/noticias/alckmin-assina-protocolo-para-gestao-do-parque-ecologico-em-campinas/>>. Acesso em: 20 mar. 2014.

Burle Marx não havia sido instalado por completo. Para a Secretaria do Meio Ambiente, ficou designada a contratação de obras de infraestrutura, segurança e recuperação do complexo tombado. Já a prefeitura, se encarregaria de manter as áreas verdes do parque, fornecer serviços de vigilância interna, da preservação dos novos equipamentos instalados e da programação cultural e de lazer do parque.

A. Hidráulica	14.400,00
B. Elétrica	1.217.650,00
C. Pavimentação / Drenagem	40.937,00
D. Cercamento	47.625,00
E. Programação Visual	59.375,00
F. Lagos e cascatas	414.275,00
G. Paisagismo	212.174,00
H. Casarão/ Museu 1920 m <sup>2</sup>	908.778,00
I. Tulha/Auditório	386.288,00
J. Restaurante 574 m <sup>2</sup>	143.500,00
K. Lanchonetes ( 3 unidades 484 m <sup>2</sup> )	121.500,00
L. Sanitários Públicos ( 5 unidades 253,40 m <sup>2</sup> )	137.725,00
M. Viveiro de Mudanças ( 565 m <sup>2</sup> )	141.250,00
N. Portaria Principal ( 243 m <sup>2</sup> )	60.750,00
O. Portaria Secundária (195 m <sup>2</sup> )	48.750,00
P. Administração e Ambulatório (150m <sup>2</sup> )	37.500,00
Q. Anfiteatro	31.250,00
R. Equipamentos esportivos e de lazer	145.000,00
S. Equipamentos novos	556.875,00
T. Transporte	183.750,00
<b>TOTAL</b>	<b>R\$ 4.909.352,00</b>

**Figura 15** Orçamento proposto para a revitalização do parque. Entre os custos mais altos estão a recuperação da parte elétrica do parque, a nova reforma do casarão e a implantação de novos equipamentos. Disponível em: <<http://www.ambiente.sp.gov.br/acontece/noticias/alckmin-assina-protocolo-para-gestao-do-parque-ecologico-em-campinas/>>. Acesso em: 20 mar. 2014.

Em 2009, nova notícia<sup>8</sup> é publicada, afirmando que uma nova recuperação no parque – principalmente do projeto paisagístico de Burle Marx e do restauro da sede da fazenda Mato Dentro – seria executada. O restauro da casa sede coincidiu com a exposição de arquitetura e decoração Casa Cor, que aconteceu no conjunto histórico. Para a Secretaria do Meio Ambiente, a exposição trazia enorme valorização e prestígio ao parque.

Em maio de 2013, chegou ao fim, mais uma vez, a parceria estado/município na administração do parque. Fez-se um decreto que transferiu o parque por 99 anos ao município. Nessa época, o parque ficou novamente abandonado. A área sofria com a

<sup>8</sup> FREGONESI, L. **Revitalização e preservação no parque Monsenhor Emílio José Salim**. São Paulo, Secretaria do Meio Ambiente, 25 de setembro de 2009. Disponível em: <<http://www.ambiente.sp.gov.br/acontece/noticias/revitalizacao-e-preservacao-no-parque-monsenhor-emilio-jose-salim/>>. Acesso em: 20 mar. 2014.

falta de manutenção e não recebia mais de quarenta visitantes nos dias de semana. As trilhas estavam intransitáveis; a sinalização, precária; o lago, sujo; os banheiros, inutilizáveis. Quadras poliesportivas ficaram tomadas por mato, e os jardins tomados por capivaras. Segundo reportagem<sup>9</sup>, embora a responsabilidade de manutenção fosse da prefeitura, a limpeza do parque não estava sendo realizada há quase um ano, o que, conforme o coordenador do parque, decorria de um problema de restrição orçamentária.

Em 2013, dois anos após a última reportagem apresentada, o parque ainda passa por dificuldades, não recebe muitos visitantes durante a semana e suas instalações estão inutilizadas por falta de manutenção. Ao longo dos anos, foi abandonado tanto pela população, quanto pelo poder público, embora diversas propostas de melhorias e revitalizações tenham sido apresentadas.

## 5 AVALIAÇÃO DO PARQUE ENQUANTO EQUIPAMENTO PÚBLICO

A ideia de que os parques públicos deveriam ser partes constituintes do ambiente urbano é uma das mais importantes contribuições do urbanismo do século XIX. Antes, ou os parques simplesmente não existiam nas cidades, ou eram reservados para o deleite de poucos. Em um momento em que o *corpus* disciplinar do urbanismo se estruturava, o consenso dos ideais progressistas de engenheiros, arquitetos, jardineiros e administradores era de que parques e jardins seriam elementos essenciais do espaço urbano, e quando combinados com os sistemas de vias largas e retilíneas, preferencialmente arborizadas, se constituiriam em instrumentos de cura para os males da cidade industrial. (HALL, 1997, p. 315).

No século XIX, as experiências pioneiras de ingleses e franceses constituem modelos para diversos planos em cidades na Europa e nas Américas. A partir do projeto de Nash para o *Regent Park*, em Londres, o desenho dos parques passa a ser integrado ao desenvolvimento da estrutura urbana, representando, em muitos casos, a valorização de áreas urbanas combinada à venda de lotes para novas edificações. A localização e o *status* social dos usuários determinavam o caráter do parque: os que se localizavam em bairros destinados a classes abastadas se distinguiram dos destinados às classes operárias. Na elaboração dos projetos, a combinação de elementos naturais, como topografia, vegetação e água, com outras estruturas – terraços, edifícios, pontes, fontes, espaços para jogos e concertos ao ar livre – poderia ser amplamente variada, de acordo com a escala e a localização do parque. Se a gama de soluções formais era diversificada, esses espaços tinham em comum a função de prover a cidade de áreas verdes e promover a educação estética e ética do cidadão. (HALL, 1997, p. 315).

Os parques urbanos contemporâneos ainda são criados com objetivos similares aos dos parques do século XVIII e XIX. O papel de equipamento estruturador do tecido

---

<sup>9</sup> VERZIGNASSE, Rogério. Prefeitura de Campinas assumirá o Parque Ecológico em julho. **Correio Popular**, 24 abr. 2014. Disponível em: <[http://correio.rac.com.br/\\_conteudo/2014/04/ig\\_paulista/170499-prefeitura-de-campinas-assumira-o-paquete-ecologico-em-julho.html](http://correio.rac.com.br/_conteudo/2014/04/ig_paulista/170499-prefeitura-de-campinas-assumira-o-paquete-ecologico-em-julho.html)>. Acesso em: 25 abr. 2014.

urbano e, principalmente, o de requalificação de áreas degradadas, agora com objetivos mais explícitos de valorização do território, aliam-se a novas questões de cunho ecológico, sustentável e de preservação do patrimônio ambiental. Cria-se *marketing* em torno das áreas verdes públicas como provedoras de qualidade de vida.

A característica mais definidora desse equipamento é a capacidade de abrigar um programa misto, onde contemplação e recreação se casam por meio de novas soluções espaciais elaboradas. (MACEDO; SAKATA, 2003, p. 43). Diversas áreas antigas e parques tradicionais são revisados e reformados para atender às novas demandas sociais, surgindo parques com novas características e novos programas, atributos estéticos e funcionais mais livres. (MACEDO; SAKATA, 2003, p. 47). Essas áreas abrigam projetos simplificados, e muitas vezes adaptados, envolvendo pouco investimento e resultados rápidos. A utilização de edifícios desabrigados e deteriorados para novos usos é comum, e grandes áreas abandonadas são transformadas em quadras, trilhas, *playgrounds* e áreas específicas para esportes cada vez mais diversificados. Os parques tornam-se peças chave da requalificação de ambientes degradados e da aceleração da transformação do território. Zonas produtivas obsoletas, linhas viárias e ferroviárias abandonadas e fragmentos de zonas rurais em meio às zonas urbanizadas são transformados em grandes parques.

O enfoque na questão ecológica e na preservação do patrimônio ambiental nos centros urbanos impulsiona a criação de novos parques a partir dos discursos ambientalistas vigentes. São delimitados, em todo o país, parques nacionais e estaduais, reservas ecológicas e áreas de proteção ambiental com novos programas de uso, que priorizam a preservação ecológica do local e a valorização dos aspectos rústicos da paisagem.

A partir do estudo da literatura recente sobre os parques brasileiros, levantaram-se questões que contribuem para a discussão dos problemas e potencialidades do Parque Ecológico Monsenhor Emílio José Salim. As questões abordadas são: localização e acessibilidade, projeto e programa e gestão.

## 5.1 LOCALIZAÇÃO E ACESSIBILIDADE

A acessibilidade e a proximidade são os elementos mais importantes para o público que frequenta parques urbanos, o que parece comprovar que os aspectos estéticos e históricos do lugar não são as razões principais para o seu sucesso. (SERPA, 2007, p. 76).

A instalação de grandes parques acarreta, quase sempre, rompimento com a malha viária, dificultando a possibilidade de articulação entre as vias. (MACEDO, 2012, p. 143). Por não serem pensados, na maioria dos casos, como sistemas de áreas verdes projetados em conjunto com os processos de urbanização das cidades, acabam por ocupar áreas que atendem a interesses imobiliários e de promoção política, com projetos desarticulados em relação às demandas da população e que contribuem para ocupação urbana dispersa e fragmentada. (MACEDO, 2012, p. 94).

Com o intuito de investir em parques que gerem visibilidade ao poder público, sem preocupação com a gestão do território e a infraestrutura, os parques brasilei-



ros acabam tornando-se elementos dispensáveis em grande parte das ocasiões. Não existe avaliação quanto à necessidade do equipamento no local, ou às demandas da população que vive no entorno. Por estarem descolados das propostas urbanísticas das cidades, são “depositados” em terrenos vagos, que, na maioria das vezes, não possuem o menor potencial de lazer. Não são pensadas soluções viárias que facilitem o acesso, nem através do transporte público, nem com áreas adequadas para estacionamentos, ciclovias e acesso para pedestres.

É necessário que o parque urbano contemporâneo volte a ser pensado como elemento estruturador do espaço – não só fisicamente, mas como item indispensável para o lazer e a cultura da população. Há falta de integração entre os agentes produtores desses equipamentos. É necessária a multidisciplinaridade de especialistas, desde os gestores urbanos, passando por equipes técnicas (arquitetos, paisagistas, ecólogos, educadores, engenheiros) e, principalmente, a participação da população, para que os parques sejam equipamentos que acolham e promovam o lazer e a reunião, e não locais que segreguem e espantem os usuários.

Pode-se dizer que o Parque Ecológico Monsenhor Emílio José Salim é um divisor de duas regiões com realidades bem diferentes. Ao redor da portaria principal, localizada às margens da rodovia Heitor Penteado, estão os condomínios mais nobres da cidade. Junto a outra portaria, localizada na avenida Manoel Afonso Ferreira, no Jardim São Fernando, estão distribuídas casas de alto padrão, mas há também grande concentração de loteamentos clandestinos e favelas. A realidade da utilização do parque segue a mesma ordem. É nítida a diferenciação dos usuários nos dois polos.

Na área da portaria principal, poucos usuários praticam caminhadas e exercícios. Não se veem pessoas sozinhas, somente grupos que se reúnem para caminhar, achando que assim estarão mais protegidos. Também há grupos que percorrem as trilhas para a prática de *mountain bike*, com suas bicicletas caras, na pista implantada recentemente. Já na área das quadras poliesportivas, próximo à portaria secundária, são encontrados garotos descalços empinando pipas ou grupos de homens jogando futebol nos campinhos, que mais se assemelham às peladas nas várzeas. Existe uma distinção social muito clara entre os usuários do parque, e a linha invisível que divide essas territorialidades distintas é percebida facilmente.

O parque só é acessado de carro ou de ônibus. Como sua portaria principal localiza-se numa rodovia movimentada, torna-se praticamente impossível chegar a pé ou de bicicleta, pois não existem ciclovias e faixas de pedestre que facilitem o acesso. Na tabela 3, é possível ver as opções de transporte público fornecidas para o Parque Ecológico Monsenhor Emílio José Salim em comparação ao Parque Portugal. Além de contar com quantidade menor de linhas, apenas uma delas (3.97 Gramado/Circular Centro) vem de outras regiões de Campinas. As demais linhas são provenientes dos bairros do entorno e dos distritos de Sousas e Joaquim Egídio. A mesma tabela, com as linhas que atendem o Parque Portugal, demonstra que as opções são maiores e atendem diversos bairros distantes, principalmente aqueles em que a população tem renda média baixa.

**Tabela 3** Rotas de Ônibus Oferecidas pela Cidade de Campinas para o Parque Portugal e o Parque Ecológico Monsenhor Emílio José Salim

<b>Parque Ecológico Monsenhor Emílio José Salim</b>
-3.90 – Joaquim Egídio Via Sousas
-3.91 – Nova Sousas
-3.92 – San Conrado
-3.95 – Notre Dame
-3.96 – Sousas
-3.97 – Gramado/Circular Centro
<b>Lagoa do Taquaral (Parque Portugal)</b>
-1.71 – Campinas Shopping / Shopping Dom Pedro
-2.30 – Ipaussurama
-2.49 – Jardim Flamboyant / Parque dos Eucaliptos
-3.32 – Terminal Barão Geraldo / Hospital das Clínicas
-3.38 – Terminal Barão Geraldo/Shopping Dom Pedro/Shopping Iguatemi
-3.45 – Jardim Carlos Lourenço / Estação Cidade Judiciária
-3.48 – Vila Marieta / Estação Cidade Judiciária
-3.51 – PUCC Primavera
-3.57 – PUCC - Jardim Santana
-3.59 – Jardim Esmeraldina/Cidade Judiciária
-3.62 – Parque Brasília I/Via Taquaral
-3.69 – Parque Imperador/Vila 31 de março

Fonte: Disponível em: <<http://www.campinas.sp.gov.br/noticias-integra.php?id=1833>>. Acesso em: 20 jul. 2015.

## 5.2 PROJETO E PROGRAMA

Embora a criação de parques urbanos tenha aumentado nos últimos trinta anos, não se pode dizer o mesmo em relação à qualidade dos projetos desenvolvidos. Seja por falta de planejamento adequado ou por amadorismo técnico, a verdade é que a maioria dos parques produzidos carece de qualidade de projeto e apresenta programas falhos. (MACEDO; SAKATA, 2003, p. 55). São projetos simples, apenas adaptando antigas áreas abandonadas para os novos usos. Com o objetivo de manter custos baixos e propiciar uso imediato, são instalados poucos equipamentos, alguns brinquedos e simples trilhas para caminhada. Poucos são os casos nos quais o projeto é cuidadosamente desenvolvido, focando na necessidade da população e na qualidade do espaço. (MACEDO; SAKATA, 2003, p. 48).

A implantação desses parques também favorece a pouca qualidade do equipamento. Muitas vezes, a administração pública responsável pela gestão do parque não tem verba suficiente para total implantação do mesmo, fazendo a obra em etapas que,

na maioria das vezes, demoram anos para serem concluídas, ou cortando projetos de quadras, banheiros e paisagismo para diminuir custos e implantá-lo mais rapidamente. O desfecho são parques incompletos, que não atendem às demandas da população e poucos atrativos possuem.

Em alguns casos, os projetos voltam-se apenas para o interesse imobiliário, não visam ao atendimento das reais demandas dos usuários. São parques descolados da realidade, que não beneficiam a comunidade da região onde estão inseridos. Por mais belos e imponentes que sejam, pecam na artificialidade e na generalização de usos, pois, na sua concepção, faltaram análises substanciais, que poderiam revelar os interesses dos usuários. Como esses projetos partem de concepção meramente formalista, oprimem o usuário, não causam interesse e nem curiosidade. (SERPA, 2007, p. 45).

O Parque Ecológico Monsenhor Emílio José Salim encontra-se, em 2015, inseguro, sem atrativos esportivos e culturais e mal sinalizado. Embora o programa inicial tivesse grande poder atrativo, contando com museu, restaurante, bar, quadras, mirante, espaço de estar e festas, vistas panorâmicas e promoção de espaço educativo ambiental, o parque conta somente com trilhas para bicicletas, algumas quadras em condição de uso e espaços vazios tomados pelo mato, não havendo atrativos para frequência estável de usuários. Os edifícios abandonados causam opressão e medo, e a prática de caminhada pelas trilhas gera desconforto e insegurança. Na figura 16 estão localizadas as principais atrações do parque e fotos de 2015 de seus pontos principais.

A intenção inicial de focar nas questões ecológicas, fazendo-o por meio da criação do CIPAM, caracterizava o parque como alternativa cultural interessante, porém desde o fechamento do CIPAM não existem motivos para visitar o parque. Os edifícios que antes abrigavam o restaurante e o ripado são extremamente interessantes, porém, como todos os demais equipamentos, estão abandonados. À beira do lago, proveem sombra e uma bela vista, podendo ser utilizados de diversas maneiras. Já as edificações que abrigavam banheiros e lanchonetes, encontram-se em ruínas, pichadas e sujas em meio ao matagal. As figuras 17 a 19 apresentam o estado em que se encontravam os equipamentos do parque em 2015.

Comparando o projeto original, obtido no Escritório Burtle Marx, com o que existe hoje no parque, ficou clara a distinção entre o que foi projetado e o que foi de fato executado. Apenas parte do projeto paisagístico, tão importante para o sucesso do parque, foi instalado; a maioria dos maciços de árvores, que proveriam sombra e ambiente agradável, não foi implantada. Somente as fileiras de palmeiras e duas áreas de matas e árvores de grande porte, previstas no projeto, foram instaladas. A comparação evidencia que o projeto do parque não foi implantado por completo.

### 5.3 GESTÃO

Entre os problemas mais comuns que afligem os grandes parques urbanos, é possível citar a falta de políticas de gestão que sejam independentes do governante no momento. (MATIELLO, 2001). Em geral, parques estaduais têm porte maior em relação

a parques municipais. Nestes, a ação municipal é mais direta e objetiva, garantindo a qualidade do espaço, mantendo viveiros e infraestrutura em bom estado. Já os parques estaduais evidenciam má gestão, permanecendo diversas vezes e por longos períodos abandonados. Mesmo os parques situados em áreas nobres da cidade apresentam esse quadro de “insuficiência crônica”. (MACEDO; SAKATA, 2003, p. 54).



**Figura 16** Projeto paisagístico original, localização das principais atrações do parque e fotos de seus pontos principais, 2015.  
Projeto gráfico: Daniela Andrade Lacreta, 2015.



**Figura 17** Antigo estábulo que funcionou por um período como restaurante, e, até a data da visita, encontrava-se abandonado.

Foto: Daniela Andrade Lacreta, 11 jul. 2015.



**Figura 18** Ripado. Projetado pelo Escritório Burtle Marx para espaço de exposição e lojas, e, até a data da visita, também se encontrava abandonado.

Foto: Daniela Andrade Lacreta, 11 jul. 2015.



**Figura 19** Lanchonete.

Foto: Daniela Andrade Lacreta, 11 jul. 2015.

É preciso que a gestão dos parques urbanos seja elaborada de forma a ser mais autossustentável e participativa, em que agentes públicos, população e parcerias empresariais possam se envolver nas decisões relacionadas à administração e ao modo de utilização mais adequado para a realidade da comunidade usuária. (MATIELLO, 2001).

A partir dos trabalhos de Macedo e Sakata (2003) e Serpa (2007), e também utilizando a avaliação da sustentabilidade social no planejamento e gestão dos parques elaborada por Matiello (2001), podem-se elencar as principais fragilidades características dos parques urbanos contemporâneos. A monofuncionalidade (MATIELLO, 2001) – traduzida pela característica meramente ornamental e de imagem do poder público – isola o homem do espaço. É a natureza operacionalizada e manipulada que prioriza as formas, em detrimento dos conteúdos sociais. (SERPA, 2007). Há carência de interdisciplinaridade nas equipes envolvidas na produção desses equipamentos, o que resulta no privilégio dos interesses do poder público e do mercado imobiliário, produzindo espaços que atendem somente às demandas financeiras e à visibilidade dos empreendimentos, negligenciando a qualidade dos equipamentos.

A falta de parcerias adequadas na gestão dos parques transforma-os em grandes fardos para os gestores públicos. Existem diversos casos, no exterior, onde os parques urbanos possuem gestão compartilhada entre poder público e empresas privadas, com ativa participação da população, que faz doações generosas para a manutenção dos espaços. Restaurantes, lojas, feiras, espaço para eventos e cursos estão entre as fontes de renda desses equipamentos, que auxiliam na manutenção de jardins, quadras e infraestrutura e atraem a população. Os usuários se sentem parte importante e responsável pelo espaço que utilizam, e é quase raro encontrar parques abandonados e depredados.

Serpa (2007) defende que a soma dos processos de apropriação de um coletivo de indivíduos não é suficiente para legitimar a noção de espaço público. O parque público é um espaço aberto à população, acessível a todos, posto à disposição dos usuários, mas essas características não são suficientes para defini-lo como espaço público. Esse processo, por um lado, é o resultado da concepção (e da promoção) do parque público como cenário destinado à fascinação dos futuros usuários, transformando-o em uma espécie de imagem publicitária das administrações locais, sem nenhuma continuidade de práticas sociais que pudessem oferecer algum conteúdo e significado. (ARANTES, 1998 apud SERPA, 2007, p. 37).

A partir do levantamento histórico sobre a instalação e funcionamento do Parque Ecológico Monsenhor Emílio José Salim, pode-se constatar o quanto sua implantação foi determinante para a promoção imobiliária de uma área nobre da cidade. Após sua inauguração, no início da década de 1990, os bairros da região leste, como já visto, consolidaram-se e se valorizaram.

Do ponto de vista da gestão, é possível observar que, enquanto os governos municipal e estadual pertenciam a um mesmo grupo político partidário (na época de sua instalação), o parque manteve administração estável e houve investimento para a implantação de parte de seus equipamentos. O parque funcionou plenamente duran-

te pouco tempo. Já no período em que prefeitura municipal e governo estadual não pertenciam a mesma legenda, foi abandonado.

A despeito da execução parcial do seu projeto e programa, que acarretou problemas de uso como caminhos interrompidos, dificuldade de acesso entre os setores, grandes áreas vazias, pouca sombra, falta de banheiros, bebedouros, bancos, e das questões relacionadas à localização e acessibilidade (figura 20) – grande distância dos bairros carentes de espaços verdes, acesso feito quase exclusivamente por carro –, a escassa utilização do parque agravou-se pelos problemas de gestão do equipamento.



**Figura 20** Antigo totem informativo na segunda portaria do parque. Nota-se a falta de caminhos para o acesso aos equipamentos do local.

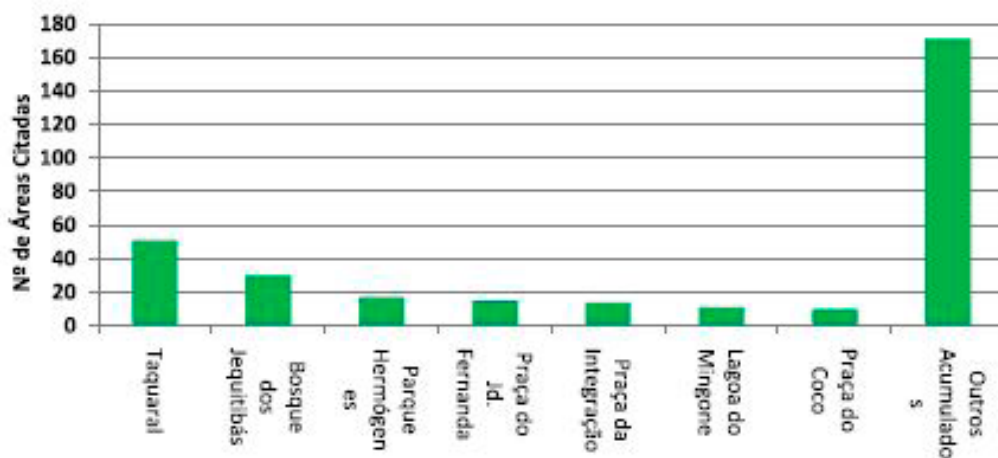
Foto: Daniela Andrade Lacrete, 11 jul. 2015.

Administrado de forma compartilhada pelo Governo do Estado de São Paulo e a Prefeitura Municipal de Campinas, nos seus primeiros anos, o parque recebeu pouca verba para investimento em programas culturais e manutenção do que havia sido instalado inicialmente. O problema já teve início na implantação do equipamento, que, conforme levantado, não contempla todo o projeto paisagístico proposto e nem a infraestrutura. Ao longo dos anos, faltou uma administração presente, que se dedicasse exclusivamente ao parque, o que se observou com o declínio das atividades promovidas e o fechamento de seus espaços.

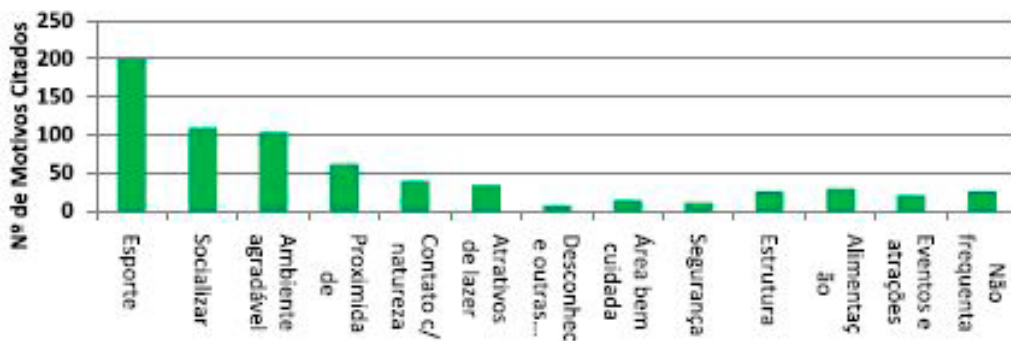
Segundo diagnóstico feito pela Secretaria do Verde e Meio Ambiente Sustentável da Prefeitura de Campinas (2015), como subsídio para a elaboração do Plano Municipal do Verde, o Parque Ecológico, mesmo sendo o de maior área, não é lembrado

pelos entrevistados como um dos principais da cidade. Entre os principais motivos dos entrevistados para frequentar um parque, estão o esporte, a socialização e o ambiente agradável. A pesquisa demonstrou que a gestão atual do Parque Ecológico não atende a essas demandas da população de Campinas.

Conforme os gráficos (figuras 21 a 24) elaborados a partir de Oficinas Participativas promovidas pela Secretaria Municipal do Verde, Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SVDS), em 2015, como parte do Diagnóstico Preliminar para o Plano Municipal do Verde, fica claro que o Parque Ecológico não figura entre os parques mais frequentados da cidade, sendo a principal razão citada a falta de estrutura, de manutenção e de segurança.

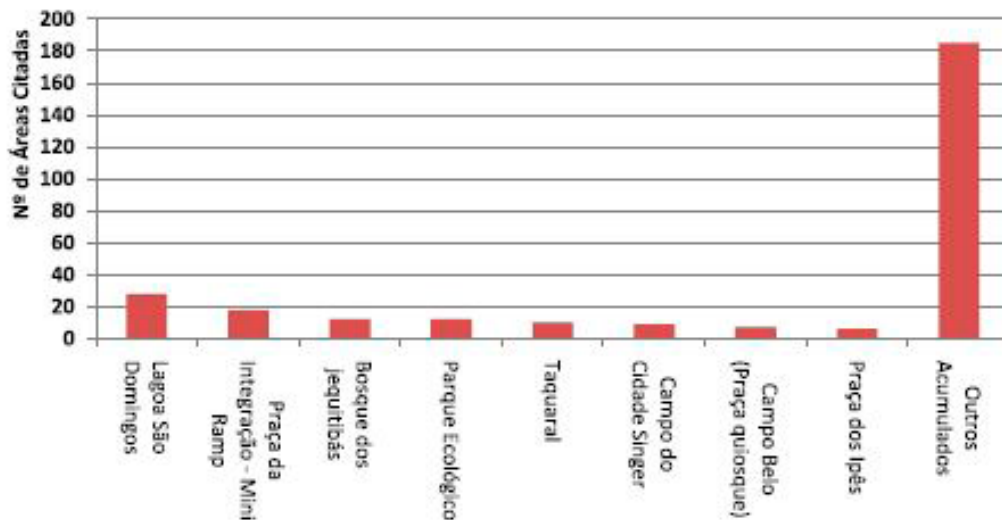


**Figura 21** Relação das principais áreas verdes frequentadas na cidade – citadas nas Oficinas Participativas, promovidas pela Secretaria do Verde, como parte do Plano Municipal do Verde.  
 Fonte: Diagnóstico Preliminar SDVS/PMC, 2015. Disponível em: <[http://campinas.sp.gov.br/arquivos/meio-ambiente/diagnostico\\_preliminar.pdf](http://campinas.sp.gov.br/arquivos/meio-ambiente/diagnostico_preliminar.pdf)>. Acesso em: 20 de jul. 2015.

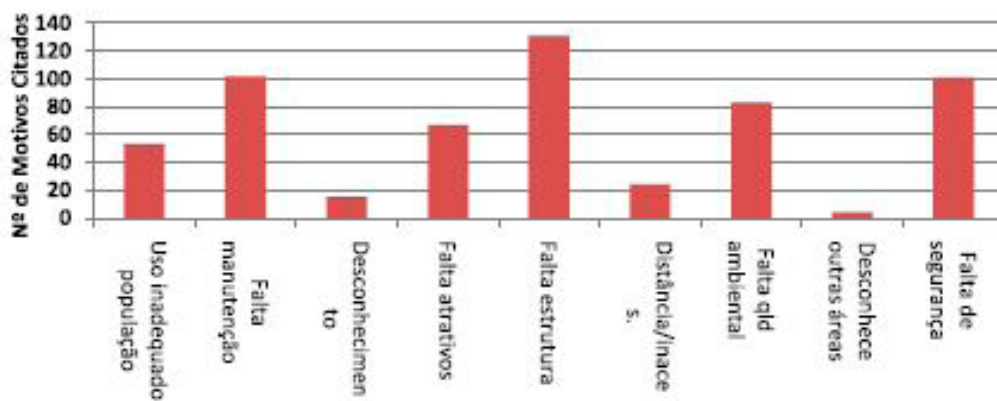


**Figura 22** Relação dos principais motivos para frequentar as áreas verdes na cidade – citadas nas Oficinas Participativas promovidas pela Secretaria do Verde como parte do Plano Municipal do Verde.  
 Fonte: Diagnóstico Preliminar SDVS/PMC, 2015. Disponível em: <[http://campinas.sp.gov.br/arquivos/meio-ambiente/diagnostico\\_preliminar.pdf](http://campinas.sp.gov.br/arquivos/meio-ambiente/diagnostico_preliminar.pdf)>. Acesso em: 20 de jul. 2015.





**Figura 23** Relação das principais áreas verdes não frequentadas – citadas nas Oficinas Participativas promovidas pela Secretaria do Verde como parte do Plano Municipal do Verde.  
 Fonte: Diagnóstico Preliminar SDVS/PMC, 2015. Disponível em: <[http://campinas.sp.gov.br/arquivos/meio-ambiente/diagnostico\\_preliminar.pdf](http://campinas.sp.gov.br/arquivos/meio-ambiente/diagnostico_preliminar.pdf)>. Acesso em: 20 de jul. 2015.



**Figura 24** Relação dos principais motivos para não frequentar as áreas – citados nas Oficinas Participativas promovidas pela Secretaria do Verde como parte do Plano Municipal do Verde.  
 Fonte: Diagnóstico Preliminar SDVS/PMC, 2015. Disponível em: <[http://campinas.sp.gov.br/arquivos/meio-ambiente/diagnostico\\_preliminar.pdf](http://campinas.sp.gov.br/arquivos/meio-ambiente/diagnostico_preliminar.pdf)>. Acesso em: 20 de jul. 2015.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa demonstrou que, além de atender às demandas de espaços de lazer para a cidade de Campinas e a certo modismo que ampliou a instalação de parques ecológicos por todo o país – fruto da emergência das questões ambientais a partir da década de 1970 –, a instalação do Parque Ecológico Monsenhor Emílio José Salim também foi pautada por interesses imobiliários e de promoção de grupos políticos.

Embora a escolha do local justifique-se, pela preservação e incorporação ao programa do parque de um conjunto arquitetônico de valor patrimonial, esta também se revela como uma escolha interessada, no sentido de garantir a baixa densidade de ocupação e a qualidade paisagística de uma região da cidade visada pelo mercado imobiliário de alta renda. A instalação do parque coincide com a consolidação de loteamentos fechados e condomínios horizontais de alto padrão na região leste de Campinas.

A análise do projeto e dos mapas da fazenda demonstrou que a maioria dos edifícios do complexo cafeeiro foi aproveitada para abrigar novos usos, e os antigos caminhos que ligavam as áreas de plantio foram transformados em caminhos principais do parque. O projeto original previa o plantio de espécies nativas da região de Campinas, combinado à vegetação exótica, que traria cor e sombra para os diversos pontos de permanência, mas foi instalado apenas em parte. Consequentemente, o sentido de uma área verde, densa e agradável e com canteiros sinuosos, característicos da obra de Burle Marx, não se concretizou.

O parque carece de uma personalidade que o torne atrativo para toda a cidade, como o CIPAM – instalado na casa sede da fazenda e desativado logo após a inauguração – com um programa contemporâneo que abranja cultura, educação e lazer. Embora localizado em área de difícil acesso, esse não é o motivo para seu fracasso. Com a promoção de transporte público e um programa adequado de atividades, o parque atrairia visitantes de diversas partes da cidade.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Antigo casarão da “Mato Dentro” será restaurado. **Correio Popular**, Campinas, 24 set. 1988.

BADARÓ, R. de S. C. **Campinas: o despontar da modernidade**. Campinas: CMU/UNICAMP, 1996. 162 p.

BITTENCOURT, Luiz Cláudio. Campinas Centro Histórico: rupturas e (des)continuidades. **Oculum Ensaios**, n. 2, jan. 2002, Campinas: Programa de Pós-Graduação em Urbanismo da Pontifícia Universidade Católica de Campinas. (PUC-Campinas), p.131-139.

Começa a preservação da fazenda. **Correio Popular**, Campinas, 24 de setembro de 1988.

Espaços para educação ambiental. **Correio Popular**, Campinas, 24 de junho de 1990.

Especialistas consideram a obra pioneira. **Correio Popular**, Campinas, 24 de junho de 1990.

FAVARO, T. Objetivo do projeto é integrar os jovens ao meio ambiente. **Correio Popular**, Campinas, 14 de dezembro de 2003.

FREGONESI, L. **Revitalização e preservação no Parque Monsenhor Emílio José Salim**. São Paulo, Secretaria do Meio Ambiente, 25 set. 2009. Disponível em: <<http://www.ambiente.sp.gov.br/acontece/noticias/revitalizacao-e-preservacao-no-parque-monsenhor-emilio-jose-salim/>>. Acesso em: 20 mar. 2014.

HALL, P. **Cidades do amanhã: uma história intelectual do planejamento e do projeto urbano nos séculos urbanos no século XX**. São Paulo: Perspectiva, 1997. 550 p. Coleção Estudos.

LIMA, Siomara Barbosa Stroppa de. **Os jardins de Campinas: o surgimento de uma nova cidade (1850-1935)**. 2000. 179 f. Dissertação (Mestrado em Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, 2000.

MACEDO, Silvio Soares. **Paisagismo brasileiro na virada do século: 1990-2010**. São Paulo: Edusp, Campinas: Unicamp, 2012.

\_\_\_\_\_; SAKATA, Francine Gramacho. **Parques urbanos no Brasil**. 2 ed., São Paulo: Edusp, 2003.

MARTINS, J. P. Iniciativa privada salva parque ecológico. **Correio Popular**, Campinas, 2008.

MATIELLO, Alexandre M. **A sustentabilidade no planejamento e gestão de parques urbanos em Curitiba – PR**. Uma Questão Paradigmática? 2001. 301 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2001.

Mato Dentro foi transformada em parque ecológico. **Correio Popular**, Campinas, 14 de julho de 1989.

PREFEITURA DE CAMPINAS. Plano Diretor, 1991. Disponível em: <<http://www.campinas.sp.gov.br/governo/seplama/plano-diretor-2006/>>. Acesso em: mai. 2015.

\_\_\_\_\_. Lei Complementar nº 15 de 27 de Dezembro de 2006. Dispõe sobre o Plano Diretor, Campinas, 2006. Disponível em: <<http://www.campinas.sp.gov.br/governo/seplama/plano-diretor-2006/>>. Acesso em: mai. 2015.

\_\_\_\_\_. Plano Diretor. Revisão 2006. Disponível em: <<http://www.campinas.sp.gov.br/governo/seplama/plano-diretor-2006/>>. Acesso em: mai. 2015.

\_\_\_\_\_. **Diagnóstico Preliminar – Plano Municipal do Verde, 2015**. Secretaria Municipal do Verde, Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SVDS), 2015. Disponível em: <[http://campinas.sp.gov.br/governo/meio-ambiente/plano\\_municipal\\_verde.php](http://campinas.sp.gov.br/governo/meio-ambiente/plano_municipal_verde.php)>. Acesso em: 15 set. 2015.

Projeto para o meio ambiente é lançado no Parque Ecológico. **Correio Popular**, Campinas, 27 de setembro de 1996.

O resgate da história na fazenda Mato Dentro. **Correio Popular**, Campinas, 24 de junho de 1990.

SANTOS, A. C. **Campinas, das origens ao futuro**: compra e venda de terras e águas e um tombamento na primeira sesmaria da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição das Campinas do Mato Grosso de Jundiá. Campinas: Unicamp, 2002.

SÃO PAULO (Estado). Decreto nº 27.071, de 8 de junho de 1987. Cria o Parque Ecológico Monsenhor Emílio José Salim e dá providências correlatas. Disponível em: <<http://governo-sp.jurisbrasil.com.br/legislacao/190352/decreto-27071-87>>.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 32.478, de 26 de outubro de 1990. Estabelece diretrizes para a implantação e a administração do Parque Ecológico Monsenhor Emílio José Salim. Disponível em: <<http://governo-sp.jurisbrasil.com.br/legislacao/183732/decreto-32478-90>>.

Secretaria do Meio Ambiente lança livro com as pesquisas desenvolvidas em intervalos. **São Paulo Acontece**: Secretaria do Meio Ambiente, 1 de abril de 2001. Disponível em: <<http://www.ambiente.sp.gov.br/acontece/noticias/secretaria-do-meio-ambiente-lanca-livro-com-as-pesquisas-desenvolvidas-em-intervalos/>>. Acesso em: 20 mar. 2014.

SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE. **Alckmin assina protocolo para gestão do Parque Ecológico em Campinas**. São Paulo, 21 jul. 2003. Disponível em: <<http://www.ambiente.sp.gov.br/acontece/noticias/alckmin-assina-protocolo-para-gestao-do-parque-ecologico-em-campinas/>>. Acesso em: 25 abr. 2014.

SERENZA, E. **Secretaria do Meio Ambiente Lança Livro com as Pesquisas Desenvolvidas em Intervalos**. São Paulo Acontece: Secretaria do Meio Ambiente, 1 de abril de 2001. Disponível em: <<http://www.ambiente.sp.gov.br/acontece/noticias/secretaria-do-meio-ambiente-lanca-livro-com-as-pesquisas-desenvolvidas-em-intervalos/>>.

SERPA, A. **O espaço público na cidade contemporânea**. São Paulo: Contexto, 2007.

SILVA, A. P. Engenhos e fazendas de café em Campinas (séc. XVII-XX). **Anais do Museu Paulista**: História e Cultura Material, vol. 14, n. 1, jan/jun, 2006.

SILVA, Paula Francisca Ferreira da. **A expansão urbana de Campinas através de condomínios e loteamentos fechados (1974-2005)**. 2008. 163 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Escola de Engenharia de São Carlos – Universidade de São Paulo, São Carlos, 2008.

VERZIGNASSE, Rogério. Prefeitura de Campinas assumirá o Parque Ecológico em julho. **Correio Popular**, 24 abr. 2014. Disponível em: <[http://correio.rac.com.br/\\_conteudo/2014/04/ig\\_paulista/170499-prefeitura-de-campinas-assumira-o-paue-ecologico-em-julho.html](http://correio.rac.com.br/_conteudo/2014/04/ig_paulista/170499-prefeitura-de-campinas-assumira-o-paue-ecologico-em-julho.html)>. Acesso em: 25 abr. 2014.

#### Nota do editor

Submissão: 25 mai. 2015

Aprovação: 23 out. 2015





Registro do exercício 1 da aluna Marília Chaves, 2014.

# ENSINO



# TEORIA DA PAISAGEM EM CADERNOS DE BORDO: UMA EXPERIÊNCIA NO ENSINO DE ARQUITETURA E URBANISMO

*LANDSCAPE THEORY INTO LOGBOOKS:  
AN APPROACH IN ARCHITECTURE AND URBANISM LEARNING*

**Julieta Maria Vasconcelos Leite\***

**Rafaela Rodrigues Alves Souza\*\***

## RESUMO

Este texto apresenta os resultados de uma experiência pedagógica do curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) na disciplina de Tópicos Especiais em Teoria III. A disciplina visa introduzir ao aluno noções de teoria da paisagem. Parte-se da noção de que nós somos integrantes da paisagem e, por isso, seu entendimento fundamenta-se na percepção e na experiência, englobando aspectos subjetivos. A experiência pedagógica consolida-se no exercício do Caderno de Bordo, elaborado individualmente pelos alunos, onde as suas reflexões são apresentadas de maneira associada a fotografias ou desenhos de paisagens produzidas por eles. A análise dos Cadernos revela maior sensibilização dos alunos em relação à paisagem, despertando olhar crítico sobre o pensar e construir paisagens e fornecendo bases que auxiliam no desenvolvimento de seus projetos de arquitetura, urbanismo e paisagismo.

Palavras-chave: Ensino. Arquitetura e Urbanismo. Teoria da paisagem. Cadernos de bordo.

## ABSTRACT

*This text presents an educational experiment adopted with undergraduate students of Architecture and Urbanism at Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Our aim is to present to the students some landscape theory impressions. It is assumed that we are a whole part of the landscape and that our knowledge about it comes from how we perceive and experience it. The experiment is funded into logbooks individually elaborated by the students. Their thoughts were presented among the pictures or the drawings*

---

\* Mestre em Desenvolvimento Urbano pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Professora adjunta do Departamento de Arquitetura e Urbanismo, membro do Laboratório da Paisagem (UFPE), responsável pelo grupo de pesquisa do Núcleo de Estudos sobre a Subjetividade na Arquitetura (Nusara). PhD em Sociologia da Cultura pela Université Paris Descartes/Sorbonne. Pesquisadora do Centre d'Études sur l'Actuel et le Quotidien (CEAQ/Sorbonne). Centro de Artes e Comunicação da UFPE – Laboratório da Paisagem. Avenida Professor Moraes Rego, 1.235, 50670-901, Cidade Universitária, Recife, PE, Brasil.  
julietaleite@gmail.com

\*\* Aluna do curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Bolsista do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (PIBIC/CNPq) entre 2014 e 2015. Centro de Artes e Comunicação da UFPE – Laboratório da Paisagem. Avenida Professor Moraes Rego, 1.235, 50670-901, Cidade Universitária, Recife, PE, Brasil.  
rafaela.rasouza@gmail.com

*of landscapes in which where produced by them. As such, we have aimed toward the students to develop their critical thinking about the landscape in which they have been interacting. Finally the incorporation of the students into the architecture practice, therefore reveals to be a promising practice for the Architecture, the Urbanism, and the Landscaping Learning.*

*Keywords: Education. Architecture and Urbanism. Landscape theory. Logbooks.*

## 1 INTRODUÇÃO

Este artigo refere-se a uma experiência pedagógica realizada entre 2012 e 2014 no curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), disciplina eletiva de Tópicos Especiais em Teoria III (TE Teoria III), cuja ementa trata do problema da paisagem na discussão teórica da arquitetura, do urbanismo e do paisagismo. Essa disciplina foi criada e faz parte do novo Projeto Pedagógico do Curso de Arquitetura e Urbanismo em vigor desde 2010 (PPC2010). Entre as propostas do PPC2010, está a articulação das disciplinas de um mesmo período a partir da integração de conteúdos na disciplina Projeto de Arquitetura, Urbanismo e Paisagismo. O PPC2010 buscou reforçar a indissociabilidade das disciplinas teóricas e práticas no aporte de conceitos e métodos, o que ajuda os alunos a reconhecerem um mesmo objeto de estudo e intervenção. A disciplina TE Teoria III foi construída pela equipe de professores do Laboratório da Paisagem e tem sido ministrada pela professora Julieta Leite. Com carga horária de 15 horas, destina-se aos alunos a partir do terceiro período do curso e tem como objetivo construir um olhar crítico sobre o pensar e fazer paisagem.

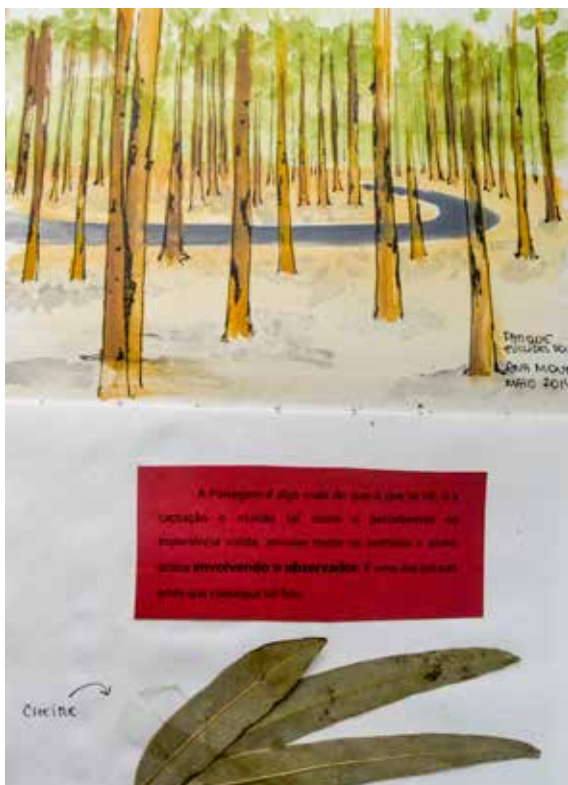
A construção e a realização dessa experiência será apresentada em três momentos. O primeiro trata da construção da disciplina e apresenta a base conceitual escolhida para a introdução de noções teóricas sobre paisagem aos alunos do curso de Arquitetura e Urbanismo. Em seguida, será apresentada a execução do plano de curso da disciplina, os principais conteúdos discutidos e a elaboração do exercício dos Cadernos de Bordo, que consistiu na produção individual de um caderno no qual os alunos precisaram responder questões levantadas em sala de aula em forma de textos e registros de paisagens. Por fim, este artigo apresentará os resultados dessa experiência didática, registrada nos Cadernos de Bordo. Trata-se de um exercício criativo e de aproximação com o objeto estudado, uma vez que se articula a paisagens vivenciadas pelos alunos (figuras 1 e 2). O Caderno de Bordo consiste numa experiência metodológica de ensino e no reflexo dos resultados da disciplina, sendo, portanto, o objeto de análise e discussão deste artigo.

*“A paisagem é algo mais do que o que se vê, é a captação do mundo tal como o percebemos na experiência vivida, envolve todos os sentidos e assim acaba envolvendo o observador. É uma das poucas artes que consegue tal fato.” (Reprodução do texto da figura 2 da aluna Ana Ísis, 2014).*





**Figura 1** Capa do Caderno de Bordo da aluna Ana Ísis, 2014.



**Figura 2** Interior do Caderno de Bordo da aluna Ana Ísis, 2014.

## 2 POR UMA NOÇÃO DE PAISAGEM

O termo “paisagem” tornou-se popular nos últimos anos, difundindo-se com diferentes conotações no meio científico – como na filosofia e na história da arte – e nos discursos das práticas de planejamento urbano, das políticas de meio ambiente ou de turismo. As pessoas falam sobre paisagens naturais, paisagens culturais ou apenas paisagem. Mas o que está por trás dessa palavra? Em *¿Por qué hablar ahora de paisaje?*, Rosa Barba (2000) discute tal questionamento:

A respeito da paisagem, há quase uma impossibilidade de defini-la hoje de maneira absoluta a partir de uma única perspectiva, visto a pluralidade das disciplinas que se aproximam dela, a estudam, a fazem sua e a querer dizer muitas coisas. (BARBA, 2000, p. 14, tradução do autor).

Diversos conceitos de paisagem surgem entre variados campos de conhecimento, de acordo com aspectos que lhes são relevantes, como ecologia, geografia e arquitetura. Nos discursos sobre as questões urbanas contemporâneas, o termo paisagem tem sido associado à preocupação com a qualidade de vida e dos territórios habitados. Nesse panorama, uma nova abordagem da paisagem, em perspectivas teórica e prática, tem se mostrado necessária e em processo de construção. Como aponta Jean-Marc Besse (2014, p. 7-8): A paisagem constitui uma perspectiva nova para as questões ligadas ao projeto urbano e à concepção de cidade. [...] Hoje, já surgem novas perguntas a respeito da paisagem e, em particular, novas exigências teóricas e práticas são feitas a seu respeito.

Diante dessa variedade de acepções, identificamos a importância da construção de uma noção de paisagem para os estudantes de arquitetura e urbanismo tida não apenas como objeto da disciplina e da formação e atuação profissional, mas como algo com o qual interagem diariamente. Procurou-se, inicialmente, definir um viés epistemológico para estruturar os conteúdos abordados na disciplina. Decidiu-se trabalhar três “entradas” para a questão da paisagem: i) como *construção cultural*, intelectualizada, informada principalmente pela pintura e cuja imagem é coletivamente partilhada: a paisagem como uma invenção. (CAUQUELIN, 2000); ii) como *experiência sensível* vivida pelo sujeito, percebida através da globalidade dos sentidos por meio de abordagem fenomenológica: a paisagem como um estado de alma. (PARRET, 2005); iii) como direito associado à *qualidade de um componente de um território*, eminentemente urbano, necessário para garantia de habitabilidade. (MONTILLET, 2011). Salienta-se que essas “entradas” não são excludentes; ao contrário, complementam-se.

Uma vez definida essa postura teórica, o desafio foi elaborar um modo de construir tais noções com os alunos de maneira clara e pertinente. Não cabe, aqui, discorrer sobre os argumentos acerca dessas três “entradas” ou problemáticas paisagísticas. O objetivo é apresentar a construção do método de ensino e os resultados obtidos na disciplina. Cabe, no entanto, colocar como foi apresentada aos alunos parte dos conteúdos teóricos.

As “entradas” escolhidas para a introdução de noções teóricas sobre paisagem foram trabalhadas com os alunos em aulas guiadas por um texto base. O texto escolhido foi “We are the landscape: understanding the European Landscape Convention”, de Cecilia Berengo e Sara Di Maio (2008), elaborado para divulgação da Convenção Europeia da Paisagem (CEP, 2000). Com linguagem simples e convidativa, permitiu trabalhar noções de paisagem que levaram os alunos a refletir sobre: a importância das paisagens, paisagens cotidianas e extraordinárias, a participação dos cidadãos enquanto atores e expectadores da paisagem.

Em sala de aula, os conteúdos do texto base foram explorados e desdobrados por meio de referências teóricas previamente selecionadas, bem como a partir de exemplos e ilustrações trazidas do cinema, das artes visuais e da literatura. Por exemplo, ao discutir o conceito de paisagem apresentado pela CEP (2010, p. 25) – que a designa como “[...] uma parte do território, tal como é percebido pelas populações, cujo caráter resulta da ação e da interação de fatores naturais e ou humanos [...]” –, discutiu-se em que consiste a percepção por meio da leitura de autores como Lynch (1997) e Berque (2010). Em *Território e pessoa, a identidade humana*, Berque conta o episódio de quando retornou ao local onde viveu com seus pais durante a infância e, ao vislumbrar novamente as montanhas de Sekisawa, disse: “[...] meu pai tornou-se paisagem”. (BERQUE, 2010, p. 14). Por meio desse exemplo, discutiu-se como a paisagem é capaz de evocar lembranças e sensações ligadas a lugares concretos. A partir de uma vivência pessoal, o autor apresenta uma perspectiva filosófica a respeito da paisagem, que fundamenta uma noção conceitual e abre margem à ampla discussão na disciplina de formação em arquitetura e urbanismo.

Diferentes noções de paisagem foram apresentadas aos alunos a partir das formas de relação que os homens estabelecem com seus territórios, considerando a percepção, a cultura, os sentidos, a memória e um conjunto de elementos subjetivos e coletivos em contínua elaboração e transformação. Procurando trazer reflexões mais próximas ao fazer do arquiteto, salientou-se que as intervenções elaboradas em seus projetos podem ressaltar aspectos subjetivos que proporcionam ambientes ricos em experiências e sensações.

Ao final da disciplina discutiu-se sobre as ações de conservar, projetar e gerir paisagens no contexto contemporâneo. Explorou-se a ideia da “[...] demanda por um direito à qualidade da paisagem do qual todos podem desfrutar à vontade” (MONTILLET, 2011, p. 10) – num momento em que a cidade corre o risco de se tornar cada vez mais inabitável e sem atrativos – e a ideia da necessidade de englobar igualmente outros aspectos, pelos quais a natureza, a sociedade, a estética, o patrimônio e a economia caminham em paralelo. A partir desses procedimentos e temáticas, construiu-se o embasamento teórico sobre paisagem. A apreensão e os desdobramentos dessas noções foram registrados pelos alunos no exercício dos Cadernos de Bordo, por meio do qual se buscaram aproximações e reconhecimentos das paisagens vivenciadas por eles.

### 3 PASSO A PASSO

Com carga horária de 15 horas, a disciplina de TE Teoria III foi distribuída em seis unidades programáticas, que ocorreram uma vez por semana, no formato de aulas

expositivas e momentos de discussão. Este artigo reporta-se a uma amostra de cinquenta cadernos, que representam a produção de três turmas entre 2012 e 2014.

Como já colocado, tomou-se como guia o texto de Berengo e Di Maio (2008), “We are the landscape...”, cujos temas foram aprofundados por meio de outros textos, previamente selecionados. Na aula 2, por exemplo, sobre “como percebemos a paisagem”, foram trabalhados trechos literários de duas obras de Ítalo Calvino: **As cidades invisíveis** (2010) e **Marcovaldo: ou as estações na cidade** (1994). Por meio das histórias e personagens de Calvino, exploraram-se as descrições de paisagens, suas experiências e o imaginário construído em torno delas.

Em cada aula expositiva, desenvolveu-se um tema de introdução à teoria da paisagem. Ao final de cada aula, apresentava-se uma questão a ser respondida extraclasse, com o objetivo de levar o aluno a refletir sobre os conteúdos trabalhados (tabela 1).

**Tabela 1** Temas Abordados e Questões Colocadas para Elaboração dos Exercícios a Cada Aula

Unidades Programáticas		
Aula	Tema	Tema para exercício do Caderno de Bordo
1	O que é paisagem?	Livre registro de paisagens.
2	Como percebemos a paisagem?	Questão de enquadramento ou de sentimento?
3	Por que a paisagem é importante?	Somos atores ou espectadores da paisagem?
4	O que garante a qualidade de uma paisagem?	Por que a paisagem é importante?
5	Paisagem <i>in situ</i> : o bairro da Várzea	Que traços a caracterizam como paisagem recifense?
6	Fechamento da disciplina: entrega dos Cadernos de Bordo e discussão sobre os exercícios.	

Fonte: Julieta Leite e Rafaela Souza, 2015.

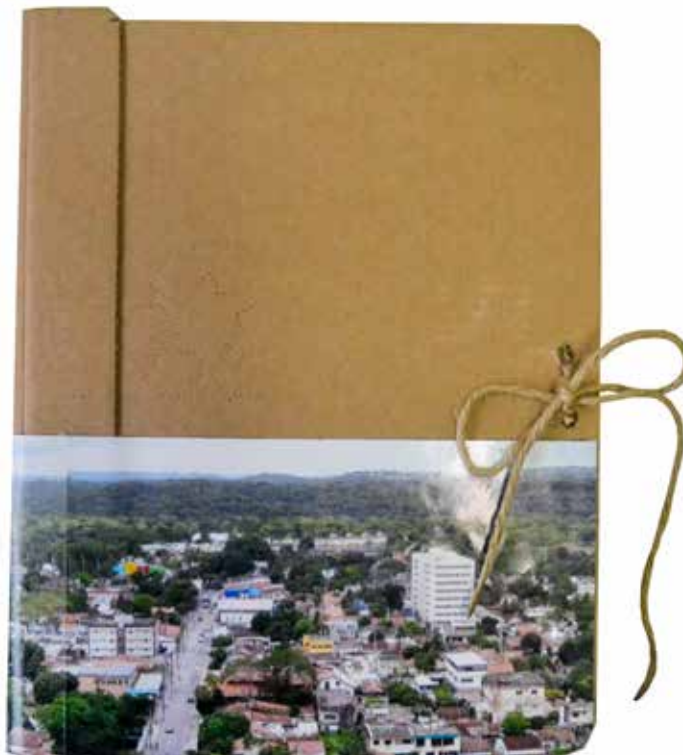
Na primeira aula, foi colocada a pergunta “o que é paisagem?”, com o objetivo de levantar diversas definições de paisagem trazidas pelos alunos. Procurou-se levá-los a refletir sobre a importância e a dificuldade da definição do objeto e sensibilizar olhares em relação à paisagem ao redor.

A segunda aula se desenvolveu em torno da questão “como percebemos a paisagem?”, bastante pertinente para a construção de um entendimento da paisagem relacionada à questão levantada na primeira aula. Com apoio de textos de Yifu-Tuan (1983), Calvino (1994; 2010) e do texto de Berengo e Di Maio (2008), “We are the landscape...”, procurou-se compreender a paisagem a partir de seu componente sensível.

A terceira aula lançou aos alunos a pergunta “por que a paisagem é importante?”, tendo como objetivo convidá-los a pensar sobre os valores da paisagem e as formas como atuamos sobre a mesma. Nessa aula a paisagem foi apresentada como componente essencial do ambiente humano e como construção coletiva, tomando como referência teórica o texto “A imagem da cidade”, de Kevin Lynch (1997).

Na quarta aula levantou-se a questão sobre “o que garante a qualidade de uma paisagem?”. Desenvolveu-se uma visão de paisagem enquanto bem coletivo associado à qualidade de vida. Nessa aula estimulou-se a construção de um olhar mais crítico do aluno a partir de exemplos próximos à sua realidade.

A quinta aula aconteceu em contato direto com uma paisagem. Por meio de uma visita de campo, pôde-se retomar conceitos trabalhados em sala de aula numa experiência prática. A questão indicada para a realização do exercício do Caderno de Bordo procurou explorar o olhar do aluno para visões de paisagem que fossem além dos aspectos morfológicos, incorporando fatores histórico-culturais, sentimentais, numa ideia de paisagem enquanto transmissora de traços identitários (figuras 3 e 4). A sexta e última aula destinou-se à entrega e apresentação dos Cadernos de Bordo, com uma discussão coletiva sobre os resultados da disciplina.



**Figura 3** Capa do Caderno de Bordo do aluno Juan David, 2013.



**Figura 4** Interior do Caderno de Bordo do aluno Juan David, 2013.

“Do espírito bucólico, rural e aconchegante, do bairro nos limites da ‘cidade’. Assim é a Várzea de engenhos e verde.” (Reprodução do texto do aluno Juan David, 2013).

#### **4 REGISTROS NOS CADERNOS DE BORDO**

Apesar do caráter teórico da disciplina – desenvolvido a partir de aulas expositivas, leituras de textos e discussões –, o exercício teve cunho mais prático. Tomou a forma de um Caderno de Bordo em que as respostas às questões colocadas ao final das aulas deveriam ser apresentadas como texto e imagem de uma paisagem escolhida pelo aluno, com a qual interagiu. Mais do que ilustrar os cadernos, as imagens participaram da construção das respostas para cada questão. Nas duas primeiras experiências da disciplina, os alunos registraram a paisagem em fotografia. Nos períodos seguintes, passou a ser solicitado o registro feito em desenho, levando-os a exercitar essa forma de expressão e a dedicar mais tempo ao exercício de observação e comunicação da paisagem. Por meio desse exercício, os alunos foram levados a retomar as noções teóricas e conceituais levantadas em classe num contexto de contato direto com a paisagem, questionando e refletindo sobre a mesma.

Embora tenha sido colocada a pergunta “o que é paisagem?” logo no primeiro dia da disciplina, o tema do exercício do caderno foi livre. Observou-se, nos primeiros registros, clichês ou ideias comuns sobre paisagem. As imagens representadas reportavam-se, em sua maioria, a paisagens urbanas, podendo ser classificadas em dois grupos principais:

o primeiro, com referência a imagens de cartões-postais (figura 5); o segundo, com cenários do cotidiano (figura 6). Tanto num grupo como no outro, as imagens faziam parte de paisagens com as quais os alunos interagiam.



**Figura 5** Registro do exercício 1 da aluna Laryssa Araújo, 2014.



**Figura 6** Registro do exercício 1 da aluna Marília Chaves, 2014.

Nos textos que se referem às imagens apresentadas no primeiro grupo, das “imagens de cartões-postais”, o conteúdo expressou a preocupação dos alunos em descrever o conteúdo da foto, mais do que buscar uma definição de paisagem. A exemplo das palavras da aluna Thaís Chmelar (2012):

“Eu poderia me concentrar a falar da existência de apenas uma dessas paisagens, mas é inevitável não se deixar envolver por todas elas. E isso prova a complexidade de se experienciar e descrever uma paisagem, pois uma máquina não consegue registrar a extensão e a qualidade do que vemos. E as palavras se tornam insuficientes para se descrever tantas sensações.”

Já no segundo grupo de imagens, que se reportou a “cenários do cotidiano”, as descrições apresentaram conteúdos bastante relacionados aos sentidos e à experiência pessoal, como se observa nas palavras do aluno Talys Medeiros (2014):

“Retratei a vista do pôr-do-sol enquadrada pelo pano de cobogós da escada da minha casa. Através desse enquadramento eu podia admirar o momento que, para mim, é o mais belo do dia, tendo como cenário a cidade onde vivo, Moreno, com suas colinas tão características e marcantes.”

De forma muito expressiva, esse momento foi o mais rico em referências literárias, poéticas, musicais e cinematográficas, o que demonstrou a necessidade de recorrer a recursos metafóricos para descrição e representação de paisagens, muitas vezes, “interiores”.

“Nada mais chato que nos quererem mostrar uma paisagem. Quando compreenderão que a gente as vê sem saber? É como se fossem elas que estivessem olhando para nós.” (Mário Quintana, citado pela aluna Lara Moura).

Nesse primeiro exercício, as paisagens apresentadas foram, em geral, associadas a noções de pertencimento, de relação com os lugares vivenciados, deixando claro que o componente subjetivo da paisagem é fundamental para sua apreensão. Por outro lado, apesar de alguns alunos terem comentado sobre figuras humanas nas descrições de paisagens, poucos cadernos representaram imagens de pessoas.

O segundo exercício questionou se a paisagem é “uma questão de enquadramento ou de sentimento”, levando os alunos a discutirem sobre como se percebe a paisagem. Observou-se, na maioria das respostas, que entenderam o questionamento como duas noções que se complementavam: “Enquadramento está impregnado de sentimento, e nenhuma percepção de paisagem é capaz de esgotá-la por inteiro. Há infinitas formas de percebê-la.” (Marília Chaves).

Pôde-se notar que a ideia de enquadramento colocada pelos alunos estava, na maioria das vezes, associada a sentimentos expressos em emoções, memória de lugares e situações vividas. Alguns colocaram que fatores de ordem subjetiva moldaram suas percepções da paisagem, influenciando na escolha de um ângulo de visão, como nas palavras da aluna Maria Eduarda Pimentel (2014):

“Com certeza aquela rua, aquela casa, aquela calçada são a minha história e hoje ao representar esse lugar por meio de um desenho, fica claro a escolha dessa vista. Eu poderia ter escolhido qualquer visão da rua da Matriz e seus belos casarões, mas meus sentimentos, minha história, minha memória fizeram a escolha por mim.”



Com esse exercício, os alunos entenderam que o enquadramento (o visível) e o sentimento (o invisível) das paisagens são carregados de informações intimamente associadas. Constataram que, mesmo mantido um mesmo enquadramento, o conteúdo ou informações das paisagens são muito dinâmicos. Nesses casos, o enquadramento foi descrito como um quadro de referência que permitiu aos alunos acompanhar a transformação da paisagem em diversas situações: ao longo das estações do ano, da ação humana, das mudanças em seu estado de humor. Tal constatação foi motivo para alguns recorrerem a representações sucessivas da paisagem segundo um mesmo enquadramento (figuras 7 e 8).

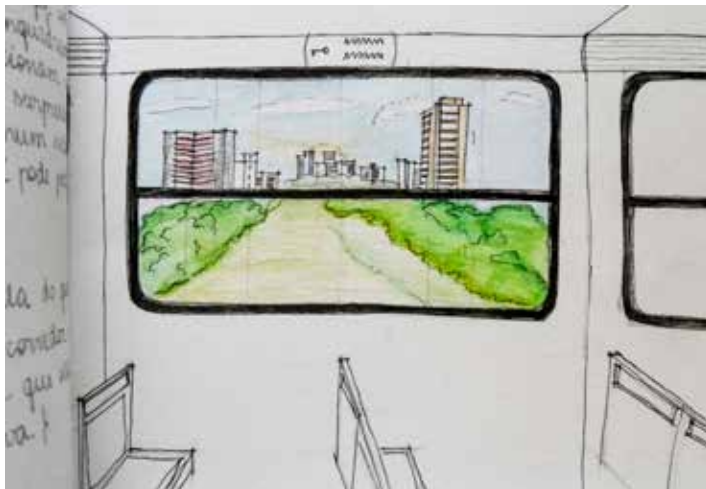


Figura 7 Registro do exercício 2 da aluna Marília Lucena, 2014.

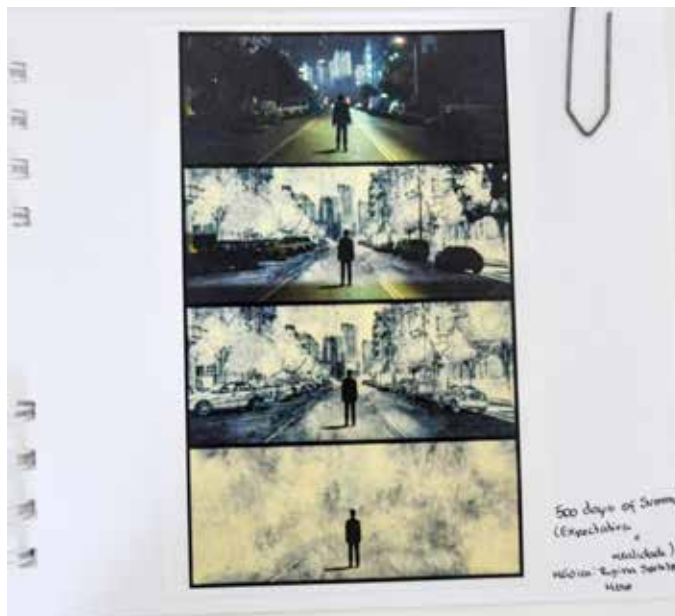


Figura 8 Registro do exercício 2 da aluna Jéssica Roosen, 2012.

O tema do terceiro exercício reportou-se à importância das paisagens. A questão levantada fez referência ao papel dos cidadãos: “somos atores ou espectadores?”. Tal indagação levou os alunos a refletirem sobre suas relações com a paisagem – não só como observadores, mas como agentes em seu processo de formação e transformação. Nesse exercício a ação do homem sobre o território passou a ser incorporada às reflexões sobre as paisagens, fossem excepcionais ou cotidianas. As imagens dos cadernos passaram a representar maior número de figuras humanas (figuras 9 e 10).

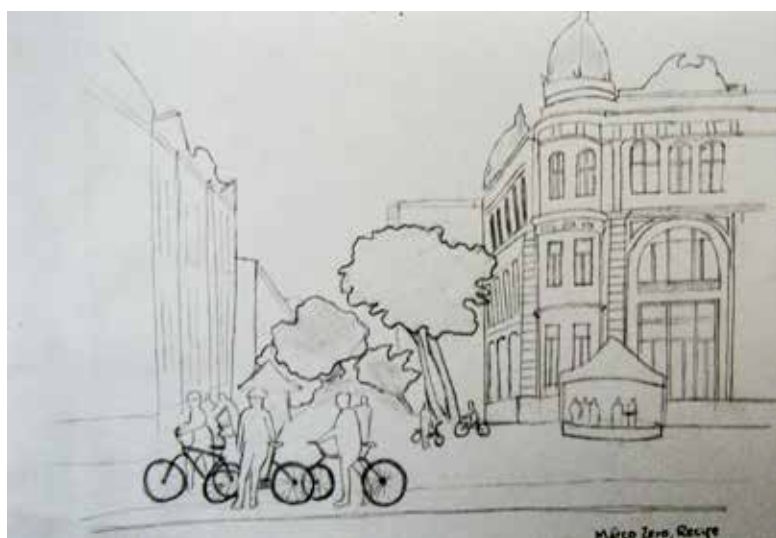


Figura 9 Registro do exercício 3 da aluna Ingrid Lopes, 2014.

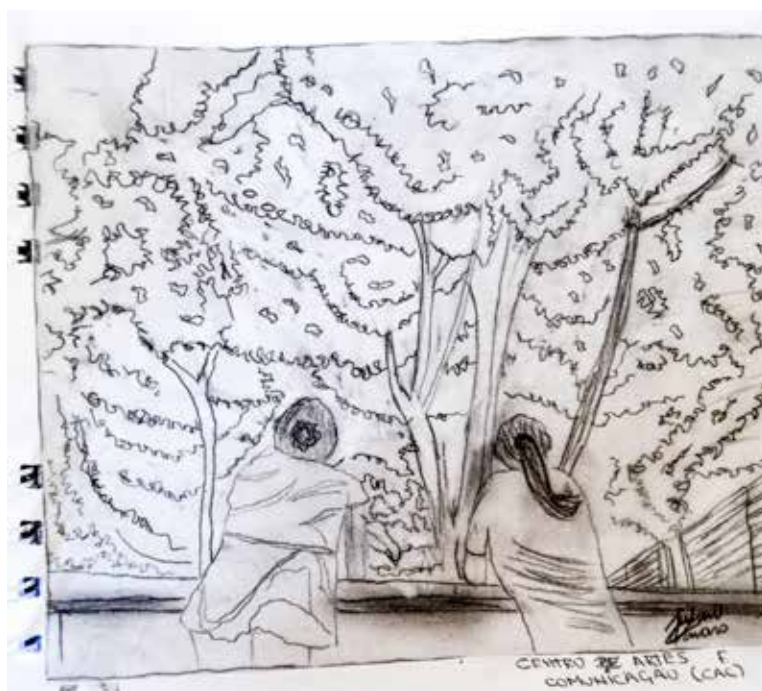


Figura 10 Registro do exercício 3 da aluna Juliane Bezerra, 2012.

Em relação aos conteúdos das imagens, observou-se novamente, na maioria dos cadernos, a escolha por representar lugares emblemáticos, como imagens de cartões-postais, vistas, panoramas sobre rios, pontes e casarios que marcam a imagem da cidade onde vivem. Os alunos interpretaram esses elementos como parte de paisagens coletivamente partilhadas, da qual o homem é ora espectador, ora ator. Nas palavras do aluno Thalys Medeiros (2014):

“A construção de uma paisagem não ocorre exclusivamente por conta dos elementos naturais, mas também pelas intervenções que realizamos no território, por mais simples e cotidianas que algumas delas possam parecer.”

Alguns alunos reforçaram a importância das paisagens enquanto bens e produtos coletivos, noção próxima à de patrimônio, expressa nos termos aplicados à paisagem como “reflexo”, “espelho de quem a habita”, “código genético de uma região”, “traço de uma história”. Em outro grupo de cadernos, observou-se entendimentos da paisagem por meio de relações mais íntimas e individuais, expressas nas palavras “ser paisagem”, “paisagem conquista”, “a paisagem existe em nós”:

“Tem a paisagem essa força de dizer quem somos, de nos inserir como parte dela e trazer sentidos às experiências vivenciadas.” (Rafaela Souza).

“Essa paisagem faz parte de mim. É profundamente bela porque a vivi. Eu sinto na alma seus significados.” (Marília Chaves).

Tais noções de paisagem – como elemento de identificação coletiva ou individual – levaram os alunos a perceberem sua importância por intermédio de valores históricos, rememorativos, ecológicos, educativos e literários; a paisagem como bem comum e transmissora de significados. Nas respostas a esse exercício, começaram a esboçar olhares mais críticos. Questionaram, por exemplo, a qualidade das paisagens de suas cidades e as transformações pelas quais vêm passando.

O quarto exercício teve caráter peculiar, trazendo para sala de aula o debate em torno da proposta de uso e ocupação do terreno do cais José Estelita, no bairro de São José, sítio histórico na cidade de Recife. Esse projeto propõe, para a frente de água da cidade, a construção de edifícios com mais de quarenta pavimentos, com usos que vão de residencial a hoteleiro e centros comerciais. Tal proposta repercutiu num forte movimento da sociedade civil em oposição à construção do empreendimento, tendo como um dos pontos centrais de argumentação o “direito à cidade” e a “proteção da paisagem cultural”. A partir desse exemplo, os alunos passaram a pensar sobre formas de atuar sobre a paisagem, trazendo em seus cadernos questões sobre como garantir a qualidade das paisagens enquanto direito e dever de todos. À luz de conceitos e ideias vistos em sala de aula, exploraram-se as noções de vivência e apropriação como formas de apreensão e, conseqüentemente, de valoração e conservação das paisagens:

“Temos que ser capazes de reconhecer a paisagem para continuar a atribuir valor [...] O que garante a qualidade da perpetuação das características é o nosso cuidado com a preservação da paisagem. E preservar não é impedir mudanças: é garantir que as transformações respeitem o contexto existente e não alterem a essência dos lugares.” (Marília Chaves).

Devido ao tema, desenhos, questionamentos e referências apresentados nos cadernos trabalharam de forma mais significativa a conservação e preservação da paisagem como forma de manutenção de estruturas que contam histórias das cidades. A maioria das imagens apresentadas pelos alunos representava o cais José Estelita (figura 11).



**Figura 11** Registro do exercício 4 da aluna Ana Ísis, 2014.

Interpretada como “reflexo de nós”, a paisagem foi apresentada nos comentários dos alunos como direito que precisa ser garantido hoje e numa perspectiva futura, por tratar-se de um bem cujos valores não devem ser reconhecidos por poucos indivíduos ou grupos sociais, pois têm força coletiva. Essas questões chamam atenção para tomadas de decisão do poder público em relação às paisagens excepcionais e às cotidianas.

“A existência de uma paisagem depende das influências do nosso olhar, da nossa sensibilidade e da nossa cultura em relação a uma realidade espacial. Por isso ela é o reflexo de nós mesmos (como sociedade), seja do que somos ou do que já fomos.” (Talys Medeiros).

A quinta aula aconteceu numa visita ao bairro da Várzea, onde há presença considerável de espaços livres e naturais, localizado próximo à universidade (figura 8). O último exercício teve a intenção de levar os alunos a verem e sentirem uma paisagem, interrogando-os se carregava traços identitários da cidade e de seus cidadãos.

“O bairro ainda é predominantemente horizontal. Mesmo a partir de certa distância pode-se observar a torre de sua igreja matriz (do século XVI) ou a fileira de palmeiras

que acompanha a praça delimitando seu espaço justamente com a abundante massa arbórea, que é um dos aspectos marcantes do bairro.”

Em outros casos, observou-se nos alunos sensações de surpresa ao descobrirem um lugar na cidade ou reverem, de outra forma, uma paisagem que fez parte do seu cotidiano, mas apreendida apenas “de passagem”. É o que coloca a aluna Maysa Aquino:

“Ao caminhar pelo bairro da Várzea com olhar mais crítico na percepção da paisagem ofereceram-se outras possibilidades de descobertas e vivências. Acostumada com o fluxo intenso de uma de suas avenidas principais – e limitada a observar o entorno sempre com pressa – nunca tinha me detido nos vários detalhes contidos na paisagem desse território.”

O último dia de aula foi destinado à apresentação e entrega dos Cadernos de Bordo. Tidos como objetos bastante íntimos, a apresentação dos cadernos iniciou-se de forma tímida, mas logo deu espaço a ricos debates sobre as paisagens escolhidas e seus conteúdos. Cada aluno apresentou um exercício, e, em seguida, abriram-se discussões. Por fim, os cadernos circularam em sala de aula para que os alunos pudessem ver os dos colegas e, assim, alimentar outros debates. No momento da apresentação oral, os alunos tocaram em aspectos bastante pessoais sobre as paisagens representadas nos exercícios, continuando a fazer referência aos textos e exemplos trabalhados em sala de aula.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo da disciplina foi introduzir ao aluno do curso de Arquitetura e Urbanismo noções teóricas sobre a paisagem e despertar um olhar sensível e crítico sobre o território. Apesar de sua curta duração, as posições teóricas trabalhadas em sala de aula procuraram estabelecer um quadro de reflexões e ações possíveis ao fazer paisagístico.

Enquanto postura teórica, relacionada a uma perspectiva contemporânea, optou-se por explorar conceitualmente um entendimento da paisagem que perpassa a história da arte e aponta para valores coletivos, quadros simbólicos, horizontes éticos e políticos que fazem parte desse conjunto complexo e diversificado de preocupações com as transformações territoriais.

O exercício do Caderno de Bordo permitiu registrar os resultados das noções teóricas apresentadas em sala de aula – por vezes como provocação para o reconhecimento de valores e significados das paisagens, sobretudo daquelas vivenciadas pelos alunos.

Como então descrever, como dizer e representar esse espaço da paisagem que nos envolve e nos transpassa, que nos desola e nos transborda? Como falar da paisagem [...] e, mais exatamente como fazê-la, ou melhor, deixá-la falar? (BESSE, 2014, p. 52).

Tais questionamentos de Besse, provavelmente, ficam ainda latentes para os alunos ao final da disciplina. No entanto, com a ajuda do texto base do autor, “We are the landscape...”, pôde-se trabalhar definições consensuais e, sobretudo, reforçar o argumento de que a paisagem faz parte da vida das pessoas, de que nós somos a paisagem.

O exercício do Caderno de Bordo serviu não apenas para verificar a assimilação dos conteúdos apresentados, mas também para ajudar a revelar a riqueza de conexões construídas pelos alunos a partir das noções introdutórias da teoria da paisagem. A análise dos cadernos vem revelando novas referências – trazidas pelos alunos – para a interpretação da paisagem, na maioria das vezes vindas da poesia, do cinema e de outros teóricos. Sendo uma disciplina aberta a diferentes períodos, notou-se que os alunos já avançados no curso articulavam mais as noções da teoria da paisagem a conhecimentos de outras disciplinas, como a de Estética. Entre os alunos do início do curso, pôde-se observar que o conhecimento adquirido sobre a paisagem passou a contribuir com o desenvolvimento de seus projetos de arquitetura, urbanismo e paisagismo. Tais alunos apresentaram mais facilidade na análise da área de estudo e projeto, incorporando os valores da paisagem de forma mais pertinente, e indicaram uma preferência por trabalhar com temas ligados à paisagem em seus projetos.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BARBA, Rosa. ¿Por qué hablar ahora de paisaje? In: **AA.VV.** Rehacer paisajes: arquitectura del paisaje en Europa. 1994-1999. Catalogo de la 1ª Bienal de Paisaje 1999. Barcelona: Fundación Caja de Arquitectos, 2000, p. 14-18.
- BERENGO, Cecilia; DI MAIO, Sara. **We are the landscape**: understanding the European Landscape Convention. Florença: Giunti progetti educativi, 2009. 64 p.
- BERQUE, Augustin. Território e pessoa, a identidade humana. **Desigualdade & Diversidade**: Revista de Ciências Sociais da PUC-Rio, n. 6, jan./jul., 2010, p. 11-23.
- BESSE, Jean-Marc. **O gosto do mundo**: exercícios de paisagem. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2014. 234 p.
- CALVINO, Ítalo. **Marcovaldo**: ou as estações na cidade. São Paulo: Companhia das Letras, 1994. 144 p.
- \_\_\_\_\_. **As cidades invisíveis**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. 152 p.
- CAUQUELIN, Anne. **A invenção da paisagem**. São Paulo: Martins Fontes, 2007. 196 p.
- FLORENÇA. Convenção Europeia da Paisagem (CEP), de 20 de outubro de 2000. Dispõe sobre as ações de proteção, gestão e planificação das paisagens europeias e organiza uma cooperação europeia acerca dos bens paisagísticos. Disponível em: <[http://www.culturanorte.pt/fotos/editor2/2000-convencao\\_europeia\\_da\\_paisagem-conselho\\_da\\_europa.pdf](http://www.culturanorte.pt/fotos/editor2/2000-convencao_europeia_da_paisagem-conselho_da_europa.pdf)>.
- LYNCH, Kevin. **A imagem da cidade**. São Paulo: Martins Fontes, 1997. 240 p.
- MONTILLET, Philippe. Les trois âges du paysage. **Projets de paysage**, n. 6, set. 2011. Disponível em: <[http://www.projetsdepaysage.fr/fr/les\\_trois\\_ages\\_du\\_paysage](http://www.projetsdepaysage.fr/fr/les_trois_ages_du_paysage)>. Acesso em: 16 mar. 2012.
- PARRET, Herman. Le sentiment de paysage. In: *Paysages & valeurs: de la représentation à la simulation*, Limoges, nov. 2005. **Actes de colloques**. Farid Boumédiène e Nicolas Couegnans (dir.). Disponível em: <<http://epublications.unilim.fr/revues/as/3418>>. Acesso em: 6 mar. 2012.
- TUAN, Yi-Fu. **Espaço e lugar**: a perspectiva da experiência. São Paulo: Difel, 1983. 248 p.

### Nota do editor

Submissão: 1 ago. 2015

Aprovação: 30 nov. 2015



Casario na cidade do Porto, Portugal.  
Foto Silvio Soares Macedo, 2013.

# PAISAGEM URBANA





# “VERDE-AMARELO” EM PINDORAMA: A SOCIEDADE BRASILEIRA, A APROPRIAÇÃO DO TERRITÓRIO E O PATRIMÔNIO AMBIENTAL

“GREEN AND YELLOW” AT PINDORAMA – BRAZILIAN SOCIETY, APPROPRIATION OF TERRITORY AND ENVIRONMENTAL HERITAGE

Miranda Martinelli Magnoli\*

Homenagem ao colega Emmanuel Antonio dos Santos<sup>1</sup>.

## RESUMO

Em um país tropical de dimensões continentais, este texto faz uma reflexão sobre as transformações, no tempo e no espaço, da sociedade brasileira em relação ao seu território e ao patrimônio ambiental. Destacam-se aspectos essenciais e singulares de cada um dos temas para entender a busca contemporânea pela cidadania, o empenho para a articulação e integração do território e a evolução para o desenvolvimento sustentável. Palavras-chave: Passado. Singularidade. Tropicalidade. Desenvolvimento sustentável.

## ABSTRACT

*In a tropical country of continental dimensions, this article is a reflection on the transformations of brazilian society in time and space, as it relates to its territory and environmental heritage. Specific aspects of each subject will be addressed in order to understand the pursue of citizenship, the endeavour for articulating and integrating the territory and the evolution towards sustainable development*  
Keywords: Past. Singularity. Tropicality. Sustainable development.

## INTRODUÇÃO

“Verde-amarelo em Pindorama” é uma metáfora para a sociedade brasileira, seu território e patrimônio ambiental. Contém, nas cores-símbolos, os sentimentos e emoções que têm representado a sociedade em diversas manifestações. Pedro I, desde a Independência, ostentava o laço verde e amarelo para representar o país. Território e patrimônio ambiental incorporam as gentes ao espaço em Pindorama – do tupi, a região das palmeiras –, símbolo dos trópicos, difusa em diferentes domínios paisagísticos do país, por babaquais, butiás, carandazais, carnaubais, buriti-

---

<sup>1</sup> Nosso querido colega arquiteto, falecido em junho de 2014. Na ocasião, era Secretário de Planejamento do Município de São José dos Campos. Como docente, contribuiu muito para a formação de alunos em nossa área. Desde quando muito jovem, acompanhei sua carreira. Após o mestrado, fez um doutorado brilhante. Com ele dividi ideias e ideais.

---

\* Arquiteta e professora titular de Paisagismo do Departamento de Projeto da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAUUSP). Rua do Lago, 876, 05508-080, Cidade Universitária, São Paulo, SP, Brasil.  
mmemm@uol.com.br

zais. Os nativos nomeavam o país pela espécie tropical, impregnada do passado da humanidade: na origem, a família das Palmáceas vem de Palmyra, antiga cidade da Síria, sítio arqueológico a meio caminho entre o Mediterrâneo e o rio Eufrates. É impregnada do nosso passado pelo significativo papel do índio em nossa cultura.

Este ensaio parte de três temas – a sociedade brasileira, o território e o patrimônio ambiental – e suas relações no processo histórico de construção do país. Os temas são abordados em duas partes. Na primeira parte, refiro-me aos tempos da América Portuguesa, selecionando aspectos singulares de cada um dos temas. Para a sociedade, destaco a miscigenação, o empreendedorismo, o embrião da democracia. Para a apropriação do território, considero as políticas colonizadora e urbanizadora, o processo de urbanização e a criação de um sistema urbano. Para o patrimônio ambiental, enfatizo a tropicalidade e a biodiversidade na busca das povoações para encontrar uma relação equilibrada com o ambiente em que viviam. Esse tema também vai se imiscuindo entre a criação das vilas. Entre as duas partes do texto, aceno a um período de transição: com a vinda da Corte Portuguesa, desenvolveu-se um processo político que levou à Independência e à criação do Império do Brasil.

Na segunda parte, aceno a aspectos de mudança; no caso da sociedade, em busca da ampliação e do aprofundamento da cidadania. Na apropriação do território, seleciono questões que enfatizam a dificuldade para sua articulação e integração. No caso do patrimônio ambiental, indico propostas mais recentes sobre as populações e a biodiversidade no caminho para o desenvolvimento sustentável. Volto a questões que apareceram na primeira parte e que, de diferentes maneiras, se transformaram.

Avaliei importante conhecer outros enfoques, de autores que dedicaram anos a pesquisas, a revisões na interpretação de aspectos importantes da nossa história. Dissentiram e criticaram pontos de vista dominantes, quebrando tabus em torno de alguns temas. A intensa dualidade radical que caracterizou extenso período do século XX dificultou outras leituras, outras interpretações. Estas, em vez de sempre eivadas de confronto, de conflito, poderiam também buscar revisões e alguma curiosidade intelectual para outras leituras, mesmo que com estranheza inicial do leitor.

Por outro lado, cada um dos temas levantados é complexo e dinâmico – no tempo e no espaço – e cada tema lida com conjuntos de relações. Adotei como relações principais aquelas que buscam imbricar as gentes, os espaços e as paisagens. Por este ensaio, busco compartilhar críticas e reflexões com os colegas e instigar a procura para mudança, aprofundamento, aperfeiçoamento, visando a outras alternativas de pesquisas e projetos para nosso presente e futuro.

Muitas foram as leituras, os estudos, as revisões, os diversos rascunhos para este ensaio, porém limitei a bibliografia àqueles indispensáveis. Recomendo alguns, indicados no texto, pois explicam este ensaio, principalmente, pelo fato de que este mesmo texto era bem mais longo; fui reduzindo, podando, cortando, limitando, resumindo, abreviando, porém, em cada frase, procurei resguardar o essencial.

## SINGULARIDADES NA AMÉRICA PORTUGUESA

Reli várias vezes o capítulo "Um cenário, duas leituras", do texto de Caldeira (2009). Esse "cenário" é situado "em torno de 1800", na virada do século XVIII para o XIX. São gentes que se deslocam, desde o Rio Grande do Sul, para Santa Catarina, Paraná e São Paulo até a Feira de Sorocaba. Daí, espriam-se em vários outros percursos, por diversas formas de transporte – mulas, canoas, navios. Diferentes mercadorias – de alimentação, pecuária, siderurgia e artefatos variados – eram objetos de trocas e negócios, e ainda surgiam novas atividades na agricultura e na indústria. À riqueza dos muitos aspectos o "cenário" ainda acena para vários povoados que, no vale do Paraíba, haviam se transformado em vilas. O "cenário" leva, especialmente, a questionar sobre a existência de um mercado interno que crescia mais que o mercado da metrópole, objetivo principal do livro.

As gentes, as trocas, a mobilidade por caminhos difíceis em que fluíam víveres de um extremo a outro de um vasto território, em paisagens diversas de amplos espaços abertos e pessoas, quase nômades, isoladas em ralos povoados muito distantes, conduziram-me a outro aspecto da "leitura". É a leitura do "cenário" que me leva aos estudos de Reis (2000a) em busca da compreensão espacial da expansão urbana no território. O autor mostra, a partir da política colonizadora de Portugal, que a política de urbanização era muito importante; indica a organização do sistema urbano e a criação de vilas e cidades da Coroa e os papéis dos centros urbanos na rede de cidades.

Em Reis (2000b), extenso conjunto de imagens traz a compreensão visual da formação e evolução das cidades, vilas, povoações e aldeias; os comentários finais são ricos e pertinentes. Nestor Reis pesquisou, elaborou e reuniu documentação que comprova a existência de uma atividade planejadora urbana regular na América Portuguesa. Impressiona que alguns ainda desconheçam essa tese. Ele ordena os desenhos conforme os atuais estados do país. Para entender melhor, em espaço-tempo e ambiente, a expansão e apropriação do território, ordenei a criação das cidades em ordem cronológica, nos séculos XVI e XVII, e na condição de litorâneas ou interioranas; em algumas cidades me detive em peculiaridades. No século XVIII, ordenei as cidades em função dos atuais estados. A mobilidade das gentes, nas trocas a que Caldeira se referiu, levou à configuração de uma rede capilar de circulação com áreas de povoamento disperso mais ou menos estável, mesmo onde não havia vilas e cidades (imagem da expansão e apropriação territorial se observa em Magnoli, 2012, p. 249).

Por outro lado, mesmo que só recentemente tenhamos um razoável, às vezes até muito bom conhecimento das questões ambientais, a natureza ali estava aos olhos, às vibrações e mentes dos portugueses no Novo Mundo (comentei na edição 15 desta revista). Foi importante caracterizar – mesmo de forma muito limitada, apesar de cuidada –, na vastidão do território, sua característica de tropicalidade e a excepcionalidade que caracteriza o litoral brasileiro. Os núcleos costeiros são criados em um litoral muito diversificado; os núcleos internos, criados desde o século XVII, estavam também situados em grande variedade de ecossistemas (definidos por Ab'Saber, 2001, 2006).

É muito importante notar que os novos povoadores, desde a ocupação do litoral e nas penetrações, desde o norte até o sul, encontravam-se com a floresta atlântica, que se distribuía em muito ampla diferença de latitudes (aproximadamente 20°), mas, ao penetrar na Amazônia, os portugueses se deparavam com a floresta amazônica, que se estende de leste para oeste em grande diferença de longitudes (aproximadamente 20°) e bem menores diferenças de latitude.



**Figura 1** Contrafortes da serra do Mar ainda ocupados – como no tempo colonial – por uma mata atlântica em toda a sua integridade e diversidade. Foto: Silvio Soares Macedo, 2010.

A política colonizadora de Portugal revela a importância da fundação de arraiais, povoados, vilas e cidades para compreender a apropriação do território: é, na origem, uma sociedade de matriz urbana. A Coroa Portuguesa, visando à expansão geográfica para a sua soberania, ordenou a construção de fortes em locais estrategicamente selecionados: em vista, contornar o perímetro exterior do território.

No século XVI, no litoral, foram criadas povoações diversas, desde Natal até Cananeia. As latitudes variaram de 5,47S a 25S. Essa face do longo litoral foi subdividida por Ab'Saber (2001) nos três setores que utilizo para localizar as vilas. No interior, chegando por trilhas indígenas, fundou-se a atual São Paulo, acima da muralha da serra do Mar. Em ordem cronológica, foram as seguintes:

\* *No litoral leste*: são fundadas na latitude 16,26S: **Porto Seguro** em 1535; **Santa Cruz** em 1536 (atual Santa Cruz Cabralia); **São Jorge dos Ilhéus** em 1536 (atual Ilhéus). Guardam especial caráter simbólico como testemunhos das primeiras páginas da história do país. No espaço denominado Costa do Descobrimento, são oito as reservas naturais em área de 111.930 mil hectares; é uma planície costeira com colinas em altitudes do nível do mar até os 536 metros do Monte Pascoal. Na carta de Pero Vaz de Caminha se expressa o encontro entre duas culturas. As ruínas da primeira igreja se encontram em penhasco próximo de Porto Seguro.

Em Arraial d'Ajuda, a igreja surge em 1549; Trancoso, fundada em 1586, se origina da aldeia São João Batista dos Índios; Coroa Vermelha, hoje Santa Cruz de Cabralia, é o lugar onde foram rezadas as primeiras missas. Nesse litoral, na Costa do Descobrimento – Patrimônio da Humanidade – ficam os trechos mais importantes da mata atlântica que restaram.

**Salvador da Bahia de Todos os Santos** – surge na latitude 12,59S em 1549 (atual Salvador). Implantar a cidade de Salvador, “na esquina do oceano”, foi fruto de decisão política, tal como aconteceria em Brasília quase cinco séculos depois. O primeiro marco da Bahia de Todos os Santos teria sido colocado em 1501, no local que hoje é a Fortaleza de Santo Antônio, na Ponta do Padrão.

Em 1549 os jesuítas ergueram uma escola que deu lugar ao Colégio Maior; um curso mais avançado foi criado em 1572, no Colégio de Salvador. Até a transferência de seu posto político e econômico para o Rio de Janeiro, em 1763, Salvador foi a mais importante cidade do mundo colonial português. Na Bahia de Todos os Santos, a cidade sempre possuiu, em localização estratégica, um magnífico porto. Primeiro núcleo urbano brasileiro concebido com trama regular que, no entanto, desde o início, se adaptou às irregularidades da topografia do topo da crista onde se situou.

**São Cristóvão** é fundada em 1590 (no atual estado de Sergipe), entre dunas litorâneas.

\* *No litoral oriental do Nordeste*: **Igarauçu** em 1536; **Olinda** em 1537; **Filipeia de Nossa Senhora das Neves da Paraíba** em 1585 (atual João Pessoa), fundada por espanhóis no período da União Ibérica; **Natal** em 1599, na latitude 5,47S, com o Forte dos Reis Magos protegendo a costa.



**Figura 2** Centro histórico de Salvador amoldando-se às reentrâncias das terras altas de tabuleiro, a cavaleiro do mar.  
Foto: Silvio Soares Macedo, 2014.

Olinda, no início Nova Lusitana, conserva igrejas barrocas e coloridas, casas antigas; testemunho do ciclo da cana-de-açúcar e da invasão holandesa. Sediou o primeiro curso jurídico do país.

É região costeira com faixas estreitas de praias arenosas em enseadas rasas e bordas de tabuleiros florestados; climas quentes com chuvas predominantes de inverno em planícies costeiras reduzidas: é o litoral da Zona da Mata nordestina. Porém, em poucas dezenas de quilômetros, se passa para matas ditas secas e, logo mais, se apresentam as matas agrestes, na realidade, as caatingas arbóreas.

\* *No litoral sudeste:* surge **Espírito Santo** em 1535 (atual Vila Velha); **Nossa Senhora da Vitória** em 1551 (atual Vitória); **São Sebastião do Rio de Janeiro** – situa-se na latitude 22,54S, em 1565 (atual Rio de Janeiro). A cidade, levantada no alto do Morro do Castelo, deve sua transformação à descoberta do ouro na região do atual estado de Minas Gerais.

Seu porto, na estratégica baía de Guanabara, adquire importância com a abertura, em 1704, do chamado “caminho novo”, que ligava diretamente o território das minas com o Rio; além do porto, a própria cidade eleva sua importância.

Em 1763, com a transferência da sede do governo colonial de Salvador para o Rio de Janeiro, assume a sede do vice-reinado do Brasil; por fim sedia a Corte de um rei e dos dois imperadores. Com a República, se transforma em Capital Federal.

É cidade de mais de quatrocentos anos de história, de crescente importância econômica e política; tudo contribuiu para uma cidade fascinante, curiosíssima no estilo de vida e no aglomerado humano, que resulta de caldeamentos de brasileiros, portugueses e africanos de todos os cantos, com sucessivos enxertos de franceses e ingleses, além das gentes de muitas origens no século XX. E, ainda, é de fisionomia geral sedutora e excepcionalmente valorizada pela natureza.



**Figura 3** Entrada da baía de Guanabara, onde no interior, pelo lado esquerdo, desenvolveu-se a cidade nos três primeiros séculos. Somente a partir da metade do final do século XIX passa a ocupar a orla oceânica.  
Foto: Silvio Soares Macedo, 2015.



**Figura 4** Baía de Guanabara vista do oceano. A área ocupada pelo centro da cidade, com prédios altos, correspondia à área ocupada pelo núcleo original, antes protegido por morros, charcos e florestas de mangue.  
Foto: Silvio Soares Macedo, 2015.

**São Vicente** é fundada em 1532; **Santos** em 1545; **Nossa Senhora da Conceição de Itanhaém** em 1561 (atual Itanhaém); **Nossa Senhora das Neves de Iguape** em 1577 (atual Iguape); **São João Batista de Cananeia** em 1587 (atual Cananeia): nesse século, na latitude 25S, é a última vila desse litoral.

\* *No interior*: **São Paulo de Piratininga** surge em 1554 (atual São Paulo); latitude 23,37S e longitude 46,37O.

As caravelas portuguesas, ao chegarem na faixa litorânea da baía de São Vicente e na barra grande de Santos, devem ter encontrado, com a população tupi-guarani, ilhas e serras de exuberante natureza tropical. Antigo mapa português do século XVII (AB'SABER 2001, p. 227) orienta os navegantes para a profundidade das entradas estuarinas com as barras da Bertioga, Grande e de São Vicente; indica as ilhas de Santo Amaro e São Vicente; nesta situa Erasmos, onde seria implantado o primeiro engenho de cana. E ainda, serra acima, localiza a Vila de São Paulo.



**Figura 5** Erasmos, no século XXI.  
Foto: Silvio Soares Macedo, 2014.

**São Paulo**, situada em sítio original, nascida terra adentro, nem tão longe do litoral mas acima da Serra do Mar, de 718 a 820 metros acima do nível do mar, em planalto colinoso, nas cabeceiras de rios que dão as costas para o mar. Mais de centena de



córregos sulcam suas colinas; uma delas é escolhida para sítio de referência, catequese e defesa da vila em tarefa estratégica dos jesuítas. É hoje o Pátio do Colégio.

Os primeiros navegantes em alto-mar que se dirigiram à parte sul do globo terrestre, ao atravessarem a linha do Equador, encontravam uma natureza muito diferente daquela do hemisfério Norte. Muito tempo se passaria para sabermos que fazia diferença o próprio fato de haver muito maior superfície de águas oceânicas no hemisfério Sul. Não havia simetria entre os dois hemisférios em relação aos efeitos na natureza; e estes seriam bem mais complexos no hemisfério Sul.



Figura 6 Mapa produzido por Rafael Pecoraro, 2016.

De pronto, os olhos se surpreenderiam com a natureza luxuriante da floresta tropical, sempre verde, em muitos estratos de vegetação arbórea e muito densa em lianas e epífitas. E mais, a natureza que se apresentava aos portugueses, ao moverem-se das latitudes do Equador ao Trópico de Capricórnio, que passavam dos dias iguais às noites aos diversos comprimentos; estranhariam as temperaturas: não haveria tanta variação

entre o mês mais quente e o mais frio, como era da experiência deles. As chuvas seriam também outras; muitas vezes bem mais copiosas, distribuídas de maneira diversa entre cada trecho da costa.

**No século XVII**, são criadas novas vilas no litoral da costa norte do continente; outras, no litoral sudeste, complementam o povoamento já existente; no interior, penetra-se nos ecossistemas Matas do Brasil Tropical Atlântico e Planalto das Araucárias (atuais estados de São Paulo e Paraná). Utilizo Ab'Saber (2001, p. 54) para os três novos setores do litoral e Ab'Saber (2006, p. 69) para os ecossistemas. Em ordem cronológica, foram as seguintes:

\* *No litoral equatorial amazônico: São Luís do Maranhão* em 1612, e **Santo Antonio de Alcântara** em 1637 (atual Alcântara).

São Luís, com estratégica disposição, próximo à Europa, foi local de contínuas invasões e conquistas. Caracteriza-se como a única capital brasileira que foi francesa, holandesa e portuguesa. De início, tupinambás e portugueses ocuparam o sítio. Franceses fundaram a cidade; em 1615, foram expulsos pelos portugueses; estes retornaram com colonos dos Açores e escravos de Angola para o plantio de algodão e açúcar. Os holandeses, expulsos de Olinda e Recife, assaltaram a cidade em 1641, ficando até 1644; daí, e por fim, os portugueses recuperaram a cidade.

Os sobrados com paredes protegidas das intensas chuvas de verão por azulejos, são particularmente significativos. Em Portugal, desde o tempo dos árabes, os azulejos eram usados internamente ou em claustros protegidos. Em São Luiz as fachadas foram revestidas com os mesmos azulejos.

E assim, no exterior e no interior, iriam de volta à metrópole, influenciando Lisboa e Porto.



**Figura 7** Casarão azulejado em São Luís do Maranhão.  
Foto: Fabio Mariz Gonçalves, 2009.



**Figura 8** Casario azulejado em Lisboa, Portugal.  
Foto: Silvío Soares Macedo, 2013.



**Figura 9** Casario na cidade do Porto, Portugal.  
Foto: Silvío Soares Macedo, 2013.

**Santa Maria de Belém** é fundada em 1616 (atual Belém), **Vila Souza do Caeté** em 1634 (atual Bragança), **Vila Viçosa do Santa Cruz do Cameté** em 1635 (atual Cameté); **Gurupá** em 1639 (todos no atual Pará). Em 1668 é criada a **Vila São José do Macapá**, atual Macapá, no Amapá.



**Figura 10** Forte São José, em Macapá (vista geral), ainda guardando sua estrutura original em meio a um parque urbano.

Foto: Silvio Soares Macedo, 2016.



**Figura 11** Forte São José, em Macapá.

Foto: Acervo Quapá, 2007.

O Forte São José do Macapá, na boca norte do rio Amazonas, em área próxima ao rio Oiapoque e ao cabo Orange, na latitude 4°N, extremo norte do território brasileiro junto ao mar, foi ponto de apoio da expansão portuguesa na bacia do grande rio. Completaram a proteção dessa costa norte com as construções dos Fortes do Tapajós, Presépio, São Luís e Nossa Senhora do Amparo, este em Fortaleza.

Belém, em localização estratégica, controla a entrada do estuário do rio Amazonas; o Forte do Presépio de Belém foi construído um ano após a expulsão dos franceses de São Luís, no limite do meridiano demarcatório do Tratado de Tordesilhas. Em 1621, cria-se o estado do Maranhão e Grão-Pará, com controle direto da Coroa e sede em São Luís; esta foi transferida para Belém em 1671.



**Figura 12** Forte do Presépio de Belém, em 2015, fazendo parte de um complexo de lazer local.  
Foto: Silvio Soares Macedo, 2015.



**Figura 13** Forte do Presépio de Belém, em 2015, restaurado, ponto turístico de Belém do Pará.  
Foto: Leonardo Coelho, 2015.

\* *No litoral setentrional do nordeste: surge **Fortaleza de Nossa Senhora da Assunção** em 1626 (atual Fortaleza); é região de elevada luminosidade e constitui grande*

exceção climática e paisagística de nossa costa; climas quentes e secos, variando do semiárido moderado até o subúmido do tipo agreste; é o símbolo do “lugar onde a semiaridez sertaneja chega ao mar”. (AB’ SABER, 2001, p. 113).

\* *No litoral oriental do nordeste:* é fundada **Vila Formosa** em 1627 (atual Serinhaém); **Conceição de Itamaracá** em 1630; **Cabo de Santo Agostinho** em 1634; **Bom Sucesso de Porto Calvo** (atual Porto Calvo) em 1636; **Penedo do Rio de São Francisco** (atual Penedo) e **Santa Maria Madalena da Alagoa do Sul** (atual Marechal Deodoro).

\* *No litoral sudeste:* surge **Cairu** em 1608; **Angra dos Santos Reis da Ilha Grande** em 1608 (atual Angra dos Reis), **Nossa Senhora da Assunção do Cabo Frio** em 1615 (atual Cabo Frio), **Santo Antonio de Itabaiana** em 1665 (atual Itabaiana) e **Santo Amaro das Brotas** em 1697; e também **São Sebastião** em 1636; **Exaltação de Santa Cruz de Ubatuba** em 1637 (atual Ubatuba); **Nossa Senhora do Rosário de Paranaguá** em 1649 (atual Paranaguá); **Rio de São Francisco do Sul** em 1660 (atual São Francisco do Sul); **Parati** em 1660; **São Salvador dos Campos de Goitacazes** em 1677 (atual Campos); **Guarapari**, 1689 e **Santo Antonio de Macacu** em 1697 (atual Cachoeira de Macacu).

\* *No interior:* é fundada **Santana de Mogi das Três Cruzes** em 1611 (atual Mogi das Cruzes); **Santana de Parnaíba** em 1625; **São João do Paraíba** em 1677 (atual São João da Barra, no atual estado do Rio).

\* *No interior, no vale do Paraíba:* **São Francisco das Chagas de Taubaté** em 1645 (atual Taubaté); **Nossa Senhora da Conceição do Rio Paraíba** em 1653 (atual Jacareí); **Santo Antonio de Guaratinguetá** em 1651 (atual Guaratinguetá).

\* *No interior:* **Nossa Senhora do Desterro do Campo Alegre de Jundiáí** em 1655 (atual Jundiáí); **Nossa Senhora da Candelária de Outu** em 1657 (atual Itu); **Nossa Senhora da Ponte de Sorocaba** em 1661 (atual Sorocaba).

\* *No interior, no planalto das Araucárias:* **Nossa Senhora da Luz dos Pinhais de Curitiba** (atual Curitiba), em 1693. Também nessa data são fundadas: **Nossa Senhora da Ajuda de Jaguaribe** (atual Jaguaribe); **Nossa Senhora do Rosário de Cachoeira** (atual Cachoeira); **São Francisco da Barra do Sergipe do Conde** (atual São Francisco do Conde).

Observa-se na imagem a rede de cidades e vilas adentrando o continente e já ocupando as margens do Amazonas.



Figura 14 Mapa produzido por Rafael Pecoraro, 2016.

O Brasil exibe o mais extenso litoral intertropical e subtropical do mundo, com 8 mil quilômetros de extensão. A faixa costeira, onde se processa o contato entre o mar e a terra, é exposta à quase permanente movimentação dos ares costeiros, amenizadores do calor tropical.



Figura 15 Litoral norte da Bahia: praias extensas, dunas e barras de rio.  
Foto: Silvio Soares Macedo, 2013.



**Figura 16** Barreira de recifes de arenito e áreas de restinga vizinhas ao porto de Suape, nas imediações de Recife, formações comuns nos litorais que se estendem do Rio Grande do Norte até Alagoas, conhecidas como Costa dos Corais.

Foto: Silvio Soares Macedo, 2015.

É um vasto painel de tropicalidade que se exhibe com a ocorrência de praias arenosas em cerca de 6 mil quilômetros de extensão; a maior parte é integrada aos ambientes quentes e úmidos que dominam o território.

Dessa regra, fogem apenas a semiaridez que chega ao mar no Rio Grande do Norte e Ceará e, ao sul, o litoral gaúcho e parte do catarinense, onde a média das temperaturas anuais determina climas subtropicais de transição para ambientes temperados quentes, açotados no inverno pela incursão da massa polar atlântica por meio do vento minuano.



**Figura 17** Dunas de Genipabu, nas vizinhanças de Natal.

Foto: Ana Cecília Mattei de Arruda Campos, 2009.

**No século XVIII** criaram-se fortes, arraiais, vilas e cidades por todo o território, em todo litoral e em todos os ecossistemas. O sentido territorial da expansão lusitana na América moldou-se sobre a estratégia de controle das bocas de entradas fluviais do continente. Visava, ao sul, à entrada pelo rio da Prata e, ao norte, à entrada pelo Amazonas. No curso desse rio, a expansão partiu da fortificação portuguesa de Belém.

A expansão territorial lusitana pretendia ir muito além dos limites do Tratado de Tordesilhas. As ações deliberadas que ampliaram as fronteiras previstas nos tratados foram



muitas, em longo tempo, de diferentes tipos e características. “Desde a Independência, a política externa brasileira orientou-se pelo imperativo de construir a nação, o que significava, essencialmente, moldar o seu território”. (MAGNOLI, 1997, p. 294). Face à importância da formação do território como eixo estruturador da história brasileira, sugiro a leitura do texto indicado.

Neste período julguei melhor localizar a criação de fortes, vilas e cidades pelos atuais estados; reuni por regiões em que o povoamento ainda era novo; prossegui por aqueles estados em regiões em que a ocupação foi sendo complementada.

A observar: a penetração pela Amazônia, que, sem dúvida, era território espanhol; a intensa atividade urbanizadora de fronteiras pela administração de Pombal, com a descoberta do ouro em Goiás; a ocupação por acampamentos, arraiais e vilas em Minas Gerais na época da descoberta do ouro. Essa região, no centro do sudeste, estava distante das cidades com maior disponibilidade de produtos; a nova condição de riqueza no interior do território atraiu a articulação com as áreas de produção; ampliou-se o mercado interno e, nessa região das minas, se intensificou a vida urbana, caracterizando as paisagens urbanas coloniais. Fortes, vilas e cidades criados nesse século são os seguintes:

**No norte do país:** adentrando pelo rio Amazonas se construíram os Fortes de Pauxis, São José do Rio Negro, Tabatinga; mais ao norte do rio, os Fortes São Joaquim e São José de Marabitanas.

\* AMAPÁ – **Nova Mazagão** em 1770, atual Mazagão, no Amapá.

\* PARÁ – **Povoação de Alcobaça** em 1780, no Pará.

\* AMAZONAS – **Aldeia de Mariauí**, 1758; com o nome de Barcelos, foi a antiga sede da Capitania de São José do Rio Negro, separada do Grão-Pará. Em 1791 a sede moveu-se para a Barra do Rio Negro (atual Manaus) em face da localização estratégica da vila, na confluência com o Amazonas. **Silves e Serpa** em 1759; **Borba** em 1790.

\* RORAIMA – Forte de São Joaquim do Rio Branco, 1775 (baluarte extremo norte, garantia de posse).

**No centro-oeste e centro:** posições estratégicas de fortes demarcam os limites do Brasil ocidental.

\* RONDÔNIA – Fortes da Conceição, depois de Bragança e de Príncipe da Beira, além da **Aldeia de São Miguel**; **Balsemão**, 1768, e **Palmela**, **Lionel** e **Lamel** entre 1768 e 1772.

\* MATO GROSSO – **Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá**, 1726 (atual Cuiabá); os **Arraiais de Santana**, **Pilar**, **São Francisco** e **São Vicente** por volta de 1750; **Vila Bela da Santíssima Trindade**, 1771; **Arraial de São Pedro d’El Rei**, 1781 (atual Poconé); **Casalvasco**, 1782, usada como estância de veraneio graças ao clima ameno; **Cáceres**, 1778.

\* MATO GROSSO DO SUL – Forte e praça de Iguatemi, 1769 (atual Iguatemi); Forte de Coimbra; **Vila de Albuquerque**, 1778 (atual Corumbá); **Miranda** em 1797.

\* GOIÁS – **Santa Ana**, 1726 (atual Goiás), com o nome de Vila Boa em 1736, e as Aldeias de **Mossamedes**, 1774; **Maria**, 1782 e **Santa Ana**, entre 1775-1782, com a descoberta do ouro na região em 1725.

**No centro do sudeste:** as primeiras descobertas do ouro são de 1693, levando a rápido povoamento em pequenos e precários arraiais a partir de acampamentos provisórios. Um dos primeiros foi Sumidouro, em 1675, talvez criado por Fernão Dias Pais. Com a mesma origem são os arraiais **São Caetano** e **São Sebastião**.

\* MINAS GERAIS – **Vila de Albuquerque**, 1711 (atual Mariana); **Vila Real de Sabará**, 1711 (atual Sabará); **Vila Rica**, 1711 (atual Ouro Preto); **São João Del Rei**, 1713; **Vila do Príncipe**, 1714 (Serro); **Vila Nova da Rainha do Caeté do Mato Dentro**, 1714 (atual Caeté); **Vila Nova do Infante**, 1715 (atual Pitangui); **São José Del Rei**, 1718 (atual Tiradentes); **Arraial do Tejuco**, 1729 (atual Diamantina).

**No sul:** garantiu-se a posse do território além do meridiano de Tordesilhas. Muitos foram os produtos e víveres que fluíram do espaço sulino até a feira de Sorocaba e daí passaram a se dispersar em vários percursos; no final do século XVIII, a existência do mercado interno é patente. (CALDEIRA, 2009).

\* SANTA CATARINA – **Laguna**, 1712; **Vila de Nossa Senhora do Desterro**, 1726 (atual Florianópolis); **Lages**, povoada também com imigrantes de Açores e Madeira – capela inicial; fortificações de porte Santa Cruz e Anhatomirim.

\* RIO GRANDE DO SUL – **Rio Grande de São Pedro**, 1737; **Porto dos Casais**, c.a.1740 (atual Porto Alegre); Forte Jesus-Maria-José; **Vila de São José do Taquari** entre 1767 e 1777.

**No nordeste:** novas vilas complementaram povoamentos já existentes, especialmente em percursos às margens do rio São Francisco e seus afluentes.

\* MARANHÃO – **Santa Maria do Icatu**, 1708 (atual Icatu).

\* PIAUÍ – **Vila do Mõcha** em 1718 (atual Oeiras); **Vila de São João do Parnaíba** em c.a.1798.

\* CEARÁ – **São José de Aquiraz**, 1700 (atual Aquiraz); **Aracati**.

\* PERNAMBUCO – **Santo Antonio do Recife**, 1709 (atual Recife); **Goiana**, 1729.

**No leste, sudeste e sul:**

\* BAHIA – **Santo Antonio do Rio das Caravelas** em 1701 (atual Caravelas); **Jaguaripe**, 1705; **Itapicurú**, 1755; **Vila Viçosa** em ca.1769; **Vila do Prado** em ca.1772; **Portalegre** em 1772; **Vila de Alcobaça** em 1774; **Vila de Santarém** e **Vila de Abrantes** em 1794; estas antigas aldeias jesuíticas.

\* RIO – Todas no Rio de Janeiro: **São Fidelis da Sigmaringa** em 1782, pouco acima de Campos; **Freguesia e Aldeia de São Pedro** em 1786, antigo estabelecimento jesuítico, nas proximidades de Cabo Frio; **Vila Nova de Magé** em 1789; **Vila Real da Praia Grande** em 1819, atual Niterói

\* ESPÍRITO SANTO – **Linhares** em 1819.

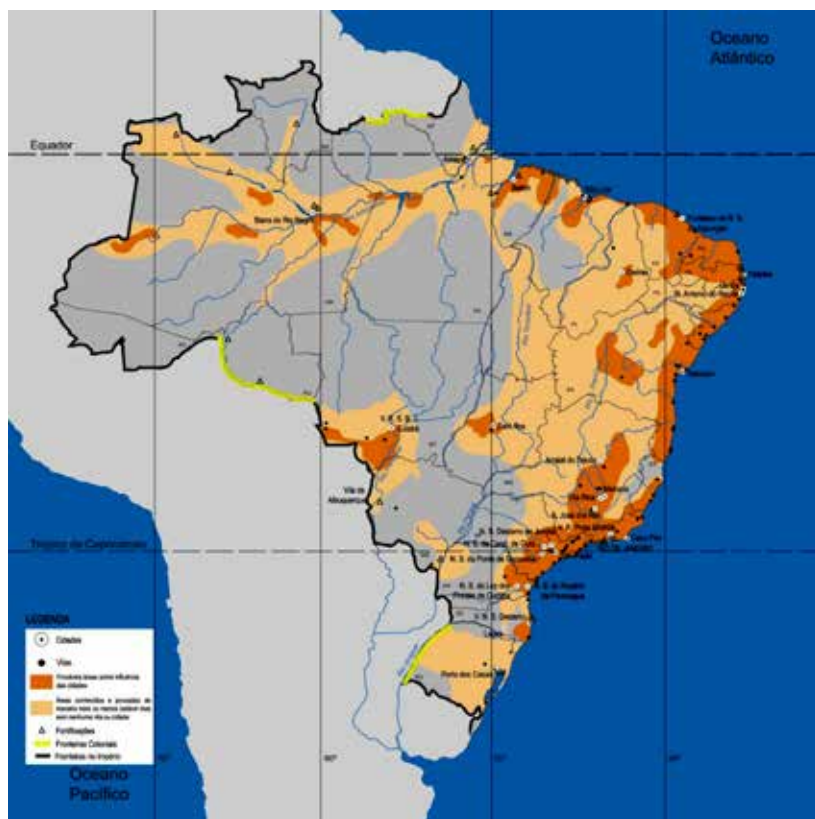
\* SÃO PAULO – **Nossa Senhora do Bom Sucesso de Pindamonhangaba**, 1705 (atual Pindamonhangaba); **Lorena** e **São José dos Campos**, no vale do Paraíba. No vale do Tietê, aproveitando a ligação fluvial, são criadas as aldeias de **Barueri** e **Arassariгуama**; **Porto Feliz** em 1765, então Freguesia de Araritaguaba; facilita-se o acesso fluvial a Cuiabá. Ainda se criam as povoações de **N. Sra. da Conceição de Sabaúna da Lage**, em 1765 (Sabaúna) e **São José de Ararapira**, 1767 (Arapira), no município de Cananeia; apoio aos viajantes que iam a Paranaguá.

\* PARANÁ – **Guaratuba**, 1771; **Antonina**, 1797; **Castro**, 1798 – região desabitada até o início do século XVIII; parte da Província de São Paulo sob a comarca de Itu.



**Figura 18** No século XVIII, houve aumento expressivo da ocupação do território, delineando-se, já naquele tempo, a atual configuração do território brasileiro – em especial nas regiões Nordeste e Sudoeste e no atual estado do Rio Grande do Sul. Fonte: Mapa produzido por Rafael Pecoraro, 2016.

Nesses três séculos de América Portuguesa se situaram as vilas e cidades de Reis (2000b) nos litorais e ecossistemas de todo território (AB’SABER, 2001, 2006). A expansão do território avançava pelas diversas regiões; o Império viria a elaborar os processos e ações efetivas para constituir o território. (MAGNOLI, 1997). A natureza, a partir de seu patrimônio ambiental, iria se transformando. (MIRANDA, 2003; KURY, 2013). É uma singular sociedade que, com sua intensa mobilidade física por extensos espaços, foi criando as oportunidades de mobilidade social por meio dos arranjos possíveis na colônia; o mercado interno brasileiro vai se consolidando. (CALDEIRA, 2009).



**Figura 19** O mapa sintetiza toda a expansão urbana e territorial dos três séculos da Colônia, mostrando as diversas etapas de urbanização e conquista de novas terras.  
 Fonte: Mapa produzido por Rafael Pecoraro, 2016.

Em 1819, as estatísticas oficiais disponíveis indicam que a população total brasileira seria de 4,39 milhões de pessoas. Parte pequena da população livre era assalariada; a maior parte era de “[...] produtores independentes, donos de seus meios de produção e capazes de produzir por conta própria os meios de vida e acumulação de riqueza”. (CALDEIRA, 2009, p. 15). Por outro lado, em 1800, sabia-se que o ritmo da economia portuguesa dependia do desempenho colonial. Um mercado dinâmico se desenvolvia na colônia. Os tupis e guaranis e os portugueses imigrados uniram-se em combinações variadas de casamentos e tentativas de enriquecer, e seus filhos foram aumentando o conjunto inicial. Ao longo de três séculos, o Brasil continuou a receber imigrantes portugueses – indício de que havia, na América Portuguesa, um mercado interno valioso, uma sociedade aberta, capaz de receber e abrigar pessoas dispostas a enriquecer, e uma mobilidade social capaz de atrair índios e portugueses. Essa miscigenação, durante o século XVIII, foi largamente ampliada pela presença de descendentes de africanos entre os homens livres acelerando-se com a descoberta do ouro.

Do ponto de vista populacional, a mescla brasileira de raças formava a maioria da população livre – uma característica apenas brasileira, ainda que houvesse escravidão africana em todas as Américas – num outro indício de existência de uma sociedade aberta, mesmo em face de um regime claramente escravista. (CALDEIRA, 2009, p. 19).

Para entender a dinâmica concentrada na atividade interna, no mercado interno, é preciso introduzir a figura do empreendedor como peça central. Essa análise é desenvolvida por Caldeira (2009). A definição de empreendedor empregada em seu livro relaciona-se à carta de Pero Vaz de Caminha, que, além de dois degredados que ficaram, cita no trecho final: "[...] com esses dois degredados ficam mais dois grumetes que se saíram desta nau no esquife fugidos para a terra, e não vieram mais. E creio que ficarão porque, prazendo a Deus, fizemos daqui partida". (CALDEIRA, 2009, p. 168). Aos dois degredados foi imposto pela força o desembarque e caberia a eles sobreviver no local à própria custa. Os dois grumetes que se arrojaram em terra por sua conta, assumiram decisões individuais, iniciando uma jornada que os levou para o desconhecido. Caldeira mostra o entendimento, naquela época, do verbo "empreender", a partir do **Dicionário da Língua Portuguesa**, de Antônio de Moraes Silva: "Determinar-se a fazer alguma ação laboriosa, e difícil; v.g. empreender a conquista, o descobrimento, uma jornada; empreender qualquer justo perigo; expor-se". (SILVA, 1813 apud CALDEIRA, 2009, p. 168). Empreender era a grafia da época.

Voltando aos nossos grumetes, ao lançarem-se para longe do mundo onde haviam crescido, sem possibilidade de voltar, empreendiam em outro sentido: "[...] determinavam-se a realizar uma tarefa [...]", conforme a compreensão que o dicionário explica. Cortavam as amarras com a vida pregressa, buscavam novos caminhos não previstos para a vida; criavam caminhos diversos.

Para lidar com a cultura tupi-guarani, Caldeira recorre ao antropólogo Eduardo Viveiros de Castro. O longo contato pessoal com povos que não dominam a escrita exige profissionais treinados e capazes. Nesse sentido, resumindo muito, é importante entender que os tupis não eram exatamente um "povo sem religião", como tão repetido. Sua religião dispensava templos, o sagrado era presença no cotidiano, recebendo os deuses em casa.

Receber os europeus era parte de sua própria jornada para novos conhecimentos. A fusão entre povos diversos, receber o de fora em casa, era parte do modo de crescer na jornada da vida. (VIVEIROS DE CASTRO, 2011, p. 206). Para os indígenas, pertencer a uma tribo equivalia a ter relações de parentesco com todos os seus membros. O hábito tupi-guarani de ceder em casamento uma mulher da tribo para um estranho que fosse aceito no grupo tornava-o parente de todo grupo. Dessa forma, fez-se o contato entre os donos do conhecimento da natureza e os recém-chegados. O Brasil, além da escravidão, constituiu-se em torno do casamento de pessoas de raças e culturas diversas: "A história colonial do Brasil é a história da construção de alianças entre os grupos, já não mais indígenas, mas mesclados, que vieram a se fixar na terra". (CALDEIRA, 2015, p. 192). Nesse processo, criava-se uma sociedade aberta, de população mestiça, em uma aliança que transformava as duas partes: o nativo alterava seu modo de vida, e o europeu abandonava sua origem.

A descendência de ambos e a continuidade desse processo criaram uma base mestiça grande, em densas redes de alianças e negócios, com relações pessoais que exigiam larga confiança na capacidade do outro. Caldeira (2015, p. 269) explicita o

aparecimento de formas diversas pelas quais se fundiam negócios e famílias, concretizando empreendimentos: “Fiado, dote, armação, quarta e empréstimos se complementavam como formas de disseminação da figura do empreendedor por todos os poros da sociedade.”

## **VOTAR: UM VALOR DA SOCIEDADE MISTIÇA**

Em 22 de agosto de 1532, Pero Lopes de Sousa, irmão de Martim Afonso de Sousa, registra em seu diário de bordo a inauguração do primeiro governo legal no território do atual Brasil. Naquele dia, na prática, foram as pessoas simples, analfabetas, rudes, que habitavam aquele lugar ermo, a povoação recém-criada, que escolheram as autoridades pelo voto. Aquelas pessoas eram os eleitores de São Vicente. Em 1553, o governador Tomé de Sousa informa ao monarca D. João III que fizera João Ramalho – um líder civil que comandava alianças – capitão da vila. A partir dessa data, também se iniciava a eleição de vereadores para a Câmara de Santo André. A vila mudaria de nome em abril de 1560, passando a chamar-se São Paulo.

Esse processo sucedeu-se em todas as vilas que se implantaram. Em Olinda, a partir de 1541, aconteceram as primeiras eleições. Nessa vila, relacionou-se com a Câmara também o donatário que tivera poderes concedidos pelo rei. Em Salvador, onde vivia o Governador-Geral, representante do rei, as eleições aconteceram a partir de 1549. Assim, as câmaras municipais estenderam-se em todas as vilas. Houve sempre eleições regulares: os eleitos tomaram posse, deixaram o governo ao final do mandato de um ano e transferiram o poder aos seus sucessores. Os vereadores escreviam as leis, comandavam sua aplicação e chefiavam a aplicação da justiça nomeando juízes. Eram representantes eleitos e tinham prerrogativas como definir preços de produtos, criar impostos e até recusar funcionários nomeados pela Coroa.

Esses povos mestiços, praticamente todos analfabetos, distantes e isolados da metrópole lusitana, desde cedo exprimiam sua vontade ao votar e ao serem governados pelos eleitos. Seguro que não poderíamos dizer que eram democratas no sentido que hoje damos à expressão. Pior, defendiam a escravidão e, certamente, cometiam muitas injustiças e usariam da condição em benefício próprio. Mas seria indispensável colocar esse contexto na realidade dos feudos e senhores europeus da época.

Nas Câmaras, parte das construções iniciais de todas as vilas, instalaram-se os governos locais, com estrutura de poder permanente, que caracteriza um traço cultural essencial da realidade social. Caldeira (2015, p. 38-54) discorre sobre a base de valor na história brasileira do voto e da democracia.

## **PATRIMÔNIO AMBIENTAL A NATUREZA E OS INDÍGENAS**

Um modo diverso de ver as coisas no século XVI levou-me a citar o registro de Jean de Léry, em 1556, com um índio tupinambá. (MAGNOLI, 2015, p. 17-19). Para o índi-

gena, a natureza era um valor, e a preservação dos bens na Terra era importante para deixar aos viventes de amanhã.

Na época em que o teólogo Léry, que dialogava com João Calvino a elaboração da teoria protestante, o conhecimento que os índios brasileiros tinham da floresta e de muitas de suas espécies surpreendia os europeus. Os primeiros habitantes da terra não conheciam apenas as plantas da localidade que os vira nascer: aprendiam a observar, aprendiam a olhar em torno, a improvisar. Enquanto os europeus conheciam cerca de uma centena de espécies, os indígenas manipulavam por volta de três mil espécies. Era um contínuo aprendizado na troca de observações e experiências um com o outro. Desenvolveram remédios e drogas para muitos diferentes distúrbios, experimentaram cruzamentos com novas maneiras de lidar com sementes e plantios e obtiveram grande variedade de venenos, tônicos e estimulantes. Dedicaram-se a montar receitas, extratos de ervas, drogas para diversos rituais e novas práticas com novas formas de uso. Revelaram muita plasticidade em face das diversas transformações da história que viveram. Recomendo Kury (2013), bem ilustrado e elaborado por um grupo de historiadores que se debruçou sobre esses conhecimentos.

## OS PORTUGUESES E A “AVENTURA DAS PLANTAS”

Os portugueses introduziram grande número de plantas tropicais de outros continentes, muitas vezes em competição com espécies nativas. Com essa “aventura das plantas”, colonizaram-se diferentes regiões da América, promovendo-se, nas terras brasileiras, o aumento da biodiversidade. As introduções transcontinentais de espécies vegetais foram de muito sucesso: novas terras, semeadas por novas espécies, transportadas em geral na forma de frutas e sementes, sem as principais pragas e doenças, cresceriam melhor no Brasil do que nas terras da África e da Ásia. Assim, o cacau, o abacaxi e a borracha, originários das Américas, viriam a ter ótimo desenvolvimento ao serem introduzidos na África, Ásia e Oceania, livres de parte das pragas que aqui os assolava. Os portugueses não sabiam que o sucesso se devia à natureza ecológica das mudanças. (MIRANDA, 2003).

Uma nova paisagem se constrói com a vinda de animais e plantas da Europa, Ásia, África e América Central. Imagens e hábitos estão entre as mudanças culturais significativas: a orla marítima, com coqueirais dos países do Oceano Índico, incorpora à visão cultural brasileira uma nova “imagem-praia”. Dos índios se tomarão novos hábitos de dormir e comer: as redes e a mandioca. Mais tarde, lado a lado, com plantas indígenas medicinais e árvores frutíferas nativas, com nossos abacaxis e cajus, estarão também legumes, hortaliças, flores e cereais “exóticos”: cana-de-açúcar, algodão, manga, banana, carambola, melão, melancia, arroz, feijão, trigo, aveia, sorgo, uva, coco, jaca, café, pinha, graviola, abacate. A dieta habitual é de produtos de origem exótica trazidos pelos portugueses. A troca transcontinental de espécies vai prosseguir por dois séculos em processo de tentativa e erro; está na base das maiores transformações espaciais dos ecossistemas originais.

## UM EMBRIÃO DE LEGISLAÇÃO AMBIENTAL

A exuberância da natureza tropical impressionou a Corte portuguesa, que estendeu ao Brasil, ainda em 1532, as Ordenações Manuelinas – com a finalidade de proteger a natureza (Miranda, 2003, faz referência a esse aspecto). Em relação ao número de espécies da flora e da fauna conhecidas em Portugal na época, foram necessárias mudanças de porte em vista da biodiversidade encontrada e daquela que os próprios portugueses aumentaram. O elenco de proibição da caça de animais e da proteção de árvores deveria ser ampliado. Também se atribuía valor à qualidade da madeira: até hoje, é parte do nosso vocabulário a expressão “madeira de lei”. Sem dúvida, a capacidade de fiscalização do imenso território era, na época, muito complexa, mas mantidas as devidas proporções, hoje ainda é difícil fiscalizar a aplicação da legislação ambiental. Ao vedar a caça em determinados lugares e impedir que fossem abatidas as árvores, principalmente as frutíferas, dá-se ensejo ao zoneamento ambiental e à noção de reparação por dano ecológico enquanto embrião de legislação ambiental.

Com a implantação, em 1548, do Governo Geral do Brasil, a preservação e conservação dos recursos naturais adquire feição local. Por meio das Ordenações Filipinas, visto que Portugal estava, na época, sob domínio espanhol, é assinado por Felipe II, em 12 de dezembro de 1605, o Regimento do Pau-Brasil: visava racionalizar o extrativismo da madeira e conservar as matas para as futuras explorações; seria a primeira lei de proteção e gestão florestal sustentável. Eram previstas penas proporcionais para quem excedesse a licença de corte do pau-brasil e dispunham-se critérios para a forma dos cortes, de modo a garantir que voltassem a brotar. Vários detalhes dos controles constam em Miranda (2003, p. 73). Contrariamente ao que se divulga, foi a fabricação industrial de anilina, a partir de 1850, que retirou o pau-brasil do mercado; não foi a devastação da mata atlântica. Tal devastação, infelizmente, deverá ser atribuída a nós, brasileiros. Até os manguezais foram objeto de alvará real de proteção, em 10 de julho de 1760 notificado às Câmaras das capitanias.

**Transição:** uma ponte entre a América Portuguesa e o Brasil-Nação

A Corte nos trópicos, em 1808, chega ao Rio de Janeiro com cerca de 15 mil pessoas. Em 1815, D. João elevou a Colônia à categoria de Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves, parte de uma união real com a metrópole. A abertura dos portos financiou uma remodelação do Rio; criaram-se teatros, jornais, escola de música, biblioteca e instituições como o primeiro banco, o Banco do Brasil.

D. João fica encantado com a paisagem, as florestas, morros e lagos. Para incentivar a agricultura e experimentar diversas modalidades de cultivo criou, em 1808, o Real Horto, origem do Real Horto Botânico do Rio de Janeiro – na prática, a primeira Unidade de Conservação (UC) do país. Entre as primeiras plantas introduzidas, estava *Roystonea oleracea*, palmeira plantada em 1809, que ficou mais conhecida do que as da nossa flora.





**Figura 20** Jardim Botânico do Rio de Janeiro.  
Foto: Josefina Capitani, 2015.



**Figura 21** Jardim Botânico do Rio de Janeiro. Um parque urbano no século XXI, que sofreu sucessivas reformas ao longo de sua existência, mas mantendo seu caráter de jardim botânico.  
Foto: Josefina Capitani, 2014.

Em 1821, a contragosto, D. João volta a Portugal, deixando seu filho e herdeiro como regente da parte americana do Reino Unido. O confronto com a Corte de Lisboa leva à Independência, em 1822, e à criação do Império do Brasil. Apesar do entusiasmo, que se generalizou entre a população, era preciso enfrentar problemas urgentes: fazer a Constituição do Império, implantar uma política econômica para a nação e traçar a estratégia de inserção do país no mundo.

## A DIFÍCIL CONSTRUÇÃO A SOCIEDADE BRASILEIRA EM BUSCA DO APERFEIÇOAMENTO DA CIDADANIA

A pintora Adriana Varejão expõe uma série de retratos – *as cores da mestiçagem* – em que o próprio rosto assume diferentes tons de pele, declaradas por entrevistados em pesquisa do governo. Apareceram 136 cores: branca-melada, branquinha, encerada, rosa, mulatinha, morena-canelada, retinta, queimada, e por aí vai. Isso mostra que os brasileiros são mestiços. Não são simplesmente as cores que se mesclam, mas, sim, as culturas; a mestiçagem é muito mais ampla do que se avalia com as percepções derivadas da cor da pele: é a interculturalidade que caracteriza o brasileiro. É com Gilberto Freyre, em **Casagrande e senzala**, que a abordagem cultural transforma a mestiçagem em valor positivo (MAGNOLI, 1997, p. 98-101, discorre sobre esse aspecto).

A adaptação a diferentes níveis de insolação define a cor da pele. A genética decifra o DNA e afirma que raças não existem. A simplificação das classificações raciais é desmontada no texto interessante de Cavalli-Sforza (2003, p. 93): “Sabemos que a cor da pele é em grande parte determinada pela intensidade do sol.” Resumida, sua argumentação esclarece que aqueles que vivem mais próximo do Equador, além da pele mais escura, conforme as latitudes, adaptam traços corpóreos, como o feitio do corpo, o tamanho das narinas, o tipo de cabelo. Por outro lado, o autor também explica que, em geral, a mistura de raças aumenta a resistência a doenças e a sua própria viabilidade. É o fenômeno conhecido como “vigor híbrido”, a vantagem do heterozigoto. Este é um indivíduo que recebe do pai e da mãe formas diferentes de um gene. (CAVALLI-SFORZA, 2003, p. 71).

Barack Obama, presidente dos Estados Unidos desde 2008, ao definir-se como mestiço, embaralhou as ideias para os americanos, pois, no censo e nas leis americanas, a mestiçagem não existe. Lá, ou você é branco, ou é negro. Para fazer leis raciais, elimina-se a mestiçagem, definindo claramente a raça de cada um. E a mestiçagem é a não raça, a indefinição. Nossas ações afirmativas copiaram os americanos, onde o mestiço não existe!

Procurar eliminar o mestiço no Brasil é um absurdo; a miscigenação é da história do país há quinhentos anos. Para instituir cotas raciais, é preciso eliminar o mestiço. Não há, no Brasil, um conceito popular de que estamos separados por raças, como nos EUA. A maioria dos brasileiros não interpreta o Brasil pelo prisma da raça; o estado brasileiro nunca fez leis raciais ao longo da história, pelo contrário. Não há racismo no Brasil; há racistas. Quando se manifestam, é uma vergonha, um escândalo: mostram o caráter antirracista da nação. No fundo das mentes, tem-se uma só raça: a humana. O racismo no Brasil está sempre ligado à questão socioeconômica, à desigualdade. A maioria dos pretos e pardos está em regiões mais pobres do país, enquanto a maioria dos brancos está nas regiões mais ricas. Há maior incidência de pobreza entre pretos e pardos. No fim da escravidão, os descendentes de escravos não foram incluídos na sociedade que se modernizava. Foram segregados econômica e socialmente por falta de reforma agrária e de ensino público abrangente. A questão do ensino continua mal resolvida.

A qualificação dos direitos sociais universais é a chave para pensar a enorme lacuna na educação básica e fundamental. É um engano conceder privilégios – ações afirmativas, cotas, Prouni a grupos privados de ensino – a alguns poucos que se definem negros e indígenas, como se não pudessem ter méritos próprios. Em vez de cotas raciais, são necessárias cotas sociais e, principalmente, políticas de rápida melhoria das escolas públicas.

Em busca de outro viés para a questão da educação recorri à abordagem dos economistas Giambiagi e Schwartzman (2014), que num texto extremamente claro, deixam explícito que educação é pressuposto do crescimento, e não mero resultado; que o fortalecimento das políticas públicas, nos campos da educação e saúde, moradia e transporte, é o meio mais indicado para combater as desigualdades extremas que atravessam a sociedade brasileira. (GIAMBIAGI; SCHWARTSMAN, 2014, p. 117-133).

**A mobilidade social e os empreendedores** – Com o Império e a República, as migrações internas foram contínuas, porém, especialmente no final do século XIX, vieram imigrantes diversos: alemães, italianos, espanhóis, libaneses; depois orientais, japoneses e chineses; agora, na virada do século XX, chegaram bolivianos, peruanos e outros povos latinos, em geral, indígenas que falam espanhol. Somaram-se a esses, em 2014, haitianos que falam francês ou crioulo; os ganeses e congoleses e os sírios são recentes. Reforçou-se a leva de pessoas em busca de oportunidades; muitas delas, ou seus descendentes, casaram-se no Brasil; entre os novos chegados, também muitos aqui se casarão. Concordo com Caldeira (2015, p. 269) ao afirmar que “[...] a vontade de empreender, de correr riscos, não é apanágio de uma minoria”. A procura de mobilidade social, a “jornada” dos dois grumetes em busca de oportunidades, é também própria à grande maioria dos migrantes e imigrantes em todos os lugares e países. A dinâmica social no país revela-se na ascensão de Lula (Luiz Inácio Lula da Silva), de retirante nordestino que, saído dos fundões do sertão, chega ao patamar mais alto – de Presidente da República.

**A cidadania formal** – Os Estados-nações usam os princípios de *jus soli* (lugar de nascimento) e *jus sanguinis* (ascendência) para determinar o pertencimento à nação. A cidadania brasileira foi claramente especificada no início da nação: “São cidadãos brasileiros os que no Brasil tiverem nascido, quer tenham nascidos livres, ou libertos, ainda que o pai seja estrangeiro e os filhos de pai brasileiro, e os ilegítimos de mãe brasileira, nascidos em país estrangeiro, que vierem estabelecer domicílio no Império”. Assim, a Constituição de 1824 (artigo 6) formulava a cidadania nacional em termos de *jus soli* incondicional e *jus sanguinis* condicional. Essa formulação permanece essencialmente inalterada até hoje. A inclusão caracteriza a cidadania; *jus soli* era includente e irrestrita. A lei brasileira encorajava a mistura racial, não fazendo diferença entre índios e negros. Estes, quando nascidos livres, eram cidadãos; os outros, nascidos no Brasil, quando libertos, seriam automaticamente cidadãos. Vale observar que a cidadania americana estabeleceu o *jus soli* em 1820, em alguns estados: em 1850, na maioria deles; em 1920, para as mulheres, e, no caso dos negros americanos, o *jus soli* incondicional é de 1965. (HOLSTON, 2013). Contextos extremamente diversos entre a situação brasileira e americana questionam as cotas raciais, copiadas dos americanos.

Os anos 1980 do século XX, com a endêmica crise econômica e a inflação galopante, tinham propiciado amplos debates e ensejado demandas pela ampliação da noção de cidadania. Considerada uma “década perdida”, fora, ao contrário, altamente relevante para o avanço democrático do país, com a irrupção de múltiplos movimentos sociais: trabalhadores, camponeses sem terra, mulheres, negros, índios. Concluída a difícil transição democrática, a luta por eleições presidenciais diretas, uma nova Constituição, a de 1988, consagrou os direitos sociais sob a égide do estado e instaurou plenas liberdades democráticas. Ao final, em 15 de novembro de 1989, as primeiras eleições diretas para a Presidência da República contêm, como novo dispositivo constitucional, um segundo turno entre os dois mais votados. Seria acionado, em poucos anos, um dispositivo

constitucional que constava na nova Constituição: o *impeachment*. Ao assumir, o vice-presidente deveria enfrentar o desafio do controle da inflação e a abertura do país ao mercado internacional.

Desde as Câmaras Municipais, vereadores eleitos, atas das câmaras do início do período colonial à virada do século XX, levantaram-se questões sobre a qualidade da democracia, partindo da ideia de que a eleição é requisito fundamental – mas o inicial, e não o suficiente. Cada vez mais se buscam nas instituições as características que viabilizam a democracia: Imprensa livre, Congresso independente, Judiciário isento. Ao indivíduo, cabe participar para estabelecer um governo democrático. Processo lento, exige diálogo e respeito às diferenças. Oposição é importante; ninguém é melhor ou está mais certo porque está no poder. Quem é eleito governa a todos e não apenas aos seus eleitores.

Os aspectos relacionados na América Portuguesa quanto à miscigenação, o empreendedorismo e o embrião da democracia até aqui se avaliaram pela busca de aprofundamento da cidadania. Aspecto novo diz respeito à mudança da estrutura demográfica. Sintetizo três grandes etapas:

- do século XIX até 1940, altas taxas de natalidade e altas taxas de mortalidade resultaram em uma população aproximadamente estável, com grande proporção de jovens;
- de meados da década de 1940 até o final da década de 1960, mantiveram-se altas as taxas de natalidade, enquanto caiu a de mortalidade, levando ao aumento populacional e ao aumento do contingente jovem;
- a terceira tendência, iniciada em meados dos anos 1960, combinou duas reduções: da taxa de natalidade e da taxa de mortalidade, provocando o aumento percentual dos contingentes de adultos jovens e idosos e a rápida queda do crescimento populacional.

A transição demográfica indicada não é somente – mesmo que muito importante – um problema de recursos financeiros da previdência, mas uma questão de mudança de hábitos com consequências nos programas de cinema, televisão, teatro, turismo, habitações, infraestruturas. E mais: um artigo de Colombo (2016) aponta para “[...] um momento único na história da humanidade em que enormes quantidades de pessoas, se têm condições para isso, optam por viverem sozinhas”. As mudanças a refletir são de bem maior alcance, caráter e amplitude. Têm a ver com novas paisagens urbanas.

## A ARTICULAÇÃO E INTEGRAÇÃO DO TERRITÓRIO

O território é uma construção social, histórica e política, que expressa os padrões de apropriação de um espaço geográfico por uma sociedade.

Em 1822, o Império do Brasil considerou como prioridade política a construção da unidade do território, que deveria ser delimitado por tratados de fronteira. Alguns levantamentos sobre fronteiras tiveram início ainda antes da Independência, pelo Marquês de

Pombal. Seguiram-se muitos outros, de maior amplitude e profundidade. Foi conduzido um consistente trabalho de política externa, de modo a transformar as delimitações dos Tratados de Tordesilhas, Madri e Santo Ildefonso. Buscava-se consolidar as fronteiras do país e garantir que não houvesse chance de litígio territorial com países vizinhos (esse histórico é descrito em Magnoli, 1997). Por meio da Constituição de 1824, o Estado se organizou como monarquia unitária, centralizando o poder no imperador; evitava-se a formação de centros regionais concorrentes no poder. O território foi dividido em Províncias e o imperador nomeava o presidente de cada uma.

Em 1889 organizava-se a República, baseada em um modelo federativo. As Províncias foram convertidas em estados, com assembleias, com poderes legislativos e Constituições. Os governadores passaram a ser eleitos, e tal modelo e autonomia se mantêm. Com a Proclamação da República, definiu-se um projeto nacional de integração do vasto território e de transferência da capital para o interior. A implantação de Brasília é uma decisão política emblemática da integração. Articular e integrar o país, levando a capital para o centro, conduz a novas formas de ocupação do interior. O povoamento mais intenso das terras interiores demanda a implantação de serviços públicos e a presença de órgãos da administração estadual para garantia de direitos sociais. Demanda, também, diferentes infraestruturas de transporte – para mercadorias e pessoas – e infraestruturas de comunicação para informações e intercâmbios de ideias e culturas.

Do complexo de temas inseridos na valorização do território, como energia, agricultura, indústria, ao destacar a integração com o projeto nacional da República, selecionei o espaço da agroindústria na medida em que veio a ocupar grandes áreas do interior com exigências expressivas em infraestruturas. Simultaneamente, ao trazer nova configuração regional, vem induzindo novos processos de urbanização e novas paisagens urbanas.



**Figura 22** Estrada Pirenópolis/Eunápolis, antigos campos de cerrado transformados em culturas e cidades. Foto: Silvio Soares Macedo, 2016.

A ocupação do interior no Centro-Oeste, no cerrado, com um modelo de agricultura tropical, transformou as terras do cerrado em campos férteis. Os avanços tecnológicos

em ciências da terra, desenvolvidos pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) e outras instituições, trouxeram uma expansão sem precedentes da agricultura e da pecuária intensiva – porém na medida em que essa produção está no interior do país, também está distante dos centros consumidores externos e internos. Essa característica, em país de dimensões continentais, enfatiza a importância da questão do transporte. Abordam-se, de forma muito resumida, os principais aspectos dessa questão; recomendo o texto de Lovatelli e Amaral, “Mobilidade rural e urbana e a logística”, em **Interesse Nacional**, n. 24, p. 51- 61.



**Figura 23** Interior de Goiás, área vizinha a Eunápolis.  
Foto: Silvio Soares Macedo, 2016.

A rápida expansão dos cultivos encontrou-se com duas décadas de investimentos em infraestrutura muito aquém do necessário, e do progressivo desaparecimento da capacidade estatal de planejamento e gestão, enquanto manifestavam-se os benefícios do ciclo de alta da demanda por *commodities*. A demanda deveria ter sido precedida pela implantação de modais adequados ao volume e ao tipo de mercadoria a serem transportados. Grãos e minérios, por exemplo, requerem modais com economias crescentes de escala – como as ferrovias e hidrovias –, que se traduzem em custos decrescentes de transporte por unidade de produto. É preciso organização, planejamento e execução.

Lovatelli e Amaral (2014) mostram a formação dos preços das *commodities* agrícolas, explicam a importância da logística, esclarecem como a atual infraestrutura prejudica a economia. Analisam, também, a eficiência dos modais de transporte medida pelo consumo de combustíveis e, ao identificarem as implicações dos transportes em hidrovias, ferrovias e rodovias, deixam claro que seria muito mais inteligente investir em modais mais eficientes do ponto de vista do consumo desse combustível. É preciso remontar às formas de ocupação e ao plantio inicial da soja para entender as mudanças.

À medida que essa oleaginosa se adaptou às condições das latitudes mais baixas do país, criaram-se as condições básicas para que o produtor brasileiro vendesse suas propriedades do sul e sudeste e fosse para regiões com disponibilidade de terras mais baratas. Ao contrário do que se costuma pensar, não há aí uma monocultura, mas um rodízio de culturas que inclui a soja, principal produto agrícola da pauta de exportações brasileira e, com igual importância, o algodão, o milho e outros grãos. É uma produção agrícola considerada das mais eficientes. Outra vantagem dessa produção com plantio direto na palha é a capacidade de gerar duas, às vezes até três safras na mesma área, à diferença dos países de clima temperado, com uma só safra. No período de chuva, plantam-se as culturas de maior rentabilidade, e, no período seco do ano, é a “safrinha” com o plantio de outras culturas, como o milho, o milheto, o sorgo em lavouras irrigadas por pivô central, sendo altas as produtividades obtidas. Nessas regiões também se tem a integração da lavoura com a pecuária, silvicultura, fruticultura de ponta, genética animal.

Essas considerações mostram que um país continental se redescobriu, nos últimos anos, como potência de agricultura tropical, que passou de importador a exportador de alimentos, fibras, carnes e bioenergia. As condições logísticas, de infraestruturas que poderiam ser suficientes no passado já não se prestam para as novas realidades. O impacto dos volumes a transitar avança até sobre os portos regionais, especialmente Santos (SP), Paranaguá (PR), Rio Grande (RS), Vitória (ES) e São Francisco do Sul (SC).



**Figura 24** Porto de Santos (acima e ao meio da imagem).  
Foto: Silvio Soares Macedo, 2015.



A situação da logística é analisada por Lovatelli e Amaral (2014), que identificam os investimentos necessários para transportar os produtos pelo Canal do Panamá, que estará com sua capacidade de transporte duplicada no início de 2016, podendo receber navios de maior capacidade de carga. Os autores se estendem em considerações sobre as obras prioritárias, as mudanças necessárias na gestão pública, a necessidade de maior coordenação entre as autoridades envolvidas nos projetos. Comentam, também, que são altos os recursos para arcar com os custos elevados da legislação ambiental brasileira. Tal aspecto será abordado por Lovatelli (2016), que foca o tema conciliação entre a produção de alimentos e legislação ambiental rigorosa, referindo-se ao Código Florestal de 2012, que prevê Áreas de Preservação Permanente (APPs) de acordo com o tamanho da propriedade e Reserva Legal, que variam conforme o bioma. No cerrado, a proteção oscila entre 20% e 35%; na Amazônia, o percentual é de 80% da propriedade rural. A integração das informações deverá acontecer com a implementação, até maio de 2016, do Cadastro Ambiental Rural (CAR). Na medida em que a União Europeia é importante importadora de produtos de valor agregado do complexo soja e, simultaneamente, compradora exigente em relação à questão ambiental, à qualificação ambiental em relação ao agronegócio.



**Figura 25** O porto de Suape, como outros tantos investimentos em infraestrutura portuária e ferroviária, demorou muito tempo para ser construído e, mesmo em 2016, ainda não estava concluído. Após anos de atraso, inúmeros investimentos não tinham saído do papel, aumentando muito as deficiências crônicas em infraestrutura do país. Foto: Silvio Soares Macedo, 2015.

Expus a articulação do território nas novas configurações regionais do cerrado no Centro-Oeste brasileiro. A urbanização decorrente da moderna produção foi estudada pelo colega Vicente Barcellos, pioneiro no tema, que analisou parte desse histórico para compreender os aspectos relativos às novas paisagens urbanas, à sociabilidade nos espaços livres públicos, no sistema de ruas, avenidas, praças e parques (consulta

disponível em **Paisagem e Ambiente**: ensaios, n. 29, 2011, p. 227-246; n. 34, p. 61-79, 2014 e em **Sistemas de Espaços Livres**, 2011, p. 153-180).

A situação anterior da infraestrutura nos espaços da nova agricultura tropical poderia ser específica e singular da mudança nessa realidade de grande porte. Para ter uma avaliação atualizada sobre as deficiências da infraestrutura brasileira, sugiro a leitura de Giambiagi e Schwartzman (2014, p. 101- 116).

## DO PATRIMÔNIO AMBIENTAL AO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Na Constituição de 1988, o país elevou o meio ambiente à condição de bem público a ser protegido. A Política Nacional do Meio Ambiente de 1981 foi incorporada à nova Constituição. A importância desse aspecto revela-se na medida em que, na Carta Magna, vem junto com a ideia de cada vez mais evoluir para a construção de um moderno Estado democrático, assegurando direitos civis e políticos e buscando a universalização dos direitos sociais.

Nas transformações sobre as questões do ambiente para o desenvolvimento sustentável, selecionei dois casos, aqui resumidos. São duas situações muito diversas, mas em ambas se lida com o mesmo conceito: a valorização das populações e o elo com o patrimônio natural. É significativo o “humano” da biodiversidade e a utilização “consciente” da biodiversidade.

O primeiro caso refere-se a um estudo de Becker (2006) sobre a Amazônia, no qual coloca como premissa a impossibilidade de dissociar a proteção da biodiversidade – e da natureza – de sua dimensão humana. Essa afirmativa baseia-se em várias razões: os contextos históricos que explicam as políticas; o contexto das relações sociais, que contém a diversidade da vida como fenômeno humano; os diferentes projetos para a biodiversidade, conforme os significados para as diferentes sociedades; a ideia de que a *proteção da biodiversidade é tanto maior quanto maior for sua contribuição para o sustento da população que com ela convive*. A autora menciona as transformações globais das últimas décadas do século XX, período em que se fortaleceram as políticas de preservação da natureza, indicando: 1) a revolução científica e tecnológica, com a informação e o conhecimento como matérias-primas da nova forma de produção criada por essa revolução; 2) a interconexão crescente, em nível global, das arenas políticas nacionais e internacionais; 3) a velocidade acelerada das mudanças, diferenciada social e territorialmente, conforme o acesso à tecnologia, aos recursos financeiros e às iniciativas políticas; 4) a crise ambiental, que impôs novos padrões relacionais com a natureza e seus recursos.

Notou-se que a natureza se tornara um bem escasso quando, pelo satélite, se viu a Terra no cosmos. Perceber a unidade do globo nos fazia conscientes de que era um bem comum; usá-la, passava a ser responsabilidade comum. Saltava aos olhos o desafio ecológico: envolvia a sobrevivência da humanidade e a valorização do capital natural. A questão ecológica entraria na agenda geopolítica global. (MAGNOLI, 2015).

A percepção da crise ambiental passou a exigir reflexões mais sérias e consistentes das relações entre a natureza e seus recursos. Becker (2016, p. 356) afirma: "A natureza é reavaliada e valorizada como informação sobre a vida e sobre os recursos potenciais, mas a valorização dos elementos naturais se realiza num outro patamar, condicionada por novas tecnologias."

Apesar dos níveis globais de transformações, fluxos de informação, conhecimento e financiamento, os estoques de natureza estão localizados em territórios de estados que controlam as decisões sobre o uso dos territórios. Assim, os espaços geográficos territoriais que contêm esses estoques significam capital natural, atual e futuro, tornando-se objeto de novas disputas. A questão ambiental se politiza. Nesse processo de rápidas mudanças globais, o ambientalismo também alterou seu foco inicial: de muito preservacionista passou para o desenvolvimento sustentável, passando a reconhecer as condições sociais.

Essa tese é exposta por Becker (2016), de forma interessante e rica de ideias e pesquisas, para o caso da Amazônia brasileira. A autora indica a implantação do ambientalismo na Amazônia, as condições atuais, as demandas e desafios para o desenvolvimento regional, e termina com uma proposta para o uso consciente da biodiversidade amazônica, analisando a competência regional para viabilizá-la. A tese de Becker (2006) está contida no título do artigo: "Da preservação à utilização consciente da biodiversidade amazônica: o papel da ciência, tecnologia e inovação".

O segundo caso é indicado no artigo de Helder L. Queiroz e Nelissa Peralta (2006) – cujo título, "Reserva de desenvolvimento sustentável: manejo integrado dos recursos naturais e gestão participativa", incorpora aspectos importantes da tese. Os autores expõem a criação, em 1996, no estado do Amazonas, de uma nova categoria de UC, voltada à conservação da biodiversidade: a Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS), que em 2000 foi incorporada ao Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC).

O processo inicial remonta ao início dos anos 1990, com a cogestão da Estação Ecológica Mamirauá (EEM) e a organização não governamental Sociedade Civil Mamirauá (SCM). Lembro que Estação Ecológica é uma categoria de UC de proteção integral que proíbe a permanência de populações residentes. As restrições dessa categoria mostravam-se inviáveis em face da realidade de ocupação tradicional da área. Os pesquisadores perceberam que sem a participação da população local, tanto no manejo dos recursos, como na gestão da área, a UC não seria viável em longo prazo.

O objetivo básico dessa nova categoria, RDS, consiste em promover a conservação da biodiversidade, assegurando as condições e meios necessários para a reprodução social, a melhoria dos modos e qualidade de vida das populações tradicionais, por meio da exploração racional e sustentada dos recursos naturais. Propõe valorizar, conservar e aperfeiçoar o conhecimento e as técnicas de manejo do ambiente desenvolvido por essas populações.

Resumo os tópicos principais do artigo de Queiroz e Peralta, que apresenta os processos pelos quais o modelo se consolidou e identifica suas principais características. Os autores iniciam com um breve histórico, indicam a ocupação humana e as demais características principais da Reserva Mamirauá. Prosseguem com o modelo RDS de

conservação da biodiversidade e os modelos de gestão participativa; os componentes do modelo quanto à pesquisa científica, ao sistema de zoneamento, às normas de uso dos recursos, às alternâncias econômicas. É extremamente interessante analisar, no artigo, os diferentes campos de trabalho e pesquisa multidisciplinar para elaborar os elos entre recursos naturais específicos, a combinação do conhecimento tradicional com o conhecimento científico, a participação ativa e deliberativa das populações locais, os critérios para os assentamentos das comunidades, a formação e manutenção de forte base científica e as inovações em programas que relacionam conservação e geração de renda. Em um desses programas, inclui-se o ecoturismo. Nessa atividade, a hospedagem é feita na Pousada Flutuante Uacari, no interior da Reserva. Os serviços, de alta qualidade, são feitos por moradores da Reserva, treinados e aperfeiçoados no programa.

A Reserva Mamirauá está situada na confluência dos rios Solimões e Japurá, entre as bacias do rio Solimões e do rio Negro. Sua porção mais a leste fica nas proximidades da cidade de Tefé, no estado do Amazonas. Próximo do Parque Nacional do Jaú, A Reserva Mamirauá é considerada uma área alagada de importância internacional, inscrita como um dos sítios brasileiros da Convenção Ramsar das Nações Unidas, que protege áreas alagáveis em todo o mundo. O alagamento sazonal do rio Solimões causa elevação do nível da água, anualmente, de 10 a 12 metros da estação cheia para a seca. É a dinâmica da água causada pelas chuvas das cabeceiras dos rios associada ao degelo anual do verão andino. Em Ab'Saber (2006, p. 72-109), são muitas as ilustrações da Reserva Mamirauá.

## CONSIDERAÇÕES

Este artigo, à procura do processo histórico de construção do país, lidou com três temas – a sociedade brasileira, o território e o patrimônio ambiental – e suas transformações. Estas vêm procurando evoluir para a cidadania, a integração do território e o desenvolvimento sustentável. Os três temas, suas mudanças e inter-relações foram abordados em duas partes, que nomeei: “Singularidades da América Portuguesa” e “A difícil construção”. Essa construção é a de um país cuja colonização deixou legados a cultivar e outros a corrigir com escolhas decididas por brasileiros.

São legados: a interculturalidade, o empreendedorismo e o embrião da democracia. A América portuguesa expandiu o espaço apropriado pelos colonos; o Estado Imperial tomou a si o processo e as ações exigentes para a construção da unidade territorial brasileira.

A inserção do país no mundo surgiu com a Independência: a nova nação devia traçar a política de internacionalização e suas estratégias. Necessários intercâmbios em várias áreas, especialmente na era da mobilidade digital, que busca maior integração diversificada de vários sistemas. Para muitos pensadores, parece importante sair do isolamento por via de uma economia mais aberta e integrada nos mercados internacionais.

Pioneira na internacionalização é a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), com 136 acordos vigentes com 21 países. A presença internacional

da Fundação se alargou e não se limitou às áreas tradicionais. Buscou, também, novas áreas de cooperação, facilitando aos pesquisadores a oportunidade de interagir com colegas de outros países: é massa crítica estimulada em uma rede de pesquisadores operando no mundo. Em particular, com foco na área ambiental, foram lançados dois programas: um dedicado às mudanças climáticas, para avaliar o impacto das transformações globais na América do Sul, e o Programa Bioen, para pesquisa na área de energias renováveis. Neste privilegia-se o desenvolvimento do etanol – o mais barato dos recursos de energia renovável do mundo, com especial significado na matriz energética, levando em conta os vários aspectos do setor sucroalcooleiro, inclusive o emprego.

Enfatizo, ainda, alguns aspectos da sociedade brasileira em busca do aperfeiçoamento da cidadania. A rica interculturalidade, decorrente da miscigenação desde a chegada dos portugueses até os dias atuais, com a acolhida dos mais diferentes povos. Os portugueses, um povo mestiço de latinos, africanos e árabes, desde a chegada no litoral brasileiro, misturaram-se com os nativos e, após, com os africanos. Estes, de diversos lugares da África, falando diferentes línguas, deslocados e separados de sua terra e sua gente, resistiram à escravidão produzindo cultura, elaborando rituais, criando ritmos. A musicalidade brasileira floresceu da semente mestiça e é cada vez mais rica.

Os arranjos dos empreendedores, isto é, as relações econômicas do período colonial, eram o dote, a armação, a quarta, o fiado. (CALDEIRA, 2009). É curioso que alguns aspectos ainda sobrevivam. Presente na colônia desde pelo menos o século XVIII, o fiado ganhou importância imensa na formação brasileira e foi sobrevivendo até os cheques pré-datados do século XX, os cartões eletrônicos do século XXI: é o costumeiro crédito imediato com entrada só em noventa dias, como se anuncia em muitas lojas. É uma forma de financiamento da produção e do consumo. Outro aspecto da economia colonial era o valor da palavra empenhada. (CALDEIRA, 2009). O compromisso entre as pessoas tinha como única garantia o hábito de arrancar um fio de bigode como símbolo do contrato selado. Tal prática ainda era comum entre os pequenos empresários da industrialização, em São Paulo, nas décadas iniciais do século XX. Corresponde ao valor da credibilidade, atualmente tão procurado.

Vimos que o caráter empreendedor esteve no brasileiro desde seus primeiros tempos. Pesquisa de 2015 do Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU) mostra que 46% da população construiu sua própria moradia apenas com a ajuda de parentes e amigos e equipa suas casas com os aparelhos básicos para seu conforto e lazer. Não falta aquilo que depende apenas de seu trabalho, de seu empenho, economias e sacrifícios. Isso é um retrato do espírito empreendedor do povo. São muito mais moradias que aquelas dos tão divulgados programas oficiais. O poder público, só neste século, em vista de favelas já consolidadas, deu início a alguns programas para urbanizá-las com arruamento, iluminação pública e serviços básicos de educação e saúde.

Em países europeus, existem políticas públicas que facilitam as pequenas empresas. Na Itália e Alemanha, elas respondem por mais de 60% do Produto Interno Bruto (PIB) e são estimuladas a participar de consórcios que chegam a reunir mais de duzentas empresas cada. Com isso, criam a massa crítica e a economia de escala necessária para

enfrentar as grandes empresas em pé de igualdade. Na Colômbia e Bolívia, o microcrédito é facilitado. Em Londres, na Olimpíada de 2012, o governo local determinou que a maior parte das contratações de serviços e obras fosse com pequenas empresas. Por outro lado, sem dúvida, há diferença entre prestadores de serviço e empreendedores: estes caracterizam-se pelo desejo de inovar e crescer continuamente. Nesse sentido, é importante criar e estreitar conexões entre empresas e universidades, como ocorre nos Estados Unidos.

A prática efetiva de eleição de autoridades, que começou em 1532 em São Vicente, primeira vila fundada na colônia, era parte da municipalização com legislação própria, criada pelos romanos na Península Ibérica. Ao longo desses quinhentos anos, os municípios mantiveram-se com diferentes graus de autonomia. Desde a República, a federação foi definida como forma de Estado, e os municípios passaram a fazer parte da federação. Continuaram a legislar sobre os assuntos de seu peculiar interesse, mas a concentração de recursos continuou com a União, repassando competências para estados e municípios. Ora, o espaço físico ocupado primariamente pelo cidadão não é a União, nem o estado, mas o município. Não adianta distribuir competências sem recursos para cumpri-las. Além, entre os 5.565 municípios do país, há grande diversidade de hábitos, costumes e necessidades.

Com essas diversidades locais, haverá alguns mais carentes, que necessitarão de políticas nacionais de modo a reduzir as desigualdades regionais. São questões complexas e polêmicas em curso, que visam à ampliação da cidadania e contam para a qualidade da democracia com a premissa da legitimidade daquele que discorda de mim, da capacidade de ouvir e discutir as ideias que mais detesto; os inimigos são aqueles que querem impor suas crenças e normas como obrigação para todos.



**Figura 26** Plano Piloto de Brasília: um exemplo atípico no Brasil de cidade planejada onde o controle vai do parcelamento à volumetria construída.  
Foto: Silvio Soares Macedo, 2015.

A criação da cidade-capital no centro do país foi chave para a articulação e integração do território. Conectou o Sudeste com regiões pouco povoadas do interior e, desse

modo, investimentos produtivos foram atraídos para o Brasil central. Todo o território assumiu uma nova configuração.

No nível local, o planejamento urbano, ao criar o Plano Piloto na área central e as cidades-satélites na periferia, cresceu como cidade polinucleada: uma única aglomeração urbana dispersa territorialmente em diversos núcleos separados. A estrutura espacial, como nas demais grandes cidades, manteve o contraste entre as áreas centrais reservadas às classes média e alta, de um lado, e as periferias populares de outro. Os preços dos terrenos no Plano Piloto e as rígidas disposições urbanísticas afastaram os trabalhadores com menor qualificação da área central. A concentração de recursos financeiros no Plano Piloto dinamiza a economia do Distrito Federal e atrai migrantes para as cidades-satélites.



**Figura 27** Vista de Águas Claras, um dos tantos espaços planejados do Distrito Federal, com configuração muito similar à das demais cidades do país.  
Foto: Silvio Soares Macedo, 2015.

E me pergunto, com intensa preocupação, face ao impressionante desastre ambiental em Mariana em novembro de 2015: pouco se tem procurado, ou não se encontrou o equilíbrio entre exploração de recursos naturais, desenvolvimento econômico e sustentabilidade? As dimensões do rompimento da barragem de rejeitos de minério de ferro são múltiplas e complexas. Uma dessas dimensões de grande impacto é a deterioração ambiental do rio Doce; a dimensão humana desse impacto é muito mais ampla do que aquele que se apresenta no momento, já bem difícil. A avaliação do impacto terá que

lidar com visão sistêmica de toda bacia hidrográfica do rio Doce, incluindo todas as conectividades e interações entre os componentes físicos, químicos, biológicos, sociais e econômicos. Com esse desastre, agora pareceu-me um paradoxo comentar o legado português, lembrar a Política Nacional de Meio Ambiente anterior à Constituição de 1988, e a ela incorporada, e ainda apresentar estudos que trabalham com o manejo da biodiversidade com a população tradicional, a ciência e inovação tecnológica, ações que criam e fazem funcionar a Reserva Mampirauá.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AB SABER, Aziz. **Litoral do Brasil**. São Paulo: Metavídeo, 2001.
- \_\_\_\_\_. **Ecosistemas do Brasil**. São Paulo: Metavídeo, 2006.
- BARCELLOS, Vicente. As supernovas: duas futuras cidades brasileiras. **Paisagem e Ambiente**: ensaios. São Paulo: FAUUSP, n. 29, 2011, p. 227-246.
- \_\_\_\_\_. Sete novas cidades de Mato Grosso. **Paisagem e Ambiente**: ensaios. São Paulo, n. 29, 2014, p. 61-79.
- BECKER, Bertha Koiffmann. Da preservação à utilização consciente da biodiversidade Amazônica: o papel da ciência, tecnologia e inovação. In: BECKER, Bertha Koiffmann; GARAY, Irene E (Orgs.). **As dimensões humanas da biodiversidade**: o desafio de novas relações sociedade-natureza no século XXI. Petrópolis: Editora Vozes, 2006.
- \_\_\_\_\_. GARAY, Irene E (Orgs.). **As dimensões humanas da biodiversidade**: o desafio de novas relações sociedade-natureza no século XXI. Petrópolis: Editora Vozes, 2006, p. 355-379.
- CAMPOS, A. C. A (Org.). **Sistemas de espaços livres**: conceitos, conflitos e paisagens. São Paulo: FAUUSP, 2011, p.153-180.
- CALDEIRA, Jorge. **História do Brasil com empreendedores**. São Paulo: Mameluco, 2009.
- \_\_\_\_\_. **Nem céu nem inferno**: ensaios para uma visão renovada da História do Brasil. São Paulo: Três Estrelas, 2015.
- CASTRO, Fábio de. A FAPESP fez 120 acordos para se internacionalizar. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 5 set. 2015, A19.
- CAVALLI-SFORZA, Luigi Luca. **Genes, povos e línguas**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- COLOMBO, Sylvia. A invenção da solidão. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 30 jan. 2016, Ilustrada C1.
- FELDMANN, Paulo. O empreendedorismo é a saída. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 5 out. 2015, A3.
- GIAMBIAGI, F.; SCHWARTSMAN, A. **Complacência**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014.
- HOLSTON, James. **Cidadania insurgente**: disjunções da democracia e da modernidade no Brasil São Paulo: Companhia das Letras, 2013.
- KURY, Lorelai et al. **Usos e circulação de plantas no Brasil**: séculos XVI a XIX. Rio de Janeiro: Andrea Jakobsson Estúdio, 2013.
- LOVATELLI, Carlos. Sustentabilidade e mercado europeu. **O Estado de São Paulo**, 23 jan. 2016, B2.
- \_\_\_\_\_; AMARAL, Daniel Furlan. Mobilidade rural e urbana: por que o Brasil precisa da logística. **Interesse Nacional**. São Paulo, ano 6, nº 24, 2014, p. 51- 61.
- MAGNOLI, Demétrio. **O corpo da pátria**: imaginação geográfica e política externa no Brasil (1808-1912). São Paulo: Unesp; Moderna, 1997.
- \_\_\_\_\_. **Geografia para o ensino médio**. 2 ed., São Paulo: Atual, 2012.
- \_\_\_\_\_. **A hora e a história**. São Paulo: Três Estrelas, 2015.
- MAGNOLI, Miranda Martinelli. Paisagens urbanas imaginário na fase atual da globalização. **Paisagem e Ambiente**: ensaios, nº 35, 2015. São Paulo: FAUUSP, p. 13-59.
- MIRANDA, Evaristo Eduardo de. **Natureza, conservação e cultura**: ensaio sobre a relação do homem com a natureza no Brasil. São Paulo: Metavídeo, 2003.



REIS, Nestor Goulart. **Evolução urbana do Brasil (1500-1720)**. São Paulo: Pini, 2000a. 300 p. (2ª edição, revisada e ampliada).

\_\_\_\_\_. **Imagens de vilas e cidades do Brasil Colonial**. São Paulo: Edusp; Imprensa Oficial do Estado; FAPESP, 2000b. 414 p.

TIRAPELI, Percival. **Patrimônios da humanidade no Brasil**. São Paulo: Metalivros, 2001.

QUEIROZ, Helder L.; PERALTA, Nelissa. Reserva de desenvolvimento sustentável: manejo integrado dos recursos naturais e gestão participativa. In: GARAY, Irene E. G.; BECKER, Bertha Koiffmann (Orgs.). **As dimensões humanas da biodiversidade: o desafio de novas relações sociedade-natureza no século XXI**. Petrópolis: Vozes, 2006, p. 447-476.

RODRIGUEZ, Ricardo. Patrimonialismo de longa data. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 28 jan. 2016, A2.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. **A inconstância da alma selvagem: e outros ensaios de antropologia**. São Paulo: Cosac Naify, 2011.



## NORMAS PARA PUBLICAÇÃO PAISAGEM E AMBIENTE: ENSAIOS

**Paisagem e Ambiente:** ensaios. Periódico acadêmico dedicado à divulgação de pesquisas, projetos e estudos sobre o paisagismo, nos seus diversos campos de atuação: do projeto de paisagismo aos planos de áreas livres, dos estudos históricos às experiências de ensino, das pesquisas acadêmicas – dos mais diversos portes – aos resultados de eventos científicos, trabalhos teóricos e resenhas de livros. Possui, como focos especiais, os espaços livres urbanos, a questão ambiental, o ensino e o projeto de paisagismo, o desenho da paisagem e o da forma urbana, os fundamentos teóricos e a pesquisa em paisagismo.

Publicação semestral da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAUUSP), vinculada aos laboratórios Quadro do Paisagismo no Brasil (Quapá), Paisagem, Arte e Cultura (LabParc), ao Grupo de Disciplinas Paisagem e Ambiente (GDPA) do Departamento de Projeto e à Área de Concentração Paisagem e Ambiente do Curso de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo da FAUUSP.

***Paisagem e Ambiente:** ensaios. Academic journal dedicated to the dissemination of researches, design and studies on landscape architecture in its several fields of activities, from garden design to plans of open spaces, from studies about history of landscape design to experiences of teaching, from academic researches of several bearings to results of scientific events, from theoretical works to book reviews. It has special focus on the urban open spaces, the environmental issue, the teaching and the landscape design, and the urban form, the theoretical foundations and research on landscape design.*

*Biannual publication of FAUUSP – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo – and is linked to the laboratory Quapá – Quadro do Paisagismo no Brasil –, to the laboratory LabParc – Paisagem, Arte e Cultura –, to GDPA – Grupo de Disciplinas Paisagem e Ambiente – of Department of Projeto and to the graduate course in Architecture and Urbanism of FAUUSP, concentration area of Landscape and Environment.*

## CONDIÇÕES PARA SUBMISSÃO DE TEXTOS

Como parte do processo de submissão, os autores são obrigados a verificar a conformidade da submissão em relação a todos os itens listados a seguir. As submissões que não estiverem de acordo com as normas serão devolvidas aos autores.

- 1 Contribuição original, inédita, que não está sendo avaliada para publicação por outra revista; caso contrário, deve-se justificar em “Comentários ao editor”.
- 2 Arquivo em formato Microsoft Word (.DOC).
- 3 Endereços eletrônicos para as referências informados quando possível.
- 4 Texto com espaçamento 1,5 entre linhas; fonte Times New Roman, tamanho 12.

- 5 Figuras e tabelas inseridas no corpo do texto (e não no final do documento na forma de anexos).
- 6 Texto seguindo padrões de estilo e requisitos bibliográficos pedidos pela revista.
- 7 Metadados preenchidos corretamente nos dois idiomas exigidos.
- 8 Documentos que possuem *Digital Object Identifier* (DOI)<sup>1</sup> devidamente relacionados com o DOI nas referências bibliográficas.

## PROCEDIMENTOS PARA SUBMISSÃO

- 1 Entrar no site da revista: <<http://www.revistas.usp.br/paam>>.
- 2 Clicar em “Acesso”. Se for o primeiro, preencher os dados pessoais em “Cadastro”. Se já cadastrado, preencher *login* e senha.
- 3 Seguir as instruções do sistema para realizar a submissão. O cadastro no sistema, por meio de *login* e senha, é obrigatório para a submissão dos trabalhos e para acompanhar o processo editorial em curso.
- 4 Os textos aprovados deverão ser enviados em português e em inglês.

## CONFIGURAÇÕES DO TEXTO

- 1 Página A4.
- 2 Margens superior e inferior: 3 cm. Margens laterais: 2 cm.
- 3 Uso de “aspas duplas” somente para citação no corpo do texto.
- 4 Uso de itálico para termos estrangeiros. Uso de negrito para títulos de livros e periódicos (subtítulos, se houver, sem negrito).
- 5 Endereços de sites informados por meio de *hiperlink*.
- 6 Imagens, gráficos e tabelas no corpo do texto (e não em anexos no final do mesmo).
- 7 Legendas e créditos abaixo das imagens.
- 8 Títulos de mapas e tabelas acima dos mesmos.

## ASPECTOS FORMAIS DO TEXTO

Deve ser enviado no formato doc. Utilizar fonte Times New Roman, tamanho 12, espaçamento 1,5 entre linhas. Resumo/*Abstract* com espaçamento 1,0 entre linhas. Deve conter de 21.600 a 43.200 caracteres, incluindo Resumo, *Abstract* e Introdução.

- 1 Título do trabalho em português e inglês com espaçamento 1,0 entre linhas, letras maiúsculas/negrito (inglês/itálico) – assim como o subtítulo, se houver.
- 2 Nome completo do autor.

---

<sup>1</sup> O Digital Object Identifier do documento é a garantia de permanência deste na internet. Mais informações em: <<http://www.doi.org/>>.

- 3 A apresentação do autor deve ser colocada no rodapé da página de abertura do texto, indicada por asterisco (colocado anteriormente ao lado do nome do autor). Deve conter um breve currículo, constando o nome da universidade/curso em que se graduou e demais titulações, endereços postal e eletrônico.
- 4 Resumos em português e inglês, contendo 100 a 250 palavras e apresentando: proposta geral da pesquisa, quadro teórico, objetivos e metodologias. Somados, Resumo e *Abstract* não devem ultrapassar 2.500 caracteres.
- 5 Palavras-chave em português e inglês: devem constar de 3 a 6 palavras-chave, inseridas abaixo de seus respectivos resumos e separadas por pontos. Devem ser incluídos um ou dois termos de indexação do Vocabulário Controlado USP. Disponível em: <<http://143.107.154.62/Vocab/Sibix652.dll/Assuntos>>.
- 6 Em caso de agradecimentos, devem constar na última página do artigo, após as referências bibliográficas.

## IMAGENS

- 1 A revista considera que, em um artigo ligado a área de Paisagismo, é desejável a existência de ilustrações que esclareçam o leitor sobre os espaços e lugares em pauta. O material, em formato JPG, deverá estar acompanhado de legendas de identificação com resolução de 300 dpi e tamanho de 725X500 pixels.
- 2 Ao salvar a imagem, o autor deve certificar-se da boa qualidade da mesma em função do seu tamanho, e, no caso de mapas, enviar legendas em arquivo separado – para que, em eventuais reduções dos mesmos, possam ser incluídos em tamanho maior, facilitando a leitura. Ainda no caso de mapas, lembrar que, em papel, nem sempre serão publicados em cores – sendo imprescindível que possam ser lidos em branco e preto.
- 3 Será permitida a inclusão de ilustrações que poderão ser impressas em cores dependendo da disponibilidade de recursos para a impressão. As ilustrações (fotos, desenhos, esquemas, croquis) poderão ocupar um número equivalente de páginas daquelas ocupadas pelo texto. Todas precisam, necessariamente, estar referidas no texto, devendo ser numeradas pela ordem de citação no mesmo.
- 4 Caso as imagens não estejam em condições mínimas de editoração, deverão ser substituídas imediatamente ou não serão publicadas, sendo que sua ausência poderá inviabilizar a publicação do artigo. Na medida do possível, na edição *online*, todas as imagens serão publicadas em cores.
- 5 Não é permitido o uso de reprodução de imagens publicadas em livros, revistas ou periódicos sem a expressa autorização do(s) autor(es) das mesmas.

## LEGENDAS

Todas as imagens – desenhos, croquis, mapas, gráficos, tabelas, fotos, esquemas – devem possuir legendas explicativas, mostrando sua relação com o texto e autoria conforme exemplos abaixo:

## DESENHOS E CROQUIS

Autor e data. Caso sejam reproduções, devem ser indicadas as fontes de origem.

- Desenho. Ciclovia padrão na cidade de Utinga. Autor: João da Silva, 1995.
- Croqui de parque eclético. Fonte: Macedo (1999, p. 214).
- Desenho mostrando uma reprodução dos afrescos da vila de *Cornelius Rufus* em Pompeia. Disponível em: <<https://sites.google.com/site/ad79eruption/pompeii/regio-viii/reg-viii-ins-4/house-of-cornelius-rufus>>. Acesso em: 12 dez. 2014.

## MAPA

- Mapa da verticalização em São Paulo, representada em azul. Em seu centro, uma grande mancha se estende de norte a sul, sendo possível perceber sua presença por toda a cidade, como mostram as centenas de pontos espalhados. Fonte: Mapa produzido em 2016 por Mateus de Oliveira e Tiago Regueira sobre imagens Google Earth, 2016, e sobre mapa de uso de solo da Emplasa.
- Mapa de parques em Itu, indicando a concentração dos mesmos ao longo do rio Tietê, enquanto no restante da cidade praticamente não há parques, a não ser a oeste, onde se encontram dois pequenos exemplares. Fonte: Mapa produzido sobre imagem Google Earth, 2014, por João da Silva, 2015.
- O mapa da cidade de São Paulo, datado de 1887, mostra claramente o envolvimento da cidade por um cinturão de chácara, destacando ao centro as chácaras de dona Veridiana Prado no bairro de Higienópolis e a do conselheiro Antônio Prado nos Campos Elíseos, ambas destacadas em amarelo. Fonte: Mapa extraído da Coleção São Paulo IV Centenário, PMSP, 1954, e processado por João da Silva.

## GRÁFICOS E TABELAS

- Gráfico mostrando o crescimento do número de domicílios em São Paulo entre 2006 e 2016. Fonte: Produzido por João Fernando Meyer sobre dados dos Censos 2000, 2010, estimativas de domicílios para 2016 e dados da Embrasp, 2006.
- Tabela indicando o crescimento da frota de veículos em Araras, mostrando na coluna 3 o predomínio do número de automóveis sobre o de ônibus e motos. Fonte: Produzida por Silvio Macedo sobre dados do Denatran, 2011, e da Secretaria Municipal de Transportes de Araras, 2012.

## FOTOS

- Vista do alto do morro da Cruz, mostrando a área central de Florianópolis.  
Foto: Sonia Afonso, 1998.
- Vista aérea de Macapá, mostrando a orla ainda bastante protegida por matas ciliares.  
Foto: Acervo Quapá, 2015.
- Recifes de coral no mar Vermelho, mostrando a diversidade de vida animal encontrada, especialmente a grande quantidade de peixes-papagaio. Disponível em: <<http://pt.freeimages.com/premium/coral-reef-and-parrot-fish-at-the-red-sea-763731>>. Acesso em: 12 dez. 2015.

## NOTAS E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- 1 Serão aceitas desde que imprescindíveis e breves e devem ser colocadas, necessariamente, no rodapé (e não ao final do texto).
- 2 Devem ser numeradas com algarismos arábicos, fonte Times New Roman, tamanho 10, digitadas com espaçamento 1,0 entre linhas.
- 3 As referências bibliográficas devem ser colocadas no final do artigo e em ordem alfabética – relacionada com o sobrenome do autor. Títulos das obras em negrito (subtítulos sem negrito). Caso o documento citado possua DOI, seu registro é obrigatório no final dos dados da referência.
- 4 Ambas devem estar de acordo com as normas NBR 6023 e NBR 10520 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) em vigor no ato da entrega do trabalho.

## OBRA NO TODO

SOBRENOME DO AUTOR, Nome por extenso. **Título da obra:** subtítulo (se houver). Número da edição (sendo 1 ed., não necessário). Cidade da publicação: Nome da editora, data da publicação. Número total de páginas utilizando a abreviaturas p. Se utilizada apenas parte da obra, colocar páginas de início e fim da mesma.

ABREU, Caio Fernando. **A vida gritando nos cantos:** crônicas inéditas em livro (1986/1996). Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2012. 245 p.

Quando houver editor, organizador, coordenador, compilador, indicar após os nomes dos mesmos: (Ed.), (Org.), (Coord.), (Comp.).

ROSS, Alex. **Escuta só:** do clássico ao pop. Tradução de Pedro Maia Soares. Revisão técnica: João Marcos Coelho. São Paulo: Companhia das Letras, 2011. 442 p.

TABACOW, José (Org.). **Roberto Burle Marx: arte e paisagem** - conferências escolhidas. 2 ed. São Paulo: Studio Nobel, 2004.

## CAPÍTULO

SOBRENOME DO AUTOR, Nome por extenso. Título do capítulo: subtítulo (se houver) seguido da expressão "In:" Referência completa da obra (título da mesma em negrito), páginas de início e fim.

RIBEIRO, Renato Janine. A glória. In: CARDOSO, Sérgio et al. **Os sentidos da paixão**. São Paulo: Companhia das Letras, 1988, p. 107-116.

Observação: a expressão "et al." deve ser utilizada quando a obra ou o capítulo apresentarem mais de três autores. Nesse caso, coloca-se apenas o nome do primeiro exibido na obra.

## DISSERTAÇÃO, TESE E DEMAIS TRABALHOS ACADÊMICOS

SOBRENOME DO AUTOR, Nome por extenso. **Título do trabalho**: subtítulo (se houver). Ano do depósito. Número de folhas. Categoria (grau) – Instituição, Cidade, Ano da defesa.

SAKATA, Francine Gramacho. **O projeto paisagístico como instrumento de requalificação urbana**. 2004. 282 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

MACEDO, Silvio Soares. **São Paulo, paisagem e habitação verticalizada**: os espaços livres como elementos de desenho urbano. 1988. 207 f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1988.

## PERIÓDICO NO TODO

**TÍTULO**. Local de publicação: Editora, Periodicidade, Ano do primeiro fascículo.

**PAISAGEM E AMBIENTE**: ENSAIOS. São Paulo: FAUUSP, Semestral, 1986-

## ARTIGO PUBLICADO EM PERIÓDICO

SOBRENOME DO AUTOR, Nome por extenso. Título do artigo: subtítulo do artigo (se houver). **Título do periódico**. Cidade da publicação: Nome da editora, volume, número, mês, ano, páginas de início e fim.

PELLEGRINO, Paulo Renato Mesquita. Pode-se planejar a paisagem? **Paisagem e Ambiente**: ensaios. São Paulo: FAUUSP, n. 13, 2000, p. 159-179.

## ARTIGO E/OU MATÉRIA PUBLICADA EM REVISTA

SOBRENOME DO AUTOR, Nome por extenso. Título do artigo. **Título da publicação**, cidade da publicação, numeração (volume e/ou ano, fascículo ou número, páginas de início e fim).



SEKEFF, Gisela. O emprego dos sonhos. **Domingo**, Rio de Janeiro, ano 26, n. 1.344, fev/2002, p. 30-36.

## ARTIGO E/OU MATÉRIA PUBLICADA EM JORNAL

SOBRENOME, Nome do autor por extenso (se houver autor). Título do artigo. **Título do jornal**, local de publicação, data, seção, caderno ou parte e paginação.

PAIVA, Anabela. Trincheira musical: músico dá lições de cidadania em forma de samba para crianças e adolescentes. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 12 jan. 2002, Educação, p. 2.

## EVENTO COMO UM TODO

NOME DO EVENTO, numeração (se houver), ano e local (cidade) de realização. Título do documento (**atas, anais, resultados**), dados de local da publicação: Editora, data.

REUNIÃO ANUAL DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE QUÍMICA, 20, 1997, Poços de Caldas. **Livro de resumos**. São Paulo: Sociedade Brasileira de Química, 1997.

## TEXTO APRESENTADO EM EVENTO

SOBRENOME do autor, Nome por extenso. Título do trabalho. In: NOME DO EVENTO, numeração do evento (se houver), ano e local de realização, título do documento (**anais, atas, tópico temático**), local, editora, data de publicação, páginas inicial e final.

SOUZA, Luiz Roberto; BORGES, Antônio; REZENDE, José Otávio. Influência da correção e do preparo do solo sobre algumas propriedades químicas do solo cultivado com bananeiras. In: REUNIÃO BRASILEIRA DE FERTILIDADE DO SOLO E NUTRIÇÃO DE PLANTAS, 21, 1994, Petrolina. **Anais...** Petrolina: EMBRAPA, CPATSA, 1994, p. 3-4.

## OBRA ACESSADA EM MEIO ELETRÔNICO

Seguir o formato de referência da obra, acrescentando, no final, informação relativa à descrição física do meio eletrônico.

KOOGAN, André Breikmam; HOUAISS, Antonio (Ed.). **Enciclopédia e dicionário digital 98**. Direção geral de André Koogan Breikmam. São Paulo: Delta: Estadão, 1998. 5 CD-ROMs.

## OBRA CONSULTADA ONLINE

Não é recomendável utilizar material eletrônico de curta duração nas redes. Referenciar a obra de acordo com exemplos já citados, acrescentando as informações: Disponível em: < link >. Acesso em: dia, mês, ano. Se houver, registrar o DOI.

ALVES, Castro. Navio negreiro. Disponível em: <<http://www.terra.com.br/virtualbooks/freebook/port/Lport2/navionegreiro.htm>>. Acesso em: 10 jan. 2002.

## LEGISLAÇÃO

JURISDIÇÃO. Título, numeração, data. Descrição. Título e dados da publicação.

SÃO PAULO (Estado). Decreto nº 42.822, de 20 de janeiro de 1998. Dispõe sobre a desativação de unidades administrativas de órgãos da administração direta e das autarquias do Estado e dá providências correlatas. **Lex**: coletânea de legislação e jurisprudência, São Paulo, v. 62, n. 3, p. 217-220, 1998.

BRASIL. Medida provisória nº 1.569-9, de 11 de dezembro de 1997. Estabelece multa em operações de importação, e dá outras providências. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 14 dez. 1997. Seção 1, p. 29514.

## NORMAS PARA CITAÇÕES

- 1 Quando um trecho da obra é citado literalmente, deve aparecer entre aspas, constando o sobrenome do autor e, entre parênteses, após o mesmo, a data da publicação utilizada e página onde o trecho se encontra. Toda citação literal com mais de três linhas deve ser destacada com recuo de 4 centímetros da margem esquerda, não devendo estar entre aspas.

Segundo George (1985, p. 44), “[...] Oswald manipula a linguagem do amor [...]”. Oliveira e Leonardos (1943, p. 146) dizem que a “[...] relação da série São Roque com os granitos porfíroides pequenos é muito clara”.

- 2 Quando o sobrenome do autor estiver entre parênteses, deve ser grafado em letras maiúsculas.

“Apesar das aparências, a desconstrução do logocentrismo não é uma psicanálise da filosofia [...]” (DERRIDA, 1967, p. 293).

“Não se mova, faça de conta que está morta.” (CLARAC; BONNIN, 1985, p. 72).

- 3 Se um trecho do artigo for baseado na obra do autor consultado, mas não literalmente retirado da mesma, devem constar o sobrenome do autor e a data da obra consultada.

A ironia seria assim uma forma implícita de heterogeneidade, conforme a classificação proposta por Authier-Reiriz (1982).

Merriam e Caffarella (1991) observam que a localização de recursos tem um papel crucial no processo de aprendizagem autodirigida.

Para efeito de estudo, as unidades podem ser subdivididas em subunidades, de modo a permitir um detalhamento em outra escala. (MACEDO, 1997).

Diversos autores salientam a importância do “acontecimento desencadeador” no início de um processo de aprendizagem. (CROSS, 1984; KONX, 1986; ME-

ZIROW, 1991).

- 4 Existindo dois e/ou três autores, colocar sobrenomes em ordem alfabética.
- 5 Se um autor for citado por outro, utilizar a expressão “apud” (citado por), informar a data da publicação de ambos e página.

No modelo serial de Gough (1972 apud NARDI, 1993, p. 30), o ato de ler envolve um processo serial que começa com uma fixação ocular sobre o texto, prosseguindo da esquerda para a direita de forma linear.

Ressaltando as diversidades culturais das paisagens que se apropriam de sua obra, Oiticica desdenha as ideias nacionalistas e reacionárias incutidas “[...] de maior floresta do mundo, o maior rio do mundo, o maior não-sei-o-quê do mundo [...]” (OITICICA, 1977 apud AMARAL, 2006, p. 124).

## OBSERVAÇÕES FINAIS

O Conselho Editorial da revista **Paisagem e Ambiente**: ensaios é responsável por decidir quais artigos, ensaios, conferências, debates, resenhas, relatos de experiências e notas técnicas serão publicados, levando em conta a pertinência do tema em relação à linha editorial da revista e a consistência teórica do trabalho<sup>2</sup>. Seguem as principais normas a serem utilizadas na elaboração do mesmo<sup>3</sup>:

As condições dos originais são analisadas criteriosamente. Os trabalhos em desacordo com as normas aqui descritas serão devolvidos para que se providencie sua regularização.

Os textos assinados são de inteira responsabilidade dos autores e não haverá alteração de conteúdo sem prévia autorização. Os autores receberão três exemplares da edição da revista na qual constar o seu artigo publicado.

---

<sup>2</sup> Após a avaliação do conselho editorial, os artigos aceitos passam por revisão de texto realizada por profissional da revista, que entra em contato com os autores sempre que necessário. A revista **Paisagem e Ambiente**: ensaios adota a grafia atualizada segundo o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990, que entrou em vigor no Brasil em 2009.

<sup>3</sup> Segundo a ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **Coletânea de normas técnicas**: elaboração de artigos em publicações periódicas. Rio de Janeiro: ABNT, 2012.



## **Seção Técnica de Produção Editorial**

### **Coordenação Didática**

Profa. Dra. Clíce de Toledo Sanjar Mazzilli

### **Supervisão Geral**

André Luis Ferreira

### **Supervisão de Projeto Gráfico**

José Tadeu de Azevedo Maia

### **Projeto Gráfico e Diagramação**

Sóstenes Pereira da Costa

### **Impressão Offset (capa)**

Arnaldo Machado de Lima Jr.

Eduardo Antonio Cardoso

Jaime de Almeida Lisboa

### **Impressão Digital (miolo) Canon (ImagePRESS 1135+ / ADV C5051)**

Francisco Paulo da Silva

José Tadeu de Azevedo Maia

### **Acabamento**

Arnaldo Machado de Lima Jr.

Ercio Antonio Soares

Mário Duarte da Silva

Roseli Aparecida Alves Duarte

Valdinei Antonio Conceição

### **Secretária**

Eliane de Fátima Fermoselle Previde

*Composição, fotolitos, impressão offset e digital*

Seção Técnica de Produção Editorial da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo

*Pré-matriz (capa)*

Dolev 200 sobre filme IBF-Graphix – HN-FDL

*Tipologia*

Futura Lt BT, no corpo 10 para o texto, Optima Demi Bold, no corpo 14 para os títulos, Optima Demi Bold, corpo 10 para os subtítulos, Futura Lt BT, no corpo 8 para as legendas (itálico) e notas (normal), Futura Lt BT, no corpo 8 para as bibliografias.

*Papel*

Report Premium Suzano 90g/m<sup>2</sup>

Papel Cartão Supremo 250g/m<sup>2</sup>

*Tiragem*

500 exemplares



ISSN 0104-6098



9 770104 609003

00037



PAISAGEM AMBIENTE **37**